CRISTIANE DIAS ANDRIOTTI

"O MOVIMENTO DAS RÁDIOS LIVRES E COMUNITÁRIAS E A DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL".

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Renato Ortiz.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em __/ __/ 2004.

Banca

Prof. Dr. Renato Ortiz

Prof. Dr. Laurindo Leal Filho

Prof. Dr. Marcelo Ridenti

Março/2004

Dedico este trabalho às três pessoas mais importantes da minha vida: Sra. Filomena Aparecida Dias Andriotti,
Sr. Rubens Andriotti, meus pais e à minha filha, Sofia Andriotti Albuquerque.
Campinas, 10 de fevereiro de 2004.

AGRADECIMENTOS:

Sem estas pessoas e instituições este trabalho seria impossível e por isso deixo aqui meus sinceros agradecimentos:

Aos meus pais primeiramente, que me deram apoio em todas as situações neste longo percurso, a eles mil palavras de agredecimento não exprimem a minha gratidão. À minha filha, concretização de um sonho, quem me enche de entusiasmo e esperança pela vida. Ao meu irmão Rubens Andriotti Jr., pela amizade e pela solidariedade que demonstrou ao abrir mão a meu favor, de sua ferramenta de trabalho, quando o computador que continha os escritos originais desta dissertação foi furtado. Sem você, meu caro irmão, tudo teria sido muito mais difícil. Amo todas estas pessoas.

Agradeço especialmente ao meu orientador, o Prof. Dr. Renato Ortiz, que com sua visão arguta, sabiamente me indicou os caminhos que sempre existiram, mas que por minha inexperiência não estavam visíveis.

Agradeço aquelas pessoas que muitas vezes, sem o saberem, me ajudaram a realizar este trabalho. São elas: minha amiga Marta, quem muitas vezes foi mais do que amiga, quase uma mãe para mim e para a minha filha. Andrea que leu os originais do projeto e me deu a primeira interlocução. Kazuka que me alertou para as armadilhas que inventamos para nós mesmos na hora de escrever um trabalho, este conselho singelo me foi mais útil do que eu então acreditava. Agradeço aos meus amigos, por me afastarem do trabalho apenas o necessário. Agradeço ao Hector pelos conselhos metodológicos. Agradeço ao Davi, seu apoio será maior daqui para frente... Agradeço também aos "mudeiros" do mundo, que são muitos e eu não conseguiria uní-los numa única página. Sem vocês eu dificilmente teria chegado a conhecer a maior parte dos temas e dos problemas que abordo nestas páginas. Agradeço aos radioamantes que pacientemente responderam às minhas questões e que corajosamente dizem o que pensam e fazem o que acreditam ser o melhor. Agradeço igualmente a paciência dos funcionários do IFCH: da biblioteca, da secretaria, das fotocopiadoras, da limpeza, da cantina, do sebo, da banca de vinis, com quem compartilhei boas relações durante este período. Agradeço desde já aos meus leitores, especialmente aqueles que compreendem e compartilham das razões que motivaram este trabalho, ainda que não concordem com todas elas.

Agradeço às instituições que me apoiaram, primeiramente à instiuição da Universidade Pública, a Unicamp, pois sem elas, eu talvez jamais tivesse tido condições de ingressar num curso superior. À CAPES que me forneceu rigorosamente durante 21 meses, o apoio financeiro que viabilizou parte das minhas pesquisas. Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que me proporcionou a oportunidade de conviver com pessoas e livros brilhantes e finalmente a todos os meus mestres, com carinho.

Cristiane.
Campinas, 10/02/2004.

RESUMO:

Esta pesquisa analisa e compara alguns dos principais projetos de democratização dos meios de comunicação, desenvolvidos no Brasil, principalmente durante o período da chamada "transição democrática" na década de 80. Estes projetos geraram discursos sobre a democracia nas comunicações e seus aspectos políticos, econômicos, jurídicos, relacionados aos movimentos populares de apropriação dessas tecnologias, formam o tema central desta pesquisa. O objeto de estudo são as chamadas rádios livres e comunitárias, e através delas a pesquisa inicia a observação de alguns dos principais problemas existentes para a consolidação da comunicação democrática no Brasil.

ABSTRACT:

The present research intends to analyse and compare some principal projects of the *communicating means democratization* in Brazil, specially during the period called "democracy transition" in the eighties decade.
Theese projects engendered discourses about the democracy in communications and their political, economical and juridical aspects. Theese aspects, in with relation to the popular appropriation movements of the communicating technologies, are the central subject in this research. The object application are the "free" and communitarian radios, through their, this research starts to observe some of the principal problems existents to the consolidation of the communicating democracy in Brazil.

SUMÁRIO:

Introdução

Em 1993 quando conheci a Rádio Muda, uma rádio livre situada na Universidade Estadual de Campinas, travei contato com o tema da democratização dos meios de comunicação. Este tema passou a me interessar em todos os seus aspectos, conforme aprofundava meu contato com esta rádio, a ponto de me transformar numa militante do movimento pela democratização dos meios de comunicação.

A idéia de transformar essa questão política pessoal no tema desta dissertação vem do fato de que as experiências de rádios livres são exemplos através dos quais, podemos observar alguns dos problemas relativos à construção da democracia brasileira. A relação entre a mídia, a política, o mercado, a cultura e a sociedade, temas que exigem constantes revisões, podem ser observados nestas experiências. O debate atual em torno da democracia envolve também o acesso às tecnologias e aos meios de comunicação, a mobilização e participação da Sociedade Civil e a construção do Espaço Público. É possível verificar através de algumas experiências de livre associação, as possibilidades existentes de acesso a tecnologias de comunicação e os espaços disponíveis para a atuação política consciente do indivíduo em seu meio. [1] Por esta, entre outras razões as rádios livres, a comunicação democrática nos meios de comunicação e a mobilização popular são os principais temas deste trabalho.

Todas as livre-associações no Brasil de hoje, sejam as das minorias políticas, sejam as associações culturais, podem ter acesso a publicações oficiais e "alternativas", políticas ou não e mais, podem também criar suas próprias publicações, tanto impressas quanto digitais. É possível através do uso de tecnologias "domésticas" formar redes de comunicação entre comunidades virtuais. O acesso à imprensa e ao computador está cada vez mais fácil, rápido e eficiente, por outro lado é quase impossível para estas livre-associações, terem suas próprias rádios ou Tv's. Não que o acesso aos equipamentos necessários para que qualquer livre associação possua sua emissora de rádio seja um

[1] Livres associações aqui significam aquelas que surgem espontâneamente, da iniciativa popular, desvinculadas de partidos políticos. Estas livres associações, culturais e/ou políticas, podem ser encontradas em qualquer lugar: desde o "clube de xadrez", até as mais organizadas em torno de questões sociais relevantes e que podem acabar se tornando movimentos sociais.

problema, ao contrário, é muito mais simples, tecnicamente falando, colocar uma emissora de rádio no ar, ou uma TV, do que geralmente se imagina.

Apesar destas possibilidades tecnológicas estarem ao alcance da sociedade –não é proibido possuir um transmissor de rádio ou Tv, mas é proibido transmitir sem autorização-, existe a postura protecionista do Governo Federal, que destinou apenas uma freqüência para acomodar mais de 14.000 pedidos de concessão de rádios comunitárias, tornando claro a preferência por manter o *dial* sob o controle do mercado. Para as livre-associações que não conseguiram superar os critérios obscuros exigidos para conseguir a concessão, a desobediência tem sido a única solução e quando isso acontece, a resposta é a repressão sobre essas rádios. O Governo nega que haja repressão ao uso dos meios, rádio e Tv, as autoridades alegam que se existe essa repressão, ela é aplicada apenas sobre aqueles que estão transmitindo sob condições de irregularidade e/ou, causando interferências.

De acordo com a Constituição Federal, todo cidadão tem o direito de se expressar livremente e através de qualquer meio de comunicação. Na medida em que o Governo impõe obstáculos para que a sociedade se aproprie dos meios, rádio e Tv, este direito passa a ser violado pelo próprio Governo. A resposta da desobediência civil, como forma de luta contra a violação do direito à liberdade de expressão, é tratada como caso de polícia.

As experiências de livre-associações que se apropriaram de transmissores e criaram suas próprias rádios, das pioneiras às legalizadas de hoje, travaram batalhas que demonstram que a política em torno dos meios de comunicação, rádio e Tv, privilegia as iniciativas de caráter privado além de não incentivar e nem proteger as experiências de apropriação pública que surgem da Sociedade Civil. Este controle insere as experiências de rádios livres e comunitárias dentro de um debate que questiona a adaptação democrática dos sistemas políticos e jurídicos sobre os meios de comunicação, criados em torno da idéia de que são bens públicos para apropriação privada.

A tarefa que me propus a fazer, foi demonstrar que as rádios livres e as comunitárias, ao lado da imprensa alternativa, do cinema livre, do vídeo popular, do software livre, dentre muitas outras

experiências de apropriação de meios de comunicação, são expressões de uma necessidade social crescente por espaços abertos ao diálogo, à livre troca de informação e produção cultural, à livre associação e, sobretudo, à busca de soluções para o processo de estrangulamento das relações humanas, substituídas a cada dia pela impessoalidade das relações de troca intermediadas pelo dinheiro.

Essa tarefa, entretanto, é muito maior do que aquela possível de ser realizada, principalmente se o leitor considerar que pouco foi produzido sobre a história das rádios livres e quase nada sobre elas chega aos meios de comunicação de massa acessíveis a qualquer um. Por causa desse desconhecimento, fui obrigada a narrar dados históricos, na tentativa de compor um quadro de fundo que fosse suficientemente rico em detalhes, para demonstrar todos os canais de ligação que estas rádios possuem com alguns dos temas sociais mais importantes do Brasil atual. Este trabalho de composição teve um custo muito alto em relação à análise propriamente dita dos principais problemas, ou seja, das questões que *realmente* interessam.

Apesar da minha afinidade pessoal com as rádios e de isso ter tido também o custo de não permitir um maior distanciamento do tema, entendo que o debate não deve ser por isso ignorado. A questão da liberdade de expressão não se encerra com a queda dos dispositivos de censura prévia. Existem milhares de outras formas de censura dentro de um momento histórico em que os meios de comunicação estão sendo utilizados nos processos sociais, políticos e econômicos, como nunca haviam sido antes. Neste sentido, a atuação das rádios livres e comunitárias no Brasil questiona os mecanismos de controle da tecnologia e das informações, ao mesmo tempo em que busca construir na prática, o complexo conceito de democracia na comunicação.

O advento da Internet pode ser visto como uma resposta do próprio sistema capitalista para a necessidade de expansão dos canais de comunicação e que trouxe algumas promessas, dentre elas podemos apontar para a promessa revolucionária de liberdade de expressão, que obviamente não foi cumprida. Hoje percebemos que mesmo na rede mundial as informações são cerceadas, ao contrário do que se acreditava no início dos anos 90. Na virada do século XXI há em vigor uma "guerra midiática",

travada em pelo menos duas dimensões: a dimensão do mercado e a dimensão social, por assim dizer. Porém, por mais que a Internet traga possibilidades de expressão das subjetividades de todo o globo terrestre, as interações continuarão sendo desterritorializadas. A Internet responde a um mundo composto por bilhões de pequenos universos pessoais o que não substitui, a necessidade de criação de espaços para a interação coletiva e territorializada. Podemos ver estes movimentos territorializados e coletivos em todas as esferas de atuação social, das lúdicas às politizadas. As rádios livres são uma minoria dentro dessas centenas, talvez milhares de pequenos núcleos ativos. O próprio caráter de *movimento social* dessas experiências já foi muitas vezes questionado em virtude da ausência e organização predominante em torno das reivindicações por acesso à tecnologia do rádio, mas elas realizam um trabalho que já vem sendo desenvolvido há algumas décadas e vez por outra, geram polêmicas que atingem as instituições do Estado, do mercado, da propriedade, etc. Apesar do mundo digital ter despontado como a grande mídia do século XXI, essa tecnologia tradicional do rádio, num país subdesenvolvido como o Brasil, ainda pode ser, como demonstram algumas experiências, uma grande escola de vivências culturais e democráticas, um meio de comunicação de massa, para integrar localmente grupos de indivíduos, a utilização de um instrumento geralmente a serviço do consumo, para desenvolver a idéia da livre troca e o livre aqui, significa livre do mercado.

Mas são diversos os problemas que envolvem as rádios livres e as rádios comunitárias. As primeiras são consideradas ilegais pelo Estado e perseguidas pelas empresas de rádio comercial do país, através da Agência Nacional de Telecomunicações e da Polícia Federal. Por essa razão, o desempenho dessas rádios em torno de seus objetivos democratizantes têm sido afetados. Para as rádios comunitárias, os problemas são outros: as que buscam a legalização são obrigadas a enfrentar um verdadeiro “calvário” burocrático, que não traria maiores conseqüências se houvesse a garantia de que ao final do processo, todos os pedidos seriam contemplados, entretanto a própria lei que garante a existência de rádios comunitárias no país, por outro lado, não garante a sua proteção. Para as rádios que já conseguiram a legalização, o problema é manter-se de acordo com as normas técnicas e superar o

isolamento com relação às rádios ainda sem concessão. Além disso, para as comunitárias legalizadas, existe o dispositivo legal que as impedem de formar redes, o que impõe limites na utilização dessas rádios para a construção de um modelo público –não estatal- de comunicação. Apesar disso são inúmeros os exemplos de rádios que ao longo das últimas três décadas desenvolveram projetos de comunicação que não apenas obtiveram resultados satisfatórios, como também se legitimaram localmente, demonstrando que a legitimidade de suas ações é a melhor forma de luta contra a atual política de radiodifusão no Brasil. Esse é o caso da Rádio Favela em Belo Horizonte, da Rádio Reversão de São Paulo, dentre outras tantas. As rádios livres e comunitárias aqui colocadas promoveram debates públicos de forma democrática, foram e são aceitas pelas pessoas que as escutam como sendo legítimas, mas não podem ou não conseguem ser legalizadas. Cabe aqui a questão levantada por um delegado da Polícia Federal: como essas rádios podem ser consideradas criminosas se realizam um trabalho legítimo e socialmente aceito?

Cap. I

A ANATEL e o mito da interferência.

Na maioria dos discursos políticos analisados neste trabalho, a questão das apropriações populares de transmissores de rádio é problematizada de duas formas: uma relativa ao limite de freqüências disponíveis no espectro radiofônico e a outra relativa às interferências. Esses dois "problemas" fundamentam a repressão às apropriações ilegais do espectro. Atualmente a questão das rádios "piratas" interferindo no sistema de segurança pública e praticando um "crime" contra a sociedade é o argumento mais utilizado. O argumento sobre as limitações do espectro, com a proximidade da viabilização para implantação da chamada "conversão digital", cai em desuso. No atual sistema "analógico" de radiodifusão, esse argumento desemboca nos mesmos pressupostos que originaram o movimento de rádios livres no Brasil: a da racionalização das freqüências dispostas no dial, para a criação do modelo público garantido pela Constituição Federal.[2] O discurso da interferência é o mais utilizado por supostamente exigir um conhecimento técnico especializado, o qual os agentes da ANATEL devem dispor para que possam justificar as investigações e apreensões que realizam sobre as rádios "ilegais" que interferem na ordem pública. A partir de meados dos anos noventa a mídia comercial, através de uma campanha liderada pela ABERT (Associação Brasileira de Empresários de Rádio e Tv), passa a conclamar a sociedade para "patrulhar" o espaço radiofônico através de denúncias. Essas denúncias poderiam ser feitas diretamente a Anatel ou, à própria Abert, que se encarregaria de

[2] O espectro de radiofrequências tanto em AM quanto em FM no Brasil está se esgotando. A grande maioria das emissoras de rádio que ocupam o dial são concessões dadas para a exploração privada. Não é grande apenas o número das emissoras comerciais que ocupam o dial, mas também a potência em que operam seus transmissores. Como nunca houve qualquer política de reserva de canais para apropriação pública, dentro em pouco tempo não haverá mais espaço para o surgimento de emissoras públicas de rádio, a não ser que o Governo inicie uma política de racionalização do espectro. Um exemplo pode ilustrar o que seria essa política: as emissoras comunitárias após a lei 9.612, foram obrigadas a transmitir num raio de alcance de 1 Km no máximo, portanto, num raio de 100 Km, teóricamente caberiam 100 rádios comunitárias. Ao invés de uma grande e potente rádio transmitindo numa frequência qualquer por um raio de 100 Km, é possível que muitas emissoras, com raio de alcance limitado compartilhem da mesma frequência, podendo inclusive entrar facilmente em "rede" se necessário.

tomar as medidas legais cabíveis para exigir o fechamento das emissoras ilegais.[3] A questão da interferência é hoje a única questão relativa às rádios livres e comunitárias que "aparece na mídia". Para que a questão técnica seja mais bem compreendida:

> "Freqüência, medida em Hertz é, na verdade, uma identificação da propagação da onda eletromagnética. A faixa de Freqüência Modulada, FM, vai de 88 a 108 MHz – é o que está no dial dos aparelhos de rádio. Por isso não adianta montar uma emissora de rádio FM para transmitir em 110 MHz. Ninguém vai escutar esta rádio porque ela não está no dial. (...) o aumento ou diminuição da freqüência não altera o alcance. Potência é medida em Watts, e dá a medida da força do transmissor. A princípio (porque há outros elementos a se levar em conta), quanto maior a potência, maior o alcance."[4]

A rigor existem apenas dois tipos de interferências possíveis: aquelas que ocorrem dentro da faixa de freqüência do dial FM, ou seja, entre rádios, geralmente causadas por má regulagem de antena e aquela que ocorre fora da faixa do dial FM, podendo atingir a faixa de comunicação entre aeronaves. (NETO, 2002, p. 86). Esta última geralmente causada por equipamentos mal ajustados. Dentro das interferências entre rádios da mesma faixa do dial existe aquelas causadas pela "invasão" de uma freqüência já ocupada, por outra transmissão, com potência igual ou superior, emitida na *mesma* freqüência. Todas as formas de interferência podem ser solucionadas pela regulagem ou substituição do transmissor ou da antena e em alguns casos pela substituição da freqüência ocupada por outra vazia. Como nos demonstrou Dioclécio Luz, o aumento ou a diminuição da freqüência não interfere no raio

---

[3] Esse é o texto que abre numa janela automática no site da ABERT:

"**Denuncie a radiodifusão ilegal.**

Muitas emissoras de rádio que se dizem "comunitárias" ou "livres" são na verdade ilegais. Ilegais, porque ocupam as ondas do rádio sem autorização do poder concedente – o governo federal –, sem pagar impostos e sem condições técnicas adequadas. Por transmitirem na freqüência que bem entendem, essas emissoras interferem não apenas no sinal das rádios e televisões legalmente constituídas, mas também em serviços essenciais, como a comunicação aeronáutica e a comunicação entre viaturas da polícia, ambulâncias e corpo de bombeiros. O espectro de radiofreqüências é um bem público escasso, que deve ser ocupado de forma organizada de acordo com a determinação do governo. O órgão responsável por fiscalizar o uso do espectro e punir as emissões ilegais é a Anatel, a Agência Nacional de Telecomunicações. Mesmo presente em todos os estados do Brasil, e tendo equipes especializadas e equipamentos modernos de monitoração à sua disposição, a dificuldade da Agência para identificar e punir essas emissoras é muito grande. A ABERT quer ajudar a Anatel nessa tarefa. Para isso, pedimos a sua colaboração no enfrentamento desse problema. Denuncie toda e qualquer interferência causada por emissoras irregulares. Não permita que rádios ilegais impeçam você de ouvir sua rádio favorita! Encaminhe sua denúncia à ABERT, com todos os detalhes que possam ajudar a identificar essas emissoras ilegais, que nós a enviaremos à Anatel, preservando o sigilo de sua identidade. Inclua o nome da emissora, a freqüência, o horário de transmissão, e o telefone, pois muitas divulgam no ar seus telefones para contato. Para denunciar, envie um e-mail à ABERT através do link abaixo. Quanto mais completa for a informação fornecida, mais fácil será para a Anatel localizar e punir as rádios ilegais, que proliferam por todo o País.
Denuncie à nossa Assessoria Jurídica"

[4] "Interferência de Emissora em Aeronaves". Dioclécio Luz, assinado pelo Deputado Walter Pinheiro, 7/08/01.

de alcance das emissoras, isso porque uma emissora que esteja causando interferências, com raio de alcance inferior a 3 Km, só pode causa-las dentro desse limite territorial.

No entanto o argumento de que as rádios ilegais interferem nas comunicações entre aeroportos, ambulâncias e navios, assusta não apenas ao cidadão comum, como também aos juízes responsáveis por emitir as sentenças nos processos de prática de radiodifusão ilegal. O grau de especialização técnica dos agentes da ANATEL legitima por si só esse argumento, mas uma investigação um pouco mais profunda, sugere ser esse, um argumento inverossímil, como nos aponta um conhecido militante do movimento de rádios livres e comunitárias:

> "Dizem os donos das emissoras convencionais que as comunitárias podem interferir nos sistemas de comunicação e navegação das aeronaves, até causando sua queda, como disseram após o acidente com o avião da TAM, no ano passado, na região do aeroporto de Congonhas.
> É estranho que pequenas emissoras, que funcionam com baixa potência (no máximo 50 Watts), venham a causar esse tipo de desarranjo nos aviões de carreira. Não podemos imaginar que grandes empresas aeronáuticas, como a Boeing e a Fokker, fossem tão ingênuas ou irresponsáveis para deixar sair de seus hangares aeronaves com tamanha vulnerabilidade nos sistemas de navegação.
> Segundo João de Ataliba Nogueira, engenheiro de instrumentos da Varig, em matéria na revista Fly nº 27, de janeiro/93, "nenhum tipo de radiofreqüência adentra através da fuselagem das aeronaves comerciais modernas, pois elas são construídas para suportar todo tipo de intempérie ou interferência que possa prejudicar a segurança de nossos passageiros".
> Mais adiante, na mesma matéria, ele afirma: "Nossas aeronaves são testadas em todas as condições adversas, antes mesmo da primeira decolagem e nas demais revisões de rotina, pois qualquer avião sobrevoa os quatro cantos do planeta, em lugares com as mais diversas atividades de rádio possíveis". (...)
> Isto nos permite pensar que esse boato das interferências não passa de artimanha dos interesses dos proprietários das grandes para emperrar a democratização dos meios de comunicação, via radiodifusão comunitária, já tão tardia e tão discutida no Brasil.
> Para termos um parâmetro mais preciso, vamos ver que a somatória de toda a potência das mais de 500 emissoras comunitárias existentes na Grande São Paulo não chega à metade da potência de uma só emissora convencional, que atinge, freqüentemente, cem mil Watts. Se somarmos a potência das emissoras de FM, mais as de OM, as de ondas curtas, TV, VHF, UHF, radioamadores (40 mil em todo o Brasil), além de outros serviços de radiocomunicação, com o a Faixa do Cidadão (85 mil no País), vamos ter uma potência dissipada nos ares da capital paulistana de mais de 450 milhões de Watts. (...)
> O mundo inteiro, por onde passa essas aeronaves, é pulverizado por todo tipo de emissoras (grandes, pequenas, legais ou não), mas só aqui, no Brasil, provocam essas supostas interferências, como alegam os donos das grandes rádios. Sabemos que os interesses mercantilistas destes proprietários são ameaçados cada vez que se instala uma nova emissora comunitária. Afinal, democracia é um bem que se conquista com luta e participação cotidiana, mesmo sabendo que existem poderosos que lutam para impedi-la.
> Chico Lobo (Francisco Antonio Pereira da Silva)"

Os dados expostos pelo engenheiro de instrumentos da Varig no trecho acima se confirmam pela pesquisa realizada por Dioclécio Luz, então assessor do deputado Walter Pinheiro (PT):

> "(...) As aeronaves utilizam uma faixa acima de 108 MHz. Portanto, uma rádio que opere na sua faixa de FM, isto é de 88 a 108 MHz, a princípio, não tem como interferir nos serviços da Aeronáutica (...).
> Existe, porém, a possibilidade de um sinal de rádio FM ser captado acima de 108, por uma aeronave. É quando ocorrem "espúrios" ou "harmônicos". Harmônicos são clones de um sinal de rádio. Um exemplo

fictício: se a rádio opera em 104 MHz, ela também pode ser ouvida em 106 MHz e 107 MHz – é como se surgissem clones das rádios no dial. Todo transmissor vem com filtro de harmônicos, mas pelo menos três deles escapam. Os três geralmente são sinais fracos, que não causam problemas aos outros. Não causam problemas porque 1) geralmente se estabelece uma distância entre a faixa oficial de transmissão e as outras emissoras; 2)os sinais harmônicos são fracos; 3)os receptores têm filtros para harmônicos.
Se um equipamento está desajustado, além de gerar harmônicos, gera espúrios. Os espúrios são os clones incontroláveis do sinal oficial. Então, ao invés de três harmônicos, a emissora gera uma dezena, sendo escutada em todo dial. Isto é mais difícil de ocorrer porque a própria fábrica que vende equipamentos de transmissão, em baixa ou alta potência, inclui os filtros necessários.
(...) Não importa se é rádio comunitária ou comercial, se é clandestina ou legalizada, operando com equipamento descalibrado ela pode mandar sinais para o Sistema Móvel Aeronáutico.
A primeira faixa do Sistema Aeronáutico vai de 108 a 111,975 MHz – que corresponde ao serviço batizado como "Intrument Landing System" (ILS). O ILS é utilizado para comunicação entre a torre de controle e a aeronave, mas somente na descida e quando não há visibilidade. (...) Ora, o ILS previu problemas deste tipo e disponibiliza nesta faixa uma centena de canais contingenciais. Se houver interferências num canal, basta o piloto mudar para um dos outros 99 disponíveis. Ou seja, em virtude da enorme quantidade de canais disponíveis, a possibilidade de um piloto ficar sem comunicação com a torre neste instante é bastante remota.
Existe ainda a possibilidade de interferências sobre o sistema de radionavegação das aeronaves. Sinais de orientação emitidos via rádio para as aeronaves podem ser misturados com os de uma emissora de rádio. Esta possibilidade também é remota porque os sistemas instalados nas torres de controle e também os que estão nas aeronaves vêem preparados para interferências deste tipo. Não há como conceber um sistema que requer extrema segurança e seja sensível a interferência de uma rádio de 25 watts.
As possibilidades de uma emissora – comunitária, comercial ou clandestina – interferir numa aeronave são: 1) estar instalada nas proximidades de um aeroporto; 2) operar nos extremos da faixa (perto de 88 ou de 108 MHz); 3) operar com equipamentos não ajustados; 4) atuar com potência elevada.
A possibilidade de causar um acidente, porém, é remota (...) isto já foi previsto e, por isso, os equipamentos e os pilotos estão preparados para situações como esta.
No ano passado o Ministério da Defesa foi solicitado pelos deputados Walter Pinheiro, Henrique Fontana, Valdeci Oliveira e Adão Pretto, a relatar com precisão os acidentes que ocorreram com aeronaves devido a interferências por emissoras. A resposta veio vaga, imprecisa e ideologizada. (...)
A resposta do Ministério da defesa mostra que são poucas as interferências causadas por emissoras clandestinas. E confirma no texto: "até hoje não ocorreu nenhum acidente provocado por interferências de emissoras comunitárias ou piratas no SMA".

Um exemplo prático de interferência: quem já andou pela Avenida Paulista, no centro de São Paulo, tentando sintonizar uma freqüência de rádio qualquer, sabe que é praticamente impossível escapar da interferência gerada pelos inúmeros transmissores de grande potência instalados nesta região a serviço das rádios comerciais mais importantes da cidade.

No entanto esse argumento colocado nos processos de fechamento de rádios ilegais, geralmente convence os juízes que nada conhecem sobre técnica de radiodifusão. Como nos demonstra Armando Coelho Neto, nas ocasiões em que a agência foi chamada a compor provas técnicas de interferência, o resultado produzido não foi um parecer técnico, mas sim político: a Anatel não pôde provar com dados técnicos que as emissoras de rádio que estavam sendo processadas por não estarem regulamentadas, com o agravante da interferência, estivessem de fato invadindo outras freqüências devidamente

regulamentadas.[5] (NETO, 2002, pp. 80-81) O Ministério Público, o Governo Federal, e a sociedade, estão convencidos de que todas as rádios "ilegais" causam da interferência. As rádios acusadas de serem "piratas" que interferem no sistema são por isso perseguidas e fechadas.[6] Quando uma rádio é acusada de ser "pirata", ela automaticamente é associada às interferências e isso exerce uma carga na decisão judicial, que deve sempre optar pela integridade social.

Os Gêneros Radiofônicos "ilegais".

Para se estabelecer os conceitos acerca das diferentes transmissões radiofônicas, as ciências da comunicação geralmente partem de uma divisão inicial relativa aos modelos –políticas em comunicação – existentes. São eles: o modelo estatal e o modelo privado, as formas tradicionais de apropriação da tecnologia de radiodifusão. A partir dessa subdivisão, os gêneros radiofônicos são compreendidos de acordo com o perfil do conteúdo de cada emissora.(ORTRIWANO, 1985, p.29).

As transmissões radiofônicas são historicamente ricas em experimentações e efeitos sociais e os gêneros radiofônicos são mais extensos do que os estudos em comunicação em geral consideram. Exemplo disso são as inúmeras formas de ilegalidade no meio radiofônico. As apropriações "ilegais" são aquelas que ocorrem à revelia do Estado, que no Brasil é o tutor do espectro eletromagnético e, por conseguinte, a instituição máxima que decide sobre a ocupação dos canais e freqüências existentes.

No Brasil essas apropriações ilegais são simplesmente denominadas "piratas". Entretanto, entre as chamadas apropriações "piratas", existem características que as definem em categorias. Essas categorias são importantes de serem esmiuçadas por diversas razões: existe uma espécie de tabu – ou

---

[5] *Lei 4.117, **Art. 70.** Constitui crime punível com a pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, aumentada da metade se houver dano a terceiro, a instalação ou utilização de telecomunicações, sem observância do disposto nesta Lei e nos regulamentos.*

[6] A sentença do juíz Sinval Antunes é emblemática, pois parte do pressuposto da interferência sem questinar se de fato ela ocorreu: "(...) É sabido e notório que a inobservância das regras técnicas, indispensáveis ao correto uso das frequências radioelétricas, pode ensejar situações de risco concreto a toda a coletividade: prejudica serviços essenciais, interfere catastroficamente em vôos de aeronaves e na navegação de embarcações marítimas e fluviais (...)" Sentença do Juiz Federal Sinval Antunes no caso do fechamento da Rádio Comunitária Evolução, emissora de baixa potência (50 Watts) em Araçatuba, SP. (NETO, 2002, p. 145). O debate sobre a interferência será analisado com maiores detalhes mais adiante.

preconceito - em torno das rádios ilegais, esse "tabu" se expressa na ausência de trabalhos científicos realizados sobre o tema, na ausência de aprofundamento das questões relativas às políticas de comunicação no campo radiofônico, mesmo entre militantes do movimento, que em geral, assim como o resto da sociedade, não sabem identificar as diferentes formas de apropriação do espectro e seus objetivos.

Dentro do universo das transmissões ilegais, algumas tentativas foram feitas para caracterizar os diferentes gêneros que têm por base a situação de ilegalidade. Este trabalho irá considerar a divisão em modalidades de apropriação "ilegal" sugeridas por instituições que militam na área, procurando ampliar a caracterização dos gêneros radiofônicos ilegais, numa tentativa de criar instrumentos conceituais que discriminem entre as inúmeras expressões, com o objetivo de demonstrar que são plurais e não podem, portanto ser confundidas.[7] São eles: as rádios clandestinas, as rádios piratas, as rádios livres e as rádios comunitárias e as "igrejas eletrônicas".

A caracterização "pirata" para todas as experiências de rádio consideradas ilegais, desconsidera a história que existe por detrás deste conceito. Essa história, entretanto é bastante controversa. Alguns pesquisadores indicam que:

> "O nome 'pirata' é cunhado no final da década de 50, quando algumas emissoras são montadas dentro de barcos para emitir desde fora das águas territoriais da Grã-Bretanha, como forma de escapar ao âmbito estatal. O costume de erguer uma bandeira negra, símbolo dos corsários, e ter fins lucrativos dá origem ao nome *rádios piratas*". (NUNES, 1995, p. 21).

Outros defendem que a intervenção que deu origem ao nome surgiu em 1981 através da Rádio Carolina, montada por alguns jovens num barco além das 12.000 milhas marítimas da costa britânica, onde ergueram debochadamente uma bandeira negra, alusão aos corsários piratas da era das grandes navegações. (FIORILLO, 2000), (NETO, 2002).

---

[7] Parto das categorias sugeridas pelo Imbracom (Instituto Brasileiro de Apoio à Comunicação Comunitária) antiga ArLivre (Associação de Radiodifusão Popular do Rio de Janeiro)

Outros ainda defendem que essas rádios piratas eram patrocinadas por grandes empresas que, imitando o estilo do rádio norte americano, levaram para a Inglaterra a figura dos dj's e da publicidade comercial através das "piratas", emitidas em águas internacionais. Esse desencontro de informações ocorre porque as fontes consultadas são sempre secundárias, o que nos leva a crer que as informações corretas se perderam ao longo do tempo. Um dos motivos que pode ter contribuído para isso é que uma vez ilegais, as transmissões britânicas não foram devidamente documentadas. Isso ocorre também no Brasil, o que faz com que a pesquisa sobre o tema tenha de se utilizar métodos comparativos entre as informações obtidas para que se possa chegar a uma aproximação das informações corretas.

De qualquer maneira esse nome reproduzido e "traduzido" no Brasil, passou a ser utilizado para todas as transmissões ilegais, inclusive para aquelas sem fins lucrativos, como as rádios livres e comunitárias. Durante os anos oitenta, o nome "rádio pirata" era bem aceito entre o movimento de rádios livres. Após esse período, o movimento passou a sentir a necessidade de reivindicar um nome próprio, que discriminasse as transmissões ilegais sem fins lucrativos, das transmissões ilegais comerciais. Um nome que também representasse o momento de engajamento político dessas manifestações pela causa da liberdade das ondas: do direito à livre expressão e comunicação de qualquer cidadão, *também*, pelos meios de comunicação de massa.

Esse engajamento, dentro do contexto da transição do regime de governo autoritário para o regime democrático e da origem das discussões sobre a democratização dos meios de comunicação entre os movimentos sociais e os partidos de oposição, determinaria a fundação legítima do movimento de rádios livres no Brasil como um movimento pela democratização do rádio. Nos projetos democratizantes do Partido dos Trabalhadores, e da Frente Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação, analisados adiante, as rádios livres aparecem respectivamente sob o nome de rádios populares e rádios comunitárias. Neste momento não havia clara distinção entre rádios livres,

populares, comunitárias e “piratas”, ficando basicamente ao critério de cada rádio ilegal e engajada sua autodefinição. [8] Alguns integrantes defendiam que o nome “pirata” deveria ser evitado, repudiado até.

As “rádios piratas” engajadas insistiram no termo europeu de “rádios livres” e na definição, devidamente adaptada às condições brasileiras, dos objetivos políticos a serem alcançados por um movimento organizado. A expressão: “Piratas são eles, nós não estamos atrás do ouro” foi lançada no Brasil pelo livro *Rádios Livres, a reforma agrária no ar*, de Arlindo Machado, Caio Magri e Marcelo Masagão em meados dos anos 80. Nele os autores que vivenciaram experiências com rádios (Xilik) e Tv’s (TV Cubo) livres, contam a história do movimento europeu e brasileiro. O livro resgata documentos que atestam a existência dessas rádios engajadas no Brasil. São evidências raras de cópias de programas, roteiros de diversas experiências radiofônicas espalhadas pela cidade de São Paulo.

Neste livro a definição de ‘rádio livre’ e os objetivos do movimento são resumidos pela expressão “piratas são eles...”, demonstrando claramente que a intenção dessas emissoras é, dentre outras, desvincular a comunicação do lucro produzido pelo sistema comercial. As rádios “piratas” passaram a ser dentro do movimento as ilegais comerciais.

Essa categoria de rádio ilegal é hoje em dia, ao lado das igrejas eletrônicas, a tendência mais forte dentro do movimento institucional de rádios comunitárias. A luta pelo chamado “apoio cultural” é em resumo, a luta para tornar legal a comercialização local da programação de rádios que a princípio deveriam dispor todos os seus horários para atender à demanda pública. Essas são as verdadeiras “piratas”, cujo objetivo social apenas mascara a tendência comercial da iniciativa.

As rádios comunitárias que surgem no Brasil seguem a esteira do movimento de rádios livres, no entanto os métodos utilizados pelas comunitárias para alcançar seus objetivos democratizantes são,

---

[8] O sentido da palavra “populares”, relacionado às rádios ilegais, nada tem a ver com a divisão entre “cultura popular” e “cultura erudita”. O popular aqui está relacionado à origem do movimento de rádios livres na Europa e se aproxima mais do conceito de “público” em oposição ao “privado”, porém o sentido de “popular” está também relacionado aos excluídos da mídia neste caso, as classes sociais menos favorecidas, uma vez que a elite está representada nos meios de comunicação comerciais.

como veremos, diferentes das rádios livres e irão estabelecer por isso, um outro conceito de apropriação do rádio.

No ano de 1983, em resposta aos debates realizados em torno da questão da Nova Ordem da Informação, é criada no Canadá a AMARC (Associação Mundial de Rádios Comunitárias). No Brasil integrantes do movimento pela democratização dos meios de comunicação passaram a utilizar a expressão "comunitárias" para identificar politicamente as intervenções ilegais no espectro eletromagnético, efetuadas em afinidade com os movimentos democratizantes.

> "A AMARC foi criada para ser um fórum de debates sobre a democratização da comunicação, distribuindo informações técnicas sobre equipamentos de radiodifusão local, textos informativos e boletins, promovendo, facilitando e coordenando a cooperação e o intercâmbio entre as emissoras de todo o mundo". (NUNES, 1995, p.37).

No início desse movimento não há clara distinção entre o gênero *rádios livres* e o gênero *rádios comunitárias*. No entanto, no decorrer do processo de consolidação no Brasil de um regime democrático, surge um debate que estabelece limites entre os dois gêneros e que será analisado mais adiante.

Outro fenômeno de intervenção ilegal no espaço eletromagnético são as chamadas "igrejas eletrônicas", comumente conhecidas como rádios "evangélicas", que não podem ser consideradas "piratas" no sentido comercial ilegal, nem comunitárias ou livres por serem proselitistas na maioria dos casos.

A Imbracom (Instituto Brasileiro de Apoio à Comunicação Comunitária) classifica ainda, as transmissões caracterizadas por um discurso político de recrutamento para a resistência aos governos autoritários, sendo utilizadas também pelos comandos de guerrilha, como "rádios clandestinas". Tivemos exemplos na América Latina dessas rádios na Bolívia dos anos 50, 60 e 70 e em Cuba no ano de 1958.

Algumas das rádios desse total de intervenções ilegais foram gradualmente absorvidas pela instituição do Estado ou seja, legalizadas, como foi o caso, por exemplo, da Rádio Favela de Belo

Horizonte que surge em 1981 e é legalizada em 1998. A grande maioria das rádios ilegais, especialmente as auto-intituladas livres foram – e continuam sendo - apreendidas pela polícia federal e/ ou pelo DENTEL, posteriormente transformado em ANATEL[9].

Breve história das rádios livres européias.

O fenômeno das rádios livres surge na Europa em meados dos anos 70 antes que os movimentos pela democratização dos meios de comunicação tivessem saído do campo acadêmico. Espalhadas pela França e Itália, as rádios livres eram rádios que desafiavam o monopólio Estatal das comunicações, intervindo no espaço eletromagnético através de transmissões radiofônicas ilegais. Com irreverência e proposta de experimentação das possibilidades da linguagem radiofônica, seus integrantes tinham um posicionamento político em favor das experiências coletivas e da democratização de comunicação de massa. Neste sentido, essas manifestações podem ser vistas como precursoras dos movimentos democratizantes, que tomariam o campo dos meios de comunicação como mais um espaço de batalhas nos anos oitenta.

Na prática as rádios livres européias eram pequenos estúdios, na maioria das vezes com equipamentos “caseiros”, sem fins lucrativos, geridas por coletivos de pessoas oriundas do entorno do transmissor, que funcionavam de portas abertas para a manifestação direta dos ouvintes, que podiam tomar o microfone nas mãos e proferir qualquer discurso. Algumas das rádios livres européias eram geridas por coletivos políticos organizados, outras, por mistos de tendencias políticas. A história romântica do movimento situa essas rádios livres como expressões da esquerda política européia. De fato a esquerda era muito forte na Itália e na França do final dos anos sessenta e início dos anos 70. Na

[9] A única rádio livre legalizada antes da lei 9612 identificada por esse trabalho foi a Rádio Favela, que conseguiu sua outorga como rádio educativa. É possível que outras rádios livres tenham sido legalizadas sob a forma de rádios comerciais, ou educativas, porém nenhuma como “rádio livre”, uma vez que na legislação brasileira este termo não existe assim como nenhum outro dispositivo que permita a existência de rádios de propriedade coletiva e/ou individual, sem fins lucrativos e com uma programação estabelecida a critério de seus participantes. A lei de rádios comunitárias como veremos, é inadequada para as rádios livres.

Itália a esquerda política está divida entre centro esquerda e esquerda radical, dessa ultima surgem vários movimentos revolucionários organizados e que geraram uma série de manifestações, como a das "Casas Ocupadas" e o grupo terrorista conhecido como "Brigadas Vermelhas". Em meio à efervescência política surgem as rádios livres, sendo que muitas delas estão diretamente ligadas aos grupos políticos de centro esquerda e da esquerda radical.

Estas rádios não tem fins lucrativos, emitem em baixa potência e são geridas de acordo com as normas internas dos grupos de onde surgem. A finalidade política dessas rádios não se resume na transmissão do discurso político revolucionário, elas também expressam os movimentos contraculturais e permitem o acesso a todos os tipos de opiniões. Essa abertura insere as rádios dentro dos processos sociais e políticos reais, sendo instrumento polemizador do debate público.

> "(...) como representantes autênticas do movimento de rádios livres. Aliadas às forças políticas dos estudantes, trabalhadores, donas-de-casa e intelectuais, elas servem como instrumentos de comunicação de projetos coletivos, que se expressam em centros político-culturais organizados, como o Gatto Selvagio, da cidade de Bolonha, de onde vai surgir a Rádio Alice, a mais lendária do movimento italiano". (NUNES, 1995, p.24).

A mais lendária das rádios livres européias, a Rádio Alice conquista sua fama por não apenas pregar o discurso de liberdade radiofônica e liberdade de expressão, mas por romper com as formas discursivas convencionais, inaugurando um estilo artístico de transmissão das informações pelo rádio. A Rádio Alice atua também como força de resistência em favor do movimento estudantil. Em pouco tempo ela é acusada pelo governo de fazer parte das "Brigadas Vermelhas" grupo terrorista italiano, e um mandado de busca e apreensão é expedido com assinatura do prefeito de Bologna. Essa acusação nunca foi provada e integrantes da rádio, bem como simpatizantes, afirmam que ela serviu apenas para justificar a repressão.[10]

A repressão não tarda a agir sobre todas as rádios livres, assim como reage aos grupos que as compõem. Apesar das rádios serem instrumentos criados pela iniciativa dos movimentos sociais de esquerda, elas se expandem ao ponto de não serem mais exclusivamente utilizadas pelos radicais. Essa

[10] Esse argumento já havia sido utilizado antes para o fechamento de outra rádio livre italiana, a rádio Canale 96.

diversidade que se apropria do espectro eletromagnético propondo alternativas para a comunicação, promove a legitimidade da existência de meios independentes do Estado. [11] Poucos meses antes do fechamento da rádio Alice, havia sido aprovado pelo Tribunal Constitucional Italiano, a lei da descentralização da produção da RAI, a rede estatal italiana, transferindo seu controle para o Parlamento e aprovando investimentos privados para emissoras de alcance local.

De 77 a 81 a Itália vive um período de desregulamentação do espectro eletromagnético, onde cada um podia ter a sua própria rádio. Neste período os grupos políticos organizados são duramente reprimidos, em contrapartida a iniciativa privada é incentivada.

> "Depois da legalização, as rádios livres com posições políticas são duramente reprimidas, ao mesmo tempo em que crescem os investimentos publicitários nas rádios comerciais. O refluxo provocado pelos fatos de 77 inaugura uma nova fase na Itália. As emissoras comerciais ganham espaços no dial, deixando de fora as rádios mais radicais e pioneiras da democratização. Mais de 3.500 rádios privadas vão ao ar. É a etapa da seleção natural. As leis da competência e do mercado exercem seus efeitos reguladores, excluindo as iniciativas mais desorganizadas". (NUNES, 1995, p.26).

Muitas emissoras livres, para sobreviverem à desleal concorrência com as que recebiam investimentos privados, se reuniam em redes e retransmitiam a programação de rádios comerciais para todo o território italiano. A Rádio Popolare de Milão, por exemplo, foi uma das emissoras que conseguiu sobreviver através desse sistema. Hoje ela transmite sua programação para várias emissoras locais espalhadas pela Itália, embora mais da metade de seus recursos financeiros sejam provenientes dos seus ouvintes associados, que contribuem mensalmente com a emissora. [12]

Na França o movimento de rádios livres seguiu um padrão semelhante ao italiano. Depois da quebra do monopólio estatal, as emissoras livres se espalharam por todo o território daquele país. Apoiadas por François Miterrand, elas foram legalizadas após sua eleição para presidente. A

---

[11] Espectro eletromagnético é outro nome para aquilo que é conhecido simplesmente como "ar".

[12] Essa rádio inicialmente pequena, foi crescendo ao longo de seus 21 anos de existência e hoje é considerada rádio comercial pela legislação italiana, entretanto possui uma estrutura financeira e de programação voltada para a grande comunidade de Milão. 30% da propriedade da rádio pertencem a uma cooperativa de trabalhadores, 70% de pequenos investidores. Possui orçamento anual entre 3 a 4 milhões de dólares, sendo 50% de publicidade e 50% da contribuição anual dos ouvintes que é em torno de 90 dólares por pessoa. OBORÉ, "De Frente Para o Mundo". Evento realizado em 7 de dezembro de 2002 na sua sede em São Paulo.

legalização possibilitou que as rádios tivessem alcance local limitado a 30 Km de raio e cinco minutos de publicidade por hora, além de exigir que organizassem um estatuto de associação sem fins lucrativos e a proibição da organização das emissoras em rede. Apesar da clara finalidade sem fins lucrativos dada pela lei, muitas rádios burlam esse sistema e passam a contar com apoio financeiro de grandes empresas.

O governo francês fez várias tentativas para "limpar" as faixas do dial ocupadas por estas emissoras, mas todas elas só serviram para acirrar a concorrência entre as que continuavam a burlar a legislação. O resultado foi a definitiva queda do dispositivo "sem fins lucrativos" em 1984 e a permissão da entrada do capital comercial nestas emissoras. Apesar disso, muitas delas ainda estão ativas, não mais como integrantes de um movimento, mas como instituições da democracia francesa. (idem, p.29)

As rádios livres européias foram vitoriosas diante do ideal de servir como alternativa ao monopólio estatal, mas fracassaram diante da entrada de capital comercial. A quebra do monopólio estatal da radiodifusão representou o momento da entrada do capital no espectro italiano e francês. As rádios livres existentes sucumbiram ao modelo comercial que acabou por transformar o cenário das comunicações na Europa, substituindo a problemática do modelo estatal, pelo modelo de concorrência do mercado publicitário. No entanto, apesar do movimento de rádios livres europeu não ter conseguido evitar que suas propostas fracassassem diante da lógica do mercado, as discussões sobre um "outro modelo" de comunicação se proliferaram por diversos países do globo.

As rádios livres no Brasil e as origens das rádios comunitárias.

A primeira rádio livre no Brasil que surge com o objetivo de servir como instrumento para libertar as vozes dos excluídos da mídia, ou seja, aquela legião de que fala Félix Guattari ((MACHADO et. Al, 1987, p.11), é a Rádio Favela criada em 1981 na região do Aglomerado da Serra

em Belo Horizonte, Minas Gerais. Ela surge da iniciativa de aproximadamente 50 jovens que cansados das notícias “do asfalto”, querem transmitir a cultura da favela. Essa iniciativa não tem vínculos diretos com o movimento de rádios livres europeu, ela surge da *necessidade* dessas pessoas possuírem um veículo de comunicação adequado à sua cultura, ao seu cotidiano. Apesar de surgir de forma espontânea, a Rádio Favela tem muitas semelhanças com os objetivos do movimento europeu de rádios livres. Ela é aberta desde sua fundação para a participação dos moradores de seu entorno, que assumem funções como programadores, locutores, técnicos, etc. Ela também denuncia injustiças e se envolve com diversos projetos sociais. No entanto é um fenômeno isolado dentro do contexto do movimento de rádios dos anos oitenta, pois não dialoga e nem atua no sentido de incentivar outros grupos a terem suas próprias rádios. A Rádio Favela teve em sua origem o apoio da igreja Católica e se auto-denomina como sendo uma rádio comunitária. Este trabalho considera que a história de resistência da Rádio Favela, em comparação com a história das rádios comunitárias brasileiras, a coloca até o momento de sua legalização dentro do gênero “rádio livre”.[13]

Antes disso, em 1976, um garoto de 14 anos constrói em sua casa, na cidade de Sorocaba, um transmissor copiado de revistas eletrônicas, e coloca no ar a Rádio Spectro. Seus objetivos são simples: apreender essa tecnologia. Ele prossegue seus estudos e em 1980 já munido de inovações técnicas ele consegue manufaturar um transmissor que atinge um raio de 10 km. Passa a transmitir diariamente das 20 às 22 horas. Tocando muita música jovem ele obtém um retorno imediato e em pouco tempo produz mais seis transmissores que vão ao “ar” em 1981. Nascia aqui o “embrião” do movimento de rádios livres no Brasil, cujos objetivos iniciais não pareciam ser a princípio tão politizadores quanto viriam ser nos anos seguintes. (NUNES, 1995, p.50).

Em pouco tempo surgem mais emissões ilegais nesta cidade, que tinha na época algo em torno de 300.000 habitantes. Os radioamantes começam a se politizar, formando um Coletivo que tinha por objetivo organizar estas rádios dentro de freqüências vazias, para que não causassem interferência nas

[13] Em 2002 é lançado o filme “Uma Onda No Ar” de Helvécio Ratton, que conta à história da Rádio Favela.

oficiais, nem entre si. Esse coletivo se dissolve no mês seguinte, pois as transmissões ilegais se tornam moda da juventude local e não é possível controlar o número de emissoras que surgem neste momento.

> "As primeiras pressões vêm do jornal *O Cruzeiro do Sul*, que se sente agredido com os palavrões, comentários obscenos e palavras de ordem contra o governo. Em editorial, em 1982, o jornal aconselha: 'Quem pretende curtir o rádio como *hobby,* ajuste-se às normas vigentes e passe a integrar o circuito dos adeptos do PX, que prestam inclusive relevantes serviços à comunidade".
>
> O PX Clube de Sorocaba envia então ofício ao Dentel, denunciando quatro menores e exigindo providências contra as rádios livres. A fiscalização não encontra os transmissores e, sem provas, não detém ninguém. O movimento cresce com rapidez. Com um alcance médio de 5 Km, surgem a Staying Power, Speed 4, Sensación, Studio, Jegue, Punk I, Punk II, Delta, Big Ben, Super Star, Pirata, Namorada, Flash Back, Alvorada e outras, num total contabilizado oficialmente de 43 rádios." (NUNES, 1995, p.51).

Logo se iniciam as discussões sobre a legalização dessas emissoras, o mesmo jornal que iniciou as pressões para o fechamento dessas rádios, chega a defender num editorial a legalização de rádios "comunitárias", como forma de "garantir a expressão e a criatividade da população". (Idem ibid.) Desse modo nasce a discussão no Brasil, sobre a liberação de faixas de freqüência no espectro eletromagnético para apropriação popular. Segundo Marisa Meliani Nunes, na origem do movimento as rádios livres eram espontâneas, apartidárias e coletivas.

> "Os contornos dessa intervenção coletiva foram de desobediência civil declarada, e o apartidarismo em que se manifestaram às aproximam de uma forma pura de luta pela democracia." (Idem ibid.)

Por outro lado, nesta primeira fase do movimento de rádios livres brasileiras predominam as experiências individuais da juventude sorocabana, não há politização do discurso que defendam as apropriações ilegais do espectro:

> "o que não as desqualifica no movimento, mas empobrece o conteúdo das emissões. A experiência européia fornece pistas de que as rádios livres mais organizadas e regulares são parte integrante de projetos culturais e de movimentos sociais, e são, na verdade, o canal de expressão para conteúdos que não encontram representação nos meios de comunicação oficiais. Ter o que falar é tão importante quanto ter para quem falar e de que forma falar". (NUNES, 1995, p.58).

Em oposição a essas experiências radiofônicas, o Dentel se apóia no Código de Telecomunicações (lei 4.117/62) e ameaça os radioamantes de prisão. Em 1984 somente 15 rádios

estão ainda em funcionamento, mas o movimento já havia se espalhado por todo o estado de São Paulo, atingindo inclusive a capital.

A idéia de munir a população de emissoras de rádio comunitárias não nasce no Brasil com o movimento em Sorocaba. Esse movimento apenas detona a discussão em torno da legitimidade dessas experiências de comunicação. A idéia de se criar rádios comunitárias no Brasil, já vinha sendo desenvolvida anteriormente pela UCBC – União Cristã Brasileira de Comunicação -, instituição atrelada à Igreja Católica e que nada tinha a ver com as rádios livres. É apenas a partir de 1985 através do movimento de rádios livres, que surgem as primeiras rádios intituladas comunitárias. O sentido do nome "comunitárias" neste período é um sentido político fundamentado na idéia de que o conceito de liberdade é amplo demais e, portanto inadequado para caracterizar uma ação dentro da proposta de criação de um modelo público de comunicação. [14]

As rádios livres de Sorocaba incentivam o surgimento de outras experiências. É na cidade de São Paulo que surge a mais famosa de todas as rádios livres brasileiras da década de oitenta: a *Rádio Xilik*, que transmite pela primeira vez em julho de 1985.

> "Rádio Xilik. Rádio Livre urgente, em 106.4 mHz, aberta a todos, exceto a generais ativos e passivos, senhoras de Santana, falsários, mamães que dizem sempre mentirinhas, falocratas, crianças que falam sempre a verdade, demagogos e juízes evangélicos." (RÁDIO XILIK, *apud,* NUNES, 1995, p.52)

Organizada por estudantes da PUC-SP, a Xilik inaugura uma proposta de rádio livre engajada no movimento pela democratização dos meios de comunicação. As diferenças entre esta experiência e as experiências de Sorocaba, é que a Xilik é mais politizada. Ela não apóia apenas a possibilidade de qualquer um poder ter a sua rádio no "ar", mas defende que este veículo de comunicação deve ser apropriado principalmente pelos movimentos sociais organizados. São os ideais das rádios livres

---

[14] Uma análise mais detalhada da atuação dessa instituição sobre a questão das rádios comunitárias será desenvolvida mais adiante.

européias que chegam ao Brasil através da Xilik. (LUA NOVA, vol.2, nº4, 1986, pp.57-62) Outra diferença fundamental é a ênfase na condição de ilegalidade das rádios livres. [15]

> "A Xilik leva a idéia da rádio livre a uma parcela da população considerada 'formadora de opinião'. Insistindo na prática da desobediência civil, ela rechaça as iniciativas de legalização, que considera a reprodução do controle sobre a comunicação. Para o grupo, é impossível normatizar o desejo e a rádio livre deve continuar a atravessar a comunicação oficial indefinidamente porque é esta a sua verdadeira função dentro da democracia". (NUNES, 1995, p.53).

A idéia da ilegalidade como condição necessária para o sucesso da função democrática das rádios livres, iria gerar no futuro sérias discussões dentro do movimento. Para muitos dos radioamantes do período, a função democrática das rádios livres é a de se contrapor à visão oficial expressa pela mídia comercial e estatal, do processo de transição do regime militar para o regime democrático. Esse é o ano da posse do primeiro presidente civil desde 1962. José Sarney substituindo o presidente Tancredo Neves, falecido antes da posse, é o portador de todas as esperanças democráticas do país. A nova Constituição traz embutida, dentre outras, a promessa de reformas políticas profundas no setor das comunicações. Esse contexto é favorável para o sucesso da Xilik, que reclama justamente por políticas de comunicação onde a Sociedade Civil possa se expressar. Ela transmite de segunda a sexta no horário do programa obrigatório a todas emissoras comerciais: a "Voz do Brasil". Cada programa é comandado por um grupo de programadores que varia em "gênero, número e grau". São transmitidos programas irreverentes, seus programadores atuam sob codinome para se protegerem da repressão e trazem a inspiração do movimento europeu de rádios livres. Um dos programadores, atuando sob o codinome *Cristo*, participou de uma experiência de rádio livre na Bélgica em 1978. Seu conceito de rádio livre resume as aspirações do grupo fundador da Xilik:

> "Na Bélgica (...) as rádios surgiram em 1978 dentro de uma luta para quebrar o monopólio estatal das ondas hertzianas (...)". (Id. Ibid)
>
> Era importante, neste processo, criar um canal de participação da comunidade. As rádios serviam uma determinada população do entorno do transmissor e deviam ser expressão dessa população. As rádios não podiam ser comerciais, nem podiam ser canais de expressão exclusivos de grupos religiosos ou políticos (...).
>
> (...) A divisão de espaços, que era o que se discutia nas assembléias, era dada de acordo com critérios que consideravam quem se apresentava primeiro com um projeto bem feito. Em segundo lugar se considerava

[15] Um trecho de programa da Rádio Xilik pode ser encontrado hoje disponível na Internet através de um link com o endereço: www.midiaindependente.org

o direito de contestação quando havia uma tendência política declarada por algum grupo que fazia um programa". (LUA NOVA, vol.2, nº4, 1986, pp.57-62).

O sucesso da Xilik se deveu em grande medida através de sua defesa pelo direito à transmissão, principalmente aos movimentos sociais organizados. Em cem dias de atuação já havia cerca de 25 a 30 grupos interessados em possuir transmissores. Isso levou a rádio a pensar numa organização do espectro radiofônico, autogerida pelos grupos interessados em terem suas próprias rádios. Surge então a idéia da formação de uma cooperativa de radioamantes. O principal objetivo da cooperativa era, a princípio, construir transmissores para todos os grupos interessados, mas também socializar os programas e os estúdios, ou seja, diferente do movimento em Sorocaba mais individualista, a idéia da Xilik era de que todas as rádios fossem abertas à participação dos moradores do entorno do transmissor. Estes seriam os primeiros passos da cooperativa, o mais importante, era começar a criar uma "ética das rádios livres", ou seja:

> "quem vai controlar o acesso ao *dial* somos nós mesmos (radioamantes). Porque já está havendo problemas de espaço no dial, não há condições para todas essas rádios irem para o ar ao mesmo tempo". (Id. Ibid.)

Finalmente, a cooperativa teria também o objetivo de organizar politicamente a solidariedade de umas rádios às outras em caso de repressão. (LUA NOVA, vol.2, nº4, 1986, pp.57-62).

O importante da idéia da cooperativa, é que ela continha em si, uma proposta política de gestão do espectro eletromagnético controlado pela população, no caso os movimentos sociais organizados: sindicatos, estudantes, movimentos de periferia, jovens, etc.

A rádio Xilik transmite ao vivo em 1986, uma palestra do psicanalista francês Félix Guattari, também ideólogo do movimento de rádios livres. Essa transmissão foi importante porque compartilhou com mais de seiscentas pessoas as idéias defendidas por Guattari, mas também levou até o pensador, a situação dos meios de comunicação no Brasil e o movimento nacional de rádios livres. Dessa relação surgem contribuições importantes, provenientes da experiência própria de Guattari na rádio livre "Tomate", além de sua análise para o caso brasileiro, alertando movimento para o problema da

institucionalização e o perigo da "partidarização" das rádios livres em contraposição à sua função social. Esta análise, que será retomada mais adiante, de certa forma "previu" os rumos que o movimento de rádios tomariam a partir dos anos 90 no Brasil.

A atuação da Xilik não se conteve na transmissão dos ideais das rádios livres. A cooperativa chega a produzir vários transmissores que são "emprestados" para comunidades carentes e grupos organizados. A emissora também promove campanhas irreverentes como "Vá pela porta de trás do ônibus porque está caro e o ônibus é um dever do Estado e um direito do cidadão". A "Marcha sem Motivo" na Avenida Paulista, com as palavras de ordem: "venha e reivindique o que quiser". O Dentel tenta fechar a rádio duas vezes, mas encontra a oposição do chanceler da PUC, à época, Dom Paulo Evaristo Arns, um simpatizante da "Teologia da Libertação".[16] Estas entre outras atuações irritam o Ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães, que chega a publicar uma portaria exigindo imediata repressão a todas as rádios não-autorizadas. (NUNES, 1995, p.54) É importante anotar que neste período o número de concessões dadas pelo Governo Federal a políticos, parentes de políticos e amigos de políticos, especialmente os Deputados Federais, responsáveis também pela Assembléia Nacional Constituinte, bate todos os recordes anteriores.[17]

A Xilik resolve por si sair do ar, mas o grupo continua defendendo seus ideais participando de palestras, publicando artigos e o livro *"Rádios Livres, a reforma agrária no ar*", popularizando no Brasil a questão da democratização dos meios de comunicação. Neste momento são mais de 50 rádios operando, incentivadas pela Xilik. Há rádios que surgem em hospitais psiquiátricos, rádios que surgem de núcleos do PT, mas com autonomia e procurando novas formas de experimentação. O movimento em São Paulo é tão fecundo que extrapola o estado, chegando ao Rio de Janeiro em 1986 e dali para todo o Brasil. (NUNES, 1995, p.57).

[16] ARNS, Paulo Evaristo – *Discutindo o Papel da Igreja,* ed. Loyola, São Paulo, SP, 1980

[17] Sobre isso ver: MOTTER, Paulino. *A batalha invisível da Constituinte:* Interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil. Brasília, 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília.

No Rio de Janeiro uma das experiências mais interessantes, do ponto de vista do debate democrático, foi a Rádio Petrópolis. Com 500 Watts de potência ela superou todas as rádios livres da época. Formada por médicos e empresários, o que explica sua abundância de recursos técnicos, ela transmitia todos os dias depois das 18 hs, tocando jazz, bossa nova, rock progressivo inglês e procurando demonstrar que "é possível oferecer a mesma tecnologia de transmissão das emissoras profissionais e comprovar o crescimento do movimento em todo o País". (NUNES, 1995, p.57). Alguns radioamantes defendiam que as rádios livres deveriam servir aos segmentos excluídos da sociedade. Para estes, a experiência desta rádio "da elite", era vista como "invasora", uma vez que a classe empresarial tem condições financeiras para licitar os canais comerciais. Essa experiência também insere no debate a questão relativa à potência dos transmissores. O argumento é o de que uma rádio livre deve atender às demandas comunicativas de seu entorno, quanto maior a potência de seu transmissor, maior o entorno e maior é a resposta social que deve chegar aos microfones do estúdio. Desse modo o entorno do transmissor não pode extrapolar a capacidade da emissora em atender a todos que possam ficar interessados por se apropriarem temporariamente da rádio. Outro argumento era o de que nas mãos de um poderoso segmento social ligado ao capital, uma emissora não iria servir aos interesses sociais emancipadores, ao contrário, seriam instrumentos que viriam a reforçar o *status quo* das comunicações comerciais e por estarem a serviço de uma classe econômica bem sucedida, poderiam invadir o espectro eletromagnético com transmissores de alta qualidade e potência, ocupando o espectro com mais rádios "não democráticas". Além disso, a existência de emissoras comerciais ilegais "poluíam" o movimento, atraindo para si a atenção das rádios oficiais e dos órgãos repressores.

A maior parte das intervenções desse período são projetos de estudantes universitários, que ao mesmo tempo em que são ricos em experimentação da linguagem radiofônica, também sofrem o problema da falta de recursos financeiros para manter as emissoras funcionando. Muitas dessas experiências tem curto prazo de atividade, mesmo assim elas foram suficientemente criativas para

incentivarem o surgimento de outras, gerando o efeito “dominó”, onde para cada rádio livre fechada, outras começam a operar.

Marisa Meliani Nunes analisa o movimento em três fases distintas. Ela aponta que a falta de recursos é predominante em todas as fases do movimento e provém mais do fato dessas rádios terem o exemplo do fracasso do movimento na Itália e na França, o que gerou receio quanto às formas de aquisição de recursos financeiros, do que pelo fato de serem populares. O receio de buscar recursos na forma de apoio cultural, do comércio do entorno das rádios levou muitas delas a extinção. Essas rádios surgem do simples desejo de indivíduos de fazer rádio. O que surpreende é a idéia de que a comunicação “livre” não é compatível com o capital comercial.

Essas experiências não introduzem no Brasil a questão da democratização do espectro radiofônico. É apenas a partir da Xilik que surge nas rádios livres, o questionamento em torno das políticas de comunicação. Em pouco tempo (1985-1989) o movimento já tem repercussão nacional e procura formas de se organizar. Essas rádios curiosamente não se associam ao movimento de democratização das comunicações que ocorre no plano institucional, ou seja, nos trabalhos preparatórios da Assembléia Nacional Constituinte. Elas se reúnem em inúmeras associações de rádios livres onde são realizados os primeiros encontros e discussões. Logo essas atividades atraem a atenção da mídia oficial. O movimento de rádios livres reivindica autonomia sobre suas experiências e pretende se autogerir. Logo o movimento geral pela democratização dos meios de comunicação passa a se interessar pelo movimento de rádios livres. Há uma incorporação dessas experiências dentro dos discursos democratizantes “oficiais”, principalmente a partir do início da década de 90 e estas rádios passam a ser a principal frente de batalhas no campo radiofônico. A questão da legalização começa a ser o alvo das batalhas entre aqueles que compreendem o perigo da “oficialização” do movimento e aqueles que pretendem transformá-lo num projeto político partidário.

Antes da análise dessas questões é necessário, porém efetuar uma digressão sobre a história da democratização dos meios de comunicação no Brasil. Esta história não poderá ser aqui escrita em todas as suas nuances, nem todos os dados serão expostos, apenas o suficiente para a melhor compreensão do contexto histórico do período como também, do desenvolvimento de um discurso democratizante sobre o tema e que viria a ser na década de noventa, o fundamento de uma outra perspectiva para o movimento de rádios.

Capítulo II

> "Fazer história dos processos implica fazer história das categorias com que os analisamos e das palavras com que os nomeamos. Lenta mas irreversivelmente viemos aprendendo que o discurso não é um mero instrumento passivo na construção do sentido que tomam os processos sociais, as estruturas econômicas ou os conflitos políticos. E que há conceitos tão carregados de opacidade e ambigüidade que só a sua *historização* pode permitir-nos saber de que estamos falando mais além do que supomos estar dizendo".
> Jésus Martin-Barbero

Introdução.

Se tomarmos os conselhos metodológicos/teóricos deixados por Pierre Bourdieu no segundo capítulo da coletânea sobre *O Poder Simbólico* (1989), teremos que considerar no estudo sobre as rádios livres e comunitárias em primeiro lugar o que é democracia, para depois analisarmos o sentido que essa palavra tem sido aplicada dentro do referido assunto. Isso porque, segundo nos ensina o referido mestre, uma boa pesquisa deve começar por praticar a *dúvida radical* (1989, p.34), em poucas palavras, deve começar por duvidar das pré-noções embutidas nos conceitos. Perguntar sobre o significado da palavra democracia é um exercício em Ciências Humanas, dos mais complexos para uma iniciação à arte da *dúvida radical*. Esse conceito controvertido, que se supõe como valor universal, ainda não é, nem na prática, nem na teoria, universalmente consensual. Existem algumas pré-noções explicativas a respeito do seu significado, a maioria delas fundamentadas nos tratados escritos pelos pensadores Iluministas, porém com significados tão voláteis quanto o conceito que tentam explicar: liberdade, individualidade/coletividade ou universalidade, cidadania, soberania, ordem, organizações, partidos, etc. Talvez o significado mais próximo da realidade, considerando a ausência de consenso, seja a palavra conflito. Democracia é em primeiro lugar uma utopia. Mas a utopia que representa, também é um parâmetro, uma espécie de termômetro onde são medidas as liberdades individuais e coletivas, a aplicação dos direitos fundamentais e os espaços onde se desenvolvem as batalhas sociais.

A tarefa desse trabalho não é questionar sobre o que é ou como deveria ser a democracia, não se trata também de aceitar passivamente as noções dadas sobre o assunto, também não serão

desenvolvidas propostas inéditas para o conceito, a questão será a de observar criticamente, como a palavra tem sido empregada em diversos discursos, com propostas e conseqüências inseridas em contextos de disputas, que às vezes são explícitos, às vezes obscurecidos pelas diferentes representações. As palavras democracia, democratização, aparecem relacionadas aos meios de comunicação de massa no Brasil, ao longo de trinta anos e de formas substancialmente diferentes, um exemplo: até o final dos anos setenta, as batalhas pela democratização dos meios de comunicação focalizavam a queda dos dispositivos de censura. Nos anos noventa a democratização da mídia é um assunto que *é assunto,* desde a necessidade do capital de ampliar o mercado, que transforma todas as tecnologia num *direito*, criando o direito de acesso à informação, que implica no acesso à rede, que por sua vez implica no desenvolvimento das condições materiais de uma sociedade... até a possibilidade de substituição dos dispositivos tradicionais da política, como demonstra Stefano Rodotá (2000), Pierre Bourdieu (1997), entre outros.[18] Ou seja, a questão sofreu ao longo dos últimos 40 anos um desenvolvimento pragmático relativo ao grau de importância vital que os meios de comunicação de massa passaram a ter dentro da complexidade resultante dos sucessivos desdobramentos da modernidade.[19]

Demonstrar e discutir a forma como esses conceitos têm sido usados pelos grupos de força, ao longo das batalhas sociais travadas em torno do assunto, é arriscar-se a desdobramentos muito extensos

---

[18] No Brasil o caso do ex-presidente Collor de Melo, como um produto de sucesso da mídia, que foi eleito por tê-la a seu lado, sem um partido representativo ou uma atitude política nacionalmente reconhecida por mérito. Aliás, ele não foi o primeiro político levado a ocupar um cargo importante pelas Organizações Globo, antes dele, Antônio Carlos Magalhães havia ocupado o cargo de ministro das Comunicações no governo Sarney, por sugestão de Roberto Marinho. Collor foi sim, o primeiro a ocupar o cargo de presidente de uma nação, apoiado numa imagem construída exclusivamente pela mídia. Sobre isso ver: Motter, Paulino. A Batalha da constituinte. Brasília, 1996. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade de Brasília. Também: CONTI, Mario Sérgio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

[19] O fenômeno *modernidade* é compreendido aqui como sendo a estrutura que os mundos: social, político, econômico e natural, por conseqüência, assumiram após o marco histórico da Revolução Inglesa, ou a chamada Revolução Industrial. Apesar de geralmente ser aceita a versão que vê um marco inicial nas Revoluções do século XVII como sendo o processo que deu origem à conjuntura atual, alguns pensadores, chamados pós-modernos, afirmam que no final do século XX, experimentamos uma ruptura para com a modernidade sobre isso, por exemplo, veja: RIFIKIN, Geremy. *The Age of the Access. The new culture of hypercapitalism, where all of life is a paid-for experience.* New York: Penguin Putnam Inc., 2001. Aqui trabalho com a concepção de Anthony Giddens, que enxerga continuidades nos fenômenos do final do século XX e os conceitua como sucessivos desdobramentos da modernidade, como *projetos* concluídos ou em andamento, elaborados pelos primeiros modernos. GIDDENS, Anthony. *Conseqüências da Modernidade.* São Paulo: ed. UNESP, 1991.

e pouco esclarecedores, visto que o assunto foi e tem sido progressivamente incluído nas pautas dos governos, da própria mídia, de grande parte da sociedade politicamente organizada - chamada aqui de Sociedade Civil -, contudo e contraditoriamente, este ainda não é um assunto discutido pela grande maioria da população politicamente desorganizada, daí a importância de continuar sendo uma pauta de debate. [20] Para evitar que o tema se escorra pelos caminhos filosóficos, ou da militância, é necessário estabelecer um roteiro metodológico. No presente capítulo serão apresentados alguns dos discursos democratizantes que tratam das políticas de concessão de canais de rádio.[21]

A história do monopólio das comunicações no Brasil é uma história que vem sendo construída há muito tempo, mas que só atingiu o status de *campo de batalhas sociais,* nos últimos vinte anos. Antes da queda da censura, antes dos militares, durante os breves momentos em que o país esteve em posse de relativa sanidade democrática, a mídia já era vista por alguns jornalistas como instrumento poderoso de defesa e ataque a serviço da sociedade contra as classes dominantes. No entanto, nas duas últimas décadas do século XX, a mídia de *instrumento*, transformou-se em *campo* de batalhas. De peça chave, fundamental, ela atingiu para a sociedade atual, o status de *conditio sine qua* a modernidade não poderia se desenvolver. Observamos hoje o fenômeno da *Sociedade de Informação*, como denominam os mais otimistas (SOARES, 1996). Independente dos conceitos dados, ou dos debates em torno dos termos mais apropriados, a idéia da globalização está estruturada no desenvolvimento das tecnologias de comunicação.

Muitos à moda MacLuhan anunciaram com um certo grau de otimismo, o advento da democracia eletrônica, da era da “tecnodemocracia” (LÉVY, 1999), da “tecnopolítica” (RODOTÁ, 1997). No Brasil muitas dessas tecnologias não têm a mesma abrangência verificada nos países industrializados. A televisão e o rádio ainda são os meios de comunicação de massa por excelência da

---

[20] Será adotado aqui o conceito que considera como Sociedade Civil, as organizações não governamentais, os movimentos sociais organizados em grupos locais ou não todos, porém, tendo em comum as reivindicações para o bem comum e todos sendo sem fins lucrativos. Considero importante a idéia da profissionalização que caracteriza os novos movimentos sociais, como as ONG’s (SOUZA, 1996, p.71), mas prevalece aqui a noção de sociedade civil mais abrangente.
[21] Essas políticas seguem o mesmo padrão para as emissoras de Tv.

grande maioria. Por conseqüência do monopólio comercial, essa grande maioria não tem a oportunidade de usufruir o potencial “democrático” dessas tecnologias. Estas pouco têm contribuído em termos de democratização dos sistemas tradicionais de participação popular na política. O que significa democracia em termos de comunicação? O direito e a possibilidade de escolher as informações do seu campo de interesse? O direito e a possibilidade de veicular informações para o grande público?

No caso da Internet, por exemplo, observamos as possibilidades dela interferir nos processos políticos institucionais. Ela pode futuramente, segundo os mais otimistas, vir a substituir a Câmara do Deputados por conferências eletrônicas e referendos, onde qualquer interessado poderia decidir sobre questões relativas ao bem comum (RODOTÁ, 1997, p. 18). Percebemos e imputamos às novas tecnologias esse poder de interferir nos processos políticos e quando reivindicamos maior grau de democracia, automaticamente estamos sugerindo que esse novos meios de comunicação de massa sejam utilizados em todas as suas potencialidades. Poderiam as tecnologias *tradicionais* contribuir de forma democrática, assim como imaginamos que as Novas Tecnologias possam, para o desenvolvimento da consciência democrática, da prática da cidadania?

Sem dúvida os meios de comunicação de massa, não poderiam estar fora de qualquer discussão sobre democracia, o século XX é marcado pelo desenvolvimento das tecnologias da velocidade de transmissão de informações que *otimizaram* a serviço da produtibilidade capitalista, a velocidade de transmissão dos padrões de consumo, das transações comerciais, das verdades e mentiras ideológicas. No modo de entender da tradição sociológica weberiana, este foi o século das tecnologias a serviço predominantemente, das mensagens teleológicas, ou da *ação estratégica* habermasiana, aquela voltada para fins determinados, cuja expressão se dá por meio das ações *perlocucionárias*, ou seja, ações cujos objetivos reais são conhecidos apenas por aqueles que emitem as mensagens originais. Os que as recebem não tem consciência de que por detrás dos enunciados, existem estratégias voltadas para finalidades específicas.(Habermas, 2001a, pp372, 376). Isso em outras palavras significa *manipulação*.

As mensagens perlocucionárias transmitidas pelos meios de comunicação de massa sejam elas comerciais, políticas ou noticiosas são instrumentos a serviço do processo de *coisificação* humana - na interpretação que Adorno e Horkheimer fazem da indústria cultural.(1999) Vamos nos restringir a algumas das objetivações, tendo como pressuposto todo o processo comercial embutido nos meios de comunicação, para que possamos avançar na discussão que se desenvolve pelo controle do acesso e utilização dessas tecnologias.

A determinação técnica que se coloca aqui - e talvez a única que seja de fato determinante - é o poder de tornar público algo até então "privado". O controle dos meios de comunicação, tanto na forma como no conteúdo é compreendido aqui, como um processo histórico de desenvolvimento da tecnologia da *publicização* dentro da lógica do *mercado*, da "tecnomercadológica" nos processos comunicativos e na apropriação dessas tecnologias.[22]

O domínio sobre a tecnologia e o seu desenvolvimento é parte do capital socialmente construído das nações. Esse domínio encontra-se distante dos projetos iluministas de sublimação da humanidade, sendo usado na legitimação do quadro institucional de manutenção da exclusão social. Em outras palavras: as forças produtivas, que para Marx continham um potencial crítico maior quanto mais desenvolvidas se apresentassem, são ao contrário, desenvolvidas pelas necessidades técnicas do capital de expandir e legitimar-se como funcionalmente adequadas. O potencial crítico é absorvido pela utilidade apologética da racionalidade e transforma-se em corretivo *dentro* do sistema. Nos vemos no início do século XXI imersos em um sistema político e econômico onde nenhuma oposição a ele parece possível. O avanço tecnológico substitui os operários das fábricas, desagrega as classes trabalhadoras, aliena-as não somente dos meios de produção, mas do próprio processo produtivo. As possibilidades da

---

[22] diversos trabalhos recentes em sociologia têm criado palavras, "neologismos", a respeito CONTI, Mario Sérgio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
/os quais Bourdieu se refere (1989, p.63), para resumir o efeito social do modo de produção capitalista sobre o conhecimento técnico e científico _ tecnodemocracia, tecnopolítico -, alguns preferem resumir a modernidade a esse efeito e chamam às elites de tecnocratas, de tecnocracia como um regime vigente na maioria das sociedades subdesenvolvidas em desenvolvimento.

razão iluminista são reduzidas para fins específicos da lógica sistêmica do lucro (Habermas, 1975, p.305) e do poder político do Estado (Habermas, 2001b, p.520). O campo de batalhas pelo fim da exclusão social se expandiu, não é possível pensar na luta de classes apenas no campo das batalhas políticas e econômicas, a ciência e a tecnologia cumprem a tarefa de mudar as regras do jogo.

A transferência de tecnologia nos anos 70 foi vista por diversos autores como uma forma de dominação dos países industrializados, chamados então de 1º mundo, sobre os países subdesenvolvidos, chamados de 3º mundo. Para além das críticas que possam ser feitas às teorias da dominação desenvolvidas nesta década, principalmente àquelas com relação à dominação cultural, a participação de órgãos internacionais, representantes dos países industrializados no processo de desenvolvimento das comunicações eletrônicas no Brasil teve, como veremos, uma importância indireta, mas decisiva no processo de legitimação do sistema de comunicações vigente até os dias de hoje. Mas o processo de transferência de tecnologia também reproduz o quadro de dominação no plano interno das relações de poder. As tecnologias de comunicação foram instrumentalizadas através de procedimentos jurídicos para - dentre outras coisas- configurar legitimidade política aos militares e aos seus respectivos grupos de apoio.

> "Em todo o mundo, as classes dominantes não deixarão jamais de se apropriar, para expansão de seu domínio, de todo e qualquer desenvolvimento da ciência e tecnologia, em particular daqueles relacionados à comunicação e informação".(RAMOS apud, SOUZA, 1996, p.66).

No contexto da ditadura a dominação autoritária solapa qualquer divergência política, seja ela proveniente das classes dominadas ou da burguesia. As tecnologias dentro desse contexto não foram apropriadas apenas pelo ideal do desenvolvimento econômico, mas também como dispositivos controlados e controladores do ideal político do regime sobre a sociedade. A tradição da apropriação privada dos meios de comunicação pela elite econômica foi mantida, mas apenas a elite que apoiava o regime é que recebia as concessões.[23] Essa situação de extremo controle de tecnologias de manufatura

[23] O caso dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, mega empresa de comunicação, que envolvia jornais, revistas, canais de Tv e rádio, prejudicada por um acordo internacional e inconstitucional de investimentos na área da comunicação televisiva entre a Time Life e a Rede Globo, realizado sob a passiva conivência do regime militar, que parecia pretender, por divergências políticas, a queda do império Chateaubriand. (SIMÕES, 1986, p.68).

não muito complexas e de fácil manuseio (como os transmissores de rádio que a partir dos anos 80 já eram produzidos no Brasil), na ausência de capital para pleitear o direito a investir na área das comunicações, numa situação de oposição política e a conseqüente falta de acesso da população aos direitos fundamentais, explicaria em parte a condição ilegal das apropriações populares dos meios rádio e Tv no início dos anos 80 . [24]

As divergências políticas populares para com o regime neste período seriam o pano de fundo de um processo de reabertura política, que por breves momentos, parecia caminhar para o iminente ajustamento dos instrumentos políticos legitimadores, usados até então de forma autoritária pelo regime militar, ao projeto democrático em elaboração.

Curiosamente nos anos oitenta, fala-se muito em democratização dos meios de comunicação de massa, no entanto as experiências democráticas em comunicação são mais difíceis de caracterizar, dada a controvérsia sobre o que é democracia, ou melhor, sobre qual o grau máximo de democracia a que se pode chegar, do que as experiências antidemocráticas, mais fáceis muitas vezes de identificar - censura, controle autoritário dos meios e das informações, interesses comerciais ou coloniais subjugando os interesses humanos universais -. E por mais simples que esse problema possa parecer, é simplicidade apenas aparente, pois o problema de se configurar a democracia nos meios de comunicação se encontra no centro de todos os conflitos que emperraram a instituição de políticas de controle e participação popular nos meios de comunicação, tanto durante quanto depois da reabertura democrática.[25] As questões que estão por detrás de todas as discussões e que raramente são colocadas: se de fato seria possível que os meios de comunicação, rádio e TV, trouxessem um maior grau de democracia às sociedades que deles dispusessem de forma não autoritária, acessível, regido por um código de ética aprovado pelas instituições representativas tanto da sociedade em geral, quanto dos profissionais das

[24] Um projeto de transmissor que pode ser feito em casa, com a utilização de peças que podem ser extraídas de qualquer rádio, ou compradas em qualquer loja de peças eletrônicas, pode ser encontrada na obra de Arlindo Machado (1987, pp. 154 - 171). O esquema é tão simples que transmissores apreendidos pela polícia foram encontrados montados dentro de panelas - como o caso da Rádio Xilik.

[25] O conceito de popular usado aqui é aquele indicado por Marilena Chauí. *Popular* são todos aqueles segmentos sociais compostos por assalariados, “os escravos do mundo moderno” (CHAUÍ *apud*, NUNES, 2000, p.48).

diversas áreas das Ciências da Comunicação. Seria possível que os meios de comunicação, se utilizados de forma plural e abrangente, trouxessem um incremento democrático e democratizante às sociedades? Quais as conseqüências que a utilização democrática dos meios de comunicação de massa trariam para o modelo tradicional imposto? Outra questão que está por detrás dessas discussões é relativa ao direito humano de se comunicar.[26] Fala-se muito em democratização e diversos projetos ditos democratizantes, como veremos, não asseguram aos cidadãos o direito de emitir informações. A grande resistência encontrada pelo movimento de rádios livres junto das autoridades do Estado, sugere que os interesses daqueles que controlam os meios e as políticas de comunicação estariam ameaçados pelo projeto democrático. O fato é que a introdução de um modelo de comunicação social não destruiria a produção privada de bens simbólicos, ao contrário, seria até mais provável, haja vista o caso francês, ou italiano, que o modelo social fosse paulatinamente absorvido pelo poder do capital. O que temem aqueles que controlam os meios e a política de comunicação?

A propaganda desenvolvimentista como instrumento bilateral - a serviço do Governo brasileiro e dos órgãos internacionais.

Após a Segunda Guerra mundial a ONU observou a necessidade de expandir o desenvolvimento industrial e tecnológico para todos os países subdesenvolvidos, isso porque, era preciso ampliar o pólo de influência dos países capitalistas avançados sobre os demais, para que os riscos de "conversões" ao

[26] Norberto Bobbio chama às reivindicações pelo direito de se comunicar e de liberdade de informação como direitos de *terceira geração*, diferindo-os dos direitos *naturais* e os direitos *sociais.* A categoria dos direitos de *terceira geração* é, em sua opinião, "ainda excessivamente heterogênea e vaga, o que nos impede de compreender do que efetivamente se trata". No mesmo parágrafo, ele afirma que esse nascimento de reivindicações de direito são "Mais uma prova, se isso ainda fosse necessário, de que os direitos não nascem todos de uma vez. Nascem quando devem ou podem nascer. Nascem quando do aumento do poder do homem sobre o homem - que acompanha inevitavelmente o progresso técnico, isto é, o progresso da capacidade do homem de dominar outros homens - (...)" BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos.*Rio de Janeiro: Campus, 1992, p.6.

pólo soviético fossem minimizados. A ONU através de sua agência para a educação, cultura e ciência, a UNESCO, iniciou nos anos 60 uma campanha no sentido de ampliar o acesso às tecnologias de comunicação, porque existia a crença, fundamentada nas teorias de Lerner, de que os meios de comunicação de massa eram capazes de promover o desenvolvimento industrial, nos países onde estes estivessem integrados nacionalmente. (MELO, 1998, p. 292)

A UNESCO foi a grande responsável pela propagação das idéias de que deveria haver políticas de expansão de redes de comunicação e controle de informações, voltadas para o desenvolvimento das forças produtivas através da aceitação de instrumentos tecnológicos nas práticas produtivas tradicionais, como a agricultura, por exemplo. Em 1964 foi concretizada a tarefa de planificar a ofensiva da UNESCO para a implantação de um programa de desenvolvimento das comunicações, destinado a criar o clima de desenvolvimento global das sociedades dispostas a ingressar na era da modernização. Aos meios de comunicação caberiam as tarefas de difusão das novas técnicas de produção, da propaganda em favor da industrialização e dos padrões de consumo equivalentes aos desenvolvidos nos países industrializados. (MELO, 1998, p.296).

No Brasil já estava sendo praticada desde pelo menos o governo do Estado Novo de Getúlio Vargas, a política de desenvolvimento dos meios de comunicação sob o controle de informações. Este governo percebendo o rádio como um meio eficaz de incentivo ao consumo, forneceu subsídios para a expansão das emissoras. Vargas criou em 1939 o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda),

> "(...) ligado diretamente à Presidência da República e que substituiu o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural 'tendo a seu encargo a fiscalização e censura não só do conteúdo das programações radiofônicas como as do cinema, teatro e jornais". (FEDERICO apud, ORTRIWANO, 1985, p.18).

Era o DIP que produzia o programa radiofônico a "Voz do Brasil", de veiculação obrigatória em todas as emissoras legalmente constituídas e que passou depois a ser responsabilidade da Empresa Brasileira de Notícias. Vargas também "encampou" a Rádio Nacional e estabelecia com esse ato, o

controle total da propaganda política no país. (ORTRIWANO, 1985, pp. 15,18) [27] Como pode ser notado, a partir da Revolução de 30 o Governo adotou a política de controle das informações e foi gradativamente centralizando o poder dos meios de comunicação de massa através dos dispositivos de censura, da criação de órgãos fiscalizadores, até chegar ao "modelo ideal" da emissora Estatal.[28] Entretanto o modelo anterior, que considerava as emissoras de rádio como bem público, embora utilizado para a exploração privada, continuou existindo mesmo nos momentos de maior centralização da propaganda getulista. A partir do governo do Estado Novo o Brasil passa a ter um sistema de comunicações eletrônicas regido por dois modelos: o estatal e o privado.

As diretrizes lançadas pelo programa das comunicações promovido pela UNESCO e que previam um alto grau de controle sobre as informações, encontraram no Brasil uma situação historicamente favorável, tendo sido amplamente acolhidas pelo governo golpista de 64. [29]

O perfil cultural brasileiro estava se transformando radicalmente e em poucos anos o Brasil que até então havia sido culturalmente um país rural, encontrava no final dos anos 50, uma situação antagônica insustentável (SCHWARZ, 1978, p. 65). Com a modernização o êxodo rural ampliou os espaços urbanos, o perfil cultural do cidadão brasileiro, em decorrência de uma reorientação intelectual com relação às massas, começou a mudar no sentido de uma ruptura para com os padrões culturais tradicionais (SCHWARZ, 1978, p.69). Neste momento os meios de comunicação de massa têm o papel fundamental de contribuir para com essa ruptura, difundindo o ideário modernizador através da produção cultural.

---

[27] Das sete Constituições apenas uma admite expressamente a elaboração de leis prescrevendo a censura prévia. Esta vige exatamente durante a ditadura getulista. A censura imposta pelo Ato institucional nº V, transformou em letra morta a constituição de 1967, cujo princípio constitucional era o de liberdade de imprensa. (PEREIRA, 1987, pp.29 -30).

[28] O primeiro "diploma legal" sobre radiodifusão no Brasil, surgiu nove anos após a implantação do rádio no país, através do decreto nº 20.047, de maio de 1931, que permitiu a publicidade via rádio. (ORTRIWANO, 1985, p.15).

[29] Essas diretrizes se baseavam num índice mínimo de canais de comunicação por pessoa, apesar disso, o desenvolvimento defendido pela UNESCO, não se baseava apenas na expansão quantitativa de canais de comunicação mas "(...) comportava *estratégias* a serem soberanamente decididas pelos respectivos países (...)" (MELO, 1998, p.298). No Brasil essas estratégias foram apresentadas em 1967, no trabalho citado, José Marques de Melo, apresenta um resumo dessas estratégias que não são apenas comunicacionais, mas econômicas e políticas.

Muitos são os estudos que procuram traçar em linhas gerais os diversos movimentos sociais que surgiram durante o período que compreende o final dos anos 50, até o auge da repressão militar 69 -72, quando os movimentos de esquerda foram finalmente derrotados em todas as frentes de batalha. Esses movimentos de esquerda provocaram algumas rupturas para com o tradicionalismo cultural e desse ponto de vista, promoverem como que por ironia, o que seria uma face do ideal desenvolvimentista do Governo golpista depois de consolidado no poder. Este que havia sido largamente apoiado pelos setores tradicionais da classe média e elite brasileira acabou por "trair" essas bases tradicionalistas colocando em prática ao longo dos anos 70, parte do projeto modernizador inicialmente defendido por certos setores da esquerda. (SCHWARZ, 1978, p.72)

Renato Ortiz nos explica como o projeto nacional modernizador não se desenvolveu tal e qual desejavam os setores progressistas, tanto da direita quanto da esquerda brasileira. A modernização tecnológica não promoveu a consolidação de uma identidade nacional, fundada numa "tradição de rupturas" desenvolvida internamente: a verdadeira busca do projeto modernista. Somos portadores de "um outro tipo de identidade". A modernidade brasileira despolitizou os elementos tradicionais dessa busca - a idéia do nacional e do popular. Tornou acrítica a relação entre cultura e política. (2001, pp.184 - 210).

Em meio a este qüiproquó de tendências, o Brasil fortalecia sua indústria cultural sob a égide desenvolvimentista dos militares, que auxiliava na institucionalização gradual do discurso da modernização em termos econômicos. (ORTIZ, 2001, p. 118) Neste sentido a consolidação dos meios de comunicação de massa segue uma estratégia, que possui mais do que simples semelhanças com o programa sugerido pela UNESCO. [30] A base desse programa estava fundamentada na idéia de que as redes deveriam se fortalecer para que a mensagem desenvolvimentista dos governos dos países

[30]Segundo o ex-reitor da Universidade de Brasília e Ministro da Educação, Cristovam Buarque, existem duas modernidades: a modernidade consolidada no país é uma imitação de um modelo que não tínhamos como realizar. Essa modernidade é a dos meios e equipamentos, consolidada principalmente através das telecomunicações e da imprensa. A outra modernidade é a que temos de inventar. A primeira é técnica, a segunda é ética. BUARQUE, Cristovam. Parabólicos e Metabólicos. In, FILHO, José Paulo Cavalcanti. *Informação e Poder.* Rio de Janeiro: Record; Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994, pp.73 - 77.

subdesenvolvidos pudesse atingir toda a população. Para isso seria necessário subsidiar os investimentos na área com recursos públicos e privados, a fim de expandir as redes tornando-as capazes de promover integração de todo o território nacional. Em seguida estabelecer as estratégias de comunicação necessárias, veja bem, essas estratégias não eram meramente de *comunicação*, mas sim *políticas* e *econômicas*, pois visavam em primeiro lugar:

a) estabelecer a rapidez pretendida na mudança do sistema produtivo.

b) fomentar a ideologia desejada com o grau de controle esperado na sua disseminação. (MELO, 1998, p. 298).

No Brasil do pós -golpe as emissoras de rádio quase triplicaram e a TV integrou todo território nacional (ORTIZ, 2001, p. 118). Os meios de comunicação de massa participaram ativamente através da propaganda do "milagre econômico" e da modernização dos costumes que foram sendo absorvidos gradualmente pelo conteúdo dos programas de rádio (o tropicalismo e a jovem guarda) e Tv (nos musicais para a juventude, nas telenovelas).[31] A imprensa escrita também procurou debater os assuntos introduzidos pela modernização dos costumes.[32] No momento em que o país deixava de ser eminentemente um país rural, as vantagens da sociedade de consumo industrialmente desenvolvida, eram introduzidas pela televisão, pelo rádio e imprensa aos cidadãos.[33]

---

[31] Renato Ortiz faz uma análise muito interessante a respeito do aprimoramento técnico dos meios de comunicação, relacionados às mudanças políticas e culturais ocorridas principalmente a partir do final dos anos 60. Desse período até meados dos anos 70, o número de aparelhos receptores de Tv, indicam o desenvolvimento de um grande mercado de bens simbólicos que irá atingir integralmente o território nacional, com uma penetração cotidiana na vida dos cidadãos brasileiros. São 2. 202 aparelhos em uso até 1965, 10.185 em 1975, 19.602 em 1980 (2001, p.129).

[32] A revista Realidade de Victor Civita por exemplo, em janeiro de 1967 publicou uma edição especial discutindo o papel social das mulheres diante das inovações como a pílula anticoncepcional, e o mercado de trabalho, também discutindo questões polêmicas como o divórcio e o aborto. Infelizmente a edição foi proibida pela censura e retirada de circulação pouco antes de chegar às bancas.

[33] A revista Visão de julho de 1969, sob a direção de Said Farhat e Hernane Tavares de Sá, traz um suplemento especial intitulado: **A Política Dos Transportes no Brasil.** Cuja foto de capa traz o então Ministro dos Transportes, o sorridente Mário Andreazza, que mais tarde, em 1984 disputaria com Paulo Maluf a candidatura à sucessão presidencial, pelo partido da situação, o PDS com o apoio incondicional de Antônio Carlos Magalhães. Essa edição é particularmente ilustrativa pois traz extensa matéria sobre os projetos de construção da rodovia Transamazônica, o empreendimento fracassado dos militares. As palavras chaves do Ministro: Integração e desenvolvimento. No caso da Transamazônica, o objetivo seria sanar "A pressão crescente provocada pelos excedentes demográficos do Nordeste (a densidade média aproxima-se dos cinqüenta habitantes por Km²) pede a ação do poder público no sentido de promover a ocupação do vazio populacional da Amazônia (a densidade demográfica não chega a um habitante por Km²)" O problema da super população do nordeste, como sabemos foi resolvido de duas maneiras: através do incentivo à migração para regiões do país com demanda de mão de obra e do descaso com relação aos problemas da seca, do latifúndio e da fome. .

Para o regime militar o desenvolvimento da cultura através dos meios de comunicação deveria ser constituído prioritariamente em favor de sua política, construindo e garantindo sua legitimidade:

> "bem utilizados pelas elites constituir-se-ão em fator muito importante para o aprimoramento dos componentes da Expressão Política; utilizados tendenciosamente podem gerar e incrementar inconformismo'. O Estado deve, portanto, ser repressor e incentivador das atividades culturais".[34]

O governo militar acabou por reforçar os dispositivos de censura através de sucessivos atos institucionais que na Constituição anterior se encontravam "adormecidos", neutralizados pelos ares modernizadores. A censura prévia - pesadelo das redações de jornais-, os crimes contra a segurança nacional, o controle autoritário de toda a esfera pública da sociedade brasileira, impediu o desenvolvimento da mesma efervescência cultural e política dos anos anteriores ao golpe. Um exemplo disso foi o que aconteceu com os projetos de alfabetização em massa através do método Paulo Freire.

Esse método vinha gerando enormes expectativas entre os setores de esquerda - por provocar paralelamente à alfabetização, a consciência transformadora de cada um . Depois do golpe, Paulo Freire que tinha ligações políticas com a Ação Católica se exilou no Chile, onde desenvolveu durante o curto período do governo Allende, algumas das idéias que tencionava implantar no Brasil. Dentre elas, a crítica a um dos projetos incentivados pela UNESCO**,** que tinha o objetivo de difundir os avanços tecnológicos via meios de comunicação, para implementação dessas tecnologias em áreas rurais, um programa conhecido como difusionismo. (LIMA, 1981, p. 59) (MELO, 1998, p.91). Na referida obra, Paulo Freire propõe de forma mais contundente, o conceito de comunicação - que estaria presente em todas as suas obras de forma mais ou menos clara -, onde a interação entre os sujeitos, em outras palavras, a busca pelo entendimento seria a chave para a transformação, a *humanização* do homem. (LIMA, p.66 e 67). A escola difusionista também se desenvolveu no Brasil, que ao contrário do Chile, não foi beneficiado pela atuação de Freire. [35]

---

[34] Manual Básico da Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos MB-75, ESG, 1975, p.121, *apud* ORTIZ, 2001, p.117.
[35] Freire, Paulo. **Extensão ou Comunicação.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971.

O Governo golpista provocou através da repressão a evasão de intelectuais e artistas que poderiam ter contribuído, no caso de um outro contexto político, para o desenvolvimento em sentido amplo da nação. A evasão dos intelectuais brasileiros possibilitou o cumprimento do projeto desenvolvimentista, sem que houvesse a resposta crítica da sociedade. No caso das comunicações, o Estado cumpre com as prerrogativas da UNESCO e das nações que esse órgão representava fazendo avançar os meios de comunicação de massa por todo o Brasil, exercendo sobre eles o controle das informações previsto pelo difusionismo, impondo uma linha política centralizadora e unilateral.[36] Uma rápida olhada nos periódicos da época, jornais e revistas de grandes conglomerados que tiveram sua expansão durante os anos do regime militar, Bloch, Civita, ou mesmo aquelas publicações estrangeiras traduzidas para o Brasil como a *Biblioteca de Seleções do Reader's Digest,* nos mostram manchetes como "Aqui se constrói a grande Bahia", com fotos de estradas sendo abertas, operários de feições indígenas trocando a vida na tribo pela "civilização", o "caipira" na roça recebendo do patrão um trator *Massey & Ferguson*, que substitui a enxada, etc.

Os militares irão patrocinar o surgimento de várias entidades de fomento à produção cultural (a Embrafilm é o exemplo predileto) e também o surgimento do maior complexo empresarial de comunicações no Brasil: A Rede Globo de Televisão.

A reorientação econômica provocada pelo regime militar após o golpe:

> "... traz conseqüências imediatas, pois paralelamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, fortalece-se o parque industrial de produção de cultura e o mercado de bens culturais". (ORTIZ, 2001, p.114).

O governo militar se desenvolve paralelamente à rápida expansão da Tv por todo o território nacional. A repressão aos partidos e movimentos de oposição ao lado da censura, desloca o cenário das lutas políticas para dentro da instituição, gerando a chamada "democracia de fachada" representada pelo MDB, o único partido de oposição atuante no Congresso. Um projeto político de comunicação,

[36]"Esse é o país que vai pra frente.", "O Brasil é o país do futuro." Foram *slogans* utilizados em publicidades do Governo militar durante a segunda metade dos anos 70 e que até hoje são reproduzidos .

escrito por esse partido em 1976, é citado na coletânea de artigos *Políticas de Comunicação: Participação Popular* da UCBC. (AMORIM, 1988). De acordo com a citação, esse documento fazia um diagnóstico dos problemas da comunicação no Brasil e propunha mudanças políticas no setor. Este trabalho supõe que os diagnósticos feitos por esse documento tenham sido baseados nos levantamentos promovidos pelo CIESPAL no mesmo ano, portanto teriam sido baseados nos trabalhos de intelectuais da área das Ciências da Comunicação, efetuados em resposta ao "difusionismo". É provável também que o MDB por estar atuante no governo ao lado dos militares, estivesse mais consciente que os partidos de esquerda, a essa época ilegais e perseguidos, a respeito do papel que os meios de comunicação passariam a desempenhar no futuro da sociedade brasileira. As transformações propostas pelo MDB com relação aos meios de comunicação tentavam criar dispositivos descentralizados de controle sobre a mídia.

A Doutrina de Segurança Nacional e a propaganda desenvolvimentista colocaram o país numa posição atrasada em relação ao tema democratização da comunicação, dentre outros tantos. A própria UNESCO, quando percebeu que as teses desenvolvimentistas aplicadas somente aos meios de comunicação de massa não garantiam por si o desenvolvimento de um país, mudou seu discurso passando a falar em favor da democratização dos meios de comunicação. (MELO, 1998, p. 327). Além disso, é possível que a UNESCO como órgão da ONU, tenha percebido dentre as conseqüências nas outras esferas da vida social latino americana, que o projeto do direcionamento dos meios de comunicação de massa para a expansão desenvolvimentista, com a correlata expansão dos dispositivos centralizadores de controle de informações, no contexto vivenciado pelas sociedades sul americanas, geravam um custo sócio-cultural maior que os benefícios: censura, repressão à liberdade de expressão e pensamento, conseqüente atraso científico, desgaste das figuras políticas e desconfiança da população, aumento do risco dos investimentos estrangeiros, corrupção, etc. Todas as conseqüências do "difusionismo" provocaram na UNESCO o redirecionamento de suas orientações para a chamada Nova Ordem Mundial da Informação. (Id. Ibid., p.328)

No momento do golpe os projetos desenvolvimentistas da UNESCO estavam sendo propostos aos governantes dos países subdesenvolvidos e como já foi colocado, não poderiam encontrar campo mais dócil de implementação que o Brasil. Este projeto continha quase todos os elementos necessários para ser acolhido pelo regime golpista. Pressupunha uma expansão do controle governamental tanto sobre os meios de comunicação quanto sobre as informações, também direcionava as mensagens para a propaganda desenvolvimentista, "menina dos olhos" da ditadura. Além disso, o projeto fazia parte de um programa internacional de expansão do capitalismo em plena "guerra fria". Dizer a UNESCO que os países subdesenvolvidos deveriam começar a criar o clima desenvolvimentista, através da expansão dos serviços de comunicação e da propaganda, era preparar o território para os vultosos empréstimos bancários de agências internacionais que iriam até meados dos anos 70, provocar no Brasil e em outros países latino-americanos, o surto industrializador conhecido por "milagre econômico", além de promover a conseqüente aproximação entre os países beneficiados por estes empréstimos e o pólo norte americano de influência, afastando-os do "perigo comunista". (MOTTER, 1994, p.18).

Neste momento a palavra democratização se confundia com a palavra modernização. Para o regime militar, o país corria um enorme perigo chamado: comunismo. Esse perigo só poderia ser afastado com o desenvolvimento das forças produtivas, capaz de provocar a expansão da indústria brasileira e somente depois disso, transformar a sociedade pela base, suprindo suas necessidades. Somente uma economia fortalecida poderia acabar com os problemas sociais mais graves e com isso afastar o perigo de que a propaganda comunista da sociedade igualitária convencesse setores majoritários da sociedade. Portanto o desenvolvimento da indústria brasileira e o estabelecimento definitivo do país como produtor industrial no mercado internacional eram passos fundamentais, no discurso dos militares, para a democratização. Sem uma economia capaz de suprir as necessidades sociais, um regime democrático poderia levar o país - como pareciam comprovar os anos de movimentação política e cultural que antecederam ao golpe - para a Revolução Socialista. Portanto o autoritarismo encontrava no discurso da democratização, como sendo um processo dependente do grau

de desenvolvimento das sociedades, uma base de legitimação. Esse era o ideal do "desenvolvimentismo com segurança". O governo militar se colocou no início como um governo provisório, que tinha a missão de consolidar gradualmente a democracia no país. (MOTTER, 1994, pp. 22 -23).

Por esse motivo os militares promoveram reformas centralizadoras em todas as instituições democráticas do país. Os meios de comunicação de massa logo se transformaram numa das medidas prioritárias para assegurar a ordem e evitar que o país se mobilizasse para a Revolução. Mesmo sob o forte controle da censura, que esvaziaram o conteúdo político dos noticiários, a TV nos anos 70 caracterizou-se por uma programação em busca de padrões de qualidade cada vez melhores. O rádio nesta fase encontra-se no momento mais agudo de uma crise que se iniciou por volta de meados dos anos 50, quando houve 1ª fase de expansão da TV no Brasil. As críticas dirigidas ao rádio, como nos mostra a edição de 29 de agosto de 1969 da revista *Visão* no artigo intitulado **O rádio não quer ouvir**, eram voltadas para o conteúdo da programação que vinha substituindo os antigos programas de auditório, de calouros, de radionovela - que na opinião da revista, já eram bastante ruins-, por uma programação quase exclusivamente musical. O rádio passava por uma reestruturação necessária à sua sobrevivência, buscando inspiração nos modelos internacionais bem sucedidos (MANSUR *apud*, MOREIRA, 1991, p.43). Ele tateou também pela via da *utilidade pública*, especializou sua programação e seu público ouvinte, até que finalmente rendeu-se às agências de programação. (ORTRIWANO, 1985, p.56)

Neste sentido a Tv e o rádio sob o controle dos militares, não cumpriram integralmente com as propostas do projeto da UNESCO, que não previa apenas a expansão dos meios de comunicação, ou o controle e direcionamento das informações para a criação de um clima favorável à modernização, mas também, políticas de alfabetização em massa via meios de comunicação e a criação de dispositivos de participação popular na circulação das informações. Porém como o governo após o golpe militar considerasse subversivos o método Freire e aqueles nele inspirados, a previsão contida no projeto da

UNESCO de alfabetização via meios de comunicação de massa acabou ganhando as feições do Canal 2, o único projeto experimental em termos de comunicação implantado durante este período.

O Canal 2 foi readquirido pelo governo a partir do espólio dos Diários Associados e reservado para a criação de uma emissora pública educativa. Entrou no ar entre junho e julho de 1969 na cidade de São Paulo, num período marcado pela repressão que se iniciara no segundo semestre de 68 com o Ato Institucional nº V. A idéia de colocar no ar uma Tv Educativa pendeu entre sérias indefinições que geraram problemas flagrados desde o início de suas atividades. O principal deles, segundo críticos da época, era a indefinição do público para quem os programas seriam dirigidos, neste sentido a Tv pendia às vezes para o público "chacrinha", com programas mais populares e que traziam algumas "instruções educacionais práticas" tais como regras básicas de comportamento: não cuspir, usar o lenço na hora de espirrar, etc. Em determinados programas, a Tv pendia para a "tendência Rádio Eldorado", elitista, com programas de alto nível como concertos sinfônicos, peças de teatro, etc. (VISÃO, 18/07/1969).

Outro problema era a falta de profissionalismo na programação, que deixavam os programas produzidos pela emissora com péssima qualidade audiovisual. O conteúdo educativo deixava a desejar, a despeito das pesquisas contemporâneas nas áreas de alfabetização de adultos e de educação pela Tv. Os programas como o "Curso de Madureza" levaram para dentro da casa dos telespectadores as figuras tradicionais do quadro negro, do professor e do livro - uma vez que o curso contava com o apoio de apostilas. O resultado perceptível através da crítica do artigo da revista Visão foi a reprodução do método tradicional de alfabetização com alguns agravantes tais como: o isolamento do aluno com relação a outros alunos e a distância existente entre o professor e o aluno, distância sempre criticada por Paulo Freire e no caso da Tv Educativa, agravada pelo próprio distanciamento físico entre o educador e o educando.[37]

---

[37]Segundo este intelectual, as figuras hierarquizadas do professor e do quadro negro, produziam no aluno a domesticação de sua capacidade inventiva e transformadora, ao invés de conscientizá-lo para os problemas do mundo social e para o seu papel de agente transformador da natureza. (FREIRE *apud,* LIMA, 1981, p. 69) Em 1933, a Rádio Escola Municipal do Distrito Federal, com o educador Anísio Teixeira à frente dos esforços por ampliar a alfabetização no Brasil, distribuía folhetos e esquemas das lições que eram enviados antes das aulas radiofônicas via correio aos alunos inscritos. A Rádio Escola foi um sucesso, um ano depois de entrar no ar, a emissora havia recebido 10.800 trabalhos dos seus alunos. Dois

Outro problema que aqui nos interessa especialmente, diz respeito ao formato Estatal da Tv Educativa.[38] No Brasil, o espectro eletromagnético sempre foi considerado público, a Constituição do Estado Novo foi a primeira que deu atenção pouca, mas específica a essa matéria. Foi ela quem delimitou a publicidade para no máximo 25% do tempo total de programação do rádio, legislação que seria utilizada também para a Tv. [39] (ORTRIWANO, 1985, p.15) Foi nela também que o conceito de patrimônio público para exploração privada foi estabelecido como modelo de gestão do espectro eletromagnético e que vigora até hoje. Apesar da TV Educativa ter sido criada com a finalidade de se tornar uma emissora pública, o seu modelo de gestão dependia integralmente da iniciativa estatal.

A crítica que se faz à Tv Educativa no artigo citado da revista Visão apontam o modelo estatal da como sendo o principal problema dessa emissora, porém esse artigo não considera que os outros canais, mesmo sob o formato comercial, também são patrimônios do Estado concedidos temporariamente para a exploração privada. Esse artigo encerra questionando sobre o que seria melhor, o sistema estatal ou o sistema privado. [40]

A conclusão que aponta para essa dicotomia foi recorrente até meados dos anos 90, quando finalmente o modelo estatal se demonstrou inviável. No congresso da SBPC (Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência) de 1993 realizado em Recife, um dos debatedores refuta integralmente a idéia de canais exclusivamente estatais, afirmando que o Governo deve investir a verba pública no desenvolvimento social e não em canais de reprodução de sua própria imagem. (FILHO, 1994, pp.36,37). Curiosamente tanto na década de 60 quanto recentemente, estudiosos, críticos, comunicadores e políticos, percebem no Brasil como diferentes sistemas o que na verdade constitui um sistema único. A grande diferença entre os canais Estatais brasileiros e os canais comerciais está num

pontos fundamentais para que o ensino através do rádio desse resultado: o contato direto entre emissora e ouvinte e o desenvolvimento de uma didática especial para o ensino radiofônico. (HORTA *apud* MOREIRA, 1991, p. 18).

[38] Alguns meses depois de sua inauguração, a Tv Educativa seria rebatizada com o nome de Tv Cultura.

[39] 25% de publicidade em uma emissora que transmite 24 horas equivalem a seis horas de propaganda comercial!

[40]Na edição de 26 de setembro de 1970, a revista Visão traria, com destaque na capa, um artigo intitulado: **A teleducação reprovada.** O longo artigo de seis páginas retoma o tema da pedagogia clássica utilizada na programação da Tv Cultura, do material de apoio, das quantias exorbitantes gastas pelo governo em produções de péssima qualidade e das inúmeras possibilidades pedagógicas existentes e não aproveitadas.

detalhe jurídico, que proíbe aos primeiros receber investimentos privados e veicular propaganda comercial. Obviamente que esse detalhe influencia na qualidade dos programas oferecidos por cada emissora, embora esta diferença esteja caindo por terra, já que atualmente o Governo concede o direito das poucas Estatais remanescentes, de veicularem "apoio cultural", ou seja, chamadas comerciais sintéticas, sem muitos recursos estéticos, das empresas que patrocinam os programas [41]. Porém do ponto de vista da "saúde" das comunicações eletrônicas no país, essas diferenças no conteúdo dos programas estão mais na aparência do que na essência, uma vez que todo o sistema está submetido à mesma estrutura centralizadora, ou seja, ao Governo Federal, que tem o poder de decidir quem pode ou não ser dono de concessão, quem pode ou não renovar contratos, quem recebe ou não subsídios do governo para implantar projetos. Portanto a discussão apontada pelo artigo sobre o Canal 2, coloca o problema de se escolher entre o sistema privado, que supostamente estaria direcionado apenas para as regras do mercado, ou o sistema estatal, que estaria direcionado para os interesses dos partidos e das figuras políticas no poder, sem questionar o papel do Governo Federal nos dois modelos.

Até meados da década de 70 a discussão em torno dos modelos de rádio e Tv no país ficaram restritas à dicotomia Estatal X Privada. No resto do mundo, as discussões sobre democratização dos meios de comunicação, começavam a questionar um terceiro modelo de exploração, o modelo público de comunicação social, que se desenvolveu a partir de meados da década de 70 com a explosão na Europa de diversos movimentos de rádios livres. (SOUZA, 1996, p.60) (MACHADO, 1987, p.62). Apenas na virada da década de 80 é que o modelo *público* começou a fazer parte das discussões sobre comunicação no Brasil, como alternativa à insustentável concentração de meios –e redes nacionalmente integradas - nas mãos de poucos indivíduos. Diante desse quadro cabe aqui, colocar uma questão: Por que o tema da democratização dos meios de comunicação via exploração pública foi introduzido tardiamente no Brasil?

---

[41] O apoio cultural também é permitido no formato Comunitário, sobre o qual voltarei mais adiante.

Tudo indica é claro, que a resposta ao aparente atraso brasileiro no desenvolvimento de propostas democráticas em comunicação, seja decorrente da mesma causa que atrasou outros setores da sociedade, ou seja, o regime militar, a repressão que este propagou pelo país contra qualquer tipo de oposição. Apesar de ser quase óbvio que o regime militar tenha prejudicado o desenvolvimento intelectual, cultural, científico, social, moral, etc, da sociedade brasileira, isso não parece explicar algumas ausências na História, como as discussões que eram realizadas em torno da democratização das comunicações fora do circuito da mídia, ou seja, longe dos olhos, ouvidos, dedos e boca do sistema militar.

É mais provável considerar que esses dados não estejam constando na história oficial mais por conseqüência da repressão do que por ausência de discussão em torno da matéria. A mídia desde o início da década de 70 no Brasil encontrou defensores, combatentes e críticos. Ao defender a Tv e o rádio, ou combatê-los através dos discursos empregados, podemos arriscar empreender uma leitura do conteúdo político que está muitas vezes disfarçado para evitar a repressão dos militares. No caso da Tv Educativa, por exemplo, o presidente da Fundação Centro Brasileiro de Tv-Educativa, Gilson Amado afirmou em 1969, que em três anos duas dezenas de estações de Tv's Educativa seriam implantadas no país. Quanto ao conteúdo e a qualidade da programação, ele afirmou que seria necessário algum tempo para que a idéia ganhasse experiência, formasse técnicos e escolhesse os métodos apropriados. (VISÃO, 18/07/69) Há uma certa incoerência entre o discurso do presidente da fundação e dados históricos.[42]

[42] Experiências anteriores de ensino via meios de comunicação de massa: o programa Universidade no Ar, 1941 pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro, destinava-se aos professores de ensino secundário. Em São Paulo, 1947, um projeto conjunto do SESC e do SENAC lançou uma campanha educacional destinada à classe operária do interior. Este projeto acabava com o distanciamento físico entre os professores e os alunos que ouviam as aulas em grupos, debatiam e recebiam explicações complementares. Outras experiências como o Sistema de Rádio Educativo Nacional (SIRENA), surgiram na década de 50, esse projeto foi extinto em 1963, quando incorporado pela Rádio Educadora - hoje em dia especializada em música sertaneja - (MOREIRA, 1991, pp.18 - 21). Outro exemplo e talvez o mais significativo em programas de alfabetização pelo rádio foram os programas desenvolvidos no nordeste pelos MEB (Movimento de Educação de Base) "O MEB era uma organização com base na Igreja criada com apoio do Governo Federal em 1961. (...) estava centrado num sistema de rádio escolas que se utilizava das emissoras da Igreja e era mantido a nível local por pessoal treinado." (PAIVA *apud,* LIMA, 1981, p.46). Aqui vemos um "parentesco" das emissoras da Igreja Católica ligadas à Ação Católica com as rádios que mais tarde seriam denominadas de "rádios comunitárias". Sobre isso voltarei no terceiro capítulo. Sobre os MEB ver: PAIVA, Vanilda. *Educação Popular e Educação de Adultos - contribuição à história da educação brasileira*. SP: Loyola, 1973 p. 236.

O rádio sempre serviu de base para a Tv no Brasil, que a essa altura já se encontrava diante de uma nova fase, na qual já existiam técnicos especializados capazes de produzir programas de boa qualidade, as produções ao vivo tinham sido reduzidas a poucos programas de auditório, graças à tecnologia do Vídeo Tape, os programas não estavam mais sujeitos aos improvisos e imprevistos da fase anterior. [43] Além de os anos de TV no Brasil já terem preparado um corpo técnico, os programas de alfabetização em massa via meios de comunicação, já vinham sendo experimentados desde a fase inicial da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, na década de vinte e trinta. (MOREIRA, 1991, p. 17).

Talvez por efeito dessa incoerência no discurso técnico de Gilson Amado, a redação do jornal abriu uma janela no centro da página onde o texto **Particular ou estatal?,** colocava a questão dos modelos de gestão. O texto escrito no auge da repressão, como já foi dito, não poderia empregar a palavra democratização, muito menos insinuar que o presidente da Fundação estaria mentindo por não dizer que os problemas na programação da TV Educativa eram provavelmente, decorrentes muito mais de falta de interesse e recursos do Governo, do que da falta de técnicos, experiência e modelos de educação via meios de comunicação de massa. Por isso na janela foi colocado um texto que falava sobre os sistemas de meios de comunicação de massa na América Latina, onde a crítica ao sistema Estatal foi introduzida de forma indireta, relacionada aos "regimes fortes" na Argentina na época de Perón e na Colômbia no curto período de Pinilla. Foi dito que:

> "(...) os governos manifestam em geral seu interesse pela Tv quando precisam dela como veículo imediato de informação e de propaganda (...) O seu lançamento é cercado dos maiores cuidados, servindo assim interesses políticos momentâneos. Em seguida elas começam a decair por falta de verbas (...) Assim, as Tv's estatais não só transmitem uma cultura estratificada, como se encontram incapazes de competir com as Tv's comerciais, e mesmo de acompanhar os programas culturais e educativos dos próprios governos em outros setores".

Podemos perceber que por detrás dessa crítica indireta está a intenção clara de denunciar a criação da TV-Educativa como sendo um empreendimento, patrocinado pelo "regime forte" para angariar pontos favoráveis junto à Opinião pública[44]. De acordo com um relatório sobre o Serviço de

[43] Uma boa fonte de dados sobre a situação da tecnologia de comunicações no Brasil é a coletânea: *História da indústria de telecomunicações no Brasil.* BARROS, Henry British Lins (org.). Rio de Janeiro: S.n., 1990. Cadernos Telecom.

[44] Esta condição é inerente ao modelo Estatal no Brasil e deve ser observada aqui, pois as discussões sobre o modelo Estatal retornaram durante o processo de redemocratização política do país e ocasionalmente adentram nos discursos, ditos democratizantes, sobre os meios de comunicação.

Radiodifusão Educativa, elaborado em 1944 pelo seu primeiro diretor, Fernando Tude de Souza, ele apontava para um conflito de interesses e de áreas de atuação que poderia surgir entre o Serviço e o DIP, "mais interessado em utilizar o rádio para a propaganda política do regime em vigor do que em valorizar a disseminação de programas radiofônicos realmente educativos". (MOREIRA, 1991, p. 18) No artigo da revista *Visão*, encontra-se outro trecho significativo no que se refere às Tv's comerciais:

> "Sem controle nem planejamento, a Tv, entrando no jogo da concorrência, se desenvolve anarquicamente".

É difícil compreender exatamente o que quis dizer o autor dessa matéria não assinada. Parece haver aqui uma certa incoerência com a crítica ao modelo estatal que vem logo a seguir. Com base nisso podemos entender que não se trata de atacar o modelo comercial propondo em troca o modelo estatal, que como vimos, possui também seus problemas. O autor estaria defendendo a censura como forma de controle das Tv's comerciais? Improvável, considerando se tratar de um artigo escrito por algum (a) jornalista e, portanto, vítima mais próxima desse mecanismo impiedoso do regime. O mais provável é que ele estivesse se referindo a um problema que naquela época já se fazia sentir, mas que não podia, em virtude do regime, ser colocado de forma explícita como se faz hoje.[45] O artigo provavelmente se refere à ausência de dispositivos democráticos de controle das mídias eletrônicas, o que em tempos de autoritarismo militar seria praticamente impossível de ser reivindicado. No entanto, das reivindicações às discussões, ou melhor, do caminho inverso que vai das discussões preliminares sobre um problema social, às reivindicações políticas, tem-se um longo percurso, que dentro do contexto de censura e repressão, fica difícil de ser reconstituído.

---

[45] A mídia impressa tem reiteradamente apontado para o problema da ausência de controle público sobre o conteúdo da programação na mídia eletrônica. A comparação dessa matéria com a que publicou o Estado de São Paulo no dia 17 de abril de 2002, p.A9 é um exemplo ilustrativo. A matéria intitulada: **Crianças preferem novelas e filmes de adultos.** chama atenção para a ausência de regulamentação da mídia brasileira, o que na opinião do representante da Unesco no Brasil, Jorge Wertheim, "deve ser uma iniciativa do poder público". Essa iniciativa, como veremos, teve início com a aprovação pela Assembléia Constituinte do Conselho de Comunicação, que seria responsável pela regulamentação da Tv e do rádio no Brasil, no entanto esse conselho ainda hoje não foi formado.

A partir da segunda metade da década de 70 e com o anunciado fim da era desenvolvimentista, a UNESCO apoiada pelos estudos do CIESPAL (Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação Para a América Latina) passa a reconhecer, que somente uma política de expansão das redes de comunicação e do discurso desenvolvimentista não traz por si o desenvolvimento industrial. (MELO, 1998, p.307) A UNESCO revê seus projetos na área de Comunicações. É convocada uma comissão, responsável por realizar o estudo mais abrangente até então sobre Comunicações. Conhecida por Comissão MacBride ela inicia suas tarefas em 1977. Em 1980 Sean MacBride redige o famoso relatório que serviu de base para as novas diretrizes com relação às políticas de comunicação da UNESCO.

> "O relatório da Comissão e sua aprovação na conferência de Belgrado, representam o ápice de um precursor movimento internacional, que a partir deste instante levantava definitivamente a discussão sobre o poder da comunicação e a importância de sua democratização". (SOUZA, 1998, pp. 61, 62).

Enquanto estes fatos ocorriam nos níveis internacional e macro-estrutural, algumas instituições que seguiam de perto esses "ares transformadores" levantavam no nível micropolítico as questões, que no futuro, seriam importantíssimas para definir os rumos que o movimento de democratização dos meios de comunicação tomariam no Brasil. Este foi o caso, por exemplo, da já citada União Cristã Brasileira de Comunicação que foi aqui, a precursora das propostas de democratização dos meios de comunicação.

A comunicação de base, estrutura das rádios comunitárias.

Em 1977 a revista *Vozes* publica um artigo que pretende resumir as discussões desenvolvidas no VI Congresso Brasileiro de Comunicação Social promovido pela UCBC. O teor do artigo nos remete

aos ideais defendidos pela Teologia da Libertação – corrente teológica que surge dentro da Igreja Católica através de uma leitura "marxista" do Evangelho.[46] São discutidos o papel das mídias oficiais dentro dos processos políticos e sociais, a comunicação de massa e a comunicação popular. Sobre esse último aspecto, um dos debatedores Antônio Ceschin, irmão marista e professor da PUC de Porto Alegre, relembra a atuação do MEB (Movimento de Educação de Base), cuja orientação de Paulo Freire possibilitou na década de 60 a criação das Comunidades Eclesiais de Base.

Neste Congresso são discutidas as possibilidades de criação de uma comunicação alternativa a partir dos trabalhos realizados pela UCBC e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). As críticas aos meios de comunicação oficiais desenvolvidas pelos congressistas, são enfáticas sobre a questão do modelo de exploração privado. A conclusão aponta para esses meios como antidialógicos, que apenas transmitem informações, mas não se *comunicam* através do diálogo defendido pelas teorias *freireanas* e o poder que exercem sobre quem ouve, é realizado de "forma indiscriminadamente autoritária". Paulo Maia, crítico de televisão, faz uma comparação interessante:

> "Se todas as culturas surgem de uma prática social e representam os interesses e as aspirações de uma classe social, se a arte clássica está comprometida com os interesses da aristocracia e o romantismo explodiu no coração da burguesia revolucionária, ouso dizer a que a cultura de massa, tal como a conhecemos hoje, é a expressão dos interesses e dos anseios da casta tecnoburocrática dominante (...) Ouso dizer que certamente o livro, a imprensa, o rádio, a televisão, a revista de variedades, o disco e o show são engrenagens importantes no complexo de dominação e de controle que a máquina estatal, sob o controle tecnoburocrático exerce sobre a Sociedade Civil". (VOZES, nº10, 12/1977, p.58).

Estas conclusões são o passo inicial e determinante para a solução apresentada nos anos seguintes pela mesma instituição. Em 1981 o IX Congresso da UCBC apresenta um projeto mais elaborado de desenvolvimento da comunicação nas organizações de base. O *mass media* é visto aqui de forma diferente: ao invés de instrumento de controle das massas a serviço do "colonialismo global", eles passam a ser vistos como instrumentos com *potencial libertador através das possibilidades de utilização democrática*. Algumas experiências de rádio e Tv comunitárias são analisadas. O Congresso tem um caráter ecumênico e reúne além de católicos, os metodistas e os adventistas. A conclusão

[46] Para maiores informações sobre a Teologia da Libertação ver: BORDIN, Luigi – *O Marxismo e a Teologia da Libertação*, ed. Dois Pontos, Rio de Janeiro, RJ, 1987.

aponta para a necessidade das comunidades organizadas possuírem seus próprios meios de comunicação, inclusive rádios. (VOZES, nº1, 1981, pp.87-89) Essa conclusão somada ao caráter ecumênico do encontro, demonstra claramente que a intenção da UCBC é definir um projeto *social* de comunicação e não um projeto *católico.*

Em 1982 a UCBC propõe reformular a política de comunicação dentro da Igreja Católica, utilizando as emissoras de rádio dessa instituição para implantar seu projeto de comunicação de base.[47] Neste mesmo ano surgem as rádios livres em Sorocaba e a UNESCO publica o Relatório da Comissão MacBride. O impacto deste relatório sobre a UCBC é visivelmente incentivador. No encontro anual de 1983 promovido por esta instituição, ela utiliza os dados divulgados pelo Relatório, para estabelecer as diretrizes de ação do movimento da UCBC pela democratização dos meios de comunicação.

No artigo da revista Vozes **"A Comunicação Popular na NOMIC"**, José Martinez Terrero faz uma análise dos principais pontos do Relatório MacBride e os compara com a situação das comunicações no Brasil (04/1983, nº3, p.p 51-54). É importante ressaltar que as conclusões desse relatório apontam para a concentração dos meios de comunicação nas mãos da classe empresarial como também, da necessidade de ampliação do acesso às classes populares. A UCBC encontra o respaldo aos diagnósticos produzidos sobre as comunicações no Brasil no Relatório da Comissão MacBride. Isso indica que ao defender políticas de comunicação de base, ela está no caminho certo. Algumas ressalvas são feitas com relação ao relatório da UNESCO: ele apresenta o ideal da Nova Ordem Mundial da Comunicação, mas não diz diretamente como atingi-lo.

A questão da ênfase nas tecnologias de comunicação ao invés do conteúdo das mensagens é o primeiro ponto crítico que deve ser revisto. O segundo ponto aborda a questão da NOMIC como processo contínuo de intercâmbio de relações comunicacionais entre nações e dentro de cada uma delas. A comunicação também não é somente intercâmbio de mensagens, mas uma atividade individual

[47] A pesquisa ainda não encontrou maiores dados sobre essa proposta. O que sabemos é que as emissoras da igreja levaram adiante algumas propostas relativas a educação. No todo, a igreja preferiu apoiar a criação das rádios comunitárias a ceder mais espaço dentro de suas próprias emissoras.

e coletiva “que engloba o conjunto das transferências e intercâmbio de idéias, fatos e dados” esse conjunto pode ser dividido em algumas etapas: “informação (difusão de notícias para entender cada situação), socialização (fundo comum de conhecimentos para poder participar da sociedade), motivação (buscar objetivos), debate e diálogo (para esclarecer pontos), educação, promoção cultural, espairecimento, integração (facilitar o acesso a mensagens para que haja melhor compreensão entre todos)”. (idem, ibidem.).

Em resumo os outros quatro pontos apresentados pelo artigo enfatizam a necessidade de ampliar o acesso das camadas populares dentro dos processos comunicacionais. O *Informe MacBride* diagnosticou a exclusão das camadas populares dos grandes processos comunicacionais e alguns critérios foram apresentados para nortear as ações dos países interessados em minimizar essa exclusão: redes de comunicação horizontais, autonomia, divulgação das culturas nacionais e incentivos à comunicação participativa são alguns deles. O relatório aponta para a necessidade de se buscar modelos de comunicação que fujam da dicotomia estatal/privado e possibilitem a implantação projetos educacionais.

A NOMIC pretende ser a base por onde todas as políticas de comunicação serão formuladas. A UCBC no Brasil está um passo à frente em determinar as causas e a conseqüências dos distúrbios da política nacional de comunicações. O enfoque à “comunicação popular” dado pela UCBC, com o Relatório da Comissão MacBride, deixa de ser compreendido exclusivamente através de seu caráter cristão. A necessidade de políticas que incentivem a comunicação de base é agora parte integrante de uma transformação macro-estrutural em nível global.

Mais do que nunca é defendida a necessidade do acesso aos meios tecnológicos de comunicação nas bases – comunidades, movimentos operários, de periferia, entre outros -. Inúmeras propostas surgem neste contexto e a idéia de integrar a América Latina para uma política de comunicação plural e alternativa é colocada no artigo seguinte do mesmo número da Revista *Vozes*.

Este artigo intitulado **“Comunicação e Pluralismo: Alternativas para a Década”,** é fruto do seminário (de mesmo título) realizado pelo Instituto Latino –Americano de Estudos Transnacionais (ILET) em dezembro de 1982. Nele idéias para o desenvolvimento da comunicação alternativa e popular foram apresentadas, bem como experiências nesta área por toda o continente. Os pontos mais importantes a serem ressaltados desse artigo são aquele em que ele examina as experiências populares de apropriação dos meios de comunicação em comparação com a “comunicação popular e alternativa”.

Na visão do artigo anterior sobre a NOMIC, o que determina que uma comunicação seja popular:

> “é sua inserção num contexto alternativo, de forma a potenciá-lo... O que caracteriza um contexto alternativo é sua tendência a romper com a ordem do capital, a integrar o que o capital fragmenta... Eis um desafio para a comunicação popular: conceber-se realmente como elemento de um processo mais amplo e criar, inventar formas de inserir-se nele sem pretensões de gerá-lo".
>
> “A comunicação é popular não por contrapor-se à burguesia, mas pela forma de inserir-se num processo de transformação da realidade (...)”.
>
> “Não se pode entender a comunicação popular como isolado do contexto, como se tratasse de um processo autônomo, com capacidade de incidir diretamente sobre a consciência e a realidade (...)”.

Para o artigo sobre o seminário de Comunicação e Pluralismo, a comunicação alternativa se caracteriza por não ser um fenômeno em si mesma:

> “Define-se no âmbito do político, determinada por uma vocação à mudança, que busca transformar as estruturas opressoras, abrindo espaço para a criação de modelos de desenvolvimento solidários, participativos e democráticos em todos os níveis sociais (...) a comunicação alternativa é expressão de um propósito 'alternativo'. Isto é, voz das lutas e ações empreendidas pelas diversas expressões dos setores populares no sentido de se fazerem sujeitos históricos e condutores do espaço político social latino-americano”. (VOZES, 04/1983, nº3, pp. 55-61).

As experiências de apropriação popular são analisadas em comparação com as características apresentadas acima sobre comunicação popular e alternativa. Desse modo, só são vistas como sendo populares e alternativas as apropriações que estão inseridas nas lutas pela transformação social a partir da “consciência de classe”.

> “(...) Mas não basta que os comunicantes pertençam ao lugar sociológico do ‘povo, ou a esse conjunto das classes subalternas e instrumentais (...) As classes exploradas carecem de uma ideologia de classe própria”. (Idem, p.53).

Portanto não basta incentivar que o “povo” se aproprie dos meios de comunicação. É necessário voltar essa apropriação para a “organização popular para uma transformação macroestrutural

libertadora", sem esquecer que ela deve ser horizontal, bidirecional e participativa, permitindo a troca de papéis entre emissor e receptor, o que geralmente se consegue de modo melhor em grupo. (Idem, p.54)

Assim temos aqui as bases para a formação de uma política de comunicação social, fundamentada numa leitura marxista da comunicação popular que pressupõe, sobretudo, a organização dessas apropriações voltadas para objetivos transformadores, calcados na consciência de classe, no rompimento com a ordem capitalista e na produção (e não mera reprodução) da cultura popular. Apesar do diagnóstico novamente favorável à comunicação de base, este número da revista *Vozes* demonstra que a orientação agora parte para uma segunda fase, mais radical do que a anterior, que procurava averiguar as mazelas do sistema de comunicação comercial e a necessidade de veículos de expressão popular. Esta fase enfatiza a necessidade de organização da "comunicação popular". As experiências de apropriações populares das tecnologias de comunicação são consideradas no seminário promovido pelo ILET, isoladas de outros setores sociais e movimentos de outros países, cujas experiências técnicas e de produção não são compartilhadas. (VOZES, op. Citi, p.59).

O conceito de "comunicação popular" não existe sem a organização que pressupõe ser fundamental para a transformação social. Sem essa organização a comunicação popular não é um conceito, mas uma prática cotidiana, realizada nos mais diversos níveis e com objetivos igualmente diversos. Este momento é o da introdução de um conceito que irá estabelecer as diretrizes para a formulação durante a ANC de uma proposta de Comunicação Social, fundamentada na criação do Modelo Público (não Estatal e sem fins lucrativos) de comunicação.

Este conceito de "comunicação popular", com todo o fundamento oriundo das teorias marxistas, é a base para o movimento de democratização das comunicações que começa a se desenvolver no Brasil dos anos 80.

A deflagração dos discursos democratizantes.

É possível observar que a discussão sobre a democratização dos meios de comunicação de massa foi realmente importante no Brasil a partir da década de 80, às portas da reabertura democrática. Até então temos algumas experiências de rádio e cinema -sem contar a sempre presente imprensa escrita alternativa -, que apesar do posicionamento em oposição ao regime, não podem ser vistas como discursos diretos em favor da democratização dos meios de comunicação de massa como compreendemos hoje.

A expressão *democratização dos meios de comunicação de massa* no Brasil, até a definitiva reabertura democrática vislumbrada a partir de 1984 com o movimento pelas *diretas já*, na grande maioria dos documentos, livros e periódicos pesquisados neste trabalho, assume sem vacilo as feições da luta pela liberdade de expressão e pelo fim da censura. Quanto às propostas de modelos de exploração dos meios de comunicação que permitissem maior participação da população, fosse através de entidades organizadas da Sociedade Civil, ou direta e individualmente; estas não contavam com o respaldo e o consenso necessários para serem hegemônicas.

Há aqui o contexto histórico do regime militar que penetra em todas as esferas da vida brasileira e não pode ser ignorado. A preocupação de todos os movimentos de oposição ao regime, de todos os descontentes com a atuação dos militares, era fazer chegar à maioria da sociedade as informações que desmascaravam os abusos do regime e a verdadeira ideologia contida por detrás da farsa que os militares representavam através do controle dos meios de comunicação de massa. Somente desmascarando o teatro militar diante da sociedade é que os movimentos de esquerda poderiam esperar recuperar sua força de resistência e com isso, retomar o projeto revolucionário. Segundo Regina Festa, o movimento pela democratização da comunicação passa por três fases distintas da vida política, econômica e social, portanto por três processos diferentes de comunicação popular. [48](FESTA, apud

[48] A comunicação popular, para Regina Festa, se diferencia da comunicação alternativa por se realizar "em nível das bases sociais", enquanto que a última se realiza "em nível médio da sociedade civil". O conceito de "comunicação popular" tem sido utilizado para caracterizar o discurso ideológico comprometido com os setores tradicionais de esquerda. Neste trabalho, este conceito será utilizado no sentido mais abrangente, que considera a comunicação popular, como aquela que surge

SOUZA, 1996, p.81) O contexto militar e a luta por transmitir as informações proibidas pela censura são, na visão dessa pesquisadora, as características da primeira fase que corresponde ao período de 68 a 78 - entre o AI-5 e a abertura política-. A segunda fase seria o período caracterizado pelos projetos políticos mais abrangentes (Ibid, p. 82).[49] Na primeira fase, a comunicação popular se caracterizaria principalmente nas tentativas de buscar formas de comunicação através das brechas dos sistemas de controle das informações, ou seja, através de veículos não institucionais, à margem da circulação de mercado. Neste período os folhetins e os panfletos, seriam os responsáveis por veicular a maior parte do conteúdo político de oposição ao regime militar. Os periódicos alternativos, de sindicatos e da Igreja Católica também ocupam esses espaços que não passam pelo controle da censura prévia. A Tv e o rádio são os veículos "oficiais", responsáveis por publicizar toda a propaganda de governo.

Também tivemos no Brasil, movimentos de cinema alternativo com uma intensa produção de filmes de curta metragem no final da década de 70 e início da década de 80. A utilização da Tv e do rádio alternativos, no entanto, não entraram para os livros de história. Foram poucas as experiências do gênero das quais não sobraram evidências materiais de que tenham existido. Os programas não foram gravados para evitar provas do que até então era considerado crime contra segurança nacional. Desse modo não é tarefa fácil para o pesquisador, identificar experiências do gênero reconstituindo-as em seu período pré-histórico por assim dizer. Entretanto é curioso o fato de que não tenham restado memórias da utilização da mídia eletrônica pelos movimentos de oposição ao regime, a exemplo do que ocorreu em outros países, ainda que esta tenha ocorrido aqui em pequena escala.

O segundo momento da comunicação popular, na opinião de Regina Festa, seria o momento dos grandes projetos políticos, elaborados pela Sociedade Civil e os partidos de oposição, ao mesmo tempo em que declinava o regime militar. O tema da democratização da comunicação é discutido dentro do contexto da iminente reabertura democrática do regime. Há urgência na definição de conceitos e

espontaneamente nas bases da sociedade, vinculadas ou não aos movimentos de esquerda. Mais adiante, no capítulo sobre as rádios livres, tratarei desse conceito com maiores detalhes.

[49] A terceira fase seria caracterizada pela "indecisão e crise" neste período o estudo em questão é finalizado.

políticas, a Sociedade Civil está atuante e alguns dos mecanismos de controle da informação estão enfraquecidos pela crise geral que abate o governo ditatorial. Neste momento surgem projetos de comunicação democrática com o objetivo de diagnosticar os problemas da comunicação no Brasil, sob a ótica da Nova Ordem Mundial da Informação e também, em oposição a ela.

Neste período o movimento de rádios livres se inicia no Brasil. Marisa Meliani Nunes identifica três momentos desse movimento (1995). O primeiro é caracterizado pelo *boom* de rádios livres em Sorocaba, em 1982, "onde fazer rádio virou febre local" no período final do regime. O segundo momento tem origem a partir do fechamento da rádio Xilik, este também é em sua opinião, o momento mais politizado do movimento e que corresponde ao "terceiro momento" da comunicação popular, caracterizado por um período de "indecisão e crise". Os antecedentes do movimento de rádios livres que serviram como base, ou fonte de inspiração para essas experiências no Brasil, foram as rádios livres da França e da Itália, e no continente da América Latina, as experiências das rádios clandestinas dos mineiros na Bolívia e da rádio Revolução de Ché Guevara em Cuba (MACHADO, 1987, pp.96 - 98). Todas essas experiências altamente politizadas e sob forte influência do pensamento da esquerda socialista.

Parte dos integrantes do movimento de rádios livres no mundo pensavam nas rádios livres articuladas com os movimentos de esquerda, formando uma rede de contra informação a serviço do processo revolucionário. (GUATTARI, 1987, p.61). Na América Latina, os pioneiros do movimento utilizaram o rádio como apoio fundamental em seus processos revolucionários - a Rádio Revolução de 'Ché' Guevara, por exemplo. No Brasil as experiências de rádios livres "politizadas", ocorrem durante a segunda metade dos anos 80, quase trinta anos depois do surgimento das rádios clandestinas nos países sul-americanos.

Segundo Leo Tomaz no início dos anos 70, antes do movimento de rádios Livres na Itália e na França, existia entre um grupo de jovens comunistas brasileiros o desejo de quebrar o controle exercido pelos militares e pelas empresas concessionárias sobre os meios de comunicação de massa, através de

emissões "piratas" no espaço eletromagnético, em outras palavras, através de transmissões radiofônicas ilegais. [50] Segundo este militante do movimento de rádios livres, que nos anos 90 entrou para a história do movimento com a Rádio Reversão, o grupo chegou a fazer uma intervenção no espectro, mas a idéia não decolou por falta de incentivo do Partido Comunista do Brasil, quem tinha a princípio financiado a compra de um transmissor de baixa potência. Quando Leo Tomaz é questionado sobre a ausência de experiências radiofônicas análogas durante os anos setenta, explica que a maior dificuldade em colocar em prática tais projetos não residia somente na repressão militar, ou na falta de verbas para a compra de equipamentos, - que nesta época já eram consideravelmente baratos, mas sim na ideologia "aparelhista", "ruralista", dos partidos de esquerda no Brasil. [51] Na visão deste militante, os partidos não possuíam uma visão exata do ato de resistir e não poderiam, portanto, jamais atingir a etapa do projeto revolucionário. Essa ingenuidade sobre a resistência, no campo das comunicações eletrônicas, se apresentou a Leo Tomaz como a insistência do PC do B em ver os meios de comunicação de massa como instituições que seriam incorporadas pelo partido durante o processo revolucionário de derrubada do Governo militar e ascensão ao poder da classe operária.

As indicações de Leo Tomaz sobre a ausência de ações de "guerrilha midiática" no Brasil dos anos 60 e 70 é corroborada por outros ativistas e militantes das "esquerdas" deste período. [52] [53] Além disso, o projeto de Constituição do PT que seria apresentado anos depois dessa experiência relatada, coloca os meios de comunicação sob o poder do Estado e da Sociedade Civil, não permitindo a apropriação privada dos mesmos. Estas indicações apontam para a hipótese de que com exceção da

[50] entrevista concedida por telefone em outubro de 2001.
[51] Leo Tomaz que fundou a Rádio Reversão em SP,conta que os transmissores do início do movimento eram importados da Itália ou da França e custavam cerca de 700 U$ para cada 50 Watts de potência. Mais ou menos o mesmo valor de hoje, com a diferença de que agora podemos encontrar transmissores produzidos no Brasil.
[52] Félix Guattari utiliza essa expressão para se referir aos movimentos de rádios livres na Europa que eclodiram a partir de 1976 e que praticavam através da contra informação um movimento de resistência ao monopólio Estatal das concessões de canais de rádio e Tv, à propaganda política e econômica do Governo e das elites, enfim, utilizavam o poder de irradiação das emissoras para resistir ao *status quo*. (1981, p.58).
[53] Renato Tapajós, ex-guerrilheiro e militante do movimento de cinema alternativo, contou a esta pesquisadora que a guerrilha geralmente invadia emissoras de rádio para transmitir informações "proibidas" usando para tal o poder das armas, mas que não houve em seu grupo nenhuma orientação para a criação de rádios clandestinas. Ele não se recorda de nenhuma intervenção de rádio realizada por outros grupos, além da jás citadas "invasões armadas".

Igreja Católica, especificamente falando da Ação Católica, que desde pelo menos 1961 vinha experimentando através de suas emissoras de rádio, novas utilizações e linguagens para este meio (PAIVA apud, LIMA, 1981, p. 46), o que predominava na visão das esquerdas sobre os meios de comunicação de massa, era a vigência do modelo Estatal Soviético. As esquerdas brasileiras pareciam esperar chegar ao poder para efetuar a apropriação estatizante de toda a rede de comunicações eletrônicas já existentes. [54]

As poucas experiências de resistência através de emissões ilegais, parecem ter sido realizadas em caráter privado. Esta pesquisa identificou apenas a emissão assinalada pelo militante Leo Tomaz, utilizando um transmissor de rádio em FM.[55] É possível que outras experiências tenham sido realizadas, porém até o presente momento, elas não passam de vagas referências sem atores identificados. As emissões ilegais no país passam a ser realmente significativas a partir da década de 80.

Também a disciplina de Ciências da Comunicação no Brasil parece ter despertado tardiamente para a questão, ainda que suas razões sejam outras. A disciplina parece ter seguido a trilha da UNESCO, inaugurando as discussões sobre democratização dos meios de comunicação no final dos anos setenta.

Na disciplina de Ciências da Comunicação, podemos identificar ao menos duas vertentes mais expressivas durante o período que vai de 1964 até 1980 e que realizaram estudos de caráter sociológico: A vertente que segue as pesquisas em comunicação desenvolvidas nos Estados Unidos e na Europa e a vertente crítica, que segue o caminho aberto pela Escola de Frankfurt. (MELO, 1998, p.130)[56].

[54] Esse é um problema que parece afetar os partidos de esquerda no Brasil até os dias de hoje. Um exemplo disso são as recentes discussões sobre a convergência digital. Enquanto o FNDC lidera essas discussões, o PT parece ignorar o fato de que essas tecnologias transformarão em breve todo o cenário político das comunicações.

[55] Esta pesquisa não está considerando as emissões de radioamador Px, embora durante este período, as transmissões desse gênero tenham sido significativamente mais recorrentes.

[56] Embora José Marques de Melo enumere diversas vertentes nos estudos em comunicação, elas são resumidas por ele em : corrente funcionalista, compreendida pelas pesquisas "realizadas de acordo com modelos forâneos, predominando os estudos de morfologia e conteúdo de imprensa, as análises de audiência ou dos efeitos sociais da mídia, assim também os diagnósticos sociográficos ou deontológicos". Tendências epistemológicas: "a teoria crítica frankfurtiana, o estruturalismo

Sobre a primeira vertente, podemos resumi-la ressaltando suas características principais: é composta pelos estudos em comunicação que desenvolveram técnicas de pesquisa da opinião pública, técnica de publicidade, técnicas de manipulação audiovisual. São estudos ligados à exploração comercial e política dos meios de comunicação de massa e limitam-se em aprimorar as técnicas existentes.(Ibid, p.130).

Sobre a segunda vertente mais crítica podemos destacar sua proximidade aos estudos realizados principalmente por Adorno e Horkheimer, que originaram a Teoria da Cultura de Massa. Esses estudos serviram de paradigma para a grande maioria das pesquisas realizadas por essa vertente crítica no Brasil, que via na exploração comercial dos meios de comunicação de massa ou seja, a indústria cultural, o caráter funesto da manipulação das massas. Essa vertente sem dúvida teve o mérito de ser a única voz ativa contrária à forma de exploração das comunicações eletrônicas que estava sendo desenvolvida no Brasil, no entanto esses estudos se limitavam a realizar a crítica radical ao modelo vigente de exploração dos meios de comunicação de massa, sem apresentar propostas que revertessem o quadro unilateral das comunicações em construção no país. Por esse motivo não é mera coincidência encontrarmos na América Latina, durante o período em que a UNESCO defendeu o desenvolvimentismo via meios de comunicação de massa, os primeiros estudos críticos sobre cultura de massa. Até o final dos anos setenta, essa vertente limitou-se ao papel de correspondente crítico dos movimentos do grande capital atrelado aos meios de comunicação. Quando a UNESCO mudou sua orientação para a direção da democratização, a vertente que seguia de perto, criticando os paradigmas que sustentavam os projetos desse órgão, se "libertou" desse posicionamento exclusivo e passou a fornecer propostas democratizantes.

Alguns autores consideram que não foi a UNESCO quem inaugurou propostas democratizantes para as comunicações eletrônicas. Eles defendem que essa mudança de orientação é decorrente do movimento de Rádios Livres na França e na Itália, ou seja, decorrentes da prática comunicativa

francês, a semiótica periceana, as doutrinas marxistas e a teologia da libertação".

emancipatória. (SOUZA, 1996, p.62). Outros consideraram essa mudança decorrente da evidência econômica de que os meios de comunicação de massa por si só, não seriam capazes de desenvolver as estruturas sociais e econômicas dos países em desenvolvimento ao nível do primeiro mundo, no sentido de criar o clima de produtividade responsável pela geração de iniciativas capazes de assegurar melhores condições de vida à sua população. (MELO, 1998, p.302) Ou ainda da evidência de que os monopólios de comunicação traziam conseqüências maléficas à estabilidade política. Porém poucos dos autores consultados nesta pesquisa consideram a mudança de orientação em direção à defesa da democratização dos meios de comunicação de massa, como um movimento decorrente do próprio desenvolvimento das tecnologias, que reestruturou os espaços de intercâmbio de bens simbólicos, tornou o sistema de intercâmbio material mais eficiente e atingiu os campos da política na medida em que aboliu a tradicional relação do espaço-tempo entre as reivindicações sociais e econômicas e a resposta das macro-estruturas, tornando possível uma estrutura burocrática estatal mais eficiente. O desenvolvimento tecnológico transformou o mundo num lugar dependente de tecnologia de comunicação.

Dentro das teorias de comunicação no Brasil a vertente crítica esteve até o final dos anos setenta, atrelada à posição de oposição ao modelo vigente de exploração dos meios de comunicação de massa. Desse modo cumpriu o papel crítico e político que lhe coube, sendo constantemente associada aos movimentos de esquerda. Somente com uma mudança radical no contexto sobre o qual esses estudos estavam inseridos, é que a reorientação das pesquisas no sentido das propostas democratizantes ganhariam força e se transformariam durante algum tempo, num dos objetos mais cobiçados pelas pesquisas em comunicação. Segundo José Marques de Melo, a criação da ALAIC em 1978, representou um passo adiante na consolidação da Escola Latino-Americana de Comunicação[57]:

> "Não obstante surgisse num momento crítico, quando se aguçavam as contradições históricas antecipadoras do cenário da chamada 'década perdida', a *Asociación Latinoamericana de Investigadores de la*

[57] Segundo esse autor, a Escola Latino-Americana seria mais do que o sincretismo das duas vertentes principais em pesquisa sobre comunicação. Essa "escola" também seria a resposta metodológica aos problemas específicos desde campo do conhecimento na América Latina, para os quais nenhuma das outras vertentes eram adequadas.

Comunicación conseguiu realizar um trabalho produtivo, participando dos fóruns internacionais que sustentaram o movimento de apoio às políticas democráticas de comunicação" (1998, p.131)

Portanto não podemos imputar a origem da reorientação democratizante que tomou conta das pesquisas em comunicação durante a primeira metade da década de oitenta no Brasil, exclusivamente à reorientação democratizante da UNESCO. Essa mudança de orientação tem causas que podem ser atribuídas aos contextos políticos e econômicos, principalmente dos países latino americanos submetidos a regimes ditatoriais e que sofreram transformações radicais ao longo da década de setenta, fornecendo os precedentes que viabilizaram as discussões democratizantes *também* no campo dos meios de comunicação de massa.

Como já foi colocado, o movimento de democratização das comunicações no Brasil ganhou formas diferenciadas da luta pela queda da censura apenas a partir dos anos oitenta, coincidentemente - ou não-, à mudança de postura da UNESCO materializada pelo relatório da Comissão MacBride. A partir daí o tema passa a fazer parte das pautas dos partidos políticos de oposição, dos movimentos sociais e da própria mídia. Na mídia algumas questões delicadas são convenientemente deixadas à margem das discussões. Ela se apropria dos discursos democratizantes até onde vai o seu interesse como classe dominante. A quebra da censura é apoiada quase unanimemente. Apenas representantes evangélicos dentro do Congresso é que falam em favor da continuidade da censura. Para os empresários de mídia, a questão da regulamentação de conteúdo é tida como uma forma de *censura*. A mídia caracteriza também sob essa palavra, os controles democráticos sobre a comunicação, tais como: a participação dos jornalistas nas decisões da pauta editorial e a propriedade dos meios de comunicação, que são simplesmente ignorados do discurso democratizante que ela própria formula. Quando não é possível ignorar os discursos em defesa e da criação de controles democráticos sobre a propriedade dos meios de comunicação e o conteúdo da programação, ela recorre às táticas de "subversão" dos discursos. As propostas da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais - FENAJ-, por exemplo, são acusadas de serem manobras dos "comunistas radicais" infiltrados no Congresso.

Esse movimento de imposição dos interesses da classe que controla as comunicações no país através da mídia pesa na balança de forças que trabalha pela transição democrática na Assembléia Nacional Constituinte, ao mesmo tempo em que gera desconfiança nas lideranças dos movimentos de democratização das comunicações. Esse período caracterizado pela "indecisão e crise" é frutífero em projetos e discussões políticas sobre os novos rumos da comunicação no país. Na Sociedade Civil as rádios livres são algumas das experiências de comunicação que estão sendo desenvolvidas e é natural que este movimento se caracterize nesta fase, pelo seu alto grau de engajamento político, como também é curioso observar o fato de que estas experiências estejam ocorrendo simultaneamente aos projetos democratizantes, complementando-os. Contudo as rádios livres são experiência que ocorrem num nível social que está à margem do diálogo com as lideranças do movimento de democratização das comunicações. Ao lado dos movimentos étnicos e de gênero, as rádios livres são um fenômeno espontâneo *da* sociedade, que surgem em pequenos nichos inspirados tanto pela efervescência política contextual, quanto pela idéia de uma nova estratégia de participação adequada aos novos processos sociais.

Apesar desse movimento ocorrer em pequenos nichos, ele não se caracteriza pelas reivindicações com um recorte "de minorias políticas". Trata-se de um movimento espontâneo de apropriação de tecnologias de comunicação que não está politicamente unificado, num momento em que o mundo está sendo orientado para a dependência cada vez maior dos seres humanos e das sociedades, para com estas tecnologias. Este movimento de apropriação tem um caráter social generalizado diante da situação de controle abusivo do acesso a essas tecnologias. Ele é uma resposta ao interesse da maioria dos excluídos, embora esteja em sua fase embrionária e não tenha se organizado o suficiente para atingir a superestrutura das representações sociais.

O mundo dos anos 80 aponta para uma a necessária reorientação nos campos da política e da economia nos países subdesenvolvidos, que caminha paralelamente ao desenvolvimento da informática e da robótica. A "tecnocracia" eleva o valor da troca de informações, responsável pelas inovações

tecnológicas que movimentam o mercado mundial. Este movimento de investimento sobre as tecnologias com ênfase nas de informação, é global e parece ser também o ponto de partida para a guinada democratizante no campo das comunicações, o que reafirma a inserção das inovações tecnológicas na vida cotidiana como meio de produção supervalorizado.

Essa tendência mundial de apropriação dos meios de comunicação que se inicia a partir do final dos anos setenta - e aqui é necessário considerar o termo, relacionando-o com todas as formas de apropriação -, pode explicar porque os movimentos latino-americanos de rádios *clandestinas,* que ocorreram nas décadas de 50 e 60, não desenvolveram discussões sobre a democratização dos meios de comunicação para além de suas fronteiras. Essas rádios desenvolveram uma verdadeira *guerra midiática*, servindo como instrumento de informação e contra-informação tanto para a "direita", quanto para a "esquerda" política das revoltas populares. As rádios *clandestinas* latino-americanas podem ser consideradas pioneiras nas transmissões de rádios sem concessão.

As rádios européias também tinham o objetivo de serem instrumentos dos movimentos sociais e de serem em si, um movimento pela quebra do monopólio estatal das comunicações, surgindo daí um movimento de rádios pela democratização dos meios de comunicação que extrapola as fronteiras européias. É interessante notar que no Brasil, o movimento de rádios surge a partir das experiências européias e não das experiências mais próximas, latino-americanas. Novamente é possível perceber que o contexto histórico incide diretamente sobre nosso objeto de estudo. A causa revolucionária no Brasil não atingiu níveis de organização capazes de se articular também através dos meios eletromagnéticos de comunicação, antes que as tendências macroestruturais apontassem para o futuro onde essas tecnologias seriam a base estrutural do *capitalismo tardio*.

Se por um lado a história das rádios ilegais no Brasil não tem muitas relações com os países vizinhos, por outro lado sua identidade com o movimento europeu é constantemente relembrada. O movimento brasileiro surge primeiro como movimento em si mesmo, dotado de reivindicações próprias, para depois atuar em relação a outros movimentos sociais. O momento do surgimento das

rádios livres neste país é de reabertura democrática em todas as instituições. As rádios livres cumprem o papel de lutarem pela abertura de canais não estatais e não comerciais privados, ou seja, o papel de lutarem pela quebra do monopólio simbólico do regime militar e do efetivo monopólio privado, por um modelo de comunicação de massa não "massificante", fazendo assim coro com outras vozes que lutavam pela queda da censura, pelos controles democráticos sobre políticas editoriais, pelo direito de representação das minorias via meios de comunicação, etc.

Podemos dizer que o ano de 1978 foi um marco para o movimento de democratização das comunicações, que teve em sua pré-história os movimentos de rádios livres, os governos autoritários na América Latina e a Guerra Fria. Porém, os ares democratizantes que convergiram para essa data e que passaram a partir daí a figurar nas pautas da UNESCO, dos partidos de esquerda e dos movimentos populares, teriam o mesmo odor?

É interessante notar que ao final dos anos 70 o Brasil chegava no limite do autoritarismo militar. Havia a expectativa geral de que a democratização gradual, anunciada pelo governo Geisel, seria inaugurada com a nova década. A escolha de Figueiredo como novo presidente representava essa intenção. O contexto histórico brasileiro apontava para essa democratização anunciada, gerida internamente pelos militares. Observando o desenvolvimento do governo militar ao longo dos anos 70 é possível concluir que a continuidade do sistema autoritário tornava-se cada vez mais arriscada, afinal a base legitimadora, fincada no projeto desenvolvimentista fracassara e o governo se encontrava sustentado pelo seu comprometimento com as elites. (SKIDMORE, 1988, p. 50) Por outro lado, observando o contexto internacional, como já foi apontado, é possível notar a existência de um movimento que apontava para soluções democráticas nos governos e nas instituições de todo o ocidente. Os meios de comunicação de massa a partir dos anos oitenta serão alvo de reformas regulamentadoras mesmo nos países de tradição econômica liberal, porque o desenvolvimento do sistema de exploração comercial dos meios de comunicação, havia proporcionado uma enorme

concentração de poder autônomo com relação ao Estado e prejudicial ao sistema democrático. (FILHO, 1994, p.42). O desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação apontava para a necessidade de garantir ao Estado e à Sociedade Civil, dispositivos legais de controle e participação, capazes de alimentar o mercado das comunicações contendo ao mesmo tempo, as conseqüências sociais, culturais e políticas de um possível monopólio privado de informações.

De modo geral os dispositivos de controle da expansão do mercado das comunicações, tomando os Estados Unidos como exemplo, vedam o monopólio tanto vertical quanto horizontal de empresas de comunicação. Ou seja, vedam o controle cumulativo por um único proprietário ou empresa de meios eletrônicos de comunicação, audiovisuais e/ou impressos. Também vedam que o Congresso possa votar leis que limitem ou proíbam a liberdade de expressão. Os possíveis "exageros" no exercício dessa liberdade, que gerassem confrontos entre o público, os editores de jornais e das rádios difusoras, "se resolve no interesse público" ou seja, se resolve num tribunal ordinário, entre as partes conflitantes, sem a intervenção centralizadora dos governos da federação, que é dispendiosa, lenta e desnecessária na maioria dos casos. (FILHO, 1994, p.44)

No Brasil o início dos anos oitenta foi marcado no plano das comunicações, pelo governo de Figueiredo e sua política autoritária de concessões, que acabariam por traçar o perfil das comunicações para além do próprio regime militar.

A política de concessões e a transição democrática.

Paulino Motter (1994) faz uma análise interessante da política de concessões do governo de Figueiredo e lança as pistas para o que considera ser a explicação pertinente das razões estratégicas que levaram o Presidente Figueiredo a outorgar um número astronômico de concessões de rádio e TV[58]. A

[58] Segundo Sérgio Caparelli: " (...)A situação é tão grave que, prevendo a perda do controle de poder, o Estado distribuiu em 1980,1981,1982,1983 e 1984, uma emissora de rádio a cada cinco dias! Com a TV, algo parecido: nos outros quinze anos, quase oitenta; e o ritmo parece crescer na medida em que diminuíam os dias daquele governo. Isso significa que os meios de comunicação adotam uma visão redutora e expressam apenas uma visão de mundo e de interesses." (CASTRO, et. al, 1986,

idéia do *continuísmo* na reabertura democrática é o caminho para se compreender porque pouca coisa mudou no espectro eletromagnético e nas instituições políticas que cuidam desse tema.

O presidente Figueiredo concedeu anistia aos presos políticos em 1979. A anistia trouxe aos movimentos de democratização do país um novo alento. "A lenta via da democratização" parecia finalmente estar chegando ao fim. Um primeiro impulso desses movimentos foi recorrer à mídia, especialmente à imprensa escrita, para divulgar o retorno dos exilados. Esse momento deflagra as lutas pela redemocratização do país após um período forçado, quase dez anos, de refluxo desses movimentos. A palavra *democratização* volta à tona em todas as pautas.

Os grupos políticos de oposição ganham status de legalidade após a anistia. Com a iminente reabertura democrática, as instituições públicas passam a ser revistas e figuram nas pautas de discussão da sociedade em fase de reorganização. Neste turbilhão de euforia política a questão da democratização dos meios de comunicação de massa é só mais uma dentre tantas outras. Isso esvazia em parte o impacto dessa discussão tanto dentro do Congresso Federal, quanto na opinião pública. Por outro lado o afrouxamento do controle autoritário das liberdades individuais não é acompanhado da extinção dos instrumentos de controle, que a despeito da iminente reabertura, continuam a existir como um fantasma que pode a qualquer momento voltar a assombrar as organizações políticas civis. Este fantasma reside principalmente sobre a liberdade de expressão e os meios de comunicação sob o controle dos mesmos "coronéis midiáticos" dos anos do regime, representam uma ameaça sobre as expectativas democratizantes.

O Presidente Figueiredo não hesitou em usufruir todo o aparato constitucional que lhe garantia o poder de outorga de concessões. Aplicou o dispositivo contido no artigo 8º à revelia e o absolutismo de suas ações, estava baseado numa Constituição Federal extremamente centralizadora e que entrava em choque com o Código Brasileiro de Telecomunicações, este, um instrumento muito frágil para impedir a atuação arbitrária de um Governo que aparentemente lutava para se salvar da queda. As

---

p.36)

contradições jurídicas entre a Constituição Federal, que permitia os famosos "decretos-lei", instrumento de poder quase absoluto do executivo sobre o legislativo e o Código de Telecomunicações, fizeram com que o governo de Figueiredo cometesse irregularidades em muitas das concessões que assinou. [59] O caso mais explícito de irregularidade no processo de outorga de concessão durante o governo de Figueiredo foi sem dúvida, a concessão do canal 2, reservado para a emissora estatal Educativa (MOTTER, 1994, p.116). O obscuro processo de licitação que outorgou ao empresário Silvio Santos o direito de exploração de um canal que originariamente não estava disponível, suscitou numa mobilização por parte de outras empresas concessionárias que reivindicavam direitos a concessões de canais até então reservados dando origem a um verdadeiro festival de concessões e irregularidades que seriam mais tarde denunciadas pelo Ministro das Comunicações do governo Sarney.[60] (MOTTER, 1994, 118 - 119).

As irregularidades no processo de concessão de canais de rádio e TV que fizeram parte do governo Figueiredo, obviamente não eram novidade dentro do sistema autoritário militar e representaram um "avanço" com relação às irregularidades passadas, pois procurava remediar a situação insustentável que a política de comunicações de seus antecessores havia gerado.

Apostando todas as fichas na Rede Globo, os antecessores de Figueiredo haviam criado um monopólio gigantesco que ameaçava voltar-se contra seu criador o regime militar, desferindo sobre ele o golpe fatal da mobilização da opinião pública.[61] O golpe temido por Figueiredo era o de que a

[59]O antigo Código Brasileiro de Telecomunicações foi instituído pela Lei nº 4117, de 27 de agosto de 1962. Ele foi o resultado de uma intensa batalha do empresariado privado "para a obtenção de um diploma legal que lhe garantisse a continuidade da iniciativa privada na radiodifusão, a qual, vez por outra, era ameaçada por declarações de autoridades" (TAVARES *apud,* ORTRIWANO, 1985, p. 75). Para informações mais detalhadas sobre o processo de criação do código, ver: MOREIRA, op. citi, 1991, pp. 31, 35.

[60]O Ministro Antônio Carlos Magalhães foi durante o regime militar membro da Arena (partido dos civis governistas) e durante o governo de Figueiredo também foi beneficiado pelo festival de concessões com emissoras e retransmissoras no seu estado de origem, Bahia. Após ter se desentendido com a cúpula do PDS (antigo Arena), por apoiar Mário Andreazza como candidato à presidência, em contrapartida à candidatura vencedora de Paulo Maluf, ACM uniu-se ao PMDB e conseguiu, via Roberto Marinho, ser escolhido para o Ministério das Comunicações no lugar de Pimenta da Veiga, até então o nome mais cotado para o cargo dentro do partido. As denúncias que este fez contra o festival de concessões do governo Figueiredo fizeram parte de um golpe político de cunho populista, uma vez que o próprio ACM havia se beneficiado de concessões de rádio e TV. Esse golpe tinha por finalidade assegurar seu lugar no Ministério e perpetrar uma "vingança" política aos seus opositores no PDS. (MOTTER, 1994, p. 126).

[61] O caso "Time-Life/ Globo" que chegou a ser investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, lançam suspeitas bem fundamentadas, de que o surgimento da Rede Globo de Televisão tenha se dado sob condições de irregularidade.

gigantesca Rede Globo colocasse a opinião pública a favor da reabertura democrática radical, ou seja, da convocação de eleições diretas para presidente para o ano de 1984, e da convocação de uma Assembléia Constituinte, prometida e sempre protelada desde 1964. Esse temor levou o presidente a agir via decretos, outorgando um número absurdo de concessões sem que houvesse nenhum controle, civil ou representativo, mais abrangente sobre o processo de escolha das empresas concessionárias que seriam responsáveis pela quebra do monopólio da Rede Globo de Televisão.(MOTTER, 1994, p.116) Durante o "festival de concessões" inúmeras irregularidades foram cometidas e sistematicamente denunciadas pela Rede Globo (MOTTER, 1994, 118). Para contentar as empresas que se diziam prejudicadas pelo "festival de concessões" novas irregularidades e abusos foram cometidos. O monopólio da Rede Globo não chegou assim a ser ameaçado de fato, mas sem dúvida esse festival de irregularidades abriu espaço para o fortalecimento das emissoras do Sistema Brasileiro de Televisão do grupo Silvio Santos e da Tv Manchete. Essas emissoras não ameaçavam a hegemonia da Globo, mas tomaram conta dos espaços que restavam no espectro eletromagnético. O resultado disso foi o de que as comunicações eletrônicas no país não eram mais comandadas apenas por uma emissora, mas por um pequeno grupo de empresários, formado em princípio a partir de três grandes emissoras. O sistema de concorrência comercial estava implantado definitivamente, na visão do governo e desses empresários.

É possível estabelecer novamente uma comparação com o caso norte-americano e os esforços legais que foram feitos para evitar o monopólio. O resultado de inúmeras tentativas de controlar a expansão exacerbada de poucas empresas de comunicação em detrimento de outras, foi um sistema de concorrência onde mais de 60 emissoras de TV disputam cada uma, uma "fatia" do mercado publicitário. As emissoras para sobreviverem neste regime de intensa concorrência se especializaram, como o que ocorreu com o rádio no Brasil durante os anos 70 (ORTRIWANO, 1985, pp. 23, 30). Surgem desse processo emissoras de informações jornalísticas, emissoras de notícias esportivas, emissoras de entretenimento, emissoras voltadas para o público jovem, etc. No Brasil o número de empresas de comunicação de massa concorrentes neste período era ridículo se colocado sob a ótica do

liberalismo econômico, aproximando-se mais de um grande monopólio do que de uma verdadeira concorrência.

Motter procura explicar o "festival de concessões" de duas maneiras, a primeira diz respeito a uma tentativa derradeira de salvar o regime militar da iminente reabertura democrática, atacando um dos pontos mais frágeis do regime: a opinião pública e tendo ao seu dispor para essa finalidade, emissoras ligadas ao regime militar através de um "compromisso de cavalheiros".[62] Essa explicação engloba a necessidade do governo de evitar que a Rede Globo acabasse por servir contra o regime. Como aponta Sérgio Caparelli (CASTRO, et. al, 1986, p.34):

> "(...) os meios de comunicação não são um bloco monolítico a serviço do Estado ou de um grupo dominante, mas expressam as contradições entre classes e frações de classe no interior e fora do grupo hegemônico".

No caso da Rede Globo essas contradições começavam a se tornar evidentes. Um exemplo disso foi a cobertura dada por ela às manifestações pelas *diretas já* em 1984. Na edição final do Jornal Nacional, a multidão que se reuniu para exigir a reabertura democrática, foi mostrada como sendo uma multidão que se reunia para comemorar o aniversário da cidade de São Paulo. Este fato noticioso que se tornou clássico na demonstração do comprometimento da emissora com o regime militar e da manipulação desregrada das informações, suscitou a revolta entre as organizações de jornalistas, que em resposta o denunciaram prontamente, colocando um limite no comprometimento desregrado da emissora para com o Governo dos militares. (SAMPAIO, 1994, p. 114) A partir desse momento, o comprometimento da Rede Globo para como o regime estava ameaçado pela opinião pública consciente das estratégias de manipulação das informações. Para sobreviver, a Rede Globo precisa

---

[62] As emissoras concedidas no Governo Figueiredo, foram dadas a políticos e amigos, o caso de Silvio Santos exemplifica o tipo de relações que o presidente mantinha com seus concessionários. Dias antes de ser divulgada a data para as petições na licitação do Canal 2 de Brasília, Silvio Santos se reuniu com o presidente Figueiredo. Mal saiu a licitação, antes que todas as petições pudessem ser examinadas, Silvio Santos saiu vencedor. É provável que ele e o presidente tenham firmado um "compromisso de cavalheiros", que lhe concedeu sem dificuldades a outorga do canal, entretanto, a despeito do acordo informal -e ilegal-, que provavelmente aconteceu, as empresas concessionárias não deixavam de sofrer a coação da legislação, que delegava ao Presidente o direito de cassar as concessões a qualquer momento, baseado na Lei de Segurança Nacional instituída pelo AI 5.

passar a apoiar o movimento pela redemocratização do país e isso explicaria os abusos cometidos pelo governo de Figueiredo, ao conceder canais de rádio e Tv para políticos e empresários favoráveis ao regime.

A segunda explicação tem pontos contraditórios com relação à primeira, que vê neste e em outros atos do governo Figueiredo, uma tentativa de sobreviver postumamente. Sendo a queda do regime militar inevitável, ou mesmo construída pelos próprios militares, a solução para aqueles que de alguma forma explicavam sua necessidade de permanência no poder econômico e político, seria criar condições para que canais de participação nas decisões mais importantes permanecessem abertos aos velhos representantes e partidários do regime militar, mesmo após a redemocratização. Um desses canais seriam as emissoras de rádio e TV concedidas neste período.

Os pontos contraditórios residem no fato de que se a primeira explicação é a mais adequada, ou seja, o "festival" foi um procedimento para tentar a salvação do regime, a segunda explicação de sobrevivência póstuma admite o fim iminente do regime. Essa contradição expressa os movimentos internos do governo, entre os militares "linha dura", que exigiam a continuidade do regime e os militares que vinham planejando desde pelo menos o governo Geisel, ou seja, desde o fim do "milagre econômico", a reabertura democrática como uma saída ao iminente suicídio político. [63] Essas explicações são coerentes com o fato de que os meios de comunicação serviram como "moeda de troca" na barganha política intensificada pelo momento. Essa situação flagra a fragilidade da legislação em vigor, diante da importância estratégica dos meios de comunicação.

A legislação ao concentrar nas mãos do Executivo as decisões relativas aos meios de comunicação de massa, permite e incentiva o deslocamento do Ministério das Comunicações de sua função social, para uma função mercantilista dentro do governo. [64] (CASTRO et. al, 1982, p. 36) O Minicom e o Código Brasileiro de Comunicações deixam de ser, desde os primeiros anos de governo

[63]O famoso caso da explosão de um carro ocupado por dois militares em 81, o "Riocentro", foi talvez a atitude mais radical dos militares "linha dura" na tentativa de salvar o regime.

[64] No futuro a tentativa de corrigir essa "anomalia", viria na forma da criação de uma agência autônoma de telecomunicações, que assumiria a "função mercantilista" de partilha do espectro eletromagnético dentre outras.

militar, quando ainda era o CONTEL recém criado por Jânio Quadros, instituições responsáveis pelas políticas de desenvolvimento das comunicações no Brasil independentes do poder Executivo. Vale relembrar que o governo de Getúlio, quem primeiro legislou sobre rádio no país, também centralizou a questão. A tentativa de Jânio Quadros não foi a da descentralização, mas sim a de procurar estabelecer alguns critérios democráticos rudimentares de contenção e controle, como a diminuição do tempo das concessões tanto para rádios quanto para TV's, o fim da censura prévia substituída por uma comissão representativa de avaliação de conteúdo e níveis de punição para as infrações ao código. Este código teve vida curta e foi logo substituído por outro projeto, escrito pela ABERT da época. Durante o Governo de Castelo é criado o Minicom, mas ele já nasce como instrumento alegórico de uma democracia apenas prometida. A rigor o Brasil nunca teve um Ministério das Comunicações que tivesse um grau de autonomia com relação às decisões do gabinete central da Presidência da República. O Minicom foi durante o governo ditatorial uma instituição burocrática/legitimadora das ações da cúpula do governo via Presidente da República, um mero instrumento de manobras para as políticas autoritárias do regime. Nos anos de Sarney o Minicom se fortaleceu sob o domínio de Antônio Carlos Magalhães. Esta figura política, conhecida por seu grande poder de articulação, conseguiu submeter às decisões de grande parte do Congresso Federal ao Minicom, que obedecia aos interesses diretos dos figurões políticos que comandavam o topo da hierarquia do governo transitório. O aparente fortalecimento desse ministério, cuja principal política era a de barganhar canais de comunicação em troca de votos do Congresso, representou o aprofundamento do arbítrio individual em políticas de comunicação. Demonstrou finalmente que este modelo centralizado de decisão podia ser ainda mais eficiente do que os anteriores, não havia, por exemplo, problemas com o tempo exigido pela burocracia. Os pedidos de concessão eram rapidamente analisados a tempo para serem expedidos dias antes das datas de votação mais importantes do Congresso. O Minicom atuava de forma "mercadológica", trocando no teatro político, bens públicos para exploração privada por votos.

Quando Paulino Motter destaca o caráter público das emissoras de rádio, presente no Brasil desde a Constituição de 1936 (1994, p.106), ele está procurando demonstrar que os pioneiros nesta tecnologia percebiam a finalidade do rádio enquanto veículo de comunicação social.[65] A primeira emissora de rádio no Brasil, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, de propriedade de Roquette Pinto, foi doada em 1936 ao Ministério da Educação e Cultura, mediante promessa por parte do Ministro Gustavo Capanema, de que os seus ideais educativos e culturais seriam preservados pelo governo brasileiro. Iniciava-se o sistema de Rádios Educativas no Brasil. (MOREIRA, 1991, p.17). As emissoras de rádio e TV, posteriormente tratadas como mercadoria de troca e acúmulo de capital, foram afastadas de suas finalidades públicas originais, como também foi afastado de sua função primeira, o poder auxiliar do Governo responsável por garantir a comunicação eletrônica como um direito de cada cidadão.

A reabertura gradual de Ernesto Geisel, iniciada na primeira metade dos anos 70 trouxe para o final dessa década, as discussões de uma nova ordem política e social para o Brasil (SKIDMORE, 1988, p. 32). No plano específico das comunicações, do ponto de vista macro histórico, vimos que a formação de um pensamento latino-americano sobre o tema, consolidada pela formação da ALAIC, (MELO, 1998, p.131) somada às recomendações redirecionadas da UNESCO, sobretudo após a formação da Comissão MacBride (SOUZA, 1998, pp. 61, 62), e pela Nova Ordem Mundial da Informação, já haviam criado um clima favorável ao desenvolvimento de discussões sobre o acesso aos meios de comunicação e a democratização. Outro fator importante para a criação desse *pathos* democratizante além da própria conjuntura política que se abria, foi a intensificação dos movimentos sociais, urbanos e rurais, a sua repercussão social e acadêmica que deu origem aos estudos sobre a Sociedade Civil. Desses estudos saíram conceitos que fundamentaram os discursos em favor da democratização dos meios de comunicação de massa, tais como: “democracia popular”, “alternativa popular”, “comunicação popular” e “comunicação social”.

---

[65]Sobre isso ver também: MOREIRA, Sonia Virgínia Moreira. *O Rádio no Brasil.* Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991, pp. 16 -17.

É necessário aqui, retomar parte da história dos movimentos sociais que geraram conceitos em comunicação, pois esses conceitos serão retomados nos anos 90 para fundamentar e legitimar a criação do movimento de rádios comunitárias no Brasil.

Os movimentos sociais no Brasil. Interação e "comunicação popular" uma perspectiva orientada pelas teorias de Paulo Freire e Jügen Habermas.

Os movimentos sociais no Brasil têm uma longa história, porém durante a década de 70 eles assumem uma nova característica. De acordo com Luiz Gonzaga de Souza Lima, os movimentos sociais do início da década de 80 se diferenciam dos movimentos anteriores pelo grau de organização e autonomia atingido pelas classes populares (MOISÉS et. al, 1982, p. 62). Embora o referente estudo seja relativo à Igreja e seu papel nos movimentos sociais, as causas que o autor busca para tentar compreender a formação, atuação e alcance das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, são pertinentes também a outros movimentos sociais não ligados à Igreja Católica, porque compartilham do mesmo contexto histórico e das mesmas dificuldades conjunturais na tarefa de dar continuidade às expressões políticas da Sociedade Civil. Na opinião do autor os principais fatores que possibilitaram uma nova orientação política na sociedade brasileira são:

a) restrições das bases sociais do Estado e fechamento dos canais de participação política através do autoritarismo
b) as estreitas bases sociais da democracia anteriormente vigente no país;

c) insuficiente grau de organização das oposições políticas ao regime militar e ao autoritarismo. (MOISÉS et. al, 1982, p. 44).

Se por um lado os três fatores relacionados acima eram desfavoráveis à continuidade do processo politizador experimentado pelo Brasil durante os anos de efervescência política e cultural que antecederam ao regime militar, por outro, o autoritarismo e a perseguição política não foram suficientes para destruir completamente o processos políticos sociais (SCHWARZ, 1978, p. 69). Esses três fatores contribuíram para transformar o conceito e as maneiras de participação política da sociedade. O papel da Igreja neste processo, por ter abrangência nacional e o respaldo internacional da Ação Católica e posteriormente da Teologia da Libertação, foi um dos mais importantes dentre todas as instituições que se aventuraram a organizar a Sociedade Civil. [66]

Esses fatores iniciaram o processo de autonomização dos movimentos sociais. Durante os anos 70 diversos movimentos surgiram com características locais, descentralizadas, apartidárias e que por esse motivo, não puderam ser reprimidos pelo regime militar com a mesma intensidade que foram os movimentos filiados aos partidos de esquerda do final dos anos 60. Nas cidades eram associações de bairro, movimentos pelos direitos das mulheres, pelos direitos humanos, pelos direitos dos homossexuais, etc. No campo eram os movimentos remanescentes das Ligas Camponesas. Tanto os movimentos urbanos quanto os rurais, a princípio localizados, foram dando continuidade ao processo politizador das camadas populares, que somados a outros fatores conjunturais, desembocaram nos grandes movimentos sociais do final dos 70 e início dos 80, no movimento pelas *diretas já* e nos grandes movimentos pela reforma agrária, que sobrevivem até os dias de hoje.

---

[66]As propostas da CEBs criticavam os movimentos da vanguarda cultural e do populismo, através da orientação política baseada na Teologia da Libertação, que "combinava" o marxismo com o cristianismo fundamentalista. Sob a influência dessa filosofia, o ponto central contemplado era o das aspirações pelo fim da exploração do trabalho, ao mesmo tempo em que buscavam no Evangelho, resgatar a pureza dos ensinamentos de Cristo, "contaminada" por séculos de interpretações. Portanto sua orientação cultural buscava o popular como projeto alternativo, uma concepção que aproximava cultura e política, posteriormente modificada pela industria cultural. Sobre isso ver: ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*: *Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001, pp.162 - 163.

Não podem ser deixados de lado os outros fatores conjunturais que o professor Luiz Gonzaga de Souza Lima enumera da seguinte forma:

1) o processo de "abertura política" ou seja, uma transformação ao nível do Estado.
2) a rearticulação partidária que ocorre dentro dos restritos marcos estabelecidos pelo regime e que oferece um quadro composto de um lado pela recomposição em partidos diferentes da elite política existente e por outro lado, de duas tentativas de organizar partidos em relação direta com áreas sociais não organizadas politicamente, ou seja, o segmento trabalhista que se organiza sob a liderança de Leonel Brizola e o PT, a partir das oposições sindicais.
3) o mais alto nível de participação autônoma já atingido pelas classes dominadas no Brasil (MOISÉS et. al, 1982, p.45).

O autor considera que o processo progressivo que se vê a partir de 1969, de articulação das classes populares parecem ter se energizado nas CEBs e na pastoral popular[67]. Em 1982 eram aproximadamente 50.000 comunidades de base espalhadas por todo o país, o que demonstra a incrível penetração dessa forma de organização. Essas experiências assumem o caráter observado pelo autor no início da década de oitenta, a partir da 2ª metade dos anos 60.

- ausência de estruturas alienantes.
- Instrumento de redescoberta dos valores populares
- tons carismáticos
- localização rural, urbana e rururbana. Extensão nacional;
- ajuda mútua e cooperação econômica
- caráter de classe definido ausência de autoritarismo e forma particular de expressão de lideranças e de participação. (MOISÉS et. al, 1982, pp.49 - 51).

---

[67] "As CEBs constituem (...) uma busca por uma forma de expressão religiosa engajada nas lutas pela transformação da sociedade brasileira. Nesta busca desenha-se a feição própria das CEBs que, ao propugnar o desenvolvimento da consciência política dos seus membros e ao impulsionar modalidades de ação o fazem através da articulação de todo um patrimônio simbólico" (GOMES et. al, 1988, p.120).

Lima vai afirmar que essas características formam uma pedagogia do movimento, que simplificam as relações entre opressores e oprimidos. O objetivo conscientizador e politizador das comunidades eclesiais de base, está focalizado nas relações de interação entre seus membros, que sua forma de organização interna provocam. Se observarmos com atenção as principais características desse movimento, veremos que um dos referenciais teóricos das CEBs veio das idéias de Paulo Freire.

Paulo Freire foi membro da Ação Católica, sua importância para o pensamento brasileiro não reside exclusivamente no seu método de alfabetização de adultos, mesmo porque essa pedagogia faz parte de um conjunto teórico de maior abrangência. Ele dedicou especial atenção nos elementos libertadores da consciência dos oprimidos, que são análogos aos esforços empreendidos pelas CEBs e por outros movimentos sociais. Para Freire a tentativa de resgate do potencial transformador do ser social, tem íntima relação com os processos comunicativos.

No sentido de ampliar essa perspectiva é necessário descrever os principais pontos da "teoria da comunicação" de Paulo Freire.

De acordo com Venício Artur de Lima, a chave da "teoria da comunicação" em Paulo Freire é o seu conceito de educação. Educação é comunicação e comunicação é interação entre sujeitos iguais porque o que ocorre durante um processo verdadeiramente comunicativo, não é transferência de saber, mas "(…) um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados", em outras palavras, sujeitos que buscam o entendimento. (1981, p. 64). Para Paulo Freire o principal problema enfrentado pelo Brasil é o que ele chama de "cultura do silêncio".

> " O homem que vive mergulhado na cultura do silêncio pensa-se a si próprio como fazendo parte do mundo 'natural' (em oposição ao mundo da história e da cultura) e não como seu transformador" (LIMA, 1981, p. 89).

Ou seja, somente a partir do momento em que o homem/mulher brasileiro(a) se libertar da visão naturalizadora, mítica do mundo, através da comunicação/interação dialógica, ou seja, através da construção recíproca de conhecimento, percebendo a si próprio como agente capaz de produzir ações

transformadoras, é que estará apto a deixar a "cultura do silêncio" e iniciar o processo de "dar nome às coisas", ou "dizer a palavra", que em outros termos significa adentrar no mundo da razão, como agente consciente de sua capacidade transformadora.[68]

As teorias de Paulo Freire assim esboçadas em tão poucas palavras, têm por finalidade demonstrar que entre elas e as CEBs, ambas inspiradas pela Ação Católica, existe uma interação com pretensões a uma *teoria da ação social*. As CEBs pretendem colocar em prática a comunicação popular que surge da interação entre agentes que compartilham características comuns no meio em que vivem e em que trabalham. A idéia de trazer para dentro da convivência das CEB's uma prática de comunicação dialógica está fundamentada nas teorias de Paulo Freire e é legitimada por inúmeros projetos educacionais de politização e conscientização nelas inspirados e bem sucedidos durante o curto período em que foram aplicados no Brasil. Paulo Freire inaugurou inúmeros projetos de educação baseados em suas teorias. Foi nas CEB's que a comunicação dialógica saiu da esfera da educação propriamente dita e atingiu o tema da comunicação no cotidiano dos agentes.

Essa relação entre o teórico e o campo prático fica mais clara quando se observa as características das CEBs descritas acima juntamente com *as relações com a estrutura social* enumeradas por Luiz Gonzaga de Souza Lima:

- *ausência de estruturas alienantes,* que colabora como agente para a libertação da opressão global e estrutural, como agente de conscientização, que elabora objetivos políticos.
- *Instrumento de redescoberta dos valores populares,* o cidadão como sujeito das próprias ações.
- *Ausência de autoritarismo e forma particular de expressão de lideranças e de participação,* criação de várias formas de participação, orientação política não definida, instrumento para o povo

[68]É possível fazer uma leitura comparativa entre as obras de Freire e a *Teoria da Ação Comunicativa* de Jürgen Habermas, neste sentido é interessante a leitura de: MISGELD, Dieter. Education and Cultural Invasion: Critical Social Theory, Education as Instruction and the "Pedagogy of the Oppressed", in *Critical Theory and Public Life*, John Forester (ed), Mit press, 1985, pp. 77-118. Embora, do meu ponto de vista, sejam possíveis outras comparações além das que este autor realiza, infelizmente essa é uma tarefa que não poderá ser realizada neste trabalho.

participar na construção da história, prática de uma pedagogia libertadora (conscientização), criação de novas formas de liderança, etc. (MOISÉS et. al, 1982, p. 51).

A Ação Católica foi a base onde as teorias de Paulo Freire se desenvolveram assim como a base para o desenvolvimento das CEBs. Originalmente a Ação Católica defendia a mobilização do povo através de uma política de preparação revolucionária, envolvendo a conscientização e a formação de organizações para a luta contra o feudalismo e o capitalismo nacional e internacional. Membros da Ação Católica encamparam o Plano Nacional de Alfabetização dirigido por Paulo Freire (LIMA, 1981, p.42). A atuação das CEBs reproduziria posteriormente pontos dessas teorias, no que se refere às necessidades e os métodos de despertar o homem comum para sua consciência, fazendo-o ver que é agente transformador do mundo através da comunicação. Assim sendo, os movimentos sociais que se inspiraram nos exemplos das comunidades eclesiais de base e procuraram se desenvolver seguindo estruturas semelhantes, carregaram consigo direta e/ou indiretamente a influência de Paulo Freire e suas teorias.

No estudo das ciências da comunicação, os anos oitenta são inaugurados sob o discurso da "comunicação popular", muito influenciado pelos estudos sobre os movimentos sociais e pelos ares democratizantes que sopravam por todos os lados. A noção de que a "comunicação popular" possuía uma íntima ligação com a idéia de resistência política, proveniente da tradição mais politizada de se considerar a "cultura popular" como *ação política das classes oprimidas*, se propagou e a defesa da democratização das comunicações surge no Brasil como uma esperança de concretização das aspirações conscientizadoras e libertadoras do povo. (FESTA *apud,* SOUZA, 1996, pp. 81 - 82), (ORTIZ, 2001, p.162).

Carly Aguiar no texto: *CEBs: Comunic(ação) e identidade social* demonstra que nas comunidades eclesiais de base, os processos de comunicação desenvolvidos, criaram *relações de construção apreensão e permuta de experiências significativas oriundas da integração, numa só prática, da religião e da política*. Isso implica na abordagem da linguagem em seu funcionamento

como processo dialético. “No caso, engendramento de um patrimônio de bens simbólicos e inegável potencialidade política.” (GOMES et.al, 1988, p.121). Ele explica que:

> “A especificidade básica da prática de comunicação é dada no processo de integração simbólica que forma na realidade uma estrutura integrada de sentimentos, significados e idéias, anteriormente presentes (ou pelo menos embrionariamente presentes) na experiência dos membros das CEBs (enquanto católicos e oprimidos) de maneira desigual e desvinculada. Ao integrá-los num todo coerente que faz e produz sentido, as CEBs constroem o que pode ser chamado de uma comunidade de experiência” (GOMES, et. al, 1988, p.124).

Essa análise à luz da *Teoria da Ação Comunicativa* de Jürgen Habermas, é válida para qualquer movimento social que se organize entre segmentos da população, sob um “modelo” que privilegia um alto grau interno de comunicação. Todo processo comunicativo se estabelece a partir da premissa da “linguagem como um meio de entendimento, onde em qualquer ato de fala os atores se referem simultaneamente a algo no mundo objetivo, social e subjetivo” (HABERMAS, 2001a, p.137). Portanto não é absolutamente necessário que os integrantes de um movimento social possuam o catolicismo em comum para que cheguem a um nível profundo de interação comunicativa capaz de articular atividades, valores e significados. O que deve haver em comum como fundamento geral, são as referências compartilhadas do mundo objetivo, social e subjetivo que os atores trarão para o ato de fala.

O que torna um grupo coeso é a capacidade dos seus processos comunicativos gerarem entendimento e integração. Os objetivos em comum, presentes em cada grupo que se organiza, provoca o primeiro passo para a coesão, que não se estabelece sem que haja um processo comunicativo que busque o entendimento. Neste caso os processos são genericamente semelhantes em todos os grupos que reconheçam e pratiquem a igualdade entre seus integrantes também nas relações comunicativas. Os movimentos sociais no Brasil que buscaram uma base na experiência das CEBs, herdaram o modelo de uma estrutura organizada para a promoção da interação entre seus membros através de processos comunicativos libertadores, capazes de proporcionar a construção recíproca dos objetivos e valores que orientam suas ações.

No entanto, ao tentar compreender o conteúdo político nos atos de "comunicação popular", muitos pesquisadores substituíram a finalidade política dos movimentos, presentes no próprio ato de sua organização, pelos meios através dos quais essas organizações chegavam a um nível interno de coesão e entendimento. Os primeiros estudos sobre democratização da comunicação no país observam o grau de entendimento presente nos movimentos sociais, observam que esse grau só é possível porque há comunicação nestes movimentos, na medida em que suas estruturas como vimos, são antiautoritárias e buscam níveis mais profundos de participação, bem como o surgimento de novas lideranças.

Ao tentarem construir uma teoria da "comunicação popular", muitos pesquisadores estabeleceram a comunicação popular como aquela eminentemente crítica e emancipatória, cuja finalidade *a priori* seria a conscientização e mobilização política. Ao se preocupar com uma comunicação participativa, muitos autores idealizaram uma comunicação popular capaz de romper com a lógica da dominação. (OLIVEIRA, 1994, p. 22). A confusão é explicada porque os movimentos sociais chegaram a essa estrutura libertadora dos processos comunicativos, orientados por uma ideologia política que para se desenvolver, dependia da desarticulação das estruturas alienantes. O próprio Paulo Freire não estabelece uma diferença bem definida entre sua "teoria da comunicação" e os processos políticos revolucionários em curso no país naquele momento.

Na medida em que tudo é política, cabe definir que os estudos sobre "comunicação popular" estabelecem o político ao nível do "interesse e da consciência de classe".

Já foi dito que os movimentos sociais no Brasil se inspiraram nas CEBs, que por sua vez se inspiraram em Paulo Freire. Suas teorias abrangem os processos comunicativos que não podem ser compreendidos sem que haja: reconhecimento de igualdade entre os sujeitos de fala. Neste sentido novamente podemos evocar as teorias de Habermas, como instrumento de análise dessas questões. Para este autor a igualdade entre os sujeitos de fala é fundamental para que possa haver ação comunicativa. Se os atores se reconhecem como iguais, a comunicação se estabelece, portanto há interação e há busca pelo entendimento. Se existe o reconhecimento de igualdade e a comunicação se estabelece, então

existe aqui um processo que liberta as consciências da "desumanização".[69] Todo indivíduo impedido de interagir é desumanizado, porque é alienado de sua capacidade transformadora, de sua "práxis" - conceito que envolve reflexão e ação (LIMA, 1981, pp. 67 -68). Portanto libertar a consciência para a interação é libertá-la também para a sua capacidade transformadora. Desse modo é correta a afirmação de Carly Aguiar de que compreender o nível concreto de interação entre os membros das CEBs,

> "é compreender que a força virtual das CEBs, enquanto prática de comunicação comprometida com as lutas pela transformação da sociedade está na sua capacidade de desenvolver formas próprias de expressão, explicação e atuação sobre o real. E como através dessas formas flui a politização do cotidiano que envolve a articulação de diferentes modalidades de luta que não anulam, a priori, recursos próprios do universo cultural daqueles grupos, mas pelo contrário, valoriza-os" (GOMES et. al, 1988, p.123).

No entanto, como nos demonstra Oliveira (1994), a comunicação popular não pode ser compreendida *a priori* como sendo obrigatoriamente "libertadora" –no sentido político e ideológico das "esquerdas" - e "emancipadora", porque ela não ocorre apenas no nível da luta de classes e das formas de resistência à dominação, mas também nas inúmeras formas de reprodução dessa dominação e em outros níveis, mais práticos e funcionais da vida cotidiana. A "comunicação popular" no sentido da emancipação não existe sem que haja antes, ou por detrás dela, uma estrutura que promova a prática da comunicação dialógica. Desse modo, a comunicação popular não pode ser compreendida sem que haja uma distinção entre as mediações políticas e as dinâmicas culturais que se integram às práticas comunicativas.(1994, p. 6) Em outras palavras as práticas comunicativas dependem do contexto em que se desenvolvem e por isso não é possível compreender "comunicação popular" como um conceito em si e que possa ser definido *a priori*. As possibilidades libertadoras da comunicação só existem se ela se efetua no nível dialógico, que privilegia a interação e o entendimento entre sujeitos iguais, ainda assim essa possibilidade libertadora não irá ocorrer necessariamente no sentido da consciência marxista de classe.

[69] A expressão "desumanização" utilizada por Paulo Freire, em geral é relacionada pelos seus intérpretes com o catolicismo. Aqui prefiro interpretá-la em sua relação com Georg Lukács em História e Consciência de Classe. Desumanização é um dos termos utilizados por ele para exemplificar o processo de reificação.

As teorias que procuram dar conta dos processos comunicativos nos movimentos sociais não estabeleceram a distinção entre a comunicação voltada para o entendimento, como sendo um processo independente das finalidades políticas presentes no contexto da ação comunicativa. Quando Oliveira diz que: “afirmar que a comunicação popular deve ser obrigatoriamente ‘libertadora’ e ‘emancipadora’ é uma forma ideológica e ideologizada de pensar a comunicação popular” ela tem razão, na medida em que o processo comunicativo libertador, aquele voltado para o entendimento, não pode ser confundido com a totalidade da “comunicação popular”.

É possível compreender a comunicação voltada para o entendimento, como um processo libertador, na medida em que pressupõe a igualdade entre sujeitos capazes de linguagem e ação e o objetivo, que é o entendimento (HABERMAS, 2001a, p.137). Habermas chama a atenção para o perigo de reduzir as operações interpretativas dos participantes numa interação, em que atuar se assemelhe a falar e a interação à “conversação”. (2001a, p.138). O autor não está se referindo apenas ao entendimento lingüístico. A linguagem é um meio dentro do qual tem lugar um tipo de processo de entendimento em cujo transcurso, os participantes ao relacionar-se com um mundo, se apresentam uns frente aos outros com pretensões de validez, que possam ser reconhecidas e postas em questão. (2001a, p.143) A ação comunicativa é por assim dizer, transparente e incita à reflexão. Nos processos cooperativos de interpretação nenhum dos implicados tem um monopólio interpretativo. (2001, p. 145). Não se trata aqui de fazer uma análise sobre a ação comunicativa habermasiana, mas sim de estabelecer uma distinção conceitual entre os processos comunicativos libertadores e a “comunicação popular”. Essa distinção é necessária, para compreendermos a fundo os discursos democratizantes que tiveram origem no conceito de “comunicação popular”.

As idéias de Paulo Freire que inspiraram as formas internas de organização dos movimentos sociais, ou seja, aquelas relacionadas com os processos comunicativos compreendidos enquanto processos de construção recíprocos de conhecimento foram desenvolvidos dentro de um contexto político mobilizador. Os conceitos de libertação e conscientização em Paulo Freire e nos movimentos

sociais, estão relacionados com um contexto que envolve um determinado ideal político. Neste ponto é interessante acrescentar as teorias habermasianas como instrumento de análise que não está "impregnado" por este mesmo contexto.

O conceito de "comunicação popular" (FESTA *apud,* OLIVEIRA, 1994, p.13), cai em desuso por tentar especificar um processo comunicativo que não reside exclusivamente nas ações políticas emancipatórias. Caiu em desuso por ser reducionista. Entretanto a tentativa de estabelecer este conceito surgiu da observação de que havia algo especial acontecendo no nível das comunicações internas dos movimentos sociais da década de 70. A longa exposição envolvendo as estruturas das CEBs, as teorias de Freire e Habermas sobre interação, procuraram demonstrar que os movimentos sociais trouxeram para os anos oitenta uma forma de organização descentralizadora, que amplia a participação individual, colocando ao alcance de todos a possibilidade do diálogo e da ação coletiva. Diferente das estruturas clássicas dos partidos, o Partido Comunista, por exemplo, e os sindicatos, os novos movimentos sociais não partem de uma premissa hegemônica imposta de cima para baixo de acordo com uma hierarquia interna. Ao contrário e como o próprio nome sugere, esses movimentos inspirados nas bases da sociedade brasileira, partem em busca de potencializar a autonomia dos pequenos núcleos organizados, sem comprometê-los a uma totalidade hegemônica. É claro que a hegemonia, compreendida como um conjunto ideológico e consensual continua a ser almejada, pois continua a crença de que somente com uma organização maciça da sociedade em torno de objetivos comuns, é que a revolução social pode ser vitoriosa. Porém as novas organizações sociais têm liberdade para agir sem que haja dependência de um centro aglutinador hegemônico. Isso por um lado limita o poder de fogo dessas organizações, por outro lado possibilita a intercomunicação e a multiplicação desses pequenos núcleos.

Essa estrutura descentralizada é a responsável pela geração de espaços para a ação comunicativa, porém a estrutura é confundida muitas vezes com a prática libertadora da comunicação, principalmente quando ela desemboca em ações políticas e isso gera o conceito inadequado de "comunicação popular", que pretende explicar as razões para estes fenômenos de interação.

Sob a inspiração dessas novas formas de organização política no Brasil, surgem novos discursos democratizantes. Aqui nos interessa observar as repercussões desses movimentos sociais nos discursos sobre democratização dos meios de comunicação.

Os Projetos democratizantes do PMDB, da Fenaj, do PT e a Constituinte.

Autores como Paulino Motter (1994), Moacir Pereira (1987) entre outros, que analisam a origem dos discursos democratizantes dos meios de comunicação de massa no Brasil, atribuem às ações no que diz respeito às concessões de canais nos últimos dias do governo Figueiredo, a "gota d'água", por assim dizer, do arbítrio político. Os grupos que se organizavam politicamente julgavam necessário acabar com os arbítrios do sistema autoritário e passaram a discutir dentre outros, o tema dos meios de comunicação. Este tema estava inserindo no contexto da redemocratização. Um dos primeiros documentos a esse respeito surge do próprio PMDB em dezembro de 1984, às vésperas da sucessão presidencial. [70] (MOTTER, 1994, p.123) O partido promoveu em São Paulo um seminário sobre o tema "Política de Comunicação e Democracia". Iniciativa pioneira no âmbito dos partidos - segundo Motter. Um documento elaborado a partir dessas discussões foi encaminhado pelo senador

[70] Em 1976, o PMDB aprovou um extenso relatório sobre as comunicações no Brasil. Esse relatório apontava ainda para uma necessária reestruturação jurídica sobre o tema. Durante a ANC, este relatório foi completamente ignorado pelos membros do partido. (AMORIM, 1988, p.34).

Fernando Henrique Cardoso à assessoria de Tancredo Neves, que abraçou as propostas do partido e prometeu, depois de eleito, levar a cabo as propostas de democratização dos meios de comunicação de massa (Idem, p. 122). Tancredo Neves que havia começado sua carreira como repórter do *Estado de Minas*, declarou à imprensa durante a campanha pelas *diretas já* e em seu discurso em 15 de janeiro de 1985, que o trabalho da imprensa livre de coação era fundamental para a democracia que se intentava fundar no país. (JORGE, 1992, p.16). Entretanto, apesar dos esforços da ala progressista do PMDB e dos partidos de esquerda, o nome que encabeçaria o Ministério das Comunicações, expressado primeiramente por Tancredo Neves e depois de seu falecimento, por José Sarney, foi o de Antônio Carlos Magalhães. Durante os anos em que esteve à frente desse ministério o arbítrio político na área das comunicações, que no governo de Figueiredo já parecia estar à beira de qualquer tolerância, foi elevado à décima potência.

A derrota dos movimentos pela democratização das comunicações, representada pela nomeação do "caudilho" Antônio Carlos Magalhães, incitou o movimento a dar continuidade às discussões, com o intuito de se chegar a um projeto consensual que pudesse ser encaminhado para a Assembléia Nacional Constituinte. O projeto do PMDB foi retomado em agosto de 1986 no seu I Congresso Nacional, onde o partido apresentou um documento resumindo suas propostas para a Constituinte[71]. Esse documento foi publicado pela revista do partido no ano seguinte, com apresentação redigida por Severo Gomes que a ele assim se refere:

> "Esses documentos resumem o pensamento amadurecido ao longo de duas décadas de lutas políticas, a respeito dos principais problemas nacionais e das soluções que eles deveriam encontrar nesta administração caracterizada pela hegemonia do PMDB (...)
>
> O projeto da nova Carta, que emergiu da Comissão de Sistematização, não reflete o pensamento majoritário no PMDB, sobre muitos pontos relevantes, nem se coaduna com o peso relativo de nossa representação política na Assembléia Nacional Constituinte. A Constituição que prometemos ao povo, nos palanques da campanha eleitoral, não é esta que se esboça no projeto que vai ao plenário, como atestam os documentos do I Congresso.
>
> A identidade do partido está em jogo, e pode perder-se de maneira irremediável se nossas ações não corresponderem às nossas palavras. Não seria a primeira vez na História recente deste País, que uma agremiação largamente majoritária desapareceria, tragada pelas urnas, por não ter sabido honrar os compromissos assumidos com o povo (...) ".

[71]O documento pode ser lido integralmente na *Revista do PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro.* Ano VII, nº10, julho de 1987, pp.64 - 72.

Essa apresentação em tom de desabafo e com um final profético deixa transparecer o clima que reinava dentro do partido durante a fase final da ANC. De fato o partido a essa altura já se encontrava interna e irremediavelmente dividido. Nos anos seguintes a profecia de Severo Gomes viria tornar-se realidade. O partido perdeu suas características iniciais, perdeu seus membros mais progressistas e nas eleições da década de noventa, perdeu sua hegemonia.

No que se refere às comunicações, o documento apresentou as seguintes propostas:

1- Inclusão na Constituição do princípio do direito à informação e comunicação, no mesmo nível que outros direitos universalmente reconhecidos, como o direito à saúde, à educação e ao trabalho.

2- Criação de um sistema público de comunicação, entendendo-se como tal àquele que, sendo financiado com verbas públicas ou privadas, esteja sob o controle de segmentos organizados da sociedade civil e opere sem fins lucrativos.

3- A criação de um Conselho Nacional de Comunicação, composto por membros representativos dos diversos setores da sociedade, com atribuições de:

I - elaborar a política nacional de comunicação social a ser submetida à aprovação do Congresso Nacional;

II- acompanhar e avaliar o cumprimento dessa política;

II- emitir parecer conclusivo sobre concessão de canais de rádio e televisão e suas respectivas renovações, para deliberação do Congresso Nacional.

4- As concessões de televisão devem se estender por um período de dez anos e as de rádio por um período de cinco anos.

5- Propõe que o governo regulamente a concessão de canais de rádio de baixa potência e de canais de televisão em UHF, atendendo prioritariamente **entidades comunitárias representativas** de segmentos sociais interessados.[72]

[72] Grifo nosso.

6- Defende a fusão da Radiobrás e da Funtevê, transformando-as numa empresa pública controlada por um Conselho Diretor composto de representante da sociedade civil. (Idem, pp. 124 -125).

Estas propostas seriam apresentadas, quase sem modificações à Constituinte através do relatório da deputada Cristina Tavares para a Subcomissão de Tecnologia, Ciência e Comunicação. Apesar do apoio dos setores progressistas do PMDB e de outros partidos, as propostas de democratização da comunicação surgiram primeiramente na Sociedade Civil e somente às vésperas da sucessão presidencial (Figueiredo / Tancredo) é que chegam à discussão nos partidos. (MOTTER, 1994, p. 140).

Os pesquisadores que procuram encontrar a origem das discussões sobre democratização dos meios de comunicação no Brasil remetem ao curso de **Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Catarina** a responsabilidade de ser o precursor mais fecundo dessas discussões, isso porque os famosos **IV Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação**, realizado em Curitiba (PR), em setembro de 1980, **VI Encontro Latino-Americano de Faculdades de Comunicação Social** e o **VII congresso da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação**, realizados em outubro de 1983, tiveram como foco principal de discussão as políticas de comunicação e suas implicações para a democracia brasileira. Estes eventos serviram de 'motor de partida', direcionados para a organização dos movimentos pela democratização dos meios de comunicação de massa, o que mais tarde se transformaria na **Frente Nacional de Luta Por Políticas Democráticas de Comunicação,** criada em julho de 1984 na esteira, portanto, das gigantescas manifestações pelas *diretas já* que sacudiam o Brasil.

Rejeitada no Congresso a emenda do deputado Dante de Oliveira que pretendia restabelecer a eleição direta para Presidente da República a partir do ano seguinte (1985), muitos dos movimentos sociais que eclodiram neste período se desmobilizaram. A vitória da "lenta transição" em oposição às *diretas já*, representou um verdadeiro "banho de água fria" na efervescência política do momento. A Frente Nacional se desmobilizou, mas a discussão prosseguiu em outras entidades da sociedade civil.

Poderíamos listar, como fez Márcio Vieira de Souza (1996), as inúmeras entidades que participaram das intensas discussões e negociações por uma reformulação das políticas de comunicação no Brasil, porém vamos nos deter às entidades que participaram mais intensamente desse processo, que culminou com a promulgação da Constituição Federal em 1988.[73]

A Fenaj - Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais-, foi criada em 1946 congregando 29 sindicatos e cerca de 25 mil jornalistas filiados. Esta entidade atuou politicamente em diversos momentos da História do Brasil (MOTTER, 1994, p. 141). Originalmente, a luta pela democratização dos meios de comunicação de massa irrompe na Fenaj em 1976, na forma de comitês de luta pela liberdade de imprensa nas redações. Com o enfraquecimento do regime militar e a continuidade das adesões a essa instituição, em 1978 a categoria decide expandir sua luta pela liberdade de imprensa nos sindicatos. Após um período de reestruturação democrática interna, a Fenaj encontra-se fortalecida e retoma suas atividades políticas "colocando-se à frente da luta pela redemocratização do país, na campanha das *Diretas – Já* em 1984 e na campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva" (idem, p.142). A Fenaj, ao lado de outras instituições como a UCBC - União Cristã Brasileira de Comunicação -, a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil -, a Famerj - Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro -, entre outras entidades, se organizaram em torno da proposta surgida no início da década em Santa Catarina, para a criação de uma Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação. A formalização da criação da Frente seria realizada em 1984, na Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados. (AMORIM, 1988, p.26) Embora a Frente fosse um importante órgão mobilizador em torno da questão dos meios de comunicação de massa no Brasil, ela se desarticulou logo após sua oficialização, em decorrência da derrota da campanha pelas *Diretas-já.* A entidade responsável pela sua rearticulação, quando convocada a Assembléia Nacional Constituinte foi a Fenaj.

[73] "No início de 1985 a Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação chegou a reunir 45 entidades e 27 parlamentares (...)" (SOUZA, 1996, p. 31)

Em abril de 1986 a Fenaj promove um encontro para discussão das políticas de comunicação e a Constituinte, onde os principais pontos desenvolvidos anteriormente pela Frente Nacional foram retomados. Ao final desse encontro a Fenaj propõe a rearticulação da respectiva Frente e divulga o documento denominado **Carta de Brasília,** que seria levada à Constituinte como proposta para políticas democráticas de comunicação. Os principais pontos desse documento são:

1 Instituição de um novo modelo de comunicação social, com a participação de todos os setores da sociedade na definição de políticas de comunicação.

2 Garantia de livre acesso de todos os setores aos meios de comunicação para informar, ser informados e se auto-expressarem.

3 Livre circulação de informações

4 Aos jornalistas, acesso às fontes de informação, participação nas decisões sobre a política editorial dos veículos em que trabalham e liberdade de expressão.

5 Instituição do Conselho Nacional de Comunicação Social que decidirá sobre todas as questões que dizem respeito à política de comunicação. Acompanhamento das diretrizes aprovadas e fiscalização do cumprimento da respectiva legislação.

6 A composição do Conselho contemplará as entidades que representam os trabalhadores em comunicação, os empresários do setor, os demais segmentos da sociedade, as nações indígenas, bem como o governo e os partidos políticos com representação parlamentar. As entidades representativas dos trabalhadores terão maioria no Conselho.

7 Criação de um sistema público de comunicação social. Neste sistema, a comunicação social deve ser entendida como um serviço público prestado por meios de comunicação, explorados por fundações ou sociedades civis, sem fins lucrativos.

8 A legislação deverá impedir o monopólio na radiodifusão.[74]

---

[74]A Constituição Federal considera radiodifusão qualquer emissão por ondas eletromagnéticas, sejam elas sonoras ou audiovisuais.

9 A programação dos meios de comunicação deve ser pluralizada a fim de garantir a multiplicidade de opiniões e adaptada às peculiaridades regionais.[75]

Essas propostas não diferiam muito da proposta feita pela frente progressista do PMDB. A diferença que nos interessa é relativa ao acesso aos meios de comunicação. Enquanto que no projeto do PMDB esse acesso está destinado a entidades comunitárias e sem fins lucrativos, no projeto da FENAJ o acesso é destinado a todos os segmentos sociais interessados e é independente da existência entidades comunitárias representativas. Essas duas propostas formaram o conjunto apresentado no relatório da Subcomissão de Tecnologia, Ciência e Comunicação da Assembléia Nacional Constituinte.

Esses pontos explicitados pela **Carta de Brasília,** se comparados ao projeto do PMDB, apontam para mudanças ainda mais radicais das normas que regem o sistema de comunicação brasileiro. A começar pela criação de um novo modelo de comunicação social, regido pela Sociedade Civil e sem fins lucrativos. O documento pretende também criar um novo órgão regulamentador competente para tratar meios de comunicação "que decidirá sobre todas as questões que dizem respeito à política de comunicação". Assim como na proposta do PMDB cabe ao Conselho Nacional de Comunicação realizar as funções até então concentradas nas mãos do Poder Executivo. Os projetos apontam claramente para a inaptidão do Poder Executivo elaborar políticas de comunicação que atendam a uma noção de democracia. A institucionalização do modelo privado de exploração, bem como do modelo Estatal ao longo de meio século, pretendeu descaracterizar o caráter público das tecnologias de comunicação. A proposta da criação de um novo modelo é condizente com a situação historicamente construída, mas a implantação é uma questão que traz implicações ainda mais profundas.

Nos principais pontos desenvolvidos pela **Carta de Brasília** e pelo projeto do PMDB, a questão da democratização se concentra nos dispositivos a serem criados para ampliar a participação de instituições da Sociedade Civil na política de comunicação do país. Esses documentos, como já foi colocado, orientaram as discussões desenvolvidas pela ANC. Para a Fenaj era especialmente

[75](**Carta de Brasília.** O Estado de São Paulo, 23. Abr. 1986, p. 10, *apud,* MOTTER, 1994, p. 143).

importante a criação de um dispositivo legal que permitisse a participação dos jornalistas nas decisões editoriais dos veículos de comunicação. Esse dispositivo foi amplamente atacado pelo *lobby* dos donos de veículos de comunicação e acabou sendo derrubado da versão final da Carta Constitucional. Os jornalistas defendiam que não bastava a queda da censura governamental aos veículos de comunicação, se continuasse a existir um tipo mais perverso de censura, ou seja, aquela aplicada pelo mercado publicitário e pelo poder decisório da política editorial, concentrados nas mãos dos donos dos veículos de comunicação. Por esse motivo a proposta da Fenaj começava por indicar a necessidade de criação de um novo modelo de comunicação social. Esse modelo se fundamentava na idéia, exposta também no projeto do PMDB, de que a comunicação e a livre circulação de informação são parte dos direitos fundamentais do cidadão e que por esse motivo, não podem estar sujeitos a regras de origem privada. Considerando os veículos de comunicação como sendo vias de "tráfego", cujo valor social está acima das noções de propriedade privada e do mercado, esses documentos propunham a ressurreição do modelo público em termos distintos daquele historicamente presente nas Constituições brasileiras anteriores.

De acordo com essas propostas, os veículos de comunicação passariam a ser regidos por uma política fundamentada nessa nova classe de direitos fundamentais. A começar pela liberdade jornalística de influenciar nas decisões quanto ao produto final das edições. Para cada veículo de informação a proposta pretendia criar um conselho editorial com participação majoritária de jornalistas, cuja finalidade seria a de estabelecer o perfil editorial da empresa, publicando as informações importantes do ponto de vista social, sem a censura do mercado publicitário ou do proprietário do veículo.

A entidade dos empresários de comunicação, a ABERT (Associação Brasileira dos Empresários de Rádio e TV), liderou a oposição aos projetos da FENAJ e do PMDB. Apesar dos argumentos para a implantação de uma nova política para os meios de comunicação terem um fundamento, do ponto de vista democrático, quase irrefutável e serem apoiados por um abrangente setor da sociedade, a ABERT

encontrou nesta proposta um ponto fraco e nele concentrou todos os seus esforços para combatê-la junto da opinião pública, além é claro de se utilizar métodos menos argumentativos e éticos, tais como: aconselhar os empresários a demitir jornalistas que atuassem junto da FENAJ, em represália às propostas visivelmente prejudiciais à elite da comunicação. O ponto frágil da proposta que acabou sendo levada ao Congresso através do relatório da deputada Cristina Tavares, correspondia à implantação do modelo público e suas implicações. As propostas da FENAJ, do PMDB como outras que se inspiraram nos modelos públicos existentes na França, Inglaterra e Espanha, esbarraram numa questão estrutural: qual seria exatamente a diferença entre modelo público e modelo estatal de comunicação?

O modelo estatal neste momento constava na "lista negra" dos movimentos democratizantes. Desde meados da década de setenta, como já foi colocado, a implantação da Tv Educativa e a ampliação da Radiobrás vinham deflagrando o modelo Estatal como sendo poderosas "muletas" políticas do Governo militar. "As esquerdas" deste período embora apoiassem o modelo estatal de comunicação, o faziam com a ressalva de que este só era possível se regido por um Governo Socialista. Durante o processo de redemocratização "as esquerdas" ainda não haviam se afastado do discurso que previa o modelo estatal para as comunicações. O projeto do PT (1987) previa que o Estado teria o monopólio de concessão dos meios de comunicação, que deveriam ser destinados somente para a exploração pública. Parecia haver nas esquerdas brasileiras do período de transição, um certo desconhecimento do papel político desempenhado pelos meios de comunicação. Isso não se expressava no desconhecimento do poder de penetração dos meios de comunicação na Opinião Pública brasileira, nem no atrelamento destes ao poder político governamental, nem à necessidade de dispositivos democráticos de controle. As esquerdas conheciam os abusos políticos e o monopólio privado. Esse desconhecimento parece estar na ausência de uma visão que estabelecesse uma clara delimitação entre a idéia de modelo público e modelo estatal. Seria ingenuidade prever que o Estado redemocratizado se afastasse das relações privadas no mercado dos bens simbólicos, pois que ambos, independente do

regime de governo, estavam atrelados tanto pela história do desenvolvimento dessa tecnologia no Brasil, quanto pelo contexto mundial, que apontava para uma proximidade ainda maior entre a política e as tecnologias de comunicação.

No Brasil os empresários de comunicação tornam-se politicamente representados através da criação da ABERT em 1962. É necessário recordar que o então presidente Jânio Quadros havia proposto a criação de uma legislação específica para o rádio e a Tv, o Contel. Dentre algumas das medidas propostas estava aquela que reduzia para três anos o tempo de validade das concessões de canais. Em oposição a essa lei os empresários se reúnem para a batalha no Congresso Federal e conseguem não apenas derrubar os vetos presidenciais quanto aumentar o prazo de concessão, que em vez de três anos, passa a ter a validade de quinze. Durante o Governo de João Goulart, os meios de comunicação se desenvolvem num clima de independência e concentração de poder que aumenta, da mesma forma em que cresce o mercado simbólico no país. Além disso, é clara a oposição, principalmente da gigantesca empresa dos Diários e Emissoras Associadas ao governo de Goulart. (SIMÕES, 1996, p.66).

A resposta social e política em oposição à ABERT só chega no Congresso Federal em 1984 com o lançamento dos projetos de democratização das comunicações para a Constituinte. Por esse motivo é provável que durante o processo de redemocratização do sistema de Governo, os partidos de oposição, primeiramente o PMDB seguido do PT, que pensaram numa proposta democratizante para os meios de comunicação, não encontrassem o respaldo necessário para dar à questão do modelo público, uma importância correspondente ao poder da ABERT na definição do seu modelo: o privado. Todos os projetos estudados por esse trabalho, tanto dos partidos acima citados, quanto de outras instituições - com exceção da UCBC -, foram forjados no curto espaço de tempo entre as movimentações pelas *diretas já* e a ANC, ou seja, ao longo de três anos pensou-se a respeito da democratização dos meios de comunicação de massa, tudo o que não havia sido pensado em vinte anos de poder exclusivo da ABERT! Cabe a questão: Será que pensaram tudo?

Alguns pontos levantados por esses movimentos democratizantes já vinham sendo discutidos desde o final dos anos setenta. Principalmente aqueles relacionados às concepções de “comunicação popular”. A necessidade de ampliar o acesso aos meios de comunicação partiu da premissa de que o cidadão anônimo da massa uma vez inserido num grupo com potencial politizador necessita dar vazão à sua voz política e esta necessariamente será emancipadora. Desse modo questões como a da censura e o acesso aos meios para informar e ser informado, já tinham sua necessidade comprovada junto aos movimentos de base e aos órgãos representativos dos profissionais da área de comunicação. No entanto a maneira como esse acesso poderia ser ampliado, ou seja, a política que deveria orientar os meios de comunicação de massa a partir da redemocratização do país, não se encontrava próxima de uma solução consensual. Os partidários do modelo Estatal, embora defasados com relação aos pontos de vista mais argutos daqueles que não acalentavam esperanças quanto ao modelo soviético, propunham uma estatização maciça dos meios de comunicação de massa, estes eram minoria dentro da ANC. Em contrapartida, inspirados pelas teorias de “comunicação popular”, a oposição mais esclarecida propunha uma reviravolta no conceito de modelo Público. Este último acabou prevalecendo junto aos movimentos democratizantes, porém, por não ter sido amplamente debatida a questão não ia muito além dos objetivos educacionais e sem fins lucrativos desse modelo. A filiação do modelo público ao modelo Estatal não permitiu um maior distanciamento entre as duas concepções. A diferença básica consistia na defesa de um modelo que não pudesse ser regido por políticas centralizadoras do governo. A melhor saída para o distanciamento desse modelo ao rejeitado modelo estatal era a criação de um Conselho Nacional de Comunicação, regido por entidades da Sociedade Civil e por representantes dos partidos políticos. Vale dizer que essa saída era exatamente o que o país necessitava em termos de descentralização do poder Estatal das decisões sobre as concessões de canais de rádio e Tv e sobre a finalidade social dos veículos de comunicação.

O modelo público ficava assim na dependência da criação de um Conselho Nacional de Comunicação para se diferenciar efetivamente do modelo Estatal, mesmo porque, o modelo Estatal

quando implantado no país, usou como dispositivo legal para se legitimar e consolidar, aquele que considerava o espaço eletromagnético como bem público voltado para a educação e a cultura. Além dessa dependência, outra questão espinhosa para ser enfrentada era relativa ao monopólio estatal das concessões. Não havia consenso nem entre as posições de centro-direita e direita, nem entre as posições de centro-esquerda e esquerda com relação a essa questão. Entre as "direitas", os empresários de comunicação hora pendiam para a defesa da quebra do monopólio e implantação definitiva do modelo privado, hora defendiam o monopólio contra a quebra representada pela proposta de criação do Conselho. Com relação a este último, os empresários defendiam que o Congresso era soberano nas decisões sobre a quem conceder ou permitir a utilização dos canais de rádio e Tv, porque era o órgão representativo por excelência de todas as esferas da sociedade brasileira. Entre a oposição o monopólio era defendido contra o modelo privado, mas a quebra desse monopólio, através da descentralização das decisões políticas representada pela criação do CNCS, parecia ser a única via de democratização do sistema de comunicação no Brasil.

A estratégia da ABERT foi simples, mas potencializada pelo poderoso instrumento que tinha a seu favor: a mídia. Ela concentrou-se nas lacunas argumentativas das propostas que defendiam o modelo público, supostamente diferente do degenerado modelo estatal, mas que não demonstravam efetivamente a diferença entre eles. Em resposta a isso, os movimentos democratizantes apostaram todas as suas "fichas" na criação do Conselho Nacional de Comunicação, órgão que seria responsável, após a Constituição, por levar a discussão adiante e que acabaria por estabelecer os limites entre o modelo estatal e o modelo público. A criação do Conselho transformou-se na tábua de salvação do movimento. Questões como a participação dos jornalistas nas políticas editoriais e a distribuição de canais para apropriação da Sociedade Civil, foram deixadas de lado. Em conseqüência desse reajuste na estratégia democratizante, as discussões em torno da questão do modelo público empobreceram.

Outra questão de extrema importância e pouco discutida era relativa ao crescente papel político dos meios de comunicação de massa. Desde meados dos anos 60 no Brasil, estudos relacionando os

meios de comunicação de massa com a política já vinham sendo realizados através das teorias da *cultura de massa*. Porém em meados dos anos oitenta, o papel dos meios de comunicação de massa junto da sociedade tinha evoluído tanto em termos técnicos qualitativos, quanto quantitativos. A Tv nos anos oitenta já não era a mesma dos anos 70, o público também não era o mesmo e a questão política já não assumia a forma exclusiva da manipulação das massas pela mídia. O papel tradicional dos partidos, de discussão de base e organização de diretrizes para a ação política, já não encontrava junto da sociedade o mesmo respaldo que as opiniões veiculadas pela Tv. O regime autoritário que havia colocado na ilegalidade os partidos de oposição e restringido a atuação política dos cidadãos, concedeu aos meios de comunicação o monopólio das informações e conseqüentemente, um poder quase absoluto junto da opinião pública. A política e os meios de comunicação em meados dos anos oitenta se tornou mais complexa do que as teorias que previam a manipulação das massas através de visões unilaterais. Nessa década a novidade consistia no fato de que a manipulação da mídia não incidia apenas sobre a troca de bens simbólicos, mas também sobre os próprios processos políticos. A mídia tornou-se o centro de uma disputa pela boa e má imagem política. Surgem os políticos *enterteinment*, seres que atuam no cenário político *através* das câmeras de TV. A automanipulação da imagem dos políticos tornou-se fundamental para a sobrevivência destes e fato corriqueiro dentro do processo político como um todo. Por outro lado, a exigência do público com relação à imagem de seus políticos também mudou. O político compreendido em primeiro lugar como *persona* pública, passa a necessitar da freqüência na mídia para atingir a opinião pública. Essa freqüência passa a servir como um "atestado" de competência. Um político freqüentemente exposto na mídia transmite a idéia de transparência e reforça sua imagem de *persona* pública. Se esse personagem for "carismático", ou seja, detentor da qualidade abstrata dos galãs de cinema, composta por uma boa aparência, eloqüência e senso de humor, ele estará mais próximo de uma eleição do que um agitado líder de partido, de aparência desleixada e problemas de dicção.[76] Uma nova concepção de política surge a partir daí. Este

[76] Um exemplo recente deste fato, foi a campanha presidencial que elegeu Luís Inácio Lula da Silva. Esta campanha foi bem sucedida em grande parte devido à assessoria de marketing que foi contratada, substituindo a tradicional assessoria de

fenômeno não aconteceu exclusivamente no Brasil, porém neste país ele passou a ter importância significativa no mesmo momento de ressurgimento e reorganização dos partidos políticos.[77] Enquanto os partidos retomavam suas funções tradicionais, uma nova concepção de atuação política junto das massas e proveniente da manipulação da imagem do político por uma equipe técnica de publicitários estava em gestação. Essa questão não parece ter sido observada com clareza, principalmente entre os partidos de oposição, que apostaram na atuação política junto das bases como via principal de mobilização da opinião pública, deixando desse modo, seus líderes políticos à mercê de uma imagem construída exclusivamente pelos seus opositores.

A compreensão do papel político da mídia não foi desenvolvida suficientemente pelos movimentos democratizantes para dar conta desse novo fenômeno. A mídia como um todo continuou a ser uma questão de menor importância se comparada aos grandes problemas, como o das eleições diretas para todos os cargos do executivo e do legislativo; sem a percepção de que em pouco tempo nenhuma eleição direta seria possível sem o "filtro" ou o "referendo" midiático. Essa falha perspectiva criou dois problemas básicos na oposição: a falta de consciência sobre a questão dos meios de comunicação de massa como problema fundamental a ser abordado e a "ingenuidade" das lideranças políticas de oposição com relação às novas maneiras de mobilizar a opinião pública favoravelmente. Dentro do jogo político no campo da mídia, não vence o mais sincero, o menos demagogo, ou o mais competente líder, mas sim aquele que *aparenta* ser sincero, *aparenta* não ser demagogo e *aparenta* ser o mais competente dos líderes. Neste novo jogo, as regras são as mesmas daquelas existentes para promover o sucesso de um produto no mercado. Tudo que possa ajudar na construção benéfica da

---

relações públicas. A diferença é que tendo à frente da campanha um "marketeiro" experiente como Duda Mendonça, a campanha pela TV, rádio e imprensa, foi produzida em consonância com os padrões publicitários mais arrojados e o presidenciável pareceu aos olhos de seu público, ser finalmente um bom "artigo de consumo", aos moldes de qualquer outra mercadoria apreciável.

[77]A França viveu um processo semelhante, porém de origem diversa. Essa invasão do campo político pelo *enterteinment* passa a ocorrer após a privatização do monopólio Estatal. Sobre isso ver BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos.* Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

imagem do líder é válido, desde simplesmente mentir ou omitir, até as cirurgias corretivas que possam dar ao político um "layout" mais agradável.

Outro problema gerado pela carência de uma concepção de modelo público mais bem detalhada foi a ausência de propostas normativas para o controle democrático dos meios comunicação. Somente no início dos anos noventa é que as discussões sobre as Leis de Informação Democrática, que correspondem à quantidade de canais comerciais disponíveis, à livre concorrência entre as emissoras, à livre iniciativa empresarial, às restrições quanto a verticalização e horizontalidade das empresas de comunicação, etc, serão desenvolvidas. Aparentemente a idéia que se fazia sobre a criação de um modelo público durante a ANC, considerava apenas a possibilidade de ampliar o acesso aos meios de comunicação para as partes sociais excluídas desses meios. Faltaram propostas que incluíssem os empresários de comunicação e seus veículos dentro desse modelo. Caberia ao Conselho Nacional de Comunicação decidir sobre a renovação e cassação das concessões, e criar uma política de comunicação que distribuísse canais comerciais, educativos e culturais pelo Brasil, sendo que esses dois últimos teriam prioridade no novo modelo, porém faltaram na proposta os critérios que seriam utilizados para impedir o surgimento de monopólios, tanto verticais quanto horizontais, os critérios para a escolha dos beneficiados por concessões e os critérios para as cassações.[78] Com relação a isso, os empresários contavam com uma vantagem de quase vinte anos à frente. A lei de radiodifusão aprovada em 1962 estabelecia a maioria desses critérios e não poderia ter sido deixada de lado no estudo de um novo modelo de comunicação.

As oposições ao sistema vigente aparentemente desconheciam o fato de que o jogo político não é composto apenas de rupturas. Os continuísmos estão presentes e naquele momento em especial, a luta por dar continuidade ao autoritarismo se fazia sentir principalmente sobre essa questão. A ANC acabou se tornando um ritual fúnebre às tentativas de se estabelecer no Brasil um novo modelo de

[78] O monopólio "vertical" é aquele onde uma empresa de comunicação domina uma rede composta por diferentes veículos: imprensa, rádio, TV, etc. O monopólio horizontal é aquele onde uma empresa domina todo mercado de um veículo de comunicação: por exemplo, uma editora que é responsável por todas as publicações de massa de um determinado mercado.

comunicação. Poderíamos interpretar a movimentação da Constituinte sobre a questão dos meios de comunicação do ponto de vista da radicalização do discurso tanto da situação, que se recusou a aceitar os anteprojetos elaborados das primeiras etapas das discussões até a votação final, quanto da oposição que se recusou a se desfazer de alguns pontos polêmicos dos anteprojetos. Porém, uma interpretação que considere as disputas entre os constituintes do ponto de vista da radicalização do discurso, reduziria todos os outros problemas relativos à questão dos meios de comunicação e da fragilidade dos movimentos democratizantes a uma simples questão de como conduzir o jogo político. Como foi colocado neste capítulo, o movimento pela democratização das comunicações ao que tudo indica, não estavam suficientemente "amadurecidos" para que pudessem conduzir satisfatoriamente as discussões na ANC. As questões fundamentais propostas pelos deputados estavam apenas embrionariamente expostas. Uma proposta democratizante deveria levar em conta não apenas os problemas contidos no atual modelo, mas também considerar que a destruição desse modelo não poderia ser almejada pela transformação Constitucional radical dos critérios de seleção das empresas concessionárias de canais de rádio e Tv, uma vez que o poder dos meios de comunicação de massa junto da sociedade brasileira estava já constituído (AMORIM, 1988). O que deveria ter sido levado em conta, era a possibilidade de destruir os dispositivos constitucionais que impediam as entidades da Sociedade Civil de terem acesso garantido aos canais disponíveis. Ao tentar passar um projeto que mudaria tudo, os constituintes progressistas não conseguiram nada. Nos anos noventa os movimentos pela democratização, já mais conscientes dos motivos da derrota, tentaram aprovar uma lei que permitisse a atuação de rádios comunitárias e livres no país.[79] Como não havia nenhuma lei que permitisse a atividade de rádios e Tv's através de critérios outros, que não os tradicionais critérios comerciais, os empresários da comunicação não tiveram dificuldades em se mobilizar contra essas tentativas e conseguiram mais uma vez impedir que essas reivindicações fossem atendidas da forma como haviam sido elaboradas.

[79]A atuação dessas rádios estava prevista pelo projeto encaminhado pelo PMDB, cujo um dos autores era o futuro presidente Fernando Henrique Cardoso. O artigo correspondente desapareceu do relatório da Sub-comissão de Tecnologia, Ciência e Comunicação.

Não nos interessa aqui escrever a história do "seria se fosse", mas certamente alguns dispositivos constitucionais, como a reserva de canais de rádio e TV para a apropriação por entidades da Sociedade Civil, teriam permitido que o movimento pela democratização das comunicações atingisse vitórias no futuro. Essa questão aparecia no projeto do PMDB, mas foi reduzida a quase nada na versão final da Constituição. Ao concentrarem o seu poder de fogo no artigo que mudaria tudo na política de comunicações, os movimentos democratizantes deixaram passar uma oportunidade única de "abocanhar" o que restou do sistema Funtevê e Radiobrás, que já possuíam um fundamento na Constituição anterior como sendo canais disponíveis para finalidades educativas e culturais sem fins lucrativos.

Para finalizar, os movimentos democratizantes que se dedicaram à luta pela democratização dos meios de comunicação sofreram toda a sorte de problemas que impediram uma atuação mais consciente e decisiva junto da ANC, pois como este trabalho procurou demonstrar, não havia precedentes significativos que pudessem orientar esses movimentos para um caminho menos pedregoso, mais frutífero, dentro do processo da transição democrática do país. Por outro lado, a atuação dos políticos remanescentes do regime militar parecia proceder de forma oposta, consciente do poder dos meios de comunicação, das maneiras de assegurá-lo, seja via barganhas políticas, seja via mobilização da opinião pública contrária aos trabalhos da oposição. A década de oitenta se encerrou com uma demonstração definitiva do poder dos meios de comunicação de massa junto da sociedade brasileira. As eleições presidenciais de 1989 e que elegeram Fernando Collor de Mello, talvez tivessem sido diferentes se não fosse pela intervenção dos meios de comunicação. A atuação da Rede Globo neste caso, para sempre será lembrada como uma manobra exemplar dos novos rumos da política, aliada agora ao entretenimento. Desse modo o país conheceu o verdadeiro poder desses meios de comunicação e percebeu que a democracia tem várias faces e seus inimigos estão espalhados por todas elas

Cap.III
Anos 90

O Movimento de Democratização das Comunicações reconhece o Movimento de Rádios Livres.

Quando Guattari escreve sobre o fenômeno das rádios livres no Brasil em meados dos anos 80, levanta questões interessantes sobre o passado desse movimento e suas perspectivas para o futuro (MACHADO, et. Al, 1987, p. 12). Dez anos após a redação desse texto, algumas das principais questões levantadas por ele já possuem uma historicidade, de onde é possível extrair uma leitura que nos remete para além dos pontos levantados pelo filósofo. Uma das questões levantadas pelo autor diz respeito a um debate teórico em torno do caráter de *esquerda* do movimento das rádios livres. A questão é colocada à luz de um perceptível enfraquecimento das formas tradicionais de luta. Para Guattari as rádios livres podem ser compreendidas como sendo movimentos de esquerda porque pregam a emancipação da exclusão midiática, no entanto não são movimentos *esquerdistas*, compreendidos como aqueles aliados incondicionalmente às ideologias e aos partidos da esquerda clássica:

> “ (...) É bom que esteja claro, antes de mais nada, que o movimento das rádios livres pertence justamente aqueles que o promovem, isto é, potencialmente, a todos aqueles – e eles são uma legião_ que sabem que não poderão jamais se exprimir de maneira convincente nas mídias oficiais(...) ” (MACHADO et. Al, 1987, p.11).

Guattari também considera a questão da transformação do fenômeno das rádios livres em um *movimento*, quando fala sobre os novos movimentos sociais. De maneira geral, as rádios livres são mais um dos "movimentos" que surgiram em reação há um suposto enfraquecimento das formas tradicionais de luta. A concepção clássica de movimentos sociais considerava como tais apenas aqueles que reivindicavam a superação política e social de um estado de coisas, utilizando para tanto, um aparato político e jurídico através das associações partidárias ou sindicais.

Quando Félix Guattari escreve seu prefácio para o livro *Rádios Livres a Reforma Agrária no Ar* (op. citi.), refere-se ao Brasil como um campo de possibilidades ainda abertas para as lutas de emancipação, porque a situação sócio - política desse país não atingiu um grau de desenvolvimento capaz de absorver as centenas de milhões de pessoas marginalizadas em relação à economia dominante. Ele faz um rápido diagnóstico da situação européia, onde os movimentos emancipadores foram submetidos a um temporário congelamento social, político e cultural. (id. ibid, p. 10) O movimento de rádios livres no Brasil, é particularmente diferente do movimento na França e na Itália, porque está intimamente ligado às particularidades de seu *habitat.* As rádios livres na sua versão européia, que foram segundo esse autor "os últimos florões das revoluções moleculares que se sucederam aos movimentos de contestação dos anos 60", chegam aqui tardiamente e encontram a acolhida de um país às vésperas de uma Constituição democrática e que se manifesta majoritariamente na forma dos *novos* movimentos sociais, autônomos, não institucionalizados, porém com afinidades múltiplas entre si e entre os partidos mais progressistas. Neste contexto Guattari prevê que os movimentos de rádios livres no Brasil podem vir a ter uma importância maior do que tiveram seus "parentes" europeus em seus respectivos países, atuando como elemento aglutinador em aliança com os movimentos sociais.

A visão desse autor sobre os movimentos sociais, incluindo nesses movimentos o das rádios livres e seu distanciamento das formas tradicionais de luta - partidos, sindicatos-, coincide com a transformação dos métodos e das ideologias dos movimentos, observada e exemplificada neste trabalho

pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica, especialmente à corrente da Teologia da Libertação.

Guattari no prefácio do livro de Arlindo Machado (1987), nos fala do diálogo estabelecido entre as rádios livres e outros movimentos sociais. As rádios livres não são movimentos de esquerda dentro da tradição, elas estão inseridas no que chama de "práticas sociais inovadoras", o que não impede, segundo o autor, que estabeleçam alianças com as esquerdas tradicionais. No Brasil e sobre as alianças, Guattari nos aponta sem maiores comentários, para os segmentos da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação. Essa indicação certamente não foi casual, pois no Brasil as primeiras vozes que se levantaram em favor da democratização dos meios de comunicação, como vimos, vieram através da União Cristã Brasileira de Comunicação Social. Guattari percebia as afinidades entre estes movimentos.

De fato essa entidade ligada à Teologia da Libertação começaria nos anos oitenta, a formular propostas em políticas de comunicação para dentro da instituição da Igreja e também para fora dela, participando ativamente da Assembléia Nacional Constituinte, através de sua aliança com a Frente Nacional de Lutas por Políticas Democráticas em Comunicação.

Como vimos, as entidades ligadas à Igreja Católica e às CEB's que fomentavam reformas profundas nas políticas de comunicação se deparam com uma dificuldade: como organizar esses núcleos autônomos que constituem os novos movimentos sociais, em torno de um conceito de "comunicação popular?" A própria estrutura das CEB's concedia a cada um desses núcleos, autonomia suficiente para que desenvolvessem dentre outras atividades, a comunicação, independente das orientações centralizadoras de qualquer instituição, partido ou sindicato. Essa independência, responsável pelo grande sucesso dessa forma de organização em comunidades que até então careciam de noções "comunitárias", tornou-se um empecilho, do ponto de vista de uma transformação macro-estrutural das comunicações no país. A UCBC observou que este grau de autonomia não era suficiente para o desenvolvimento da "comunicação popular". Apesar das comunidades organizarem veículos de

comunicação próprios, a tendência a reproduzir o formato e o conteúdo dos meios de comunicação institucionais era maior que o desenvolvimento da politização através da consciência de classe.

A sugestão da UCBC bem como de outras instituições que lutavam por reformas democráticas em políticas de comunicação, foi a de se criar uma organização capaz de incentivar nos veículos de comunicação de base, o desenvolvimento dos conceitos de comunicação alternativa e popular. Durante os trabalhos da ANC foram apresentados inúmeros projetos de reformas políticas das comunicações. O elemento aglutinador dos projetos das “esquerdas” nacionais, como vimos, girava em torno da criação de um Conselho Nacional de Comunicação. Alguns desses projetos previam a legalização de rádios populares cuja finalidade seria a de fomentar a cultura local, sem fins lucrativos e a circulação de informações. Como vimos, os esforços dos constituintes progressistas se canalizaram na questão da criação do Conselho Nacional de Comunicação Social, que acabou sendo aprovado, mas esvaziado de sua finalidade política decisória, reduzido a mero “enfeite” democrático.

Mesmo após a derrota na ANC o movimento pela democratização das comunicações continuou a concentrar esforços na idéia do Conselho Nacional de Comunicação. A briga agora pendia para a representação social dentro do Conselho e a possibilidade de fortalecê-lo durante a primeira reforma constitucional prevista para o ano de 1992. Em 1990 é criado o Fórum Nacional pela Democratização na Comunicação, que pretende ampliar os debates iniciados pela Frente Nacional em 1983, para parcelas cada vez mais amplas da sociedade.

Quando foi proposta durante a reforma de 1992 as Leis de Informação Democráticas, o movimento estava mais consciente do jogo político, dos problemas e maneiras de enfrentá-lo conseguindo assim formular a lei das Tv’s a Cabo no país. Esta vitória parcial apenas mascarou as derrotas sofridas em outras frentes. O dilema do movimento variava entre a regulamentação do Conselho Nacional e o debate sobre uma legislação única que abrangesse todos os meios de comunicação, ou legislações específicas para cada área dentro das comunicações. Apesar desse debate ser de inegável importância, o movimento novamente é pego desprevenido pelo desenvolvimento

histórico do tema no país. Novamente ele não está munido do mínimo de consenso necessário para conseguir efetivar reformas significativas. Este debate sobre uma legislação geral, ou legislações específicas, se desenvolve ao mesmo tempo em que as propostas devem ser enviadas ao Congresso para a reforma Constitucional. Novamente o debate está "atrasado" com relação ao tempo e pouco consolidado junto da opinião pública. (FILHO *et. Al.* 1993, pp. 114).

Neste período entre 1988 e 1992 o número de rádios livres cresce em toda região sudeste e sul a ponto de gerar uma nova escalada da repressão representada pelo Dentel, ainda subordinado ao Ministério das Comunicações. Apesar da repressão o movimento se fortalece a cada dia, surgindo neste período inúmeras associações de radioamantes que fomentam o debate promovendo palestras e seminários sobre a radiofusão livre no país. [80] As relações políticas entre o movimento de rádios livres e o movimento pela democratização dos meios de comunicação se adensam também durante esses anos, de modo que em 1991 o projeto da Lei de Informação Democrática apresenta o seguinte parágrafo: [81]

> "É livre a emissão de radiodifusão sonora e de sons e imagens com ou sem fio, por emissoras de baixa potência e alcance local, de caráter comunitário e sem fins lucrativos, mediante registro no cartório local ".

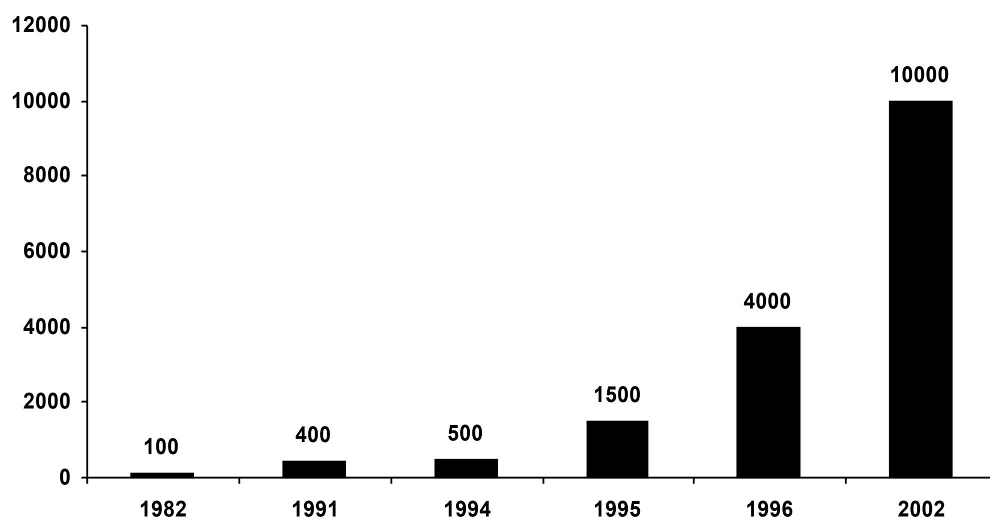
Podemos notar a presença dos ideais das rádios livres contidas neste parágrafo, apesar da referência ao caráter comunitário, a emissão é tida como livre de pedido de concessão ou licença estando, pois subordinada ao poder judiciário mediante registro em cartório. A proposta também não fala de rádios ligadas a associações beneficentes, nem de mudanças profundas na Constituição Federal, vindo ao contrário, complementar seu Artigo 5º.

De fato neste período o movimento de rádios que dialoga com o Governo Federal é o das rádios livres, porém o seu crescimento atrai cada vez mais a atenção de partidos e entidades de classe ligadas

[80] Alguns nomes de associações de rádios livres surgidas neste período: Associações de Rádios Livres do Estado de São Paulo (ARLESP), que surge por iniciativa da Rádio Reversão de São Paulo em 1989. Movimento Nacional de Rádios Livres (MNRL), que surge a partir do I Encontro Nacional de Rádios Livres, realizado na Escola de Comunicação e Artes da USP em 1989. Desse encontro surge também o Coletivo Estadual de Rádios Livres de São Paulo. (Neto, 2002, pp. 53-55).

[81] Este projeto foi subscrito pelo deputado federal Zaire Rezende, ex-prefeito de Uberlândia, baseado no anteprojeto do professor José Carlos Rocha.

ao movimento de democratização das comunicações. Ao mesmo tempo em que atrai a participação desses segmentos, aumenta também o número de rádios ilegais neste período. O gráfico **a)** foi desenhado a partir de informações aproximativas extraídas da obra de Armando Coelho Neto. As tabelas **b)** e **c)** trazem dados recentes de número de processos abertos e equipamentos apreendidos, importantes para termos alguma fonte oficial dos números desse movimento. A comparação entre eles demonstra que os dados aproximativos são possíveis.



b) Repressão da Polícia Federal 1998-2002

	Inquéritos Abertos	Pessoas indiciadas	"Crime"	Punição
Lei 4117/62 Art.70/Dec.236	4.474	1.794	Operar emissora sem autorização	Um a dois anos de prisão
Lei 9.472/97 - Art.185	94	9		

Lei 9.427 – Art.183	5.573	1.828		

Fonte: MJ/ Departamento da Polícia Federal*

c) Equipamentos Apreendidos

Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
1998	1.672	2001	2.093
1999	1.705	2002	1.950
2000	2.721	Total	8.191

Fonte: MJ/ Departamento da Polícia Federal*

Os quadros acima devem ser comparados para que tenhamos uma estimativa dos números reais. O total de equipamentos apreendidos pela Polícia Federal ao longo de cinco anos representa apenas uma percentagem no número total de rádios ilegais no país. Apesar da eficácia da Polícia Federal em combater rádios ilegais, muitas delas retomam suas tarefas mesmo depois de fechadas e de seus líderes indiciados. Se tomarmos os números aproximados como reais restam, portanto pelo menos 1.809 rádios ilegais ainda em funcionamento do total de rádios abertas na década de 90. Não é possível saber quantas das rádios que tiveram seus equipamentos apreendidos haviam entrado com pedido de concessão no Minicom. Também não é possível saber quantas rádios foram abertas nos últimos cinco anos.

De qualquer maneira os dados demonstram um crescimento vertiginoso do movimento de rádios livres, porém deve-se atentar para o fato de que a partir de 1994 o movimento se divide em duas frentes: as rádios livres e as rádios comunitárias, cada qual com reivindicações específicas. Esse rápido crescimento de emissoras ilegais pelo país pode ser explicado a partir de algumas conquistas do movimento de rádios livres. Toda a movimentação em torno da legitimidade dessas rádios, a criação de

* Dados extraídos do Centro de Mídia Independente (CMI)

várias associações e entidades representativas no início dos anos 90, são conseqüências da ampliação do debate sobre a democratização dos meios de comunicação. As rádios livres a partir de meados dos anos 80 passam a figurar como mais uma frente de lutas por políticas democráticas e é no início dos anos noventa que essa batalha irá ganhar destaque cada vez maior na opinião pública.

Em 1989 surge na Vila Ré, zona leste de São Paulo a Rádio Reversão. Situada na Casa de Cultura Reversão, cujas atividades se iniciaram em meados dos anos 70, esta rádio entra para a história do movimento tanto pela sua atuação quanto pelo precedente jurídico aberto pela sentença do juiz Casem Mazloum, sobre seu processo de fechamento. A Rádio Reversão surge para dar vazão à produção cultural desenvolvida pela – ou através – da Casa de Cultura. Essa produção que não encontrava espaço na mídia oficial foi a pedra fundamental da criação da rádio. Sem fins lucrativos, ela em pouco tempo tornou-se a rádio mais ouvida da região, cuja característica principal é a de que:

> “O ouvinte pode freqüentar a rádio e ter momentos de lazer em um ambiente decorado com esculturas, pinturas e poesias de artistas locais, rodeado por mesas, cadeiras e um palco, onde se apresentam os grupos da região. E se ele tem o que falar tem acesso ao microfone e exercita a liberdade de expressão”. (NUNES, 1995).

A Rádio Reversão possui o formato em miniatura das antigas rádios de auditório, organiza shows com artistas do *underground* cultural paulistano, transmite essas apresentações e oferece aos ouvintes a oportunidade de acesso a um conteúdo cultural exilado da mídia oficial, além do acesso ao microfone. Realiza, portanto um importante papel junto da comunidade da Vila Ré, legitimando-se localmente enquanto veículo de comunicação.

Em nove de abril de 1991, a rádio sofre a visita do então Dentel e da polícia federal, tendo seus equipamentos apreendidos e o jornalista Valionel Tomaz Pigatti, mais conhecido como Leo Tomaz, um dos fundadores da rádio, indiciado pelo artigo 70 da lei 4117/62, modificado durante o regime militar pelo Decreto 236/67. Leo Tomaz é surpreendido pela polícia perto de casa, um dos policiais aponta para sua cabeça uma pistola 765:

> “(...) mas a sua mulher, Maria da Graça, que está grávida, interpõe-se entre os dois e argumenta que ninguém ali é bandido. Que todos estão dispostos a dialogar. Os agentes apreendem o transmissor e os equipamentos, além de discos, fitas cassetes, fitas de vídeo, cartazes e todos os materiais da rádio, e conduzem Tomaz à sede da Polícia Federal”.

A apreensão dos equipamentos da Reversão é emblemática, assim o Dentel procedia, assim procedem ainda hoje a Anatel e a polícia federal. Na Vila Ré os moradores ouvem as notícias sobre a Reversão sem compreenderem muito bem o porque de tanta truculência para fechar uma rádio que não tinha propaganda comercial, nem política e se ocupava exclusivamente de dar voz aos artistas locais. A mídia comercial interessa-se pelo caso e comparece às sessões do julgamento. Integrantes do movimento de rádios livres se articulam na esperança de conseguir encontrar uma solução para o caso. O processo corre na 4ª Vara Criminal da Justiça Federal sendo levado a juízo em 1993. No dia 25 de outubro do mesmo ano o juiz Casem Mazloum promulga sentença favorável a Leo Tomaz, inocentando-o perante as acusações e permitindo a continuidade das atividades da Reversão (NUNES, 1995, p. 114). A sentença fundamentou-se na Constituição Federal e no Pacto de San José da Costa Rica. Este fato entra para a história jurídica do Brasil e abre precedente para todas as outras rádios livres do país. O precedente jurídico deu novo fôlego ao movimento, que renovado pela esperança de ver um final próximo e feliz às perseguições do Dentel e da polícia federal, se articula decidido a criar um projeto de lei para as rádios livres. Começa aqui um novo momento para o movimento, que culminaria em novas e profundas decepções.

O caso da rádio Reversão serviu de detonador para uma nova explosão do movimento. Já há algum tempo, lideranças do movimento de rádios livres vinham tentando se articular para a redação de um projeto de lei. Falava-se na criação de um projeto de municipalização das concessões para rádios de baixa potência, mais complexo com relação ao projeto anterior, que previa a legalização mediante registro em cartório.

Entre 1991 e 1993 o movimento de rádios livres finalmente começa a ser reconhecido pelo movimento de democratização dos meios de comunicação, composto por vários sindicatos e entidades

e representado pelo FNDC (Fórum Nacional de Democratização das Comunicações) e pelo FDC (Fórum Democracia na Comunicação). O movimento de rádios livres é por assim dizer, "o primo pobre" do movimento de democratização e se manteve anos a fio alheio às entidades representativas e aos partidos políticos, mas trabalhando por objetivos que têm pontos em comum com o movimento geral. Essa aliança rapidamente se reverte em frutos importantes, primeiro porque a reivindicação por um modelo de comunicação social vem agora exemplificada com a experiência das rádios livres do país e no "pacote" total de reformas sugeridas para o Governo, passa a constar as reivindicações pela legalização e proteção dessas emissoras de baixa potência, sem fins lucrativos e abertas à população. O movimento de rádios livres vem dar forma, conquistada na prática, a argumentos que vinham sendo defendidos apenas em teoria pelo movimento de democratização das comunicações.

Com a oficialização das afinidades entre as rádios livres e os principais representantes do movimento de democratização das comunicações, torna-se possível pensar num modelo de comunicação social regido pela Sociedade Civil tendo por base as experiências das rádios livres no país, entretanto apesar dos objetivos democratizantes comuns, faltam aos representantes do movimento de rádios livres a experiência da negociação política, experiência essa, que o FNDC, o FDC, a UCBC, a FENAJ, etc, possuem de sobra. Estes sabem que o discurso defendido pelas rádios livres não conseguirá ir muito longe no jogo político, a despeito da legitimidade de suas reivindicações, a começar pelo próprio conceito de "rádio livre", que dá margem ampla e sem limites, para as apropriações e os usos desse meio: neste novo *boom* de rádios livres surgem emissoras, que um militante do movimento apelidou de "rádios quitanda", ou seja, de baixa potência que copiam o modelo comercial e se transformam em "micro-empresas" de comunicação, vendendo publicidade mais barata que o preço do mercado sem pagar impostos e roubando clientes em potencial das grandes emissoras. Surgem também rádios de políticos oportunistas que prometem, "depois de vencer as eleições", doar os equipamentos para seus respectivos "currais eleitorais", utilizando-se deles para propaganda eleitoral ilegal. Dentre todas essas apropriações do meio intituladas "livres", a que mais cresce são as rádios

"evangélicas". Todos esses fatores somados apontam para reformas no movimento e em suas reivindicações. Torna-se necessário pensar num conceito de rádio livre que tenha limites claros na forma de apropriação e no uso desse meio.

As entidades que participam do movimento de democratização das comunicações desde sua origem nos anos 80 possuem lideranças políticas e sindicais importantes. A experiência acumulada dessas lideranças percebe claramente que os pontos acima mencionados seriam rapidamente utilizados por aqueles contrários à aprovação de qualquer lei que possibilitasse a criação de um modelo de comunicação alternativo ao modelo comercial. De fato a ABERT logo se manifesta com relação às rádios livres, alegando que elas prejudicam as comunicações causando interferências, alegando também que a legalização mediante registro em cartório traria por conseqüência a superlotação do *dial* gerando assim, inúmeros problemas.

Alguns dos problemas apontados são relativos às rádios "livres" que funcionariam como rádios comerciais ilegais, pois estando isentas de pagamento de impostos, taxas de fiscalização, direito autorais, direito trabalhistas, etc., prejudicariam financeiramente as comerciais assim constituídas legalmente. O argumento não para por aí, pois bastando o registro em cartório para legalizar essas rádios, elas se proliferariam aos milhares e de forma local, ou seja, podendo ser ouvidas apenas em suas localidades, isso transformaria o trabalho de fiscalização do Dentel em algo praticamente impossível de ser realizado não havendo, portanto, segurança quanto à finalidade educativa e cultural dessas rádios. Nesta perspectiva este projeto de lei estaria fomentando o chamado "caos do éter", ou seja, um rápido desenvolvimento de um modelo de comunicação sem controle, sem profissionalismo e fragmentário, cujas conseqüências seriam desde a falência das redes nacionais e comerciais de comunicação, até a fragmentação da circulação de informações.

É claro que esse argumento apocalíptico não funcionava diante da possibilidade de que os próprios municípios viessem a constituir órgãos de fiscalização subordinados às delegacias regionais do

Minicom, além é claro de regulamentações específicas com respeito à forma e uso do meio.[82] Sobre essas regulamentações o movimento de rádios livres passava a discutir, contando agora oficialmente com a aliança do movimento de democratização das comunicações.

O passo seguinte e mais importante para o movimento era o de buscar soluções legais cabíveis, ou seja, negociar com a classe empresarial através de apoio político para a legalização das rádios de baixa potência no país. Para tanto, como já foi mencionado, seria necessária a reformulação do movimento, a começar pelo conceito que se quer defender de apropriação e uso dos meios. O conceito de rádio livre dá ampla margem para definições, apesar de ele ter sido constituído historicamente no Brasil como sendo um "modelo" de comunicação democrático, sem fins lucrativos, a serviço da cultura, educação e informação regional e dos movimentos sociais autônomos. Apesar dessa definição construída a partir de experiências como as das rádios Xilik, Paulicéia, Reversão, Novos Rumos, Favela, etc, há também outras apropriações ilegais do meio rádio, algumas baseadas na fase romântica do movimento de Sorocaba, ou seja, rádios individuais, ou de grupos de jovens que querem apenas colocar no ar as suas preferências musicais e que se auto-intitulam como rádios livres. Há também as rádios *piratas* ou "rádios quitanda", as rádios evangélicas e as rádios "palanque". Diante de todas estas formas de apropriação do espectro eletromagnético, as lideranças políticas e empresariais compreendem que o problema maior está no conceito de "rádio livre", que não estabelece claramente qual modelo está sendo defendido.

Primeiramente é necessário que o movimento de rádios livres compreenda que está inserido agora na defesa da construção de um modelo de comunicação social. Isso exclui do movimento as rádios individuais e as comerciais ilegais. A proposta não pode seguir o rumo da liberação do espectro

[82] Após a criação da ANATEL, o governo de Fernando Henrique Cardoso passou a "desmontar" as delegacias regionais do Minicom. Este processo encerrou-se definitivamente em 2002. Segundo Taís Ladeira, presidente nacional da AMARC e diretora da Radiobrás, muitos documentos relativos aos "donos" de concessão de rádio e Tv foram "perdidos" durante o transporte dessas delegacias extintas para Brasília. O Código Brasileiro de Telecomunicações obriga os concessionários a enviar ao Minicom os pedidos de autorização para a transferência de outorga ou concessão para terceiros. Na maioria das vezes isso não ocorre, pois o Código é ambíguo com relação ao controle acionário das empresas de comunicação. Em virtude dessa prática ilegal e corriqueira, é hoje necessário rever todas as concessões de rádio e Tv no país.

eletromagnético para apropriações isentas de responsabilidades sociais. A finalidade das rádios livres é a de democratizar o espectro eletromagnético de forma racional, ou seja, não é possível conceber um modelo onde cada indivíduo possua a sua própria rádio, isso seria o mesmo que privatizar amplamente o espectro e afastaria o meio de sua função pública primordial, transformando-o num artigo de luxo àqueles que primeiro tomassem conta do *dial.* Excluir as experiências individuais de apropriação do meio rádio não é tão simples para o movimento como parece, pois grande parte das rádios livres que se tornaram verdadeiras rádios públicas, surgiram de iniciativas individuais. A questão que se coloca é a de como transformar então, as iniciativas individuais em apropriações coletivas? A resposta parece óbvia, pois bastaria que as rádios individuais se abrissem para a participação popular. Porém esse critério não pode depender da boa vontade dos indivíduos, pois as apropriações ilegais-comerciais, as apropriações político-partidárias e religiosas, são fatos e a crença geral é de que essas rádios desvinculadas da finalidade democrática existem porque não há uma regulamentação que as obriguem a se tornarem instrumentos coletivos.

Além dessas questões existe aquela desenvolvida desde o final dos anos setenta e relativa à "comunicação popular". Apesar desse conceito cair em desuso no meio acadêmico, entre as expressões da esquerda política nacional a idéia de se criar rádios de baixa potência ainda está intimamente ligada à noção de que este meio deverá servir ao movimento de emancipação das classes excluídas. Assim sendo, não é possível esperar que as rádios livres fomentem a "comunicação popular" sem que haja algum tipo de organização. Essa idéia é muito semelhante àquela defendida pela UCBC e é a partir dos trabalhos em comunicação desenvolvidos em torno das comunidades eclesiais de base, que irá surgir o fundamento teórico para a construção de um "modelo" para as rádios comunitárias.

Chega-se assim à conclusão de que as rádios devem nascer a partir de um modelo de apropriação, geridas por entidades constituídas de lideranças do próprio movimento que irão apoiar as iniciativas coletivas e sem fins lucrativos ou proselitistas. Essa é uma questão de princípio relacionada às formas de apropriação, mas há também a questão da finalidade, relacionada ao uso dos meios. É

consenso no movimento que as rádios livres não devem ter finalidades comerciais ou proselitistas, mas para que então elas são necessárias? Para permitir o acesso popular, em sentido amplo, aos meios de comunicação. Para permitir a circulação de informações, de produtos culturais que estão ausentes dos meios de comunicação de massa atrelados ao mercado. A finalidade dessas rádios seria então a de criar um fluxo de informação e produção cultural que permitisse a representação cultural das minorias, que servisse de instrumento de ampliação da voz dos movimentos sociais, em outras palavras, as rádios deveriam servir aos propósitos da democratização. Deveria constar num projeto de lei que a finalidade das rádios fosse exclusivamente social e garantir, sobretudo, através de mecanismos de proteção e contenção, que essas rádios servissem somente a essas finalidades. Nada poderia parecer mais seguro do que vinculá-las às entidades da Sociedade Civil, como fundações, associações e institutos sem fins lucrativos ou proselitistas.

Esta proposta parte do princípio de que as rádios livres seriam parte integrante de um modelo público de comunicação, sob a competência dos grupos de indivíduos que estivessem envolvidos em causas sociais. Isso desloca o foco das apropriações autogeridas a partir do movimento, através das cooperativas e associações de rádios livres, para as orientações políticas oriundas de organizações centralizadas e representativas de outros setores da Sociedade Civil. Diante disso o movimento reclama para si um grau de autonomia, criando entidades representativas para as rádios. Em outras palavras, a proposta de uma regulamentação para as rádios livres acaba se aproximando das estruturas institucionais tradicionais, ou seja, do "modelo" dos partidos políticos e dos sindicatos, antes mesmo que a lei provoque a institucionalização definitiva do movimento.

Não deve ser esquecido que o movimento de rádios livres não surgiu com o objetivo de legalizar essa forma de apropriação, mas sim, com o objetivo de criar através da prática das rádios livres um novo modelo de comunicação desvinculado do mercado, aberto à participação popular e autogerido pela sociedade, que se desenvolveria do rádio para a TV, como proposta alternativa de comunicação na medida em que substituía a audiência passiva pela audiência ativa, quebrando o

monopólio Estatal e comercial dos meios e transformando gradualmente o conceito de comunicação de massa. O movimento previa o seu desenvolvimento no sentido de fundar o modelo público de comunicação, um objetivo que não se esgotava com a mera legalização da prática de rádios livres.

Apesar da proposta de legalização contemplar parte das expectativas do movimento, oficializando as rádios livres como meios de comunicação dos movimentos sociais, essa proposta trazia embutida o perigo de se afastar da base social que fundou o movimento. A legalização poderia desviar o foco transformador para uma causa menor e desmobilizadora, reduzindo o total das reivindicações por políticas democráticas de comunicação, à mera concorrência pelas concessões dos canais que seriam disponibilizados. Soa o alarme para algumas das lideranças do movimento de rádios livres. As entidades fundadas em torno da questão da regulamentação passam a disputar entre si pelo maior número de adesões o que irá, no futuro, garantir a representação do movimento junto do poder público. Essas disputas geram projetos controversos. Não há uma entidade hegemônica no movimento e o processo de legalização começa a fugir do controle de suas próprias lideranças. Como se isso não bastasse existem aquelas rádios que continuam a defender a ilegalidade como forma de resistência. Dessas disputas a que interessa neste momento é a divisão entre a frente legalista e a frente ilegalista.

A frente legalista conta com o apoio e a participação de lideranças políticas de partidos e entidades ligadas ao movimento geral de democratização das comunicações. Conta também com o apoio de muitos radioamantes cansados da repressão, enquanto que a frente ilegalista, conta apenas com o apoio dos radioamantes "idealistas", que defendem a ilegalidade como forma de resistência e mobilização permanente.

A frente legalista conta com um apoio muito maior e mais bem organizado e passa a buscar uma alternativa que coloque fim ao debate e solucione definitivamente a questão da ilegalidade. Torna-se claro que o debate entre todas as expressões do movimento, não consegue atingir o consenso necessário para o encaminhamento de uma proposta de legalização. Existem muitos pontos a serem reformulados e parte do movimento das rádios livres é resistente a essa reformulação. O precedente jurídico aberto

pelo caso Reversão, alimenta em alguns a esperança de que a regulamentação e a legalização sejam etapas desnecessárias para o movimento, uma vez que a mentalidade jurídica respaldada pela Constituição Federal, parece estar começando a reconhecer a legitimidade dessas experiências. O impasse também diz respeito ao conceito de rádio livre. Enquanto uns defendem que esse não é um conceito que diz respeito apenas a um gênero de rádio, mas sim a um movimento social com objetivos amplos, outros defendem que este conceito é tão abrangente, que não chega a se definir, dando margem a apropriações que nada tem a ver com os objetivos sociais do movimento.

Já foi dito que não havia nenhuma separação entre os conceitos de rádios livres e rádios comunitárias, sendo ambas as formas de apropriação partes do mesmo movimento, com os mesmos objetivos democratizantes. A partir desse momento este cenário se modifica. A frente legalista necessita do consenso em torno da questão da legalidade. Nesta busca ela forja uma identidade que a diferencia da frente ilegalista. Essa identidade deve estar em acordo com a orientação política do movimento geral de democratização, que prevê a formulação de uma lei e um modelo de apropriação e gestão para as rádios e com responsabilidades sociais bem definidas. A frente ilegalista concorda que as rádios devem ter responsabilidade social, mas é contrária à formulação de um modelo geral implantado em nível nacional, como resultado da negociação entre as rádios e os monopólios estatal e privado das comunicações. As rádios livres devem ser autônomas com relação ao Estado e ao mercado. Devem se aliar aos movimentos sociais como instrumento de luta, mas não subordinarem sua autonomia às orientações políticas destes ou dos partidos que os representem. A frente ilegalista defende que as rádios são instrumentos de voz para todos os excluídos e não apenas para os segmentos politizados da sociedade. Esta também prevê que a intervenção do Estado sobre as rádios livres trará por conseqüência, um maior controle por parte deste sobre o espectro eletromagnético. Se a proposta do movimento de rádios livres era, sobretudo, a de liberar o espectro para a apropriação do povo, a

legalização irá promover o contrário.[83] Assim as rádios livres que quisessem a quebra do monopólio estatal e comercial do espectro, teriam o dever de permanecer na ilegalidade.

A frente ilegalista teme que uma lei como resultado da negociação entre os monopólios - estatal e privado - de comunicação e as rádios, resulte na falência do movimento sem que este atinja seus principais objetivos. A palavra de ordem é a mesma da Rádio Alice dos tempos românticos do movimento: "Que mil flores surjam, que mil rádios floresçam". O receio do movimento se justifica também pela tradicional política de comunicações vigente no país: as rádios e tv's têm sido veículos historicamente apropriados por políticos, amigos e parentes destes, cujo poder político se associa à idéia de que o bem público é um privilégio próprio e se utilizam dele de maneira a convertê-lo em mais e maiores poderes.

Vale recordar que o movimento geral de democratização dos meios de comunicação não muito tempo antes de 1993, defendia uma transformação radical das políticas em comunicação que não foi conseguida sequer parcialmente, por causa, dentre outras, de uma perspectiva de transformação a longo prazo. O resultado da experiência dolorosa na constituinte é quem fala agora ao movimento de rádios livres, orientando-o para uma negociação menos radical, menos intransigente, mas ainda assim mais rápida.

Para estes integrantes que defendem a ilegalidade, o movimento de rádios livres está diante da questão da legalização muito antes de conseguir atingir níveis críticos de mobilização, embora seu crescimento seja vertiginoso, ainda não há organização suficiente capaz de dialogar com todas as experiências em todo o território nacional e formular um projeto de lei a partir da base. Como diz Leo Tomaz, integrante da Rádio Reversão:

> "Com a rádio nós descobrimos que não sabemos quase nada sobre o nosso vizinho aqui do lado, como eu posso me julgar competente para falar sobre o movimento nacional de rádios livres?".[84]

---

[83] NUNES, Marisa Meliani. I Encontro de Rádios Livres na Unicamp. Organizado pela Rádio Muda, 1996.

[84] NUNES, Marisa Meliani. PIGATTI, Leo Tomaz. PEREIRA, Francisco, LOBO, Rodrigo (et. al.). "I Seminário de Rádios Livres, organizado pela Rádio Muda", realizado na Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1996.

A proposta legalista precoce frustra aqueles que acreditam que o movimento possui um potencial mobilizador e transformador maior do que a mera institucionalização das rádios de baixa potência. Desde pelo menos 1985 os integrantes do movimento previam que a institucionalização das rádios livres era um risco possível. (LUA NOVA, vol.2, nº4, 1986, pp.57-62). O próprio Félix Guattari nos chama a atenção para esse risco, quando no prefácio do livro *Rádios Livres, A reforma agrária no ar.*, fala do movimento de rádios livres como um movimento de esquerda, mas não *esquerdista*, ou seja, um movimento que dialoga simultaneamente com outros movimentos sociais, sem estar atrelado aos interesses particulares deste ou daquele partido. Trocando em miúdos para o caso nacional, o movimento de rádios livres não deveria buscar a hegemonia dos partidos de esquerda, mas continuar sendo difuso como é a própria sociedade que delas se apropriam.

A partir de 1994 torna-se claro que o movimento de rádios livres caminha majoritariamente para a legalização. O projeto de tornar as rádios legalmente constituídas toma a forma de um movimento de *rádios comunitárias.* O conceito foi formulado a partir de uma série de princípios que foram considerados importantes no momento. Alguns deles já foram mencionados como, por exemplo, o problema do conceito "rádio livre", que dá margem para diversos tipos de apropriação.

Outro princípio, o da comunicação social, se baseia na forma e no conteúdo das experiências de comunicação alternativa e popular das comunidades eclesiais de base.

O modelo do projeto de lei também se baseia no modelo proposto pela AMARC (Associação Mundial de Rádios Comunitárias) para a lei aprovada na Colômbia.[85]

A adoção do nome "rádio comunitária" no movimento de rádios livres antes do ano de 1994, não era acompanhada de um conceito diferenciado do conceito de "rádio livre". A partir desse ano, as rádios que adotam esse nome são aquelas que estão de acordo com o conceito criado para se encaixar nos objetivos legalistas do movimento. No conceito de "rádio comunitária" está definido que o meio deve servir às comunidades locais, sendo regido por um estatuto de entidade sem fins lucrativos, deve

[85] Taís Ladeira, Presidente Nacional da AMARC para a "Oficina de Rádio Livre e Rádio Comunitária", realizada no III Fórum Social Mundial pela Rádio Muda. Porto Alegre. 2003.

servir à comunicação local, dando prioridade à produção regional de cultura, divulgando a diversidade de opiniões, observando o direito de resposta. As rádios comunitárias são veículos de comunicação voltados para a utilidade pública e para projetos sociais. Elas deverão constituir uma entidade representativa que terá por objetivo fomentar o desenvolvimento dessas rádios por todo o país, dialogando com o Governo Federal e com as rádios. Existem neste momento, várias associações e federações de rádios comunitárias que disputam a representatividade do movimento: ABRAÇO (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias), APERLOC (Associação Paulista de Proponentes de Emissoras de Radiodifusão Local-Comunitária), FARC (Federação de Rádios Comunitárias), etc. Dessas associações pelo menos duas (ABRAÇO e APERLOC) irão se destacar durante os trabalhos na Câmara Federal pela legalização.

O movimento pela legalização das rádios livres está agora muito próximo de chegar a um consenso. A transição do conceito de rádio livre para o conceito de rádio comunitária, marca também uma transição no caráter do movimento. Para os poucos remanescentes fiéis do conceito de rádio livre essa transição é visível e inaceitável, para a maioria dos radioamantes a única diferença entre um e outro conceito é a possibilidade da legalização. Se antes o movimento de rádios livres era autônomo com relação aos partidos políticos, dialogava com os movimentos sociais e defendia uma profunda transformação na política de comunicação do país, agora o movimento das rádios comunitárias perde sua autonomia diante dos partidos políticos e enfraquece junto dos movimentos sociais. Essas conseqüências são visíveis aos olhos do observador que conhece o desdobramento das batalhas legais que foram travadas a partir de então. Para os atores em cena durante esses acontecimentos, nem sempre foi visível que a transição de um conceito para o outro, traria um caráter para o movimento bastante diverso daquele que o fundou no país.

As leis controversas.

Se a proposta legalista é frustrante para aqueles que pensam no potencial transformador total da transgressão, para outros a legalização pode ser ao contrário, um novo impulso mobilizador, capaz de gerar esperanças de que outras propostas sociais possam sair vitoriosas dentro da batalha burocrática legislativa. A legalização deverá servir também como uma "injeção social" de ânimo e confiança no Estado democrático em construção. Ela será utilizada como propaganda política do Governo com a finalidade de atingir favoravelmente a opinião pública e estabelecer a confiança de que esta e outras reivindicações sociais serão atendidas.[86] A questão da legalização das rádios torna-se estratégica: a reforma agrária no ar não é uma simples analogia com a reforma agrária da terra. Ambas têm se processado à revelia das leis, uma vez que elas ou não existem, ou não são cumpridas devidamente. É imprescindível que o Estado demonstre manter o seu controle sobre a esfera das reivindicações sociais e ele sinaliza favoravelmente às palavras de ordem do movimento de rádios *comunitárias*.

Essa sinalização favorável vem na época do próprio Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que promete legalizar as rádios comunitárias até fevereiro de 1997.

Começa aí a corrida para o "oeste dourado" das faixas de canais ainda vazios no dial radiofônico. Essa corrida é encabeçada principalmente pelas lideranças religiosas, tendo considerável importância neste período, a atuação dos evangélicos, que com a experiência da ascensão das "igrejas eletrônicas", perceberam que a utilização de recursos midiáticos otimiza a expansão de fiéis por todo o território. Para as instituições religiosas o contato com as comunidades sempre foi a principal via missionária de "aquisição de almas". Essas lideranças percebem que não basta atingir a massa, a massa está farta de informação que lhe chega agora em multimídia pelas linhas telefônicas. É preciso e cada vez mais, acompanhar o movimento do fluxo massivo de informação, com um movimento paralelo de tratamento personalizado. Para as novas igrejas e seitas, esse tratamento personalizado complementa o já estabelecido tratamento massivo. As rádios livres – agora compreendidas como comunitárias-, complementam as de abrangência nacional naquilo que estas não podem oferecer: o fluxo de

[86] Um exemplo dessa "propaganda" é o Relatório entregue pelo Governo à Comissão Internacional de Direitos Humanos em 2001.

informação localizado territorialmente a partir da iniciativa coletiva e individual dos moradores dos arredores. Para as igrejas e seitas religiosas as rádios comunitárias são instrumentos eficientes para doutrinar fiéis.

Ao lado de redes nacionais de rádio e TV como a rede Record, as lideranças religiosas começam a abrir rádios denominadas "comunitárias". Como já foi dito, a Igreja Católica foi pioneira no Brasil em pensar na criação de rádios em suas comunidades eclesiais de base. As seitas evangélicas seguem basicamente os mesmos princípios argumentativos para defenderem suas rádios. No entanto a liberdade de expressão e participação dos moradores dos arredores destas rádios é sempre intermediada pelo locutor, que é sempre ligado à seita ou religião, que é a verdadeira proprietária do meio. As rádios religiosas, ou "igrejas eletrônicas", não atuam nas comunidades como veículos de comunicação democráticos, que respeitam a diversidade de opiniões contidas no universo de uma comunidade. As rádios "comunitárias" que nascem desse movimento de apropriação religiosa do espectro radiofônico, falam apenas para os fiéis em potencial, deixando de ser veículos destinados para a apropriação universal, elas pertencem a uma comunidade religiosa que não está conceitualizada a partir de limites geográficos.

As rádios evangélicas são importantes porque surgem às centenas dentro do movimento de rádios comunitárias e engrossam nas fileiras pela batalha da legalização, atuando através de seus representantes políticos no Congresso. Nas comunidades as rádios "comunitárias" religiosas, especialmente as evangélicas, reproduzem ao longo do dia o mesmo conteúdo do "culto" religioso. Algumas dessas seitas como, por exemplo, a Igreja Universal do Reino de Deus, são tão bem sucedidas enquanto empresas de comunicação, que possuem além de canais de rádio e Tv, selos musicais, editoras de jornais, revistas e livros, além de pontos comerciais onde estes produtos "espirituais" são comercializados. Nas rádios vinculadas a essa seita em particular, a música veiculada é exclusivamente aquela proveniente dos selos da Igreja Universal. A participação dos moradores locais segue o mesmo padrão da participação dos fiéis nos canais de massa. Eles são convidados a dar seus depoimentos,

ligam para pedir conselhos ao pastor ou músicas. Os fiéis também aparecem nas transmissões realizadas direto do culto. Infelizmente nem todos os fiéis compreendem o caráter humilhante da exposição pública nos canais de rádio e TV, das desgraças e histórias tristes pelas quais passam ou passaram antes de "encontrarem Jesus". Ao contrário, aparecer na Tv ou falar pelo rádio de desgraças passadas é uma espécie de vitória frente a todas as adversidades, o sujeito se reafirma enquanto indivíduo e cidadão, ainda que de forma alienada, através do rádio e da TV.

Aparecer no rádio ou na Tv é uma espécie de mito social construído no século XX sobre outros mitos mais antigos. O acesso aos meios de comunicação é restrito aos "artistas vendáveis", aos políticos e aos jornalistas profissionais. [87] Para o cidadão comum aparecer na Tv ou no rádio é um acontecimento inusitado e também comemorado. Entre os mitos mais comuns que envolvem os meios de comunicação está a sugestão de que apenas *aparecem,* aqueles que de alguma forma têm importância e poder pessoal. Esses mitos são alimentados pelo processo de concessão de canais e pela apropriação privada dos meios de comunicação. Toda a "áurea" existente em torno dos meios é uma construção para convencer o cidadão comum, de que eles são inacessíveis.

Trata-se sem dúvida de uma anomalia, que o sujeito se sinta reafirmado enquanto indivíduo e cidadão quando vai à Tv ou ao rádio para ser humilhado publicamente. No entanto a política das igrejas e das seitas é a de expor ao máximo, ainda que de forma humilhante, as histórias espirituais de seus "heróicos" fiéis em suas batalhas contra as "tentações do demônio". As "igrejas eletrônicas" enquanto quebram o mito do acesso privado aos meios, constroem outros: o de que o acesso só é possível através

[87] Sobre o famoso e controvertido *jabá*, o vídeo "Pirata?", produzido pela Rádio Muda (6 min., 2001), traz o esclarecedor depoimento de um profissional da Rádio Educadora FM. O *jabá* é praticamente uma instituição dentro do mercado fonográfico que se processa basicamente da seguinte forma: A indústria fonográfica investe na produção de um artista e na veiculação de suas músicas pelas rádios comerciais do país. Ela paga às rádios uma determinada quantia relativa ao número de vezes que esta música deverá ser tocada, dentro de um prazo determinado. Uma empresa de "rádio escuta" recebe mensalmente uma lista das músicas que foram vendidas pelas gravadoras às rádios. O dever desta empresa é ouvir a programação das rádios e anotar quais as músicas contidas na lista e quantas vezes foram tocadas. Esta lista é contrastada com o "contrato" inicial e informal de vendas. Se uma música aparece no topo da lista, significa que ela tocou mais vezes do que o "combinado" por ter sido a mais pedida pelos ouvintes. Tem-se aí um "sucesso" de vendas, que também é identificado pelo número de cópias de discos vendidos pelas gravadoras. Um *hit-parade* reestrutura todos os valores daquele artista diante do mercado. Quanto mais sucesso, maior o jabá cobrado pelas rádios e Tv's. Segundo o vídeo, os valores cobrados pela Educadora FM em 2001 giravam em torno de 5.000 reais por música e exposição. Nas emissoras da capital esses valores são maiores, uma vez que a quantidade de ouvintes também é superior.

da igreja – ou seita – que "salva e conduz". A exposição pública faz parte de um ritual de salvação, os indivíduos que dele participam, são elevados à categoria daqueles que encontraram o caminho de Deus e por isso merecem atenção especial da igreja - ou seita - e de sua comunidade. Enquanto isso, aqueles que estão passivamente assistindo são convencidos de que a salvação é possível... A exposição pública das histórias terríveis não questiona os fatores sociais envolvidos, estes são encobertos pelo misticismo. Essa forma de apropriação que surge com as brechas abertas pelas experiências das rádios livres e seu desdobramento na forma das comunitárias, no final do processo, contribui apenas para reafirmar o contrário dos pressupostos do movimento: os meios de comunicação nesta forma de apropriação continuam servindo a interesses privados, continuam reafirmando o mito da inacessibilidade e distância entre os seres humanos e suas próprias invenções.

A reorientação do movimento de rádios para as chamadas "rádios comunitárias" pretendia limitar o acesso e o uso dos meios com relação à proposta das rádios livres. O movimento de rádios comunitárias acreditava então, que o conceito de rádios livres abria ampla margem para as apropriações comerciais e proselitistas. A proposta de limitar o conceito para evitar apropriações indevidas não percebeu então, que esse problema não era oriundo do conceito de rádios livres. A apropriação indevida do espectro radiofônico na forma das comerciais ilegais é um efeito perverso do próprio modelo comercial de comunicação no Brasil, monopolizado nas mãos de uma pequena "casta" de empresários ligados à política. A apropriação de rádios religiosas ilegais segue a mesma idéia liberal comercial de abertura de canais para a concorrência com as grandes empresas, no caso, com a Igreja Católica que também é concessionária de canais de rádio e Tv. O movimento de rádios livres e comunitárias ao contestar o poder centralizado das concessões, o monopólio comercial das grandes empresas de comunicação, abriu espaço para essas outras apropriações que também estão em choque com o monopólio, mas cujos interesses se situam apenas na esfera privada. As rádios comerciais ilegais são mais fáceis de serem observadas atuando através de seus interesses privados. As rádios religiosas ilegais defendem que desenvolvendo o trabalho espiritual, estão ao mesmo tempo contribuindo para o

social, mesmo porque o caráter dessas rádios ligadas a igrejas e seitas é muitas vezes assistencialista, o que facilita o argumento de sua "utilidade pública". No entanto é possível afirmar que seus interesses se encaixam na esfera privada, pois essas rádios falam apenas para os seus fiéis e para aqueles que podem vir a se tornarem fiéis. O princípio universal da comunicação é neste caso limitado apenas àqueles que possuem crenças e valores morais comuns, ficando excluídos da comunicação todos os que não fazem parte da mesma "comunidade espiritual". A liberdade religiosa está garantida pela Constituição Federal e a reivindicação das "igrejas eletrônicas" se legitima, na medida em que as religiões mais tradicionais no país são detentoras de concessões de rádio e Tv. Desse modo, as novas igrejas reivindicam seu espaço no *dial*, apoiadas pela liberdade religiosa garantida por lei e contestando a exclusividade de canais de rádio e Tv apenas para as religiões tradicionais. A Igreja Católica e o espiritismo são os alvos na mira das evangélicas.

De qualquer maneira, as reivindicações evangélicas por canais de rádio e Tv estão bem fundamentadas em argumentos legais pela liberdade religiosa e talvez por esse motivo, sejam mais toleradas pela agência fiscalizadora do que as outras formas de apropriações ilegais. São também mais bem toleradas porque dentro do Congresso Federal, entre os políticos que defendem a legalização das rádios comunitárias, estão aqueles que fazem parte das seitas evangélicas. Esse apoio político é importante para a aprovação da lei das comunitárias.

O debate político se mescla ao debate religioso dentro de um Estado supostamente laico. Para a Igreja Católica, a lei das rádios comunitárias não deve ser aprovada se for permitida a apropriação por parte das novas igrejas e seitas. Para o movimento de rádios comunitárias, o apoio dos políticos evangélicos é tão importante quanto o apoio da Igreja Católica, no entanto há o risco de que a batalha rume para objetivos alheios ao movimento.

De 1994 a 1996 as rádios livres e comunitárias passam de mil para quatro mil em todo o país. Crescem também os apoios ao movimento por parte de lideranças intelectuais, de outros movimentos sociais e de partidos políticos. O número de entidades também se amplia. O movimento promove

encontros para discutir o anteprojeto de decreto presidencial elaborado pelo professor José Carlos Rocha. O *II Encontro de Rádios Livres e Comunitárias* conta com mais de 200 radioamantes e vota em favor do projeto. O documento recebe a alcunha de *II Carta de São Paulo*, em alusão a *I Carta de São Paulo,* publicada em 1995, cujos "postulados básicos apresentavam propostas para o Governo e a consagração dos conceitos de rádios livres e comunitárias." (NETO, 2002, p.62)

A ABERT (Associação Brasileira de Empresários de Rádio e Tv) organiza rapidamente seu *lobby* no Congresso para tentar barrar a aprovação da regulamentação das rádios de baixa potência. A participação da ABERT promete "fazer sombra" sobre as discussões entre as igrejas. Isso porque a ABERT conta não somente com um vasto apoio político, mas também com poderosos meios de comunicação que rapidamente se mobilizam. Ela inicia uma campanha poderosa contra as rádios comunitárias pelas emissoras de rádio afiliadas de todo o país. Essa campanha anuncia: "(...) as rádios piratas derrubam aviões, interferem nas comunicações de aeroportos e navios (...)".

Neste momento é válido recordar que juízes federais de todo o Brasil estão concedendo liminares favoráveis às rádios livres e comunitárias. Estas liminares estão fundamentadas na Constituição Federal e na Convenção Internacional dos Direitos Humanos, ou Pacto de San José da Costa Rica. O projeto de lei é proposto para ser aprovado por decreto presidencial e tudo indica que o movimento irá continuar a se expandir. Em pouco tempo surgem mais de dez projetos de regulamentação para as rádios comunitárias, oriundos de diversos partidos [88]. Os projetos não se limitam a questões técnicas e princípios básicos. Cada um desses projetos traz uma idéia sobre o que são e como devem funcionar as rádios comunitárias.

Esse movimento que durante muitos anos se manteve à margem das disputas políticas, se vê imerso agora numa intensa batalha de interesses divergentes que envolvem as maiores instituições do país. Estão envolvidas as igrejas Católicas e as evangélicas, as redes nacionais de rádio e Tv, o

[88] Os partidos que enviaram projetos: PPB, PT, PMDB, PSDB, PV, entre outros.

Executivo federal, a Câmara, o Ministério das Comunicações, além é claro das lideranças políticas e partidárias do movimento geral de democratização dos meios de comunicação e os empresários de comunicação representados pela ABERT. Sem contar inúmeras outras lideranças oriundas das universidades brasileiras, da OAB, dos governos municipais e estaduais e dos juízes que apóiam a causa do movimento de rádios livres e comunitárias.[89] Paralela a essa questão, também passa a ser discutida a criação das Agências Nacionais, entre elas a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Finalmente em 23 de outubro de 1996 vai para votação a Lei de Regulamentação da radiodifusão comunitária:

> "(...)com base no substitutivo do relator Edson Queiroz ao Projeto de Lei 1.521/96, assinado pelo deputado federal Arnaldo Faria de Sá (...)
>
> As rádios e televisões livres foram deixadas de lado e ficou decidido que haverá apenas uma freqüência em todo o país para as rádios comunitárias, que poderá haver apenas uma em cada localidade e que nenhuma delas poderá ter um alcance superior a mil metros(...) todas as rádios existentes deveriam ser fechadas e seus equipamentos deveriam ser apreendidos. Todos os usuários que daquelas rádios tivessem sido fechadas, não poderiam ser contemplados pela nova lei." (NETO, 2002, p.65)

A lei discriminava os pioneiros do movimento, ou seja, aqueles que haviam colocado rádios ilegais no ar e que tivessem sido fechadas pela fiscalização do DENTEL, não poderiam participar do processo de legalização das emissoras. Assim a grande maioria dos militantes que haviam lutado pela legalização, ficava impedida de usufruir o resultado de sua mobilização. Houve protestos e um recurso parlamentar foi solicitado, mas a questão foi encerrada numa manobra política esquisita [90]

Depois dessa explosão de projetos no Planalto Central, as discussões em torno desta questão se atenuam, há coisas mais importantes para fazer: O Governo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso está realizando reformas administrativas e econômicas profundas. A criação das Agências Nacionais, por exemplo, uma questão complicada que demandaria vários estudos jurídicos a serem realizados num

---

[89] Por inciativa de Sidney Cinti, do vice –líder do Governo na Assembléia Legislativa de São Paulo, foi encaminhada uma moção (nº50) em março de 1996, assinada por todos os deputados estaduais paulistas, cujo texto básico pedia ao Presidente da República providências para a auto – regulamentação das rádios comunitárias. (NETO, 2002, p. 64)

[90] "Surpreendentemente, o Partido dos Trabalhadores fecha questão contra, 48 horas antes da votação na Câmara dos Deputados, enquanto o PC do B fecha questão a favor. No Senado, o líder do PT conseguiu convencer o senador paranaense Roberto Requião a não apresentar o projeto e fazer um relatório contrário. Os radiocomunitaristas manifestam-se favoráveis a um outro projeto, de autoria do senador José Ignácio Ferreira, do PSDB. (...) cinco minutos antes da votação, o presidente Fernando Henrique o teria alcançado pelo celular e convencido a retirar o projeto de votação". (NETO, 2002, p. 66).

curto período de tempo. As duas principais questões desta proposta: a primeira é relativa ao distanciamento administrativo e financeiro que deve existir entre o Governo e as Agências, entre esta e os mega-interesses privados. A segunda é relativa à legislação, ou seja, se deve existir uma lei específica ou uma lei genérica para as agências. São questões complexas que foram resolvidas da forma mais simples possível, ou seja, copiando o modelo básico das agências norte-americanas, com algumas e toscas adaptações para o caso brasileiro. Vota-se pela legislação específica para cada agência a ser criada. O resultado é que o grau de autonomia dessas agências, com relação ao Governo e à Economia, variou de acordo com os ânimos do Congresso e da pressão exercida pela pressa.

O grau de autonomia da ANATEL, por exemplo, é quase total:

Art. 8º

§ 2º *A natureza de autarquia especial conferida à Agência é caracterizada por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.*[91]

O processo de autonomia concedido à Anatel é bastante coerente com a postura política desse governo em outros setores da sociedade. Esse é o momento em que o setor de serviços de "terceirização" se desenvolvem no país. Autonomia é uma palavra utilizada pelo próprio presidente quando se refere aos movimentos sociais. Sua retórica política considera que as organizações populares devem dispor de liberdade para decidirem sobre questões comunitárias e reivindicar ou solucionar problemas, em suma, o presidente orienta a Sociedade Civil a descentralizar e "terceirizar"a política social. Contraditóriamente esse é um período em que a polícia reprime violentamente as manifestações

[91]Lei 9.472, de 16 de julho de 1997: Art. 8° Fica criada a Agência Nacional de Telecomunicações, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações, com sede no Distrito Federal, podendo estabelecer unidades regionais.

de rua, e no caso das rádios livres e comunitárias, a repressão atinge as organizações populares da Sociedade Civil. [92]

É necessário recordar que o projeto de lei que regulamentaria as rádios comunitárias estava sendo pensado em relação à Constituição Federal e à Convenção Internacional dos Direitos Humanos. A essa altura era sabido que um novo Código de Telecomunicações estava para nascer. A questão das rádios comunitárias tinha que ser resolvida com urgência, para que fosse incorporada pelo novo Código. Mas o projeto da lei das comunitárias acabou sendo mais demorado do que a criação e votação do novo Código. Como resultado disso, no novo Código não há uma palavra sequer sobre radiodifusão comunitária. Além disso, sobre a matéria radiodifusão, o código se desdobra em dois, mantendo as normas do Código anterior:

Art. 215. Ficam revogados:
I - a Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962, salvo quanto a matéria penal não tratada nesta Lei e quanto aos preceitos relativos à radiodifusão;

Essa manobra reverteu todo o processo de legalização das rádios comunitárias. Sobre isso, vários pontos devem ser analisados. O primeiro deles é o da primeira derrota, quando o projeto de legalização das rádios comunitárias estava previsto para ser aprovado por decreto. O próprio Ministro Sérgio Motta havia sinalizado para essa possibilidade, no entanto o *lobby* político da ABERT conseguiu que vários outros projetos de lei fossem entregues num curto período de tempo, "sugerindo" assim, que a questão deveria passar pelo Congresso. No Congresso haviam projetos de vários partidos, alguns favoráveis ao movimento, outros contendo várias restrições.

O segundo ponto refere-se ao silêncio no novo código com relação às rádios comunitárias Havia o receio de que o tratamento dado a essa questão *dentro* da votação do projeto de criação da ANATEL,

[92] As comemorações do BRASIL 500 anos na Bahia foram marcadas pela manifestação popular e pela violenta repressão. A manifestação contra a Alca em 21 de abril de 2001, conhecida como A-21, foi outro exemplo do tratamento dado aos movimentos sociais. É interessante notar que em abril de 2002, ou seja, após os episódios de 11 de setembro de 2001, as manifestações contra a ALCA não foram reprimidas pela polícia.

não trouxesse resultados satisfatórios ao movimento. Porém o Governo parecia não estar preocupado em decidir sobre a radiodifusão em seu novo Código de Telecomunicações. Como foi colocado acima, a lei 9.472/97 ignorou as questões relativas à radiodifusão, remetendo-a a antiga lei 4.117/62. Sobre as rádios comunitárias nenhuma emenda foi proposta ao antigo Código.

O terceiro ponto refere-se à controvérsia criada pela inserção da lei 4.117/62 dentro do novo Código. Um dos problemas na conservação desta lei é que ela gera um paradoxo: A lei 9.472/97 dispõe sobre a organização de serviços de telecomunicação, em seus artigos: 157, 158 §1º, ela trata da questão da radiodifusão, sugerindo ser esta uma das modalidades em telecomunicações. Porém no artigo 215 a radiodifusão torna-se subitamente um serviço à parte, regido por um código à parte, ou seja, um serviço que não é da mesma natureza dos serviços de telecomunicação e que deve ter uma legislação específica. Entretanto, a lei 4.117/62 inserida pelo artigo 215 na lei 9.472/97, que trata especificamente da radiodifusão, a considera como serviço de telecomunicação!

(Lei 4.117/62)- Art. 4º. *Para efeitos desta lei, constituem serviços de telecomunicações a transmissão, emissão ou recepção de símbolos caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético.*

A modalidade radiodifusão é, portanto uma modalidade controversa, sobre a qual versam dois códigos de telecomunicações. Nenhum dos dois códigos especifica o que é radiodifusão comunitária. Na opinião do jurista Celso Bastos, apesar de se tratar também do espectro eletromagnético, a radiodifusão comunitária não estaria compreendida no conceito de radiodifusão no sentido estrito. Os artigos que versam sobre esse tema e oriundos da lei 4.117/62, falam da radiodifusão de maior alcance e em regime de concessão privada, ou seja, destinado à exploração comercial. Na lei 9.472/97 a radiodifusão é tratada da mesma maneira, sendo consideradas rádios de baixa potência, para fins de tarifação, por exemplo, as que possuem potência até 1000 *watts*. Isso significa dizer que tanto o antigo, quanto o novo Código de Telecomunicações, versam exclusivamente para os serviços de radiodifusão

que são explorados em regime de concessão privada, acima de 1000 watts, estando fora dessa legislação os serviços prestados pela União *e* as rádios comunitárias.

Considerando que as rádios comunitárias não estão dirigidas ao grande público e não têm fins lucrativos, elas não estariam, portanto, abrangidas pela norma vigente. Do ponto de vista jurídico, o conceito de rádio comunitária, seria um conceito atípico:

> "(...) até pela falta de referência específica, na medida em que quando aquele código foi criado, o movimento das rádios comunitárias era praticamente desconhecido no Brasil. Face ao princípio de legalidade, segundo o qual não há crime sem que a lei assim o defina, estaríamos efetivamente diante de um quadro de atipicidade" (NETO, 2002, p.118)

O Artigo 19, incisos XV e XVI da lei 9.472/97, permitiu que a ANATEL e a Polícia Federal continuassem a interpretar as rádios de baixa potência, livres, comunitárias, evangélicas, "quitandeiras", etc, segundo a norma vigente no Art. 70 da lei 4.117/62, criado pelo Decreto-Lei nº236/67, considera crime *punível de detenção de um a dois anos, aumentada se houver dano a terceiro a instalação ou utilização de telecomunicações, sem observância do disposto nesta Lei e nos regulamentos.*

A posição defendida pelo professor Celso Bastos é a de que esse dispositivo, tendo sido feito em relação aos veículos de comunicação de dimensões maiores, está sendo aplicado de forma indistinta contra emissoras pequenas. Segundo o próprio Armando Coelho Neto o raciocínio oficial vigente é equivocado, pois o artigo é aplicado sobre emissoras sem, ou com pouco potencial ofensivo. Isso na opinião dele abre a possibilidade de discutir juridicamente as rádios livres e comunitárias dentro do "princípio da insignificância penal", onde o suposto "crime", não tendo sido enquadrado em nenhuma lei específica e não tendo lesado a ordem pública, não é punível.

Apesar da interpretação do jurista, o grau de autonomia da agência é suficiente para permitir:

XV - realizar busca e apreensão de bens no âmbito de sua competência;

XVI - deliberar na esfera administrativa quanto à interpretação da legislação de telecomunicações e sobre os casos omissos;

Assim, qualquer lei que pretendesse regularizar a situação das rádios com potência inferior a 1000 Watts, deveria ser remetida ao crivo "técnico" da ANATEL, apesar da agência não ter em sua constituição nenhum critério destinado à questão. Além desta, os pedidos deveriam passar também pelo Ministério das Comunicações, o Congresso Federal e a Presidência da República. Se houvessem normas a serem consultadas para a regulamentação das rádios comunitárias estas estariam submetidas dentro do Ordenamento Jurídico à Constituição Federal. Nela o Artigo 220 garante que:

A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta constituição.

No parágrafo primeiro ela assegura que:

Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art., 5º, IV, V, X, XIII, e XIV.

No inciso IX, é garantida a liberdade de expressão *da atividade intelectual, artística e científica e de comunicação independentemente de sem censura ou licença.*

Apesar dessas garantias, a Constituição prevê no art. 21 que Compete à União...

XII explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens.

Este inciso foi modificado em 1995, o texto original incluía também a exploração dos serviços de *telecomunicações* como competência da União. O conceito diferenciado entre telecomunicações e radiodifusão já estava definido desde essa data. Se por um lado essa diferenciação é tecnicamente questionável, por outro lado fica claro que o parágrafo se refere a rádio e Tv e que a União irá, de alguma forma, regulamentar os serviços.

A União deve expedir outorgas, concessões ou licenças observando os dispostos na Constituição Federal, inclusive o que prevê os artigos 5º e 220. Sobre isso, o artigo 223 ratifica:

Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

Como já foi visto, o capítulo da Comunicação Social na Constituição Federal também recebeu a influência da ala progressista do Congresso, embora esta tenha sido a grande derrotada na Assembléia Nacional Constituinte, conseguiu uma pequena vitória incluindo o modelo público de exploração dos meios de comunicação no texto final. A proposta de um modelo público, embora não estivesse devidamente especificada, era justificada pela ausência de um modelo que complementasse a exploração privada e estatal dos meios de comunicação. Seria, portanto um espaço assegurado por direito de liberdade de expressão, reservado ao acesso em sentido amplo da Sociedade Civil. Portanto não há incoerência no fato de que o Governo é o responsável por expedir autorizações para a exploração dos canais de rádio e Tv, uma vez que estão asseguradas a existência de três sistemas: o público, o privado e o estatal. Desse modo o Governo é responsável por garantir que os três sistemas sejam contemplados com autorizações observando o princípio da complementaridade e do artigo 220.

Essa interpretação da Constituição vem fortalecida pela Convenção Internacional de Direitos Humanos ou, Pacto de San José da Costa Rica, assinado pelo Brasil em 1968 e ratificado em 1992, portanto, consonante com a Constituição Federal democrática de 1988. Segundo a disciplina do Direito Internacional Público, os pactos internacionais, por serem assinados espontaneamente, devem estar de acordo com as constituições dos países em acordo e por isso, são considerados como leis máximas ao lado das Constituições.[93] Neste caso o Pacto de San José da Costa Rica garante que:

Art. 13.
Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e idéias de toda natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.

---

[93] "(...) O Direito internacional assim concebido, ensina aquele mestre, não depende da vontade arbitrária dos Estados: *tem um fundamento objetivo, que é a lei natural, comum a todos os homens*. Noutras palavras, a primazia do direito nacional perde espaço para o interesse internacional pactuado" (NETO, 2002, p. 112).

Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de freqüências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informações, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de idéias e opiniões.

Desse modo fica garantido às rádios e Tv's em todo o país que promovem a liberdade de expressão (art. 220), que dão preferência às finalidades educativas e culturais, que regionalizam a produção cultural e respeitam os valores éticos e sociais, o direito de serem contempladas com outorga, concessão e permissão como o disposto nos artigos 220, 221 e 223.[94] E mais, além das empresas que querem explorar os meios de comunicação estarem obrigadas a obedecerem ao disposto no artigo 221, fica claro que a Constituição e o Pacto de San José defendem o direito dos cidadãos brasileiros de se comunicarem via rádio e Tv.

Assim as rádios livres e comunitárias, no conceito que este trabalho vem analisando, podem ser compreendidas como exploração pública dos serviços de radiodifusão, estando em conteúdo e forma compreendidos pela Constituição Federal como parte do modelo público de comunicação.

Compreendidas dessa forma, as rádios livres e comunitárias no país são legais e legitimas, bastando, portanto uma lei que as regulamentasse. Essa lei regulamentar teria a competência para estabelecer alguns limites técnicos, uma vez que a liberdade de expressão está garantida. Estes limites técnicos deveram se basear na disponibilidade de canais destinados ao modelo público, na freqüência e no raio de alcance das emissoras. Não havendo nada que contrariasse a disponibilidade do serviço, este deveria ser autorizado. Essa lei foi promulgada em 19 de fevereiro de 1998 sob protestos das lideranças do movimento de rádios comunitárias. A lei definitiva trazia, com relação aos projetos anteriores, modificações técnicas importantes. Segundo o ex-presidente nacional da ABRAÇO, José Sotter, do projeto original restaram apenas os artigos que definem o que é rádio comunitária e qual sua finalidade.

---

[94] Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:
I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;
II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;
III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;
IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Do ponto de vista técnico, a lei vinha em conformidade com as reivindicações dos empresários de comunicação. Com relação ao alcance das emissoras ficou estabelecido no Art. 1º que:

Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em freqüência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.
§ 1º Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros.

Com relação à disponibilidade de canais ficou estabelecido no Art. 5º que:

Art. 5º O Poder Concedente designará, em nível nacional, para utilização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, um único e específico canal na faixa de freqüência do serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada.

O projeto inicial propunha a designação de três canais na faixa de freqüência e potência de 100 *watts.* Ao longo do processo a potência em *Watts* caiu para 50 e o número de canais para um. A redação final da lei estabeleceu que o canal e o raio de alcance fossem ainda submetidos a um regulamento a ser desenvolvido pela ANATEL. Este não foi submetido à votação no Congresso, pois foi aprovado alguns meses depois, em três de junho de 98 pelo Decreto Presidencial nº 2.615.

No decreto ficou estabelecido que as rádios teriam o alcance restrito a um quilômetro de raio, numa única faixa de freqüência a ser designada posteriormente pela ANATEL.

Assim as rádios que pedissem a legalização teriam de enviar a documentação para o Ministério das Comunicações, que enviaria os pedidos ao Congresso para apreciação, depois retornariam seus relatórios ao Ministério que autorizaria a emissora a abrir suas portas em caráter provisório para a fiscalização da ANATEL, que ao final enviaria seus relatórios ao Ministério das Comunicações para a concessão definitiva, assinada também pelo Presidente da República. A concessão seria válida por apenas três anos e renovável por apenas mais três, segundo o decreto de regulamentação (Art. 17.) e contrário ao disposto na Constituição Federal (Art. 223, §5º) que previa dez anos para a radiodifusão.

Sobre o período de concessão, a legislação criada soube diferenciar as rádios comunitárias do conceito estrito de radiodifusão.

Os interessados em adquirir a concessão deveriam constituir localmente uma associação formada por representantes de cinco outras associações sem fins lucrativos, responsáveis por gerir e administrar a rádio. Estes deveriam ter sede na comunidade beneficiada pela rádio, ou seja, deveriam residir dentro do perímetro de um quilômetro de alcance especificado pelo regulamento. As rádios assim constituídas poderiam entrar no ar na freqüência 87,9 MHz – fora do dial da maioria dos aparelhos de rádio – e iniciar seus serviços.

As rádios poderiam apenas atingir um quilômetro de raio, essa especificação da lei desconsiderou as comunidades rurais, cuja densidade demográfica no raio de um quilômetro é muito baixa. Desconsiderou as questões topográficas que podem interferir no alcance da emissora, por exemplo: em uma região plana como a Amazônia, a altura da antena (30 metros), somada à potência de 25 Watts, atingiria um alcance superior a um quilômetro, ao passo que numa comunidade situada em um vale, cercada de montanhas, essas especificações técnicas não seriam suficientes para gerar o alcance de um quilômetro de raio.

As rádios deveriam constituir uma associação sem fins lucrativos representada por cinco membros oriundos de outras associações sem fins lucrativos e residentes na área de alcance da rádio (Art. 7º). Essa especificação não apenas determina a forma como as rádios devem ser geridas, desconsiderando as apropriações espontâneas do movimento, como também determina que estas só poderão existir em "comunidades ideais", pois dentro de um quilômetro de raio, deverão residir ao menos cinco membros de cinco entidades sem fins lucrativos que se responsabilizem pela emissora. Isso numa comunidade de periferia de baixa renda é praticamente impossível de se conseguir naturalmente, estando os interessados em criar uma rádio obrigados, portanto, a se filiarem a associações sem fins lucrativos antes de terem seus pedidos enviados ao Minicom.

As rádios deverão ser locadas na faixa de freqüência 87,9 MHz, ou seja, além de todo o processo burocrático pelo qual os radiocomunitaristas devem passar, ao final, estão condenados ao silêncio, pois esta faixa de freqüência é inexistente na maioria dos aparelhos receptores de rádio domésticos que vão de 88 a 108 MHz.

Além do silêncio imposto pela escolha de um canal de freqüência ausente dos aparelhos receptores, as rádios comunitárias estão impedidas de comercializar seus horários, podendo apenas divulgar publicidade comercial, na forma de "apoio cultural". A Lei não especifica que tipo de publicidade é considerada como apoio cultural, desta forma, as rádios não podem divulgar qualquer publicidade até que o Poder Concedente se manifeste sobre o que entende por "apoio cultural". As RadCom ganharam também uma lei, única no mundo, que não as protege contra eventuais interferências:

Art. 22 *As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão sem direito à proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer serviços de telecomunicações e radiodifusão regularmente instaladas, condições estas que constarão do seu certificado de licença de funcionamento.*

A lei brasileira segundo Armando Coelho Neto é a única do gênero em todo o planeta, que institui um serviço e não o protege. As rádios comunitárias ficaram à mercê da benevolência das outras emissoras, comerciais e estatais, que poderiam eventualmente, direcionar suas antenas e seus milhares de *watts* de potência para interferir no sinal de uma rádio comunitária que estivesse, por exemplo, vencendo na concorrência local pela audiência. Aos radiocomunitaristas que sofressem qualquer tipo de interferência em seus sinais de transmissão, restariam apenas o único recurso de desligar os seus aparelhos transmissores.

No caso oposto, de uma rádio comunitária interferir no sinal de qualquer outra emissora regularmente instalada – leia-se emissora comercial -, o artigo seguinte ratifica a discriminação:

Art.23. *Estando em funcionamento a emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com as prescrições desta Lei, e constatando-se interferências indesejáveis nos demais serviços regulares de telecomunicações e radiodifusão, o Poder Concedente determinará a correção da operação e, se a interferência não for eliminada, no prazo estipulado, determinará a interrupção do serviço.*

Ou seja, as rádios comerciais e estatais são as únicas que podem funcionar no espectro eletromagnético, causando interferências, ocupando faixas existentes nos aparelhos receptores, lançando sinais com milhares de watts de potência, comercializando minutos e segundos, impondo uma política editorial excludente, etc. Para estas existem todas as garantias de proteção, enquanto que para as rádios comunitárias não sobra quase nada.

As rádios comunitárias também são impedidas de formar rede, mas são obrigadas a fazê-lo se o Governo assim determinar:

Art. 16º É vedada a formação de redes na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis.

Essa talvez seja a proibição mais inconstitucional da Lei, pois o que o Governo entende por *rede*? Muitos teóricos de comunicação até hoje enfrentam sérios problemas filosóficos para determinar o que é *rede* de comunicação. Uma rede no rádio pode existir desde a retransmissão organizada de uma informação recebida pelo correio, até a retransmissão bruta de toda a programação com cobertura de todo o território nacional, via satélite ou rede mundial de computadores. Uma rede pode ser espontânea, ou dirigida para finalidades. Estas podem ser políticas, culturais, utilitárias, econômicas, educativas, etc. Ao vedar a formação de rede e não especificar o que se entende por isso, a Lei tenta eliminar a possibilidade de trabalhos como a "Rede de Mulheres no Rádio", a pioneira no Brasil em dirigir

programas com recorte de gênero, destinados a rádios de todo o país, inclusive a emissoras ilegais, propagando informações acerca da saúde e dos direitos da mulher.[95]

Por outro lado, liberar totalmente a formação de redes para as rádios comunitárias poderia gerar o mesmo efeito que foi constatado na Itália: de rádios livres sendo sugadas pela rede formada da união de pequenas emissoras comerciais, as rádios "quitandas" e grandes empresas comerciais de comunicação. A não especificidade da lei gerou situações diversas que devido à sua ambigüidade não podem ser compreendidas como criminosas. Algumas dessas situações beneficiam as comunidades de informações importantes, outras são certamente contrárias à postura alternativa defendida pelas rádios livres e comunitárias, por exemplo, a proposta do projeto "A Tv no Rádio" implantada em 2003 pela Rede Globo de televisão. A ONG. *Viva Rio* é responsável por trinta canais de rádio em todo o Estado do Rio de Janeiro, que foram "doados" pela Rede Globo, através da Fundação Roberto Marinho. Essa ONG foi criada para gerenciar este e outros projetos. O projeto implantado em 2003 em alguns dos canais da *Viva Rio* foi o de retransmitir para os canais "comunitários" de rádio, alguns dos programas de Tv com maior audiência, numa clara intenção das Organizações Globo, de estenderem seus domínios no terreno adversário. Essa proposta foi também acatada pela direção da RBC, Rede Brasil de Comunicação Social e isso gerou protestos por parte de lideranças políticas, e lideranças do movimento. Esse exemplo do que ocorre atualmente no movimento, serve aqui apenas de amostra dos prejuízos contidos no Artigo 16º da lei 9.612.

O balanço final da Lei das Rádios Comunitárias acabou sendo negativo. Todas as contradições entre as especificações da lei, os interesses do movimento, os interesses dos empresários de comunicação, a própria natureza física, geraram complicados debates políticos dentro do movimento, além de protestos por todo o país na forma de mais intervenções de rádios ilegais dentro do espectro.

Todo esse pacote de leis, decretos e pactos internacionais, apesar das restrições, legitimam a atuação das rádios comunitárias no Brasil, mas o processo burocrático exigido é incompatível com o

[95] CEMINA, Comunicação, Educação, Informação em Gênero. "Fazendo Gênero no Rádio". RJ, 1998.

volume de pedidos de concessão que começam a chegar no Minicom. Os trabalhos são demorados e os pedidos não são contemplados. Quando o são, as restrições técnicas impedem o funcionamento regular das emissoras, que acabam por não repercutir junto das comunidades. Isso quando as concessões não são dadas aos políticos ou parentes de políticos que atuam no Congresso.[96] Enquanto os pedidos entulham as mesas do Ministério, a solução para as rádios continua sendo a da desobediência. As rádios concessionadas modificam seus equipamentos a fim de se adequarem às suas comunidades. As emissoras não concessionadas que continuam funcionando são cada vez mais reprimidas.[97] A legalização também não impediu que as rádios "quitanda" continuassem a existir. Apesar do caráter não proselitista e não comercial contido na regulamentação, a grande maioria das rádios comunitárias hoje em funcionamento, estão vinculadas ou a igrejas e seitas, ou a políticos e pequenos empresários. A filiação destas rádios a associações sem fins lucrativos não é suficiente para impedir que elas se constituam de forma privada. Ao mesmo tempo, as limitações técnicas impostas, parecem atingir apenas às rádios que se constituíram de forma coletiva, ao passo que as falsas "comunitárias", burlam as limitações técnicas sem temer a fiscalização.

Com a criação da ANATEL e a reativação da lei 4.117, a repressão às rádios livres e comunitárias foi reforçada, embora as emissoras com potência inferior a 1000 watts não constem nesta lei. A agência concebida com poderes de polícia ficou responsável pela interpretação da lei 4.117, por realizar busca e apreensões de emissoras irregulares. A agência em dois anos dobrou suas atividades de apreensão e fechamento de emissoras ilegais. Deste total de emissoras apreendidas, não há diferenciação entre comunitárias –verdadeiras ou "de fachada"-, livres, ou evangélicas. Todas elas são submetidas ao conceito degenerado de "rádios piratas". [98]

---

[96] Em Campinas as duas únicas rádios comunitárias constituídas legalmente são de propriedade do vereador Zimbaud.

[97] De acordo com o Ministério das Comunicações, cerca de 1.400 rádios comunitárias foram autorizadas de 1998 até o primeiro semestre de 2003. Existem cerca de 14.000 rádios funcionando ilegalmente e mais de 10.000 pedidos de legalização.

[98] Seria interessante um estudo específico sobre as atividades da ANATEL. Esta agência tem sido sistematicamente denunciada por integrantes dos movimentos de rádios livres e rádios comunitárias. Estas denúncias vão desde apreensões

As ações de fechamento, somadas às injustiças contidas na Lei 9.612, mais a demora do processo burocrático, impediram que as rádios comunitárias fossem institucionalizadas definitivamente. Por isso o movimento de rádios comunitárias sobreviveu ao processo de legalização. Essa sobrevivência não garantiu que o movimento conseguisse reproduzir o nível de diálogo existente no início da década de 90. Durante o período de euforia pela legalização muitos integrantes somaram seus esforços acreditando que o final do processo seria positivo aos interesses das rádios. Os que rejeitaram a legalização se retiraram do diálogo. Com a Lei todos foram lesados em seus interesses. Os que acreditaram na legalização, perceberam que a institucionalização das rádios comunitárias era só mais um mecanismo de controle imposto pelos mega-interesses empresariais e políticos. Os que a rejeitaram desde o princípio, sofriam agora com o aumento da repressão.

Esse descontentamento geral ao mesmo tempo em que produziu uma fragmentação ainda maior no movimento, serviu também para a sua continuidade. Nos primeiros dois anos após a legalização, o movimento de rádios comunitárias se reduziu a grupos de assessoria jurídica na preparação e encaminhamento dos pedidos de licitação. Algumas associações regionais de radiocomunitaristas se dissolveram, restando apenas àquelas situadas em grandes centros. As emissoras agora não mais se preocupavam em manter o diálogo com o movimento. Elas voltaram-se a si próprias, na tentativa de atingir os índices necessários para os pedidos de concessão e na tentativa de repercutir dentro das comunidades, apesar de todas as limitações impostas. A lei estava aprovada e embora alguns ainda defendessem recursos para sua modificação, o desânimo pareceu tomar conta do movimento. Por um lado conseguir a legalização era praticamente impossível, por outro lado, a repressão dos agentes da ANATEL e da polícia federal se intensificara e as rádios que teimassem em manter suas atividades

---

ilegais –sem mandado judicial- de rádios verdadeiramente comunitárias ou livres (como, por exemplo, o caso das rádios Interferência e Bicuda do Rio de Janeiro), até a ausência de fiscalização sobre rádios religiosas e comerciais (como, por exemplo, a emissora que ocupa a faixa 94.1 FM em São Paulo capital), que atuam sem concessão, com proselitismo, fins lucrativos e potência superior a 1000 watts. Algumas dessas denúncias já se transformaram em processos judiciais. A suspeita mais comum e ainda não provada é a de que a Agência tem discriminado apenas as rádios que não podem pagar "propinas" aos agentes.

ilegais não tinham mais nenhuma proteção, ainda que remota, por parte da legislação. A lei era clara: todos os pedidos de concessão que estivessem de acordo com as especificações do regulamento seriam contemplados, logo, as rádios comunitárias não tinham mais razões para permanecerem ilegalmente no ar, a menos que não fossem verdadeiras comunitárias, neste caso, seriam "rádios piratas interferindo no espectro e ferindo a legislação". Para a ANATEL, a demora burocrática e as impossibilidades técnicas do regulamento para as comunitárias, não são justificativas para o descumprimento da lei. Como agência fiscalizadora, ela tem um papel crucial na criação do regulamento técnico e na fiscalização do cumprimento da lei. Desse modo ela realiza duas vezes a obra de reprimir as rádios: criando um regulamento impossível e atuando conjuntamente com a polícia para fechar as emissoras não concedidas e as que atuam fora dos padrões.[99]

Essa situação perdurou por praticamente dois anos, até que a ação do juiz Paulo Fernando Silveira em Uberlândia/MG, que concedia desde 1996 liminares favoráveis às rádios comunitárias nos processos de fechamento, começou a repercutir dentro da disciplina do Direito e no movimento de rádios comunitárias. A base legal para estas liminares está fundamentada na Constituição Federal, uma vez que em sua interpretação, a lei de rádios comunitárias e a própria lei de criação da Anatel têm falhas com relação à Carta Magna, algumas delas já demonstradas acima. Essas falhas tornam-nas inoperantes, prevalecendo à lei máxima que é favorável ao direito de liberdade de expressão.

Segundo o juiz Paulo Fernando Silveira, a liberdade de expressão estando garantida pela Constituição Federal, legitima a criação de leis específicas que regulamentem as rádios comunitárias. Uma vez regulamentadas, é dever do Poder Concedente analisar caso a caso e conceder os pedidos que estiverem burocraticamente de acordo, dentro do prazo estipulado pela lei. Neste caso, a lei especifica que nenhuma autorização será negada. Assim sendo as rádios que tiveram seus pedidos encaminhados e não obtiveram resposta, estariam habilitadas a transmitir em caráter temporário até que chegasse a

[99] Segundo Armando Coelho Neto, as operações de fechamento das rádios comunitárias exigem um grande investimento financeiro. A origem do dinheiro que financia as operações de fechamento de rádios comunitárias e livres pelo país, permanece um mistério.

resposta definitiva do Ministério das Comunicações. Isso se fundamenta no direito à liberdade de expressão, que não pode ser negado com base na demora do processo burocrático.

Ainda segundo o juiz outro agravante nos processos de fechamento de rádios comunitárias está contido na lei 9.472, no artigo. 215 que remete à lei 4.117/62 e que autoriza a ANATEL a realizar busca e apreensão de equipamentos irregulares, antes que o processo penal seja concluído. Para o juiz Paulo Fernando da Silveira, isto é ilegal, inconstitucional, pois fere todos os direitos do cidadão, na medida em que reverte todo o processo jurídico, impondo primeiro a pena, para depois submeter o caso a julgamento. A interpretação do juiz é clara:

> "(...) A nossa Constituição assegura o Devido Processo Legal no inciso 54 do Arti. 5º, que cuida dos direitos e garantias fundamentais, os quais, reitero, não podem ser alterados nem por Emendas Constitucionais, porque o art. 60 impede qualquer Emenda que tenda –basta tender – a restringir esses direitos.
>
> E aqui no art. 54 diz: 'ninguém será privado da liberdade, ou de seus bens'. E aí vem as rádios comunitárias: a apreensão, o lacramento – porque quando lacra, está tirando da sua esfera de disponibilidade um patrimônio seu sem o Devido processo legal, ou seja, sem o direito de defesa prévia. Essa lei viola esse dispositivo também. E ainda o item 55, que diz: 'aos litigantes em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa com os mesmos recursos a ela inerentes'. Isso não são palavras vazias, não. São direitos fundamentais! Então essa lei de 67, da ditadura, esse dispositivo não vale, embora tenha tribunais que digam que esse artigo está prevalecendo. Mas se o artigo, ainda que criminalmente prevaleça, a apreensão prévia fere o devido processo legal.
>
> Agora lá em Minas Gerais, o nosso Tribunal, da 1ª Região, decidiu, reiterada e pacificamente – e isso já não é mais matéria de discussão -, que as rádios de pequena potência não cometem o crime do art. 70. (...)
>
> Quando veio essa lei 9.612/98, uma lei específica sobre as rádios comunitárias o nosso Tribunal entendeu que essa lei é que é aplicável às rádios comunitárias, e não mais as outras – ou seja, se há uma lei específica, não se aplica uma lei genérica -. Se vocês lerem essa lei (9612/98), apesar dela ser toda inconstitucional, verão que não existe sanção criminal. (...)"[100]

Segundo seu raciocínio a ANATEL como agência de fiscalização, subordinada à Constituição Federal, seria responsável por dar parecer técnico e denunciar ao Ministério Público os casos irregulares considerados criminosos. Assim sendo, ela poderia instaurar inquéritos policiais e processos jurídicos, daí em diante, caberia ao Ministério Público requisitar a agência para obtenção de maiores detalhes quando necessário. A lei 9.472 é contraditória ao Ordenamento Jurídico na medida em que permite à ANATEL agir com poderes de polícia, confiscando bens de propriedade antes da constatação do crime. No entender do juiz, não é crime transmitir pelo espectro eletromagnético em baixa potência

[100] SILVEIRA, Paulo Fernando. Trecho de palestra proferida em Porto Alegre (RS), 4-5 de agosto/2000. Gabinete do Deputado Federal Walter Pinheiro/PT-BA.

“em face do pouco potencial ofensivo ao bem jurídico tutelado, o Sistema Nacional de Telecomunicações”, por essa razão, a lei 4117 no entender desse e outros juízes, não se aplicaria às rádios livres e comunitárias. Além disso, ao mesmo tempo em que o Código especifica que é crime transmitir sem concessão a Constituição Federal, que é superior ao Código, garante o direito da livre manifestação do pensamento e protege prioritariamente as emissoras que funcionem de acordo com o Artigo 221. Para o juiz, as rádios que obedecem aos preceitos constitucionais de pluralidade de opiniões, programação regionalizada, manifestações culturais nacionais, etc, têm seus direitos garantidos pela Constituição, pela Convenção Internacional dos Direitos Humanos, pelo artigo do Código de Telecomunicações que garante a universalização dos sistemas de comunicação e finalmente, pelo artigo da lei 9.612/98 que garante que todos os pedidos de concessão serão contemplados desde que estejam dentro dos padrões aceitáveis, ou seja, todas as rádios legitimamente constituídas que obedeçam aos princípios constitucionais definidos acima, não encontrariam resistência por parte do Poder Público para regularizarem sua situação.

Como já foi colocado, apesar destes dispositivos legais, outros contraditórios emperram o processo: desde a demora burocrática, até as limitações técnicas. No entender do juiz Paulo Fernando Silveira, não é possível reprimir as rádios comunitárias com base em claras imperfeições da legislação. A interpretação dessas contradições, na opinião do juiz, deve obedecer à regra do Direito, onde a lei máxima que é a Constituição Federal serve de fundamento. O jurista e professor de Direito da Puc/SP Celso Bastos é da mesma opinião. Para ele a diferenciação entre serviços de telecomunicações e serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, não mais habilitam a vigência da lei 4.117/62, que não faz essa diferenciação. Com relação à perseguição da ANATEL e da Polícia Federal,

> “(...) A marginalidade em que se encontram as rádios comunitárias é decorrente da repulsa dos órgãos governamentais em obedecerem à Constituição e as leis. Quanto àqueles que levam a efeito prisões, sem fundamento legal, só se pode dizer que incorrem no crime de abuso de autoridade e por isso podem ser processados”.[101]

---

[101] Parecer Do Professor Celso Bastos. APERLOC, 26/06/96.

Essas argumentações trouxeram um novo alento para o movimento de rádios livres e comunitárias.

Já foi dito que o movimento após a legalização vivenciou um período de desânimo. As rádios dispersas por todo o território continuaram a se desenvolver, mas isoladas do fluxo de diálogo com outras experiências. Algumas tentativas foram feitas para que essas experiências se convertessem novamente em um movimento, essas tentativas, apesar das reivindicações serem as mesmas de antes, tinham em comum o seu aspecto institucionalizado: o I Encontro Regional de Rádios Comunitárias de Campinas em março de 2001, por exemplo, foi um encontro organizado com o apoio da prefeitura municipal daquela cidade, sob o governo do Partido dos Trabalhadores. O I Encontro sobre rádios Comunitárias no Município de Osasco, realizado em setembro do mesmo ano, foi um evento organizado pelo vereador Aluísio Pinheiro do Partido dos Trabalhadores. Esses e outros encontros realizados seguindo o padrão da oficialidade do movimento de rádios comunitárias dentro do PT, trouxeram novos questionamentos para o movimento de rádios comunitárias.

As principais questões que eram levantadas pelos representantes do PT faziam eco às questões vindas por parte dos radiocomunitaristas. Elas eram relativas a basicamente três pontos: a demora no processo burocrático de concessão, ao indefinido "apoio cultural" e à repressão da Anatel. Nestes encontros, algumas soluções possíveis foram criadas com base no parecer jurídico do juiz Paulo Fernando Silveira. Essas tentativas de mobilizar os radiocomunitaristas para a continuidade da batalha jurídica conseguiram com sucesso, atrair a participação de várias expressões do movimento e o PT tornou-se assim, o partido "oficial" das rádios comunitárias.

Cap.IV
Estudo de Caso

Introdução.

Até agora o trabalho procurou demonstrar que o movimento de rádios livres surge espontaneamente no meio social e está inserido dentro do contexto histórico da transição do regime autoritário para o regime democrático. As rádios livres surgem com uma proposta de democratização dos meios de comunicação baseada na experiência européia de apropriação popular das tecnologias de comunicação, em especial a tecnologia do rádio. As rádios livres brasileiras não desenvolveram um modelo pronto e acabado de comunicação alternativa, mas sim, ampliaram o conceito de espaço público para a comunicação, através de um esboço de modelo, partindo do pressuposto de que os meios de comunicação para serem democráticos e populares, devem ocupar um espaço desvinculado do Estado e do mercado, aliado aos movimentos sociais, e aos movimentos culturais. As primeiras rádios livres eram voltadas para a produção de informação, cultura e liberdade de expressão. Esse esboço não obedecia a uma regra específica para a ocupação do espectro eletromagnético, cada rádio deveria surgir de acordo com as aspirações daqueles que as criassem, obedecendo apenas aos ideais acima apresentados. Do surgimento das primeiras rádios livres à formação de um movimento, as rádios fiéis aos pressupostos da liberdade de expressão se organizaram regionalmente e de forma coletiva. São da Rádio Xilik as primeiras propostas de articulação das pautas reivindicatórias do movimento, através da criação de um coletivo de radioamantes. A partir desse momento, o movimento de rádios livres também passa a sofrer a influência do discurso dos outros movimentos de democratização com quem passa a dialogar. Dentre esses movimentos, havia o movimento geral de democratização das comunicações, composto pelas entidades que se uniram em torno do projeto constitucional para a composição do capítulo destinado à Comunicação Social.

A batalha constitucional travada pelo movimento de democratização promoveu poucas vitórias e algumas lições políticas importantes. Uma delas era de que o movimento de democratização havia conseguido se institucionalizar na figura do Conselho Nacional de Comunicação Social, e do "modelo público" a ser criado, embora essas vitórias não tivessem sido conseguidas na totalidade das propostas de transformação. A hipótese defendida aqui é a de que o movimento de democratização das comunicações embora compreendesse a importância estratégica desse tema, ainda não havia amadurecido o seu discurso de modo a apresentar propostas menos abstratas sobre o que seria o modelo público de comunicação e sobre quais os critérios que fundamentariam a criação do CNCS.

Enquanto estes trabalhos eram realizados no Congresso, no meio social surgem às rádios livres. A partir dos anos noventa, especificamente a partir de 1992, é que o movimento geral de democratização das comunicações reconhece oficialmente como legítimas as reivindicações do movimento de rádios livres e passa a apoiá-lo. Do movimento geral surgem as lideranças que irão propor um projeto de lei para as rádios livres. Esse projeto cria a diferenciação entre os conceitos: rádios *livres* e rádios *comunitárias*. No espaço de dois anos o primeiro item a ser excluído do projeto inicial é o próprio nome do movimento –rádios livres- e o conceito que o define. Esse processo de legalização marca a criação do movimento de rádios comunitárias, com caráter definitivamente institucional e diverso em vários pontos, do movimento de rádios livres. As batalhas jurídicas travadas pela regulamentação das rádios comunitárias tiveram grande quantidade de apoio político, mas a lei aprovada veio poluída de antagonismos influenciados pela enorme quantidade de projetos e anteprojetos sobre rádios comunitárias que intervieram no seu processo de regulamentação.

Esse processo quase resultou na dissolução total do movimento de rádios comunitárias. São duas as hipóteses defendidas aqui e com respeito a essa dissolução parcial: a primeira é a de que a institucionalização das rádios comunitárias por si, provoca o fim do movimento.[102] A segunda é a de que o processo de institucionalização das rádios comunitárias acabou sendo uma tentativa do Estado de

[102] Isso pôde ser observado no movimento de rádios livres europeu que se desarticulou depois de conseguir a quebra do monopólio Estatal e a legalização.

controlar ainda mais o espectro radiofônico e o caráter das experiências de rádios livres. Esse processo não deu cabo dos principais problemas existentes na política de comunicações do país e por conservar indefinidos os mesmos antagonismos que geraram o movimento, ou sejam, aqueles oriundos da aproximação do Estado com os interesses privados, permitiu que o movimento não se desarticulasse por completo.

O movimento de rádios comunitárias ao ser institucionalizado acabou se reduzindo a pequenos núcleos cada um dos quais, buscando se *adequar* rapidamente às exigências legais e disputar na frente da lista pelos pedidos de concessão. Ao verificar que o processo de legalização havia acabado por intensificar os mecanismos de controle do Estado e dos interesses privados sobre o espectro eletromagnético, o movimento de rádios comunitárias viu-se diante da situação preconizada pelas rádios livres contrárias à legalização.

Sobre esse ponto, que marca a derrota do movimento de rádios comunitárias, um ciclo é encerrado e inicia-se um novo período para o movimento, com o ressurgimento das rádios livres e do diálogo entre estas e as rádios comunitárias em torno da mesma questão original: da ilegalidade.

Aqui o trabalho inicia sua pesquisa de campo, tendo participado ativamente de alguns debates importantes, que pautaram a postura das comunitárias ao longo de três anos (2000-2003).

Pelo fato de as observações em campo, terem sido produzidas através da participação ativa na militância, o trabalho relatará fatos e incidentes presenciados pela pesquisadora. Alguns documentos foram reunidos dessa participação, de modo que não estará contido neste relato *apenas* o ponto de vista pessoal da pesquisadora. Estes documentos consistem em gravações em fita cassete de palestras e entrevistas, vídeos e textos, com conteúdo interpretativo.

Rádio Muda, breve histórico (1991-2001).

A história da Rádio Muda confunde-se com a história da década de noventa e dos indivíduos que viveram ao redor de seu estúdio. É uma história que envolve centenas de pessoas, dentro do perímetro de um bairro que abriga uma das maiores universidades públicas do país. A Rádio Muda, enquanto veículo de comunicação de livre acesso, dentro do *campus* universitário, deu voz a todos os tipos de protestos e manifestações, políticas e culturais, que surgiram ou passaram pela Unicamp ao longo desses anos. Enquanto rádio livre inserida no movimento de rádios livres e comunitárias, a Rádio Muda começa a dialogar com outras experiências por volta de 1996. A questão da institucionalização das rádios comunitárias, bem como o resultado da lei 9.612, provocaram o debate na Rádio Muda e é através dela que o dilema vivido por estas experiências no Brasil, chega à Unicamp. A Rádio Muda torna-se através de sua história de resistência e de livre apropriação coletiva do meio rádio, uma das experiências do gênero mais importantes no Brasil, chegando a ser vista como referência nacional de rádio popular e democrática. Parte dos méritos da Rádio Muda vêm do fato dela ser uma emissora composta por um coletivo engajado na questão da liberação de freqüências para apropriação pública. Este engajamento provocou manifestações da Rádio Muda em diversas regiões do país através das chamadas "oficinas de rádio", que favoreceram o contato entre esta emissora e diversas outras espalhadas pelo território nacional.[103] Deste diálogo vem surgindo um novo movimento de rádios livres no país.

Apesar de todo esse engajamento a Rádio Muda é uma experiência dentre inúmeras outras formas de apropriação popular dessa tecnologia. Os méritos dessa experiência não podem ser desvinculados do contexto universitário onde ela surge, bem como não pode deixar de ser dito que enquanto experiência de rádio livre universitária, a Rádio Muda está perfeitamente adequada, mas não

[103] As "oficinas de rádio" realizadas pela Rádio Muda, têm o objetivo de promover os principais conceitos de rádio livre e comunitária, bem como novas iniciativas neste campo. Elas são geralmente realizadas em universidades e eventos sociais importantes, tais como o Fórum Social Mundial.

pode ser tomada como exemplo ideal de apropriação do meio rádio, se pensada em outro contexto sócio-cultural.

Dois pontos devem ser colocados para que melhor se possa compreender por que esta experiência foi escolhida por este trabalho: a Rádio Muda se insere no debate da legalização das rádios comunitárias tardiamente. Ela sobrevive à margem do processo de organização e regulamentação das rádios comunitárias não se adequando, portanto, ao modelo de rádio comunitária defendido pela lei. Dessa forma, quando os integrantes do coletivo desta emissora se inserem nos debates gerados pela legalização, o fazem de "fora" do movimento de rádios comunitárias, re-introduzindo parte do discurso defendido pelas primeiras rádios livres do país e que havia sido "esquecido" pelo movimento. O ponto principal do debate que a Rádio Muda leva para dentro das rádios comunitárias gira em torno das conseqüências da institucionalização, a "verticalização" do movimento, a desmobilização e a necessária retomada dos debates em torno da democracia na comunicação. O discurso político defendido pela Rádio Muda é análogo, em muitos pontos, ao discurso da Xilik de 1985 e é muito diferente do atual discurso das rádios comunitárias. Por esta razão esta experiência é vista pelas entidades representativas do movimento de rádios comunitárias como "invasora" ou, em "oposição" às reivindicações das comunitárias por elas representadas. Apesar da visão de algumas das entidades representativas ser essa, o diálogo entre a Muda com diversas rádios comunitárias propriamente ditas, caminha para o entendimento e a formação de parcerias.

Dessa relação entre a Rádio Muda e o movimento de rádios comunitárias é possível perceber com clareza a dinâmica dos movimentos sociais que são absorvidos pelo controle do Estado. A formação de entidades representativas das rádios comunitárias foi uma exigência do próprio sistema político do Estado burocrático. Assim como um partido político para se formar necessita estar representado em todos os estados da federação, uma entidade que pretende representar parte do que se compreende por Comunicação Social, deve ter uma dimensão *efetivamente* representativa dentro da sua área de militância. As entidades e associações de rádios comunitárias passaram buscar dentro do

movimento, o grau de hegemonia necessário para disputar junto do Governo Federal, a "vaga" no Conselho de Comunicação Social, teoricamente destinada à radiodifusão pública e assim, poder dialogar diretamente com o Congresso sobre políticas de radiodifusão. Desse processo as entidades representativas passam a buscar níveis de consenso que são praticamente impossíveis, dadas as condições históricas do desenvolvimento desse movimento, que já foram esmiuçadas aqui anteriormente. Para atingirem esse consenso, as entidades que disputam a hegemonia no movimento passaram a descartar a diversidade de opiniões existentes internamente, nivelando através do discurso da legalidade, as rádios que fazem parte do conceito "comunitária". A relação entre a Rádio Muda e essas entidades representativas, demonstra que apesar de ambas defenderem a democracia na comunicação, seus discursos e suas formas de atuação são diferentes, quando não são opostos.

O segundo ponto que também elucida o primeiro: a Rádio Muda em si não existe, "são apenas equipamentos ligados em série". Ela consiste na existência de um grupo de pessoas que trabalham coletiva e voluntariamente sobre a idéia de se construir um canal aberto de comunicação dentro do *campus* universitário. Sua forma de organização horizontal, fonte de todas as suas promessas democráticas, também é a fonte de seus problemas. Sobre esse ponto, podemos observar as verdadeiras diferenças existentes entre essa experiência de rádio livre, o modelo de rádio comunitária e o modelo de rádio comercial. A organização horizontal dessa rádio é aquilo que lhe permite funcionar há 12 anos sem a intervenção institucional e do mercado e é talvez, a fonte do estereótipo que ela ajudou a construir para si própria, com o apoio da mídia comercial, alternativa e da Internet, de ser um "modelo" em comunicação democrática. Embora seus integrantes tenham consciência de que esse "modelo" não sobreviveria fora do contexto universitário, a imagem de "rádio mais democrática do país", faz parte do discurso político em favor das formas anárquicas de organização.

Desde pelo menos 1992, a Rádio Muda tem se desenvolvido no sentido de ser instrumento para as diversas vozes existentes dentro da comunidade estudantil. Sua origem é controversa, mas se remete

ao princípio do movimento de rádios livres universitárias, representadas pela Rádio Xilik em São Paulo de 1985.

Há quem defenda que a rádio surge em 1986, numa *república* estudantil situada no bairro da Vila Nova em Campinas. A Rádio Sociedade Anônima, que ia ao "ar" irregularmente em algumas horas por semana. Essa rádio, por mais prosaica que tenha sido, teria dado origem à idéia de se criar uma rádio livre na Unicamp. O Diretório Central Estudantil (DCE) teria tido um representante que conhecera a Rádio Sociedade Anônima e passara a defender desde então, a idéia de se criar uma rádio que fosse vinculada ao movimento estudantil. O projeto pareceu empolgar o DCE que acabou adquirindo um transmissor de FM com 50 *watts* de potência e sintonizado na freqüência 106,5 MHz.[104] O fato é que em 1991 os equipamentos do estúdio já haviam sido adquiridos, mas faltava ainda um local para ser a sede da rádio. Em 1992, os estudantes decidiram montar os equipamentos dentro de uma "sala de entulho", sob uma caixa d'água, na praça central do *campus.* O lugar não poderia ser mais apropriado, pois a caixa d'água com mais de 30 metros era alta como uma torre e a sala possuía o exato tamanho para um estúdio. Ela inaugura suas atividades e em pouco tempo o coletivo de programadores conta com mais de cinqüenta estudantes.

Vinculada inicialmente ao DCE à rádio conta com um pequeno, mas importante apoio financeiro, suficiente para a manutenção dos equipamentos do estúdio. Seus programadores eram estudantes que se volutariavam a manter a rádio no ar pelo maior tempo possível. A idéia era transformar a rádio num veículo de comunicação do movimento estudantil, por isso ela deveria ser aberta para a participação de qualquer estudante. Um ponto positivo nesta proposta era a ausência de um curso de Comunicação na Universidade Estadual de Campinas. Isso favoreceu a proposta de que a rádio servisse aos estudantes de qualquer área, mantendo-se, portanto aberta.

[104] Houve também a tentativa de se criar outras duas rádios livres nos *campus* da Unicamp de Limeira e Piracicaba: as rádios Cega e Surda. Há quem diga que em 1993 essas duas outras rádios chegaram a ser criadas. O que é possível afirmar é que a rádio Cega do *campus* de Limeira, realmente chegou a transmitir, tendo sido fechada e reaberta diversas vezes.

A participação dos estudantes se intensificou e a Rádio Muda passou a funcionar durante todo o horário comercial conseguindo com isso, se projetar para toda a comunidade estudantil do distrito de Barão Geraldo que abriga o *campus* universitário. Sempre levando o discurso da comunicação livre, a rádio se identificou desde o início com o movimento de rádios livres, tanto o europeu, quanto o brasileiro. Através do discurso da liberdade das ondas, ouvintes de fora da comunidade estudantil começaram a procurar pela rádio. Logo estes se tornaram programadores da emissora e a rádio expandiu seu discurso libertário também para a comunidade de Barão Geraldo.

Os temas que envolviam o nome ou a estrutura da rádio, entre outros, eram sempre discutidos nas reuniões dos programadores que compunham o coletivo, logo, esse coletivo passou a ser a instância decisória máxima, superando o poder decisório do DCE nas questões que envolviam a rádio. A princípio o DCE reagiu a esse movimento de autonomização da emissora, alegando que era o representante oficial do movimento estudantil e que por isso, seria o órgão representativo da rádio. Mas o coletivo composto por estudantes que não estavam ligados diretamente ao movimento estudantil, era mais numeroso do que a representação do DCE e acabava tomando as decisões mais importantes. Esse processo de autonomização embora tivesse começado em 1993, só foi oficializado três anos depois, antes que a Rádio Muda pudesse se manter sem o apoio financeiro do DCE.

Durante esse período a história desta emissora esteve ligada à história do DCE. O Diretório Central Estudantil da Unicamp é o representante oficial do movimento estudantil interno junto à instituição universitária. Por essa razão, está atrelado a um sistema eleitoral de representação e imbuído de responsabilidades como, por exemplo, gerir os espaços concedidos à livre manifestação estudantil. Teoricamente toda e qualquer manifestação política estudantil, deveria contar com o apoio e a representação do DCE, ao mesmo tempo em que o DCE deveria por sua vez, provocar o debate estudantil e propor a mobilização em torno de questões políticas relativas à vida acadêmica. A Rádio Muda surge de uma iniciativa como essa, mas que em pouco tempo escapa ao controle gestor do DCE, que não consegue mais exercer seu poder decisório sobre este espaço de manifestação.

As razões para a composição desse quadro fazem parte da história do DCE que não cabe ser escrita aqui. O fato é que a Rádio Muda depois de ter seu transmissor roubado em 1995, se desvincula completamente do DCE, passando a ser gerida exclusivamente pelo seu corpo de programadores. Isso faz com que a emissora encare a dura realidade de ter que se sustentar sozinha, o que era impossível sem o envolvimento de boa parte da comunidade estudantil. Com problemas técnicos oriundos da falta de fundos, a rádio praticamente não existiu entre os anos de 1995 e 1999, funcionando com uma potência inferior a 10 Watts e com baixa participação, mantendo, porém, a idéia de ser uma rádio aberta, gerida por um coletivo horizontal de programadores. Após algumas tentativas, esse coletivo conseguiu uma reunião com representantes de centros acadêmicos, uma planilha de custos foi distribuída, os problemas enfrentados pela emissora desde o roubo do transmissor foram esmiuçados e finalmente, os representantes dos CA's acabaram por concordar em auxiliar na reestruturação da Rádio Muda. A partir daí a emissora passa cada vez mais a fazer parte da comunidade estudantil e a dar ênfase ao debate da democratização dos meios de comunicação no *campus* universitário.

Essa situação perdurou até o ano de 1999, quando finalmente foi reunido o montante necessário para a compra de um novo transmissor, adquirido no final desse ano. A partir daí novos problemas começaram a ocorrer dentro da emissora. Ao contrário dos anos anteriores, esses problemas não eram fundamentalmente técnicos, mas sim, políticos. A qualidade técnica trouxe novas possibilidades para o uso da rádio, dentre elas, a possibilidade de efetivar a rádio como veículo de contestação e engajamento político, além da finalidade de promover manifestações culturais através de uma estrutura que privilegiava a produção cultural existente fora do mercado.

A Rádio Muda transmite atualmente em 50 *watts* na freqüência 105,7 MHz e pelo seu endereço na *web* compartilhando uma tecnologia de *software livre*, pelo servidor do Centro de Mídia Independente de Londres, numa parceria que começou com a atuação da Rádio Muda no II Fórum Social Mundial. Ela também possui uma lista de discussões por *e-mail*, onde programadores, ex-programadores, simpatizantes, lideranças de outros movimentos se comunicam em rede. Além disso, a

rádio fundou ao lado de outras emissoras universitárias livres, uma rede de rádios livres que também possui uma lista aberta de discussão por e-mail e uma página eletrônica.[105]

O coletivo retoma nesta altura de seu desenvolvimento, antigas discussões políticas que não haviam se desenvolvido antes por causa dos problemas técnicos, uma vez que como rádio "ilegal", ela se via automaticamente imersa dentro de um movimento de contestação contrário à política de comunicações brasileira. A questão de fundo era: por estar automaticamente imersa no movimento de rádios livres, a Rádio Muda deveria participar ativamente dele?

Na tentativa de responder a essa questão, novas questões foram surgindo e com elas o debate entre os "mudeiros".

Estrutura:

"(...) e eu me organizando, posso desorganizar e eu desorganizando, posso me organizar".
("Da Lama ao Caos", Chico Sciense)

Para melhor compreender a Rádio Muda e sua posição diante do movimento de rádios livres e comunitárias, é necessário entender como ela se organiza. Já foi dito que os programadores da rádio fazem parte do coletivo e que este é o responsável pelas principais decisões que envolvam o nome da emissora, bem como o responsável pela manutenção técnica dos equipamentos e pela introdução de novos integrantes a cada semestre. Esse coletivo não possui lideranças verticais formalizadas. Cada integrante possui o direito de propor pautas de reunião, contestar, aprovar ou não as decisões que são sempre tomadas por consenso. Para haver consenso deve haver aprovação, ou rejeição da maioria absoluta do coletivo. Raramente se usa o voto como forma de decidir questões, esta forma é até evitada pelo coletivo, que acredita existirem entre o "sim" e o "não", diversos pontos de vista a serem considerados. Ao evitar o voto, o coletivo permite que estes pontos de vista sejam expressos e que as

[105] www.radiolivre.org.br

questões sejam avaliadas com todas as nuances possíveis.[106] Essa forma de se chegar ao consenso para decidir sobre questões de interesse geral é demorada e muitas vezes exaustiva, nem sempre correspondendo com a urgência dos problemas. Nestes casos os "mudeiros", ou seja, os programadores da emissora, possuem um grau de autonomia suficiente para decidir sobre questões de urgência, que deverão posteriormente, ser apreciadas pelo coletivo. Esse grau de autonomia vem respaldado pelas relações interpessoais. Dificilmente um "mudeiro" decide sozinho sobre alguma questão urgente, pois muitos se conhecem e formam grupos dentro do coletivo, que são geralmente consultados quando não há tempo disponível para convocar a totalidade dos programadores.

Esses grupos se formam espontaneamente e é comum que alguns deles se engajem mais do que outros nas atividades relacionadas à rádio, o que gera em algumas ocasiões, uma verticalização informal das decisões. Porém essa verticalização não tem poderes para atingir o conteúdo dos programas sob qualquer forma de seleção de novos integrantes ou censura de informações, o direito de cada programador de se manifestar contrário às decisões do coletivo, às decisões individuais ou de grupo é respeitado, bem como a liberdade de expressão através dos microfones da emissora. Quando um grupo passa a concentrar muitas tarefas, geralmente surge dentro do coletivo um grupo opositor e desta forma, a horizontalidade da rádio é re-equilibrada. Todas as atividades relacionadas à rádio são voluntárias, isso faz com que seu progresso dependa do engajamento de cada programador, tanto o engajamento individual, quanto coletivo. As diferenças de opinião existentes no interior do coletivo são resolvidas na base do debate e da experimentação, pois a rádio não tem nenhum compromisso com o formato rígido de um determinado padrão de qualidade.

Sendo uma rádio livre universitária, ela nasceu adaptada à flexibilidade da comunidade acadêmica. A cada semestre novos programadores são incorporados e alguns dos antigos vão embora. Por essa razão o coletivo muda seu perfil num ciclo de aproximadamente dois anos e com essa

---

[106] Atualmente a organização das reuniões do Coletivo tem sido discutida, pois a rádio conta hoje com aproximadamente 200 programadores. As reflexões acerca do processo decisório do coletivo ainda não se definiram, questões como o voto e a participação dos novos "mudeiros" têm sido pauta das últimas reuniões.

mudança, a grade de programação e as idéias desenvolvidas também se modificam. As decisões do coletivo são sempre provisórias, pois não há ata formal de reuniões, nem qualquer padrão estatutário. Existem apenas alguns princípios a serem observados por todos os programadores e o coletivo é o responsável pela proteção destes princípios:

> Alguns "princípios mudos":
>
> A Rádio Muda não é proselitista nem comercial, ou seja, não veicula propaganda política para candidatos ou partidos, não veicula propaganda religiosa, nem comercializa seus horários.
> A Rádio Muda deve ser utilizada com bom senso, procure sempre respeitar os princípios contidos nos Direitos Humanos.
> Mantenha o estúdio limpo, preserve a integridade física dos objetos e equipamentos, não consuma bebidas alcoólicas próximo dos equipamentos (pode ser perigoso). Não consuma qualquer outra droga dentro do estúdio ou em seus arredores (porta, entrada, bancos ao redor da Muda).
> A Rádio Muda é uma rádio livre, ou seja, você pode falar o que quiser, mas lembre sempre ao ouvinte que a sua opinião é pessoal e não reflete a opinião do Coletivo. Procure manter o bom senso, lembrar-se de que muitas pessoas podem estar ouvindo, para não dizer nada que venha comprometer outros mudeiros ou a rádio.
> Os ouvintes também têm o direito de se manifestar pelo telefone, ou pessoalmente no estúdio, procure preservar esse direito, pois a rádio é livre.
> Não tome decisões que envolvam a Rádio Muda sem antes consultar a opinião do Coletivo. Somente ele é quem tem soberania para decidir sobre questões que envolvam o nome da Rádio.
> Procure freqüentar as reuniões do Coletivo, nessas reuniões você tem o direito de expressar suas opiniões políticas, de assumir funções dentro das comissões e decidir sobre questões relativas à rádio, bem como se informar sobre ela e os diversos grupos que a compõe.
> Este é um veículo não comercial, procure evitar reproduzir o conteúdo ou o modelo das rádios e Tv's comerciais, invente! Seja criativo! A Rádio Muda também é experimentação sonora e arte.[107]

Os grupos que compõem o coletivo se organizam durante as reuniões para realizar tarefas, estas tarefas são divididas em comissões específicas e provisórias. A cada início de semestre a comunidade de Barão Geraldo é convocada para compor a grade de programação. As vagas são disputadas *entre* os *pretendentes* e sem qualquer intermédio seletivo do coletivo: este é o primeiro teste de diálogo pelo qual os novos pretendentes têm de passar para conseguirem um horário na programação. Fechada a nova grade, cada programador paga uma taxa semestral e simbólica para a rádio, faz uma cópia das chaves do estúdio e passa por uma oficina preparatória, onde os novos "mudeiros" se informam sobre "os princípios mudos", como mexer nos equipamentos, o que é uma rádio livre, como são tomadas as decisões na Rádio Muda, etc. [108]

---

[107] Este conjunto de princípios foi elaborado e aprovado pelo coletivo de 7 de abril de 1997. Foi publicado no mesmo ano na antiga página eletrônica da rádio Muda no endereço: www.fee.unicamp.br/~muda.

[108] Esta taxa foi de 1993 a 2001 na base de cinco reais a serem pagos uma única vez por semestre, para cada horário de programa. Atualmente o valor é de dez reais por hora de programa, a serem pagos uma única vez por semestre. Assim, o

Apesar de estar perfeitamente adaptada ao fluxo flexível de pessoas que passam pela universidade, a rádio não tem qualquer vínculo com as instituições universitárias, ela é auto-sustentável e sobrevive de doações, festas, da venda de camisetas e vídeos produzidos pelos seus programadores. Durante muitos anos ela foi inclusive ignorada pela reitoria, que preferia oficialmente anunciar desconhecer a existência de uma rádio livre no *campus*. Essa ausência de vínculo possibilitou que a rádio se desenvolvesse na universidade como uma atividade de extensão espontânea dos estudantes. Conseqüentemente, os frutos colhidos pela participação da Rádio Muda no espectro radiofônico, só poderão ser imputados aos esforços da própria emissora através do coletivo que a compõe não havendo, portanto, qualquer cobertura político-partidária, institucional, ou financeira que seja responsável pelo seu desenvolvimento.

Outro dado estrutural diz respeito à programação da rádio. Ao contrário de outras experiências como, por exemplo, a Rádio Xilik, os programas da Rádio Muda são em geral confeccionados em dupla ou individualmente, havendo apenas alguns programas feitos por mais de duas pessoas. Essa característica da rádio faz com que a qualidade dos programas seja muitas vezes inferior ao desejado: o programador é responsável por organizar seu acervo musical, pelo manuseio dos equipamentos, pela locução e pelo roteiro do programa. Os programas são em sua grande maioria realizados *ao vivo* e por isso é muito comum ocorrerem falhas técnicas e improvisações. Na Rádio Xilik, por exemplo, cada programa era da responsabilidade de um grupo entre seis a dez pessoas, que dividiam as tarefas entre si levando ao "ar" programas com acabamento técnico de qualidade. Apesar do caráter individual dos programas da Rádio Muda, ela nunca foi utilizada como "palanque" eletrônico para radialistas com aspirações políticas.[109]

---

programador que irá fazer uma hora por semana de programa, por exemplo, paga apenas dez reais por semestre.

[109] É muito comum no Brasil o fenômeno dos radialistas políticos. Para evitar que a Rádio Comunitária Noroeste de Campinas, atualmente fechada, se tornasse "palanque eletrônico" de políticos ou aspirantes oportunistas, os programas eram concedidos a grupos interessados, raramente a indivíduos. Sobre o fenômeno dos radialistas políticos ver em: NUNES, Márcia Vidal. *Rádio e Política: do microfone ao palanque. Os radialistas políticos emFortaleza (1982-1996)*. São Paulo: Annablume, 2000.

Essa atividade intensiva, realizada muitas vezes individualmente, acaba sendo profissionalizante. Os programadores mais antigos acabam se acostumando com a realização de todas as tarefas do programa, o que faz com que a qualidade aumente conforme o tempo e que o programador aprenda a se comunicar de forma cada vez mais eficiente. Por outro lado, esse caráter individual dos programas provoca muitas vezes a desmobilização do coletivo, pois a participação de cada programador na gestão da rádio, muitas vezes não se estende para as tarefas coletivas. Essa desmobilização, entretanto, faz parte de um ciclo de vivências que acaba por "educar" os seus integrantes incentivando-os à participação: nos momentos em que o coletivo se enfraquece, a rádio perde em qualidade técnica. Quando ela se deteriora tecnicamente, todos os programadores são afetados e por isso se manifestam, gerando mobilização e fortalecendo o coletivo. A sobrevivência da rádio depende da atuação em coletivo de cada indivíduo envolvido.

A comunicação interna é tão importante para o coletivo quanto à comunicação via rádio, ainda assim, muitos programadores não participam ativamente. Participam atualmente das reuniões do coletivo em média de 20 a 40 pessoas, embora haja cerca de 100 programas inscritos na grade e aproximadamente 200 programadores. Um grande contingente de "mudeiros" veteranos, a maioria bastante engajada, ainda não deixou a emissora. Por estarem a mais tempo envolvidos com as questões políticas da rádio e do movimento, acabaram se distanciando dos novos "mudeiros" que assumem programas na rádio sem, no entanto, conhecerem sua história de resistência e posicionamento político. O debate aprofundado das questões que envolvem não apenas a Rádio Muda, mas todas as rádios ilegais do país, é muito distante da idéia que os novos programadores fazem sobre os meios de comunicação e sobre as rádios livres. Esse distanciamento provoca reflexões e debates internos sobre a atuação do coletivo e dos grupos que o compõe.

Esses dados estruturais, embora exaustivos, são muito semelhantes a outras apropriações coletivas do meio rádio e muito diferentes em comparação com a estrutura institucionalizada das rádios comunitárias e das rádios comerciais. As diferenças estruturais entre um e outro modelo, por assim

dizer, pautam parte das questões mais importantes acerca das noções desenvolvidas sobre o que é comunicação democrática.

O debate democrático.

Um primeiro ponto a ressaltar diz respeito à idéia que se constrói acerca da liberdade de expressão. Vimos que do ponto de vista dos meios de comunicação comerciais, o conceito democrático de comunicação gira em torno do tema da liberdade de expressão e do acesso público. As rádios livres e comunitárias também utilizam os mesmos conceitos para definir o que é democracia na comunicação, mas em seus discursos, a liberdade de expressão e o acesso público ganham outros enfoques.

O segundo ponto é a ausência do capital nas experiências autênticas de rádios livres e comunitárias. Estando à margem da lógica do lucro comercial, os grupos que compõem as rádios constroem outro tipo de apropriação.

O terceiro ponto é a própria estrutura que surge da ausência do dinheiro como intermediador da informação e do acesso.

Para rádios que a exemplo da Rádio Muda são apropriadas publicamente, as noções criadas em torno dos conceitos de acesso e liberdade de expressão, são muito diferentes daquela formalizada pelo discurso das empresas comerciais e do Governo.

A rigor, a noção de que os meios de comunicação eram bens públicos para a apropriação privada, surge através da idéia de que esses meios, por serem instrumentos poderosos de mobilização da opinião pública, necessitavam de mecanismos de controle por parte do poder público, que deveria garantir que ordem não fosse ameaçada através da "má" utilização dos meios. Essa tutela do Estado está presente na formação das redes de comunicação brasileiras tanto no momento de expansão do rádio, sob a ditadura de Getúlio Vargas, quanto no momento de expansão da TV, sob a ditadura militar. Neste contexto, a criação de mecanismos para evitar a "má" utilização dos meios de comunicação só pode ser

compreendida como dispositivos limitadores do acesso às informações contra-hegemônicas. Esses dispositivos foram instalados tanto na fonte do acesso, através da centralização das concessões e da proibição da compra de transmissores, quanto no próprio fluxo de informação, através dos dispositivos de censura.

Essa noção de salvaguardar a ordem pública e que mascara a autoridade de uma classe dominante que se sente ameaçada diante do discurso contra-hegemônico prevalece até hoje. A grande batalha constitucional pela democratização das comunicações nos anos oitenta, também pode ser vista do ponto de vista do declínio das noções de Estado-Nação em favor do desenvolvimento do neoliberalismo. Com o desenvolvimento econômico do Brasil e as pressões internas e externas para a definitiva entrada do país no comércio mundial, enfraquece a idéia do protecionismo do Estado e com isso, toda a estrutura centralizadora que o sustenta. A batalha constitucional pela democratização das comunicações é também a batalha pelo enfraquecimento da tutela do Estado sobre o comércio das informações e dos meios de comunicação. Desse processo que se inicia por volta de meados dos anos setenta, o discurso político empresarial reclama por maiores possibilidades de negócios, no campo das comunicações essas reivindicações ora se fundem, ora se travestem no discurso democratizante.

Os empresários de comunicação lutam por maiores possibilidades de acesso aos meios, embora o conceito de acesso signifique a ampliação das redes de comunicação já existentes e a possibilidade de que cada cidadão brasileiro possa se converter em usuário dessas redes. Para os empresários de comunicação todo cidadão deve ter acesso aos *aparelhos de rádio e Tv,* conseqüentemente ao consumo das informações que são produzidas pelos próprios meios de comunicação comerciais. A idéia de expansão dos negócios distorce ponto a ponto o discurso democrático. Por outro lado, os empresários apóiam a queda do dispositivo de censura prévia. Apesar dessa ser uma reivindicação legítima, os empresários consideram como censura apenas os limites impostos de "fora para dentro" do conselho editorial de cada empresa. Assim sendo, são considerados como censura tanto aquela imposta pelo Governo, quanto às propostas da Sociedade Civil pela criação de controles democráticos da

informação. Já foi dito que estes dispositivos democráticos de controle tinham por objetivo principal garantir a finalidade educativa e cultural dos meios de comunicação, bem como impedir a formação de monopólios de comunicação.

Neste discurso empresarial, a liberdade de expressão aparece na forma de uma garantia que deve ser dada aos próprios empresários. Para eles são os conselhos editoriais das empresas de comunicação que devem ser responsáveis por veicular, ou não, as informações coletadas pelos jornalistas. Com a expansão definitiva do modelo comercial, o acesso à transmissão de informações só pode existir através dos seus respectivos conselhos editoriais, desse modo tanto aos jornalistas, quanto ao cidadão comum, o acesso à transmissão só pode existir quando a informação estiver de acordo com a política editorial das empresas que comandam os meios.

A batalha constitucional travada por esses empresários pretendia implantar definitivamente o modelo de comunicação privado e desvinculado completamente do Estado. O que ocorreu foi um maior distanciamento da tutela do Estado sobra a política de comunicação, a criação da ANATEL representa esse distanciamento por um lado, por outro, representa que o Governo não abriu mão completamente de seu direito tutelar sobre o espectro, embora este direito esteja hoje reduzido diante do poder econômico e político adquirido pela classe empresarial que explora os meios de comunicação há quase trinta anos.

Aparentemente os conceitos de liberdade de expressão e acesso são os mesmos utilizados por uma outra classe que também luta pela democratização dos meios de comunicação. No interior da Sociedade Civil, o movimento pela democratização das comunicações compreende esses mesmos conceitos de forma oposta aos empresários e responde como pode, na forma de projetos democráticos de comunicação.

Observamos que os projetos constitucionais liderados por entidades da Sociedade Civil, pretendiam inicialmente que a Constituição garantisse normas para a fundação de um novo modelo de comunicação. Essa batalha constitucional fracassou diante da articulação de Centro-Direita, ligada aos

empresários e obteve apenas parcos avanços com relação ao modelo de comunicação anterior. Estes avanços, como já foi visto, foram basicamente a criação de um Conselho de Comunicação Social e a descentralização do poder de outorga e concessão de canais das mãos do Executivo Federal para o Legislativo.

Dentro da Sociedade Civil, mas à margem das batalhas constitucionais, surge o movimento de desobediência civil das rádios livres e que responde ao discurso democratizante, inserindo uma prática de comunicação onde os conceitos de liberdade de expressão e acesso são opostos àqueles defendidos pelos empresários.

Democratizar o acesso para as rádios livres significa dispor canais e freqüências para a apropriação direta do cidadão enquanto *emissor* de informação, ou seja, as rádios livres pressupõem que o cidadão comum não é um agente meramente passivo na rota de circulação das informações. De fato as informações repercutem na sociedade e encontram multiplicadores e formadores de opinião que atuam no ambiente familiar, de trabalho, de lazer, etc. Os estudos em comunicação, tais como os estudos nas próprias rádios comunitárias demonstram que as informações colhidas pelos indivíduos, desde àquelas que formam seu arcabouço cultural e psicológico pessoal, até as noções compartilhadas do mundo da vida, atuam como mediadores nas relações de comunicação.

> "Na medida em que o funcionalismo se enraíza nos estudos de comunicação, avança-se da problemática teórica *o que a mídia faz para as pessoas?*, para a questão *o que as pessoas fazem com a mídia?* A mudança de perspectiva, segundo Katz, baseia-se no pressuposto de que mesmo a mensagem da mais potente mídia não pode influenciar um indivíduo que não faça uso dela no contexto sociopsicológico em que vive. (PAULINO, 2001, p.39)"

No cotidiano social as informações circulam sendo constantemente transformadas pelas inúmeras mediações que sofrem em suas trajetórias. As respostas sociais às informações veiculadas pela mídia dentro do atual modelo de comunicação, se convertem em novas informações que são incorporadas, selecionadas, reconfiguradas ou não, pela própria mídia e novamente veiculadas. As tecnologias de comunicação cumprem no mundo moderno a tarefa de tornar pública as informações. Os controles

editoriais cumprem a tarefa de pautar dentre todas as informações em circulação no meio social, aquelas que serão consideradas relevantes. Desse modo as Ciências da Comunicação, os empresários e a classe política consideram que existe uma relação comunicativa entre a massa social e os meios de comunicação. O receptor está ligado ao emissor através dos meios e das mediações. Retomando a questão colocada no fragmento de texto reproduzido acima sobre o *que as pessoas fazem com a mídia?* À luz do conceito de comunicação defendido pelas rádios livres frente ao atual modelo, essa questão sofre uma transformação: *quem tem acesso à mídia e para o que?*

Com o advento da tecnologia digital a questão do acesso passa a ser compreendido na prática como aquele em que qualquer um pode se apropriar de tecnologias de comunicação como emissor de informações. Esse conceito de acesso já vinha sendo defendido pelas rádios livres antes mesmo da criação da Internet. A questão do acesso com as novas tecnologias de comunicação acaba por se diluir em outras questões, que envolvem a territorialidade, a coletividade, etc, tornando-se menos importante, uma vez que a tendência que se observa mundialmente é a da sua universalização. No entanto esse acesso ilimitado e irrestrito, pressuposto pela tendência de universalizar a rede mundial de computadores, não vem acompanhado do acesso ilimitado e irrestrito às tecnologias tradicionais de comunicação como o rádio e a TV. Apesar do advento da Internet, a questão do acesso às tecnologias tradicionais, permanece num plano à parte por assim dizer, pois que o rádio e a TV ainda são os meios de comunicação com maior poder de penetração social e por esse motivo, são mantidos sob controle. A continuidade dos dispositivos de controle ao acesso em sentido amplo das tecnologias “analógicas” de comunicação, ainda é um problema não solucionado pelo desenvolvimento de uma concepção de comunicação democrática.

A idéia de que o espectro eletromagnético é um bem público restrito, não explica a ausência de incentivo aos projetos de comunicação que visam organizar o acesso ao rádio ou à TV a qualquer cidadão na posição de emissor de informação. Essa questão da limitação do espectro radiofônico afasta a atenção do foco principal a ser observado: o acesso aos meios de comunicação é controlado porque

não interessam nem à classe política, nem à classe empresarial, quebrar centralização e unilateralização do fluxo de informações. Embora haja uma relação comunicativa entre a massa e a mídia, na medida em que esta última está centralizada nas mãos do Estado e da classe empresarial, nenhuma informação que é veiculada através dela, escapa ao interesse daqueles que detém o seu controle. Da mesma forma, é através do modelo comercial de comunicação, que boa parte do mercado e da política se movimentam. São as grandes redes comerciais que introduzem inovações culturais, tecnológicas, morais, que pautam as grandes discussões políticas e sociais do país. Existe uma relação orgânica entre o sistema de comunicação centralizado e o modo capitalista tardio de produção, o que justifica a existência dessas redes e lhes confere um papel de destaque para a manutenção do sistema produtivo da sociedade.

A questão do acesso em sentido amplo, colocada pelo movimento de rádios livres e comunitárias esbarra num dos pilares que sustentam o capitalismo tardio, ou seja, no controle sobre as redes de comunicação, para controlar o mercado e a política. Os meios de comunicação estão inseridos nesta lógica e a tecnologia digital surge como o instrumento mais aperfeiçoado para a reprodução do sistema, porque eleva a eficiência do trabalho e a velocidade da produção à máxima potência já conseguida, ao mesmo tempo em que publiciza inserindo os produtos no mercado. Com as possibilidades introduzidas pelo avanço da tecnologia, a comunicação torna-se uma necessidade crescente e cotidiana, tanto para os indivíduos, quanto para o próprio sistema produtivo. Pode parecer contraditório o fato de que a mesma tecnologia que surge para ampliar o modo de produção capitalista, também sirva para descentralizar e horizontalizar as relações humanas. No caso da rede mundial de computadores o que tem sido observado é que da própria natureza conceitual desta tecnologia, que se sustenta tanto mais quanto mais amplo for o seu acesso, surgem formas de apropriação e intercâmbio que escapam ao controle do mercado. O *software livre* é talvez a mais emblemática situação de apropriação pública de tecnologia, que impulsiona novos debates acerca do que é propriedade intelectual, propriedade coletiva, etc. Essa discussão é muito interessante, mas não cabe aqui ser desenvolvida em seus amplos aspectos, o que

interessa especialmente para este trabalho, é a observação de que o próprio desenvolvimento tecnológico e produtivo da sociedade incentiva o acesso ao uso dos meios de comunicação, ao mesmo tempo em que contraditoriamente, tenta controlá-los. Por isso a questão do acesso ainda não pode ser tida como "página virada" na História, nem observada apenas do ponto de vista unilateral, do acesso passivo.

Por outro lado, enquanto experiências como a das rádios livres e comunitárias defendem o acesso em sentido amplo como forma de democratizar as comunicações, surgem novos dilemas acerca de como conseguir na prática, a comunicação democrática. Um exemplo colhido na observação do caso Rádio Muda, pode melhor ilustrar o dilema da comunicação democrática: a Rádio Muda foi convidada a ministrar uma de suas "oficinas de rádio" para os monitores responsáveis por organizar o acesso popular e as atividades públicas dos diversos Sesc's de São Paulo.

O Sesc disponibiliza terminais da rede mundial de computadores para a utilização popular. Cabe aos monitores orientar os usuários sobre como conectar a rede e sobre as inúmeras possibilidades de aquisição e emissão de informações através dela. Assim sendo, o Sesc trabalha com a idéia de democratizar os meios de comunicação permitindo e orientando o acesso dessas tecnologias em seu espaço a qualquer um que se interesse. Foi apresentado à Rádio Muda o resultado de uma pesquisa interna realizada nos Sesc's. Um dos itens da pesquisa traçava o perfil dos usuários, através da observação dos endereços mais visitados. O resultado apontou que os sites mais visitados pelos usuários do Sesc eram os que abrigavam o conteúdo das emissoras de Tv. [110]

A questão que surge dessa pesquisa suscita a reflexão acerca da disponibilização do acesso às tecnologias de comunicação e de que ele por si só, não provoca nos usuários o interesse, neste caso, de explorar outras possibilidades oferecidas pela rede. A postura do usuário da Internet no Sesc tende a buscar as mesmas fontes de informação tradicionalmente oferecidas, ou seja, tende a reproduzir as mesmas possibilidades de acesso oferecidas pelo controle hegemônico das tecnologias de comunicação.

[110] O site do "Big Brother Brasil", programa realizado pela rede Globo de Televisão, havia sido naquele mês o campeão de visitações no Sesc.

Uma das causas possíveis que explicariam esses resultados está relacionada ao conhecimento técnico do usuário com relação à máquina, mas o que interessa aqui é observar a clara tendência desses usuários em tomar por referência as já tradicionais fontes de informação, ou seja, o rádio e Tv para navegação em rede.

A pesquisa do SESC sugere que este não é um comportamento exclusivo dos seus usuários, mas um momento histórico, semelhante àquele vivido na origem da Televisão, quando o rádio era tomado como referência tanto pela produção dos programas, quanto pelos seus telespectadores.

O acesso à Internet não é a resposta final para a democratização das comunicações e é possível estender esse raciocínio também para outras experiências alternativas de comunicação, como o exemplo citado do Congresso da UCBC que define a "comunicação popular e alternativa" como aquela engajada na conscientização política das classes oprimidas. Tanto a disponibilização pura e simples do acesso, quanto o seu direcionamento produzem "dilemas democráticos". Esse dilema nas rádios livres e comunitárias também pode ser observado, como o exemplo citado do projeto *A TV no rádio*, de parceria entre a Rede Globo e a ONG Viva Rio. Na própria Rádio Muda a questão da reprodução do "modelo comercial" é enfrentada a cada novo semestre.

O acesso em sentido amplo como forma de democratizar a comunicação pressupõe que a transformação do receptor de informações em emissor se dá de forma automática. Por outro lado, existem os dilemas apontando que somente a disponibilização do acesso não traz por si só a prática da comunicação democrática. A prática generalizada da comunicação democrática de fato jamais aconteceu em toda a História da humanidade. A questão da disponibilidade do acesso seria, portanto, o primeiro passo para a construção de uma noção de comunicação democrática.

A disponibilidade de acesso em sentido amplo à tecnologia do rádio é para as rádios livres e comunitárias, *conditio sine qua* não existe a liberdade de expressão no meio radiofônico. Mas como já foi colocado, existe a tendência de reprodução do "modelo" de comunicação comercial. A questão

então colocada é: de que forma disponibilizar o acesso em sentido amplo à mídia, para que este sirva à capacidade criativa, e não meramente reprodutiva, dos agentes de fala?

A concepção *freireana* de comunicação dialógica se inicia através da relação de igualdade entre dois ou mais indivíduos e de forma horizontal. Numa estrutura hierárquica, prevalece a concepção de comunicação como sendo a transmissão de informações do emissor – no topo da hierarquia - para o receptor –na base-, numa relação de integração passiva. A comunicação dialógica é, portanto aquela em que os agentes de fala envolvidos são igualmente emissores e receptores de informações. Esta concepção é análoga à idéia defendida pelas rádios livres e comunitárias, de libertar as "vozes" dos excluídos da mídia através da própria mídia, deslocando-os da posição de receptores passivos a emissores ativos.

Para Paulo Freire, o ser humano necessita se libertar através da comunicação dialógica, porque na medida em que os indivíduos libertam sua capacidade comunicativa, eles passam a atuar no meio em que vivem como agentes de transformação.

Segundo essa concepção, a comunicação só é democrática quando é dialógica e só é dialógica, quando pressupõe a igualdade entre os agentes de fala o que liberta a capacidade transformadora de cada um. Transportando essa concepção para os meios tecnológicos, como sendo ideal para o desenvolvimento da comunicação democrática, a questão do acesso em sentido amplo vem acrescida da estrutura sobre a qual os meios de comunicação se estabelecem.

Se a comunicação democrática ideal é aquela que defende Paulo Freire, ou seja, aquela que liberta a capacidade criativa e transformadora dos agentes de fala, o acesso em sentido amplo às tecnologias de comunicação não bastaria para que os indivíduos passassem da condição de agentes passivos da comunicação para a condição de agentes ativos, em outras palavras, da condição de reprodutores para a condição de produtores de informações. Isso porque a concepção de igualdade na sociedade capitalista não é aquela redentora das estruturas hierárquicas. Talvez por essa razão, a

concepção *freireana* de comunicação tenha surgido do trabalho em pequenos núcleos, onde a estrutura hierárquica pôde ser abolida em favor de uma estrutura coletiva e horizontal.

Do ponto de vista da comunicação de massa não cabe a concepção *freireana* de comunicação dialógica. Seria necessária antes uma revolução que abolisse as estruturas hierárquicas da sociedade, bem como o advento de uma concepção de igualdade que superasse a forma mercadológica na qual ela foi desenvolvida.[111] No entanto, essa concepção de comunicação democrática é perfeitamente aplicável em pequenos núcleos tais como aqueles que abrigam rádios livres e comunitárias.

Não é possível afirmar que o movimento de rádios livres tenha surgido no Brasil com uma concepção de comunicação democrática fundamentada nas idéias de Paulo Freire, mas é possível observar que a reivindicação pelo acesso em sentido amplo à tecnologia do rádio encontra elementos em comum com as idéias desse autor, especialmente nas experiências que perceberam que o acesso apenas, não trazia para dentro do meio, a prática democrática da comunicação. As experiências mais profícuas neste sentido foram aquelas que se estruturaram de forma coletiva e horizontal e neste sentido é necessária a distinção entre a proposta original das rádios livres e a forma pela qual se desenvolveu o conceito de rádio comunitária.

Tomando a Rádio Muda como um exemplo de experiência democrática de comunicação, o trabalho observou que a estrutura sobre a qual esta emissora foi fundada, privilegiava a forma de organização coletiva e horizontal da grade de programação. Esta forma de organização apesar de apresentar falhas, traz como elemento fundamental para a reflexão, o fato de que por não dispor de uma estrutura hierárquica que pudesse compor qualquer política editorial seletiva, o direito à liberdade de expressão através dos microfones desta emissora está garantido.

[111] Marx nos explica que o conceito de igualdade entre os seres humanos, no sistema capitalista assumiu a forma da igualdade nas relações de troca. “Um trabajador que compra uma mercancia por valor de 3 sh. Se presenta ante al vendedor em la misma función, la misma igualdad – bajo la forma de 3sh.- que ele rey que hace otro tanto” MARX, Karl. “Elementos fundamentales para la critica de la economia politica.” Vol I. Buenos Aires: Siglo Veinteuno. Argentina Editores, 1973, p.184.

Como uma experiência local de comunicação, foi possível neste caso, a construção de uma emissora fundamentada numa estrutura também desvinculada do mercado. Fundamentada dessa forma, aqueles que se apropriam da emissora, dispõem de plena liberdade de expressão. O direito de liberdade de expressão não é cerceado por qualquer dispositivo implantado *a priori.*

Essas características num meio de comunicação são suficientes para abrigar um potencial democrático por assim dizer, mas elas também permitem que os meios estruturados dessa forma sejam apropriados para a reprodução do “conteúdo comercial”. É sobre esse ponto que as estruturas coletivas e horizontais, desvinculadas do mercado, atuam de forma oposta às estruturas do modelo comercial e do modelo institucional de rádio comunitária.

Um meio de comunicação estruturado pelo padrão da comunicação intermediada por “filtros” seletivos consegue uma forma de integração intermediada e não dialógica. Diversos problemas da comunicação intermediada foram apontados ao longo do trabalho. Este padrão estrutural permite toda sorte de controles sobre as vias de comunicação, sobre a produção e reprodução de cultura.

O controle das concessões de canais de rádio e Tv é a intermediação do Estado. Dentro de empresa de comunicação, a intermediação se processa nas figuras do editor chefe, do diretor de programação, do repórter, do anunciante, etc. Quando esta mesma estrutura é transportada para dentro de um projeto que se pretende democrático, ela falha, ou falha o projeto, como é o caso de muitas das rádios comunitárias que surgem após a regulamentação institucional. O problema da intermediação não consiste apenas na sua existência, mas principalmente nos critérios sob os quais ela se realiza. Atualmente esses critérios delimitam o acesso em sentido amplo às tecnologias e esse seria o primeiro e mais importante problema.

O padrão hegemônico atual de comunicação não sobreviveria se não conseguisse alguma forma de interação social. Quando líderes políticos importantes, sociólogos e historiadores afirmam que a Rede Globo de Televisão integrou o território brasileiro através da produção de telenovelas e

telejornais nacionais, eles afirmam que essa empresa conseguiu canalizar no meio de comunicação a capacidade de criar o diálogo entre os indivíduos e a sociedade e o sentimento de pertencimento a uma nacionalidade e cultura específica. No entanto esse grau de interação é um simulacro das interações reais, fruto de cálculos cuidadosos provenientes de uma racionalidade teleológica por assim dizer. O meio de comunicação estruturado a partir do mercado, necessita para sobreviver, de um nível de máximo de interação com a massa.

É na produção popular de cultura e política que a produção simbólica comercial irá se basear para construir e manipular a identidade das massas. No entanto essa massa não é uma massa inerte. Há nela o potencial ativo, que responde aos estímulos segundo regras não tão lógicas. A indústria cultural na medida em que é obrigada a atingir um nível máximo de interação com a massa, não é capaz de preencher os microespaços onde a comunicação e a interação se desenvolve entre pessoas. Nestes espaços é que surge o potencial ativo social.

O mercado não pode se apoiar exclusivamente na Indústria Cultural para atuar através dos meios de comunicação. Este interfere nos processos políticos da sociedade porque precisa atingir todos os espaços de produção simbólica para substituir a interação entre pessoas, pela interação intermediada pelo dinheiro. Daí a crise atual da "invasão do campo político pelo entretenimento", demonstrada por Bourdieu e Rodotá. Os meios de comunicação são mediadores da sociedade, da cultura e da política, ao mesmo tempo em que todos estão mediados pelo mercado.

Através desta pesquisa, observamos que a liberdade de circulação de informação, cultura e política existem efetivamente nos microespaços onde o mercado não atua diretamente. São os microespaços gerados a partir da relação entre pessoas, que se transformam em pequenos laboratórios de inovações sociais. Os meios de comunicação funcionam nestes espaços como incentivo à produção simbólica e ao mesmo tempo, como veículo de circulação dessa produção. O que marca a diferença em parâmetros democráticos entre algumas das rádios pesquisadas e os meios de comunicação comerciais, é justamente o fato de a circulação de informações, produção e reprodução de bens simbólicos não

estar intermediada nem pelo mercado, nem por qualquer estrutura alheia ao seu próprio espaço de convívio. Nestas rádios, a interação entre pessoas é o próprio conteúdo veiculado pelo meio de comunicação e parte das mediações são localizadas e compartilhadas.

Os meios de comunicação concentrados no monopólio privado garantem a sobrevivência da indústria cultural como sendo a via hegemônica da produção simbólica. No Brasil os meios de comunicação nasceram sob a forma de grandes monopólios privados e comerciais dessa produção. O diálogo que se estabeleceu entre o meio e a sociedade sempre esteve intermediado por valores simbólicos de mercado e estes, como bem salienta Jésus Martin-Barbero são mero simulacro das relações sociais.

> "O mercado não pode *sedimentar tradições,* pois tudo o que produz 'desmancha no ar' devido à sua tendência estrutural a uma obsolescência acelerada e generalizada não somente das coisas mas também das formas e instituições. O mercado não pode criar *veículos societários*, isto é, *entre sujeitos,* pois estes se constituem nos processos de comunicação de sentido, e o mercado opera anonimamente mediante lógicas de valor que implicam trocas puramente formais, associações e promessas evanescentes que somente engendram satisfações ou frustrações, nunca, porém, sentido. O mercado não pode *engendrar inovação social* pois esta pressupõe diferenças e solidariedades não funcionais, resistências e dissidências, quando aquele trabalha unicamente com rentabilidade." (2001, p.15)

O mercado é a base da estrutura que incorporou todo o aparato tecnológico, não apenas de comunicação. Para Martin-Barbero as conseqüências dos meios sob as regras do mercado incidem sobre a política e a cultura gerando crises jamais observadas antes. Portanto a questão da democratização dos meios não passa pela expansão do mercado da comunicação, como defendem os empresários. A disponibilização do acesso aos meios em seu sentido amplo, como defendem as rádios livres entre outros projetos democratizantes, deve ser interpretada de forma desvinculada do mercado. Isso não significa que as relações comunicativas devem se estabelecer apenas no nível da gratuidade, fugir à lógica do mercado significa também fugir ao consumo dos bens simbólicos oferecidos por ele e isso, como é sabido, nas relações comunicativas que são *sempre* mediadas pelo contexto sociopsicológico, é praticamente impossível de ser conseguido total e completamente. No entanto as propostas de criação de relações democráticas de comunicação, que partem do princípio de não manter

vínculos comerciais, parecem conseguir estabelecer uma relação comunicativa interpessoal maior do que as que tomam o mercado como objeto do meio.

Nas rádios livres e comunitárias, bem como outras experiências de comunicação, a grande tarefa de construção é a de superar todos os obstáculos entre as relações comunicativas do grupo de programadores e ouvintes. As que optaram pelas estruturas de organização coletiva, desvinculadas do mercado, permitindo o acesso irrestrito, ainda assim se deparam com situações onde a prática da democracia torna-se um dilema por assim dizer. Esse é o caso dos exemplos de reprodução de conteúdo comercial, mas eles podem ser ainda mais graves do que a mera reprodução da Indústria Cultural. A prática democrática da comunicação abre brechas para todas as expressões políticas da sociedade, das convencionais às mais radicais, essas brechas não existem nos meios estruturados verticalmente, por outro lado, a comunicação democrática não gera apenas produtividade e criatividade, mas também a polêmica. Se não há formas de controle à liberdade de expressão, por conseguinte, não há como impedir a circulação de idéias que atentem contra os valores morais e éticos da sociedade. A prática da comunicação democrática, que se inicia através das relações dialógicas de igualdade, não pode estar condenada a ocorrer apenas no plano pessoal, mesmo sob o risco da sociedade sofrer de "atentados morais". O próprio mundo moderno criou tecnologias de comunicação para que o debate público pudesse se expandir. A centralização das concessões e o monopólio da estrutura comercial dos meios de comunicação impõem formas de controle sobre a liberdade de expressão, antes que a comunicação democrática se estabeleça, antes que a sociedade se depare com a circulação de informações nem sempre bem vindas, do ponto de vista moral e ético. Os indivíduos comuns da sociedade são assim apartados do direito de expressão e contestação, e do debate público.

Na maioria dos casos individuais observados, a participação na Rádio Muda levou não apenas à profissionalização de seus programadores, fazendo com que muitos deles passassem a atuar em outras

frentes dentro da área de comunicação, mas também os levou a uma postura mais crítica diante das informações veiculadas pelos meios de comunicação de massa. As subjetividades que compõem as estruturas coletivas de organização também sofrem da influência deste.[112]

A Rádio Muda a exemplo de outras rádios, não está muito preocupada em estabelecer um padrão de qualidade. Sua função primordial é liberar um canal para apropriação de qualquer pessoa que tenha o que dizer, ou que queira aprender como se faz rádio. Isso não significa que o coletivo silencie sobre questões relativas, por exemplo, à participação de programadores que reproduzam o modelo comercial, ou o modelo das “igrejas eletrônicas”. Esses problemas, quando surgem, abrem discussões prolongadas que acabam por traçar melhor os objetivos da rádio provocando as mudanças individuais de posturas necessárias. Essa forma de intervenção através do debate é muito diferente da chamada “política editorial” das emissoras comerciais.

Em geral a pouca experiência individual em comunicação leva aqueles que se interessaram pela idéia de fazer um programa de rádio, a copiarem o modelo predominante. A forma de organização interna das emissoras também contribui, ou não, para que este tipo de reprodução ocorra. As rádios comunitárias que seguem o modelo de organização estatutária sugerido pela lei 9.612 devem possuir a figura do Conselho Editorial, que teoricamente deve apenas observar se a emissora cumpre com sua função pública. Essa função destinada a um ou alguns indivíduos específicos, dificilmente provoca a discussão coletiva sobre o que são e como gerir democraticamente os meios de comunicação. Cabe ao gerente de programação manter apenas o diálogo necessário com os programadores e não fomentar o debate, o que em última instância, acabaria por dispensar sua própria figura intermediária da estrutura de produção. Disso resulta que nem todas as rádios livres e comunitárias conseguem formar subjetividades voltadas para a ampliação da perspectiva de atuação no meio social. O que leva à conclusão de que a reprodução do modelo comercial começa com a reprodução do modelo estrutural e verticalizado das emissoras.

[112] Muitos ex-integrantes da Rádio Muda continuam atuando em projetos de comunicação social, outros em projetos comerciais de comunicação.

A questão da verticalidade estrutural de uma emissora livre ou comunitária não é relativa apenas a uma escolha administrativa. Mesmo quando existem dispositivos democráticos de controle, tais como as assembléias responsáveis por votar ou vetar decisões tomadas pela gerência das emissoras, esta estrutura não provoca o engajamento, ao contrário, geralmente o dissolve pelas sucessivas camadas representativas. As rádios livres e comunitárias de baixa potência estão restritas a um raio de alcance que permite a chamada democracia direta, dispensando a necessidade do modelo representativo como estrutura do meio, onde os indivíduos delegam seus poderes de reflexão, decisão e expressão, àqueles responsáveis por gerenciar a emissora, reduzindo a importância de sua participação e suprimindo a existência coletiva.

Do debate sobre a comunicação democrática e as suas implicações práticas, o tema desemboca necessariamente no debate sobre a ética na informação, que é outro tema a ser revisitado do ponto de vista da comunicação. Aqui no entanto, essa questão, em não podendo ser esmiuçada com maiores detalhes, resolve-se temporariamente através dos conceitos defendidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Não é possível esperar que comunicação democrática, ainda em construção e muito pouco difundida nos meios tecnológicos tradicionais, possa resolver o debate acerca da ética da informação, do jornalismo profissional e do direito autoral, antes que se torne uma experiência social, acessível a qualquer um. O debate ético na comunicação também não pode ser resolvido dentro do atual sistema de controle.

A desorganização organizada da Rádio Muda inspirou outras rádios no país, esse “modelo” anárquico de gestão tem sido apontado por alguns, como um modelo de comunicação verdadeiramente democrático. Apesar disso, a Rádio Muda tem consciência de que esse “modelo de comunicação” somente é aplicável no caso específico de uma rádio livre universitária, pois o fato de situar-se dentro de uma universidade determina algumas de suas principais características. O fluxo semestral de programadores, a quantidade de informações que circulam, o fato de ocupar um prédio público e não

ter que arcar com despesas de aluguel, eletricidade e água, a autonomia universitária que não impede, mas dificulta o trabalho da repressão, etc, são fatores específicos da condição universitária da rádio. Em uma comunidade como a do Aglomerado da Serra em Belo Horizonte, por exemplo, a organização da Rádio Favela em torno das lideranças que a fundaram, é uma característica específica das condições oferecidas pela própria comunidade onde a emissora se situa. Não é possível transplantar o modelo da Rádio Muda para comunidades que não sejam universitárias, por outro lado, é possível observar a partir da experiência desta rádio, que qualquer modelo de comunicação deve atender às necessidades específicas de cada comunidade preservando o maior grau possível de autonomia da emissora e dos programadores, sem que haja vínculos político partidários ou comerciais que possam constranger a liberdade de expressão. A experiência da Rádio Muda aponta para o fato de que o modelo de comunicação de uma rádio deve nascer e se desenvolver com a sua própria prática.

Não é apenas o modelo de gestão o responsável por projetar a Rádio Muda, neste início do século, como uma das grandes rádios livres da história do Brasil – quiçá do mundo -, mas sim o seu discurso político afinado com a sua prática. Sobre esse ponto, são necessárias novas digressões à história da rádio relacionada agora, ao movimento de rádios livres no Brasil.

O movimento de rádios livres sob uma perspectiva "muda".

Já foi dito que o ano de 1999 trouxe problemas políticos para dentro do coletivo da Rádio Muda. Esses problemas políticos estão relacionados com o movimento de rádios livres e comunitárias no Brasil. Sendo esta emissora uma rádio livre desde a sua origem, quando ainda não passava de um projeto, a Muda nasceu identificada com o movimento através da "bandeira" pelas ondas livres no ar. Assim sendo, seria natural que ela procurasse dialogar com outras rádios livres do país, o que de fato parecia estar para acontecer em meados de 1993, quando ela foi convidada a participar dos encontros de rádios livres que estavam sendo organizados para debater a questão da legalização. O coletivo

daquela época reuniu-se para tentar um consenso sobre a postura da rádio diante da questão da legalização. Desde a primeira reunião ficou claro que não haveria consenso algum sobre isso, antes que o coletivo estivesse mais bem informado sobre os projetos de legalização e as possibilidades que haveria para experiências de rádios como esta.

Apesar do desejo de alguns integrantes em participar ativamente dos encontros de rádios livres, a emissora enfrentava um problema interno mais urgente: conseguir mais autonomia diante do DCE. Por causa disso, as discussões sobre qual postura a ser tomada diante do movimento de rádios livres e comunitárias, prolongou-se por todos os anos de 1993 e 1994. Ao final de 1994 o coletivo parecia ter se decidido a permanecer à margem das discussões. Havia uma forte tendência ilegalista dentro da Rádio Muda, como também existiam aqueles que defendiam a legalidade. Estes últimos não participaram ativamente da formulação do projeto de legalização, nem se sentiram confortáveis para integrarem o nome da rádio às associações que surgiram naquele período. Assim sendo, a postura da emissora foi a de manter-se em silêncio diante da questão da legalização. Em 1995 o transmissor da rádio foi roubado e isso gerou a completa cisão entre a Rádio Muda e o DCE. Imposto o silêncio forçado, o coletivo da rádio se reduziu a uns poucos programadores que lutaram por colocá-la de volta no ar. Em meio a esse doloroso processo de reestruturação, as questões relativas ao movimento de rádios livres e comunitárias foram deixadas de lado.

Somente em 1996 com a rádio novamente no ar e uma nova dinâmica de idéias surgindo é que o coletivo sentiu-se finalmente preparado para retomar suas atividades políticas dentro do movimento de rádios livres e comunitárias. Com essa finalidade foi organizado o já citado I Encontro de Rádios Livres da Unicamp, onde as novidades acerca do processo de legalização foram esmiuçadas e debatidas pelas lideranças convidadas. A Rádio Muda por sua identificação com o conceito de "rádio livre" trouxe para o debate as lideranças que faziam parte do movimento de rádios livres e enfatizavam a diferença entre este conceito e o de "rádios comunitárias". Elas também eram contrárias ao processo de legalização que havia se instaurado no movimento. Marisa Nunes Meliani sintetizou a questão dizendo

que a legalização representava o fim do movimento de rádios comunitárias e seria também o fim do movimento de rádios livres se este também fosse contemplado pela lei. As questões do controle dos meios de comunicação nas mãos de políticos e empresários, e o interesse destes, representados majoritariamente no Congresso, foram colocadas como contraponto ao projeto de legalização e a mesa concluiu favorável à continuidade do movimento de rádios livres enquanto movimento de desobediência civil. Esclarecidas e justificadas as tendências dessas lideranças, o coletivo da Rádio Muda se reuniu para decidir sobre uma posição com relação à questão da legalização. Numa primeira reunião, a tendência observada no coletivo foi a de permanecer na ilegalidade, porém, em reuniões posteriores alguns se manifestaram favoráveis a um debate mais aprofundado.

O coletivo composto por estudantes universitários, sendo a maioria oriunda dos cursos de Humanidades, acabou por levar a questão à luz dos objetivos ideais do movimento, sendo trazidos para o debate as idéias e conceitos defendidos por autores como Michel Foucault, Félix Guattari, Karl Marx, Adorno, dentre outros autores importantes para o pensamento social e filosófico. O debate sobre a legalidade do movimento foi concluído com base em argumentos tanto de natureza histórica e social, quanto de natureza filosófica. A Rádio Muda decidiu permanecer na ilegalidade enquanto durasse a hegemonia do sistema comercial de comunicação. Ela permaneceria como instrumento para a quebra dessa hegemonia. A legalização representava o oposto. Representava um acréscimo ao controle hegemônico do Estado e do Mercado sobre a comunicação. O coletivo da Rádio Muda compreendia comunicação, como um direito humano a ser exercido com toda liberdade. As limitações do espectro eletromagnético não justificavam a necessidade de um diploma legal para as rádios livres, uma vez que os canais e freqüências estavam quase esgotados pela ocupação comercial desenfreada e sem limitações. A Rádio Muda continuaria sendo uma rádio livre universitária sem fins lucrativos e autônoma. A questão da autonomia e da ilegalidade da rádio não se relacionava exclusivamente com as instâncias superiores do processo, havia também o fato da rádio estar situada dentro de um *campus*

universitário. Se a emissora fosse legalizada, seria sob a tutela administrativa da universidade e isso estabeleceria um vínculo perigoso entre a rádio e a instituição universitária.

O coletivo da emissora não se compreendia como atividade de extensão do movimento estudantil ligado ao DCE, ao contrário, compreendia que o DCE não representava mais o movimento estudantil dentro da Unicamp. A crise do movimento estudantil encontrava algumas de suas raízes na sua institucionalização e na burocracia, que tolheram sua criatividade e mobilização ao longo do tempo. A Rádio Muda surgiu dos últimos suspiros deste movimento estudantil ligado ao DCE na Unicamp e que nos anos oitenta havia sido efervescente e vitorioso, mas que nos anos 90 ficou marcado pela falta de iniciativa e pelos fatos obscuros, chegando mesmo a ser dissolvido em 1997. Quando a rádio conseguiu sua autonomia frente ao DCE, desligou-se automaticamente da engrenagem burocrática, da verticalidade do movimento estudantil e criou sua forma própria de interação com a comunidade universitária. Qualquer processo de legalização representava o retorno à subordinação institucional e o retorno ao DCE. Como foi colocado, o DCE vivia uma crise estrutural que levou à sua falência temporária na Unicamp. Se a Rádio optasse pela legalização, teria de se ligar a essa instituição estudantil em crise e em vias de sofrer a intervenção da reitoria. Como exemplo do que poderia ocorrer com a Rádio Muda, caso esta viesse a sofrer da intervenção da reitoria, havia a Tv da Unicamp, criada a partir da lei do Cabo no Brasil. Esta é uma emissora voltada para fins educativos, cuja programação é gerenciada verticalmente e a participação direta dos estudantes é quase nula. Assim, a rádio resolvia o debate da legalização optando por manter sua integridade, o que só seria possível se mantivesse autonomia com relação à instituição burocrática do movimento estudantil, da reitoria e do Estado.

No entanto o debate iniciado não se esgotou com a definitiva tomada de posição da rádio com relação à legalização. Os estudos realizados em torno da questão da legalização geraram outras questões relativas ao tema da comunicação social e democrática. O grupo mais engajado nesta tarefa no interior do coletivo prosseguiu suas discussões de forma ampliada e acabou por formar um verdadeiro núcleo de estudos em comunicação, que passou a desenvolver teorias e experiências, utilizando o

estúdio da rádio como laboratório. Esse núcleo de estudos nunca foi formalizado. Algumas tentativas foram feitas para a criação do núcleo *dentro* do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. A idéia era de que o núcleo iniciasse suas atividades a partir deste grupo formado por integrantes do coletivo da Rádio Muda, mas com o objetivo de atrair pesquisadores não necessariamente ligados à emissora. Esse projeto não chegou a se concretizar, sendo adiado por tempo indefinido.

Em 1998 após a promulgação da lei 9.612, ficou claro para todos os radioamantes do país, que as previsões pessimistas da "frente ilegalista" do movimento haviam se concretizado. O coletivo da Rádio Muda respirou aliviado por ter se mantido à margem deste processo afinal, a integridade da emissora permanecia intacta e ela podia assim continuar seu desenvolvimento sem se preocupar com as limitações técnicas e burocráticas impostas pela lei. Na medida em que as pesquisas em comunicação se aprofundavam e o discurso político se amadurecia, começaram a surgir no coletivo as propostas que visavam um maior engajamento da rádio no movimento. Apesar do caráter informal desse grupo de estudos, as pesquisas engendradas a partir dele complementaram o discurso político da rádio em favor do desenvolvimento de um movimento de desobediência civil para as rádios livres. Essas propostas circularam em textos, fanzines e programas de rádio. A emissora entrava agora numa fase tecnicamente mais estável, o que abria espaço para que estas propostas de engajamento pudessem ser efetivadas. As ações da ANATEL contra as rádios livres e comunitárias permaneciam como uma sombra sobre os objetivos da Rádio Muda, afinal, a condição de ilegalidade ao mesmo tempo em que permitia o livre desenvolvimento da emissora, também a deixava à mercê da intervenção federal.

É necessário ressaltar que a rádio não contava com nenhum apoio da reitoria da universidade, neste período presidida pelo reitor Hermano Tavarez. Essa ausência de apoio institucional, em parte devido ao próprio caráter autônomo da rádio, em parte devido ao fato de que ela havia sido praticamente inexpressível ao longo dos seus anos de crise, deixava-a por um lado confortável com relação à intervenção da instituição universitária, por outro lado, não garantia qualquer proteção em relação à intervenção da ANATEL. Seria de se supor que a emissora tentasse convocar a reitoria para o

diálogo em torno da questão, ao invés disso, o coletivo da rádio decidiu que mais importante que o apoio da reitoria, era o apoio da comunidade tanto universitária, quanto de Barão Geraldo. Este apoio foi buscado tanto através de melhorias técnicas, o que atraíam mais pessoas para integrar no corpo de programadores da rádio, quanto através do diálogo aberto com estudantes, docentes e trabalhadores.

Através de projetos tais como o do hospital psiquiátrico do município de Souzas "Cândido Ferreira", que trazia os internos para serem programadores dentro dos estúdios da Rádio Muda desde 1997, a emissora passou a contar com apoio também de fora da região do distrito de Barão Geraldo. Além desse projeto, a rádio também apoiou a greve dos professores em 2000, levando as reivindicações por aumentos de salário e pela autonomia universitária para as ondas do ar. A participação da Rádio Muda em encontros estudantis, encontros do MST e do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, contribuiu para o maior engajamento da rádio junto de outros movimentos sociais existentes em seu entorno. Ela também recebeu programadores de outros movimentos sociais, tais como o do Hip Hop e da Comunidade de Esperanto. Ainda em 2000, a Rádio promoveu no IFCH – Unicamp o II Encontro de Rádios Livres, intitulado: *Práticas Alternativas de Radiodifusão – Rádios Livres e Rádios Comunitárias.*[113] Neste II Encontro, a questão dos conceitos – Livre X Comunitária- foi debatida à luz da legislação aprovada para as rádios comunitárias. A participação da Rádio Heliópolis à mesa, trouxe para o debate importantes questões relativas aos resultados do processo de legalização.

A Rádio Heliópolis está situada na maior favela de São Paulo e é ouvida por aproximadamente 80.000 moradores. Nestas condições, a criação e manutenção da emissora são muito difíceis, pois se trata de uma comunidade materialmente carente, embora bastante mobilizada. Por causa da carência material desta comunidade, a intervenção da Anatel e da Polícia Federal, culminando com a apreensão dos equipamentos, representaria sérios problemas para a continuidade dessa rádio. Por esse motivo a Rádio Heliópolis funcionou durante anos como uma "rádio poste", ou seja, uma emissora sem transmissor, que lançava seus sinais diretamente para alto-falantes instalados em postes de rua e

[113] Neste segundo encontro, foram convidados para a mesa de debates o mesmo Leo Tomaz da Rádio Reversão e Geronino, um dos líderes da Rádio Heliópolis. Correio Popular, Campinas, 14/12/2000.

estabelecimentos comerciais. Com a criação da lei 9.612/98, os programadores da Heliópolis decidiram enviar seu pedido de concessão. A idéia era ter uma rádio legalizada, para que a Anatel e a Polícia Federal não pudessem fechá-la. O pedido de concessão não foi contemplado e a rádio Heliópolis decidiu colocar seu transmissor para funcionar arriscando-se a ser invadida pela Anatel, o que de fato aconteceu pouco tempo depois. Os moradores locais se mobilizaram e impediram o fechamento da rádio, mas o sentimento geral de insegurança continuou pressionando as lideranças comunitárias para que insistissem na regularização da emissora. Geronino, um dos integrantes da Heliópolis, é consciente das limitações técnicas impostas pela lei das comunitárias, mas para ele, essas limitações são menos problemáticas do que a repressão da Anatel. Colocadas estas questões, o coletivo da Rádio Muda percebeu que a legalização para muitas das experiências de rádio no país, não é uma opção a ser ou não rejeitada, mas uma necessidade. Da mesma forma, a questão do "apoio cultural" para as rádios comunitárias mantida indefinida pela lei, no caso da Rádio Heliópolis, é fundamental para a sua sobrevivência. Nesta emissora o apoio financeiro recebido dos ouvintes-locutores e do comércio local é sua única fonte de renda.

Diante destas questões, foi colocado ao coletivo da Rádio Muda o fato de que a "bandeira da ilegalidade", só é possível de ser erguida em algumas situações. Em comunidades carentes tais como o caso de Heliópolis, uma rádio ilegal não conseguiria se manter sem o apoio financeiro do comércio local, ou ser reaberta após uma intervenção da ANATEL. Assim o coletivo foi levado a refletir se algumas reformas legais seriam possíveis, especialmente para os casos onde a ilegalidade não se aplica por questões financeiras.

Sobre essas reformas legais, o coletivo não pensava em criar um projeto de lei para as rádios comunitárias, mas sim, em unir esforços para derrubar a única lei que impedia a criação de novas rádios e a manutenção das já existentes. A Rádio passa a defender o fim da repressão, representado pelo Art. 70 da lei 4.117.

Apesar da Rádio Muda estar desenvolvendo uma relação com o movimento de rádios livrese comunitárias, ela continuava preocupada em manter a sua postura autônoma: envolver-se com os movimentos sociais sendo instrumento destes e não sua voz representativa. Não cabia ao coletivo da Rádio Muda representar o movimento de rádios livres e isso foi diversas vezes discutido em reuniões do coletivo e nas ocasiões em que um ou mais "mudeiros" se encontravam casualmente. Por outro lado, a experiência de ser programador da Rádio Muda para cada um que a vivenciou, havia se firmado como sendo a representação ideal do movimento de rádios livres. Por dez anos a rádio havia se desenvolvido com total autonomia e liberdade, dentro de um país cuja realidade era oposta: de repressão e controle das experiências radiofônicas.

Diante da possibilidade de ingressar no movimento de rádios comunitárias erguendo também a "bandeira" da reforma legal, a rádio se viu diante de um impasse. O problema que afetava as rádios comunitárias era basicamente o mesmo que afetava as rádios livres: a repressão da Anatel e da Polícia Federal. Assim sendo, ao lutar pela desobediência e permanecer "ilegalmente" no ar, a rádio marcava sua postura enquanto rádio livre, mas não deixava de ter consciência de que fazer existir uma rádio livre no Brasil poderia ser muito mais difícil do que se enquadrar na legislação. Esse era o caso de Heliópolis, mas não era o caso da Rádio Muda. Portanto, nada mais natural para o movimento de rádios comunitárias do que defender o fim da repressão através de uma reforma legal, mas para isso seria necessário compor uma proposta que pudesse substituir as leis existentes. Neste ponto, o discurso político do movimento de rádios comunitárias encontrava algum eco entre o coletivo da Rádio Muda, este embora concordasse com o fim das limitações legais, não tinha a intenção de apresentar qualquer projeto de lei. Em decorrência disso, alguns integrantes do coletivo decidiram fazer uma aproximação, ainda que individual, do movimento de rádios comunitárias a fim de tomar conhecimento das propostas legais que as rádios comunitárias pretendiam apresentar. Participaram do I Encontro de Rádios Comunitárias da Região de Campinas, promovido pelo PT em parceria com a ABRAÇO-Campinas, tendo também a participação da ABRAÇO nacional.

Neste encontro a Rádio Muda acabou marcando sua presença tendo cinco de seus membros no auditório, sendo uma das maiores "delegações" do evento. A mesa apresentou suas pautas e depois da exposição de cada convidado, o evento foi aberto para o debate. Quando os membros da Rádio Muda se manifestaram, o presidente nacional da ABRAÇO fez questão de frisar que o movimento de rádios livres não era a mesma coisa que o movimento de rádios comunitárias, ao ser questionado sobre quais eram as diferenças reais entre um e outro conceito, José Sotter indicou o conceito compreendido pela lei 9.612 e deu a questão por encerrada. No entanto a intervenção dos membros da Rádio Muda não se contentou com a explicação e insistiu na redefinição do conceito, defendendo que uma rádio podia ser livre e comunitária, se a comunidade estivesse atuante. O presidente da ABRAÇO nacional negou a afirmação e apontou a Muda como um exemplo de rádio livre da juventude, uma espécie de brincadeira de garotos, o que irritou alguns de seus membros presentes. Apesar do perfil etário do coletivo da Rádio Muda oscilar entre 17 e 30 anos, seus membros são na maioria, estudantes universitários de graduação e pós-graduação, portanto, futuros profissionais das diversas áreas do conhecimento humano. Para estes a Rádio Muda não era uma "brincadeira de garotos", ao contrário, ela representava uma tentativa de buscar através de um canal livre de expressão, uma outra forma de comunicação. Diante do contexto da comunicação no Brasil e no mundo, essa tentativa era encarada com seriedade por todos aqueles que tinham consciência dos problemas relativos ao controle dos canais de expressão e da necessidade de se criar novas alternativas para a livre manifestação do pensamento e da arte.

O resultado da intervenção desses membros da Rádio Muda no I Encontro de Rádios Comunitárias acabou sendo favorável, pois ela defendeu a continuidade da desobediência civil como solução às limitações contidas na lei 9.612. Essa postura também foi defendida para as rádios comunitárias pelo deputado Luciano Zica (PT) e pelo petista Dioclécio Luz. As ABRAÇOs nacional e regional, também se manifestaram a favor da continuidade das transmissões sem concessão. Algumas outras questões tais como a do "apoio cultural", que haviam sido levantadas pela platéia, não puderam ser debatidas em profundidade neste evento. O "projeto" de lei apresentado também não passou de um

esboço, que defendia a competência dos municípios para outorga de concessões para rádios de baixa potência.

Ao final do debate vários representantes de outras rádios vieram ter em particular com os programadores da Rádio Muda. Desejavam conhecer melhor essa experiência de rádio e trocar informações. Desses contatos chegaram informações acerca da atuação das ABRAÇOs nacional e regional sobre o movimento de rádios comunitárias. As representantes regionais dessa entidade pretendiam relançar o projeto de municipalização das rádios comunitárias, de uma forma mais elaborada que o antigo projeto de registro em cartório. Esse projeto de municipalização já estava sendo aprovado pela Câmara municipal de Uberlândia em Minas Gerais e prometia trazer um novo alento ao movimento. Enquanto isso havia sido enviado um projeto na Câmara Federal, liderado pelo PT e pela ABRAÇO nacional, que pretendia agilizar os processos de outorga de canais para as rádios comunitárias.[114] A Rádio Muda trazia de volta para dentro do debate das comunitárias, a velha questão dos conceitos. Apesar dos representantes da ABRAÇO terem rejeitado veementemente o retorno a velhas discussões, entre a platéia, algumas das rádios ali representadas se interessaram pela idéia de rádios livres *e* comunitárias, ou seja, um movimento sem as amarras contidas na legislação e sem o modelo hegemônico defendido pela ABRAÇO. Formava-se aqui o início de um problemático diálogo entre a Rádio Muda e o movimento de rádios comunitárias.

Para essas rádios comunitárias que se interessaram pelo discurso libertário da Rádio Muda, a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias vinha centralizando demais as decisões políticas do movimento, de modo que não representava mais o interesse de muitas das rádios comunitárias do país. Depois da criação da lei 9.612, muitas das ABRAÇOS regionais haviam se dissolvido, outras permaneceram na função de assessoria às rádios comunitárias. A ABRAÇO nacional ao contrário, se fortaleceu e isso era paradoxal dentro de um movimento que se pretendia da base para o centro. O fortalecimento da ABRAÇO nacional, veio do apoio de algumas sucursais regionais importantes e da

[114] Esse projeto será analisado com mais cuidado adiante.

associação destas ao Partido dos Trabalhadores. O reforço dado pelo PT ao movimento de rádios comunitárias através da ABRAÇO, deslocou o centro do debate antes formado pelas próprias rádios, para dentro do partido. Assim os principais debates e decisões passaram a ser tomadas sob "portas fechadas". A base social do movimento passou a participar do destino de suas próprias rádios apenas como *referendum* de apoio à centralidade da ABRAÇO nacional. Para alguns radiocomunitaristas, as reuniões que a ABRAÇO nacional organizava com o objetivo de "consultar" a base do movimento, não passavam de "encenações teatrais" onde as principais questões a serem debatidas, eram colocadas como soluções já definidas a título de mera "orientação" para o movimento. Orientação essa, muito necessária, na visão do presidente nacional da ABRAÇO, para manter o movimento bem organizado.

Para a ABRAÇO nacional, o apego ao modelo de rádios comunitárias era fundamental para evitar que o movimento fosse "invadido" por experiências individuais, comerciais, político-partidárias e proselitistas. É compreensível deste ponto de vista, que a ABRAÇO defendesse um modelo rígido de apropriação e uso do meio rádio. Ao defendê-lo, porém, ficavam excluídas experiências, tais como a da Rádio Muda, que nada tinham em comum com as "falsas" comunitárias, nem com esse modelo. Em outras palavras, o modelo para as rádios comunitárias defendido pela ABRAÇO excluía as rádios que haviam surgido antes do processo de legalização ou a revelia deste. Como já foi dito, cada rádio verdadeiramente livre ou comunitária, surge adaptada às condições oferecidas pelo seu meio ambiente, disso resulta que as soluções encontradas para administrar tais meios de comunicação, nem sempre correspondem ao modelo geral contido na lei e nas "orientações" desta entidade. Diante da perspectiva inserida pela Rádio Muda ao debate, a rejeição da ABRAÇO demonstrou que esta entidade não está preparada para absorver a diversidade possível de experiências democráticas de apropriação do meio rádio.

Em decorrência desta visão "estreita" e de outros problemas relativos à entidade, algumas sucursais regionais dessa associação, começaram a se reunir localmente para discutir sobre a legislação de rádios comunitárias e pensar nas reformas necessárias. Os meandros burocráticos legais para a

concessão, a política de comunicações do Governo e as diferentes interpretações da legislação existente, são questões complicadas e que geraram inúmeras dúvidas acerca da legitimidade de um projeto nacional para as rádios comunitárias. A exemplo do que havia ocorrido com a criação da lei 9.612, os radiocomunitaristas temiam que um novo projeto nacional, culminasse em maiores limitações e em um aumento da repressão. Para que um projeto nacional de reforma na legislação pudesse ser implantado, havia a necessidade do movimento participar amplamente de sua criação, no entanto, eram poucas as sucursais regionais que ainda existiam. O movimento de rádios no interior do país estava desarticulado e apesar das divergências entre algumas das ABRAÇOs regionais com a ABRAÇO nacional, a hegemonia desta se firmava sem maiores contratempos. O projeto de municipalização parecia ser a resposta necessária a essa centralização. Liderados pelas ABRAÇOS regionais, diversos projetos de municipalização começaram a ser enviados para as câmaras municipais.

Os projetos de municipalização partem do pressuposto de que os governos municipais são as instâncias regionais do Governo Federal e que poderiam, portanto, decidir sobre a utilização de faixas de freqüência limitadas ao raio de alcance do município. Assim sendo, as rádios comunitárias poderiam ser aprovadas localmente pela câmara dos vereadores, o que agilizaria os pedidos de concessão, ao mesmo tempo em que resolveriam problemas tais como a relação entre a potência dos transmissores e o recorte geográfico das comunidades contempladas, dentre outros. Apesar desses projetos terem a mesma referência dos problemas contidos na lei 9.612, por serem criados pelas ABRAÇOs regionais, não são idênticos entre si. Para a ABRAÇO nacional isso representa um retrocesso à idéia de que um movimento social eficiente é um movimento integrado nacionalmente, reivindicando em conjunto e obtendo resultados para toda a sociedade. Disso resulta que entre as sucursais regionais e a entidade nacional, há um debate em torno da legitimidade desta última que ainda não foi resolvido.

A sutil aproximação da Rádio Muda do movimento de rádios comunitárias forneceu esta panorâmica, que acabou sendo confirmada com a participação da rádio nas três edições brasileiras do Fórum Social Mundial.

A Rádio Muda no Fórum Social Mundial.

A idéia de participar da primeira edição do Fórum Social Mundial veio através de uma convergência de fatores. Os mais importantes estavam relacionados aos objetivos do próprio evento, que pretendia ser uma resposta social à hegemonia global do sistema político neoliberal, representado pelo Fórum Econômico Mundial. Para os estudantes universitários não havia dúvidas de que uma resposta social era necessária e para que fosse eficiente, deveria contar com o apoio massivo da população. Outro fator convergente para que a Rádio Muda se decidisse a participar do Fórum, era a idéia de alguns de seus membros, de que outras rádios estariam presentes e este evento poderia acabar se tornando um grande encontro de rádios livres e comunitárias.

Um terceiro e importante fator: a Rádio Muda havia desenvolvido e ampliado o modelo das oficinas para novos "mudeiros", para um formato mais ativista, que havia sido colocado em prática em algumas ocasiões anteriores. Essas oficinas de rádio desenvolvidas pela Rádio Muda, haviam começado com a "cobertura" de eventos estudantis, do MST e do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp. Como a rádio não dispunha de tecnologia suficiente para fazer os chamados *links* entre uma estação móvel com a estação fixa, a solução foi improvisar. Com o antigo transmissor da rádio, os equipamentos do estúdio eram removidos para o local onde a oficina seria realizada. Ligados ao transmissor e a uma antena portátil, as oficinas eram transmitidas diretamente para o transmissor da torre e se tornavam o próprio programa radiofônico. Com a aquisição de novos equipamentos, os equipamentos do estúdio não precisavam mais ser removidos, pois agora a emissora contava com uma estação móvel, ainda que rudimentar. A "cobertura" de eventos sociais importantes passou a ser seu principal campo de militância, onde os ideais das rádios livres eram apresentados na prática aos participantes, que eram incitados a "tomar a palavra" através dos microfones e aprendiam a manusear

os equipamentos básicos de uma emissora. O desenvolvimento material e teórico dessa experiência também contribuiu para a incursão ao Fórum Social Mundial.

Outro fator importante era a ausência no evento de um eixo temático com relação às rádios e Tv's livres, ou comunitárias, para a democratização dos meios de comunicação. O tema da democratização estava incluído no mesmo eixo da discussão sobre Espaço Público. Os membros do coletivo da Rádio Muda, pretendiam criar na emissora "móvel", um espaço de discussão para o tema específico do movimento de rádios frente ao movimento de democratização.

Havia um único empecilho para a tarefa que a rádio se propunha realizar. Ela não dispunha de dinheiro suficiente para se inscrever oficialmente no evento e poder contar com um espaço garantido para montar a estação móvel. Depois de algumas discussões, os membros mais otimistas do coletivo solucionaram o problema da seguinte forma: fariam a inscrição no Acampamento da Juventude, e montariam o estúdio ali mesmo ao lado das barracas, realizando uma oficina "alternativa" às oficinas oficiais do evento.[115] A grande expectativa dos programadores do coletivo que levavam a rádio "mambembe" para Porto Alegre era a de poder realizar transmissões e oficinas abertas, demonstrando que a criação de uma emissora de rádio é muito mais simples do que em geral se acredita, desmistificando a inacessibilidade desse meio de comunicação para os movimentos sociais ali presentes. Durante os preparativos para a ida ao I Fórum, a Rádio Muda tentou articular em torno desse projeto a participação de outras lideranças de rádios comunitárias de Campinas e do movimento estudantil. A Rádio Noroeste do bairro Boa Vista em Campinas e que havia sido fechada poucos meses antes, foi convidada a participar. Um de seus membros se uniu ao grupo de estudantes além de apoiar o projeto emprestando alguns equipamentos. Os centros acadêmicos e o DCE da Unicamp apoiaram a iniciativa disponibilizando o transporte. A rádio móvel partiu para Porto Alegre com a participação de 25 "mudeiros" mais as tradicionais Pick-ups, dois aparelhos de Cd player, o mixer e o transmissor de 25 Watts da Noroeste, dois microfones, um amplificador e duas caixas, além das câmeras fotográficas,

[115]O valor da inscrição no Acampamento da Juventude era 10 reais por pessoa, muito inferior ao valor da inscrição no evento, 200 reais por delegação.

dos gravadores portáteis de fita cassete, um MD portátil, uma câmera digital e uma VHS. Com exceção dos equipamentos de estúdio, os outros eram de uso pessoal, disponibilizados para a rádio por empréstimo.

Os integrantes da Rádio Muda chegaram a Porto Alegre um dia antes da abertura do evento. O objetivo era colocar a rádio no ar no primeiro dia. Procurando por um lugar onde a emissora pudesse ser montada, chegaram a um galpão central dentro do espaço do acampamento aonde havia algumas bancas de voluntários e um espaço entre elas, que os integrantes do coletivo pensaram ser ideal para a instalação dos equipamentos. É necessário recordar que a emissora enquanto instituição não estava inscrita no evento. O espaço ocupado era, portanto, um espaço no acampamento que foi "invadido" pelos vinte e cinco "mudeiros" para a instalação da rádio.

Os equipamentos foram montados e depois de colocar a rádio para transmitir, os integrantes do coletivo descobriram que o espaço invadido estava destinado para a instalação de um sistema de comunicação do acampamento. Para o I Fórum Social Mundial, a comissão organizadora esperava receber cerca de 5.000 pessoas. No primeiro dia do evento já havia mais de 30.000 pessoas presentes. Isso gerou uma série de problemas com relação à estrutura que havia sido criada, em meio à confusão, a comissão organizadora não conseguiu preparar a tempo o sistema de comunicação interna do acampamento. A Rádio Muda ao se estabelecer naquele local acabou sendo recebida com alívio pela organização que se dispôs a auxiliar a iniciativa naquilo que fosse possível, desde que em troca, a emissora notificasse no ar e através de alto-falantes, informações de utilidade para o evento.

Essa acabou sendo a principal contribuição da Rádio Muda para o I Fórum Social Mundial:

> "O que deu notoriedade para a rádio, pois ela tinha uma importância no cotidiano do acampamento. A rádio estava no ar com aquele velho experimentalismo Rádio Muda né, isso acho que chocou bastante. Por outro lado a gente ganhou em respeito, porque a gente estava prestando um serviço para o acampamento, coisas do tipo: reciclagem de lixo, evento em tal hora e tal lugar, atenção!... sabe, essas coisas do tipo rádio poste, com aquela irreverência Rádio Muda, experimentalismo. Se por um lado nós ganhamos em respeito, por outro lado ganhamos também vários inimigos. Tinha gente que achava insuportável a Muda, mas isso estava dentro daquilo que a Muda é inclusive aqui em Campinas. Não dá para agradar todo mundo."[116]

[116] Entrevista com Julio Matos, cineasta, estudante de Ciências Sociais na Unicamp e membro da Rádio Muda, concedida exclusivamente para este trabalho.

Logo nos primeiros dias de evento a Rádio ganhou notoriedade por estar transmitindo ao vivo, com microfone aberto, além de prestar serviços de utilidade pública para o evento. Essa notoriedade se configurou em contatos que foram realizados com outros grupos e movimentos sociais. Num destes contatos os membros da Rádio foram convidados a se deslocar para o Morro da Glória ali mesmo na capital, e conceder uma oficina para um grupo de Hip Hop que já possuía equipamentos de rádio, mas não sabia como montar a emissora e fazê-la transmitir. A oficina foi realizada e os moradores do local, bem como o grupo de Hip Hop, foram rapidamente instruídos em como montar e manter a rádio no "ar". Ela foi instalada num barraco no alto da favela e por causa de sua localização geográfica, a transmissão conseguiu cobrir toda a região. Durante aquela transmissão inaugural, um anônimo que estava passando por ali num carro de som, acabou por sintonizar a nova rádio livre que acabara de nascer retransmitindo-a através de seus alto-falantes pelas ruas do Morro da Glória.

Outra experiência desse primeiro Fórum se deu através do contato com um técnico em eletrônica, chamado Itaí e apelidado carinhosamente pelos integrantes da rádio como sendo "o professor Pardal", dado sua habilidade em transformar equipamentos eletrônicos sucateados em novos transmissores de rádio.[117]Esta pessoa havia conseguido articular em Porto Alegre um *pool* entre várias rádios, ou seja, todas elas sintonizadas na freqüência de um transmissor de 500 Watts instalado no alto de um morro, que estaria retransmitindo a programação de uma rádio para as outras. Esse sistema havia sido idealizado pelo próprio Itaí especialmente para o I Fórum. Tendo sido o sistema de comunicação interno do acampamento substituído pela Rádio Muda, o "professor Pardal" decidiu levar adiante o projeto do *pool*, captando o sinal desta emissora e retransmitindo para as outras rádios da rede.

Além da Rádio Muda havia uma outra emissora móvel proveniente da rádio comunitária Restinga, da periferia de Porto Alegre, instalada dentro de um *trailer* e que pretendia transmitir o evento com exclusividade. Esta rádio tinha a intenção de realizar a "cobertura" do Fórum, transmitindo diretamente do Acampamento pelo *pool* de emissoras. No entanto esta emissora possuía um

[117] Este é o Projeto "Sucatrônix", idealizado pelo próprio Itaí.

equipamento móvel ainda mais rudimentar do que o da Rádio Muda e seu sinal de transmissão era tão fraco que mal excedia os limites do acampamento, não conseguindo ser captada pelo transmissor potente do sistema projetado pelo "professor Pardal". Essa impossibilidade técnica, somada ao fato de a Rádio Muda não ser de Porto Alegre, gerou um princípio de inimizade com um dos membros da Rádio Restinga e que se acentuaria nas duas edições seguintes do evento. Foram realizadas quatro transmissões neste *pool* de rádios, chamada de "Rede Extraordinária de Rádios Comunitárias", que cobriu metade da grande Porto Alegre nos últimos dias do Fórum.

Outra experiência trazida do I Fórum foi o fato de que apesar de outras rádios continuarem na ativa enquanto rádios livres, a maior parte dessas experiências haviam se metamorfoseado em "rádios comunitárias". O conceito de rádios comunitárias tornara-se hegemônico para as experiências coletivas de apropriação do meio rádio. No entanto e a despeito da hegemonia do conceito, a verdadeira identidade de cada rádio que se auto-intitulava comunitária ainda permanecia um mistério, pois muitas delas não estavam inseridas no movimento representado pela ABRAÇO e entre as associadas, haviam aquelas que discordavam em muitos aspectos das idéias defendidas por esta entidade.

Assim a Rádio Muda se deparou com a triste realidade de um movimento legítimo, mas confuso, desarticulado e com resquícios da velha crise de identidade.

Se por um lado as rádios contatadas no Fórum sofriam com o distanciamento criado entre elas e o pólo centralizado da ABRAÇO nacional, por outro lado, para os representantes dos movimentos sociais que conheceram a experiência da Rádio Muda, esta parecia se identificar muito mais com suas aspirações do que o modelo oficialmente defendido para as rádios comunitárias.

A experiência do Fórum gerou outros frutos além de contatos e da criação de novas rádios. Durante sua permanência no Acampamento, os "mudeiros" haviam conseguido levar para os microfones da estação, lideranças conhecidas de outros movimentos sociais, lideranças políticas, juízes e representantes de movimentos internacionais para debater a questão do controle da mídia. Todas essas atividades acabaram repercutindo na própria mídia, atraindo tanto os meios de comunicação

comerciais, quanto os meios "alternativos". A Rádio Muda foi matéria de telejornais regionais e nacionais. Foi matéria também de periódicos como a Folha de São Paulo e a revista "alternativa" *Caros Amigos*.[118] Quando os integrantes do coletivo retornaram de Porto Alegre, perceberam surpresos que a repercussão dos trabalhos da rádio no Fórum, havia atingido diversas regiões do Brasil e do mundo. Começaram a chegar e-mails dos mais remotos recônditos do país, pedindo instruções para a criação e manutenção de rádios livres e convites para que a rádio participasse de palestras e ministrasse suas oficinas. Ela foi matéria de trabalhos acadêmicos de faculdades de jornalismo na Puc, Usp, etc. Toda essa projeção contribuiu para uma aproximação ainda maior da Rádio Muda com a comunidade da Unicamp e de Barão Geraldo. Para além da aproximação com sua própria comunidade, a Rádio Muda enquanto "fenômeno de mídia", acabou excedendo seus limites e sua imagem de rádio livre engajada acabou se tornando conhecida em outras regiões do país.

Mas essa repercussão também trouxe novos problemas e novas questões. A Rádio Muda observou que o movimento de rádios livres havia migrado para o conceito de rádios comunitárias. Sua participação no Fórum demonstrou que o contrário ainda era possível, ou seja, fazer com que rádios comunitárias "migrassem", para o conceito mais amplo de rádio livre sem deixar que servissem de veículo para as vozes da comunidade. Este não se tratava de fato de um "novo" conceito, mas sim de uma perspectiva fundamentada na própria experiência da Rádio Muda, que como rádio livre, se distanciava do conceito de comunitária por não ser institucional e se organizar na forma de um coletivo horizontal e independente sem, no entanto, prescindir da participação da comunidade. A Rádio Muda não é uma rádio comunitária *sendo* comunitária e isso pode ser observado na medida em que os membros que a integram são todos oriundos da comunidade universitária e baronense. Não é apenas a localidade de origem dos membros da Muda, que lhe dão esse caráter comunitário, mas também e principalmente, o sentimento geral de que esta emissora *pertence* à comunidade e é um canal de livre acesso a qualquer um que se disponha a participar. O comprometimento da emissora para com os

[118] Desse contato com as lideranças dos movimentos sociais, a Rádio Muda acumulou um material sonoro e em imagens que foi editado e lançado em quatro vídeos entre junho de 2001 e outubro de 2002.

problemas locais e a difusão da cultura produzida pela comunidade universitária também lhe garante este perfil comunitário. Apesar de todas essas características, a Rádio Muda não se enquadra na definição de rádio comunitária, tanto por defender ideologicamente a continuidade do movimento de desobediência civil como forma de resistência à política nacional de comunicações, quanto por se organizar de forma autônoma e horizontal.

A Rádio Muda não está obrigada a servir como veículo de utilidade pública, nem a manter em seu quadro de programadores os representantes dos movimentos sociais locais, muito menos a prestar contas sobre suas atividades a qualquer entidade representativa. Qualquer participação na emissora se manifesta pela livre iniciativa individual ou de grupos. A liberdade de expressão está garantida por uma forma de organização não hierárquica, flexível e perfeitamente adaptada ao meio ambiente onde se desenvolveu. Ela também não está comprometida com nenhum padrão de qualidade, pois o objetivo principal desta emissora não é o de manter a audiência, mas sim, transformar o ouvinte em locutor e vice e versa, gerando assim um diálogo social na comunidade. Por ser independente e manter o objetivo de inverter os padrões da comunicação midiática, a Rádio Muda também é experimentação e arte radiofônica.

Todas essas características afastam a Rádio Muda do modelo legal de rádio comunitária embora a comunidade seja o corpo da rádio. Essa experiência projetada em nível nacional através da participação do Fórum Social Mundial, gerou em algumas rádios comunitárias a idéia de que não apenas a lei 9.612, mas também o modelo de rádio por ela defendido possui problemas. Em decorrência de toda a projeção que esta experiência no Fórum conseguiu para a Rádio Muda, ela começou a ser indicada por lideranças políticas e por membros do movimento de rádios comunitárias como sendo “a expressão mais importante do movimento de rádios livres no país”. Essa pequena emissora que até então havia passado por inúmeros problemas, mal conseguindo manter diálogo com outras rádios, de um momento para outro, se converteu em uma espécie de “carro chefe” do movimento. Isso gerou uma carga de responsabilidade que estava além das expectativas de cada um dos membros do coletivo. A projeção da

rádio na mídia, ironicamente provocou uma procura cada vez maior por parte do movimento de rádios comunitárias e por novas rádios que pretendiam seguir um suposto modelo de rádio livre, cuja própria Rádio Muda parecia ser detentora e redentora ao mesmo tempo.

Apesar de se afastar do modelo de rádio comunitária, a Rádio Muda não deixava de sofrer do mesmo tipo de repressão que abatia as rádios comunitárias. Por outro lado, muitas das rádios comunitárias do país também encontravam problemas no momento de se adequar ao modelo de organização defendido pelas entidades e associações de rádios comunitárias. O formato rígido desse modelo, como já foi dito, desconsiderava as experiências que a exemplo da Muda, haviam se desenvolvido adaptadas às condições de seus respectivos meio ambientes. Assim, a Rádio Muda não poderia defender a idéia de um movimento de rádios livres, sem que esta defesa se estendesse automaticamente às suas "irmãs" comunitárias, especialmente aquelas que divergiam do modelo implantado pela lei e pelas entidades representativas do movimento. Deste modo o coletivo viu-se diante da necessidade de criar um novo conceito de rádio que novamente unisse os ideais do movimento pioneiro de rádios livres no país com a idéia da responsabilidade social através da participação comunitária. Esse novo conceito só poderia surgir com a prática da comunicação livre. Ele não deveria se constituir como um modelo a ser implantado em outras localidades do país, mas como uma "inspiração", ou um paradigma, das amplas possibilidades de apropriação e uso dos meios de comunicação.

A aproximação da Muda com o movimento de rádios comunitárias esteve expressa em sua produção ao longo de todo o ano de 2001. Os dois primeiros vídeos produzidos por ela, *Perdidos no Dial* e *Pirata?*, falavam a todas as rádios livres e rádios comunitárias do país, defendendo a idéia da apropriação popular, sem fins lucrativos ou proselitistas, baseada no preceito legal contido na Constituição Federal que garante a liberdade de expressão e nos princípios fundamentais dos Direitos Humanos. [119]

[119] Estes vídeos foram produzidos para serem exibidos pela TV Educativa do Rio de Janeiro.

Esses vídeos não questionam as diferenças entre os conceitos "livre" e "comunitária" para as rádios, mas aponta para as semelhanças existentes entre eles, numa clara tentativa de unir forças para um objetivo maior: o da democratização real e efetiva dos meios de comunicação através da proliferação de rádios livres e comunitárias por todo o país.

O fato das rádios comunitárias estarem descontentes com a lei aprovada fez com que o movimento de rádios ilegais no país ressurgisse após um período de frustração e desmobilização. Para a Rádio Muda este era o momento de fazer com que novas rádios surgissem da desobediência às normas impostas, mas também o momento de revisão dos conceitos que fundamentaram o movimento legalista. Para alguns dos integrantes do coletivo desta emissora, havia a possibilidade de fazer com que o movimento de rádios comunitárias desistisse da institucionalização como forma de retomar o movimento de rádios dentro de um contexto mais amplo. A Rádio Muda acreditava então, que para evitar a repressão a melhor tática era aquela que ampliava o número de rádios democráticas no espectro, ou seja, incentivando o surgimento de novas experiências de rádio no país, legitimamente constituídas junto às suas respectivas comunidades. A legitimidade neste caso não deve ser confundida com a legalidade. A legitimidade das experiências de rádios no país se constitui na medida em que as comunidades reconhecem essas emissoras como parte integrante e integrada a elas, participando ativamente de todo o processo de produção de cultura e informação por elas transmitidas.

Para esses integrantes da Rádio Muda a legalização se tornaria desnecessária na medida em que as rádios se proliferassem no país de forma legítima. O *discurso* da desobediência é semelhante ao do movimento das comunitárias e por esse motivo a Rádio Muda é muitas vezes confundida como sendo uma rádio comunitária, aumentando a confusão acerca das responsabilidades desta emissora diante do conjunto geral do movimento de rádios. A diferença essencial entre os discursos desta emissora e das rádios comunitárias é a de que para a Muda, a proliferação do movimento de rádios através da desobediência e da legitimidade de suas ações, dispensa a necessidade da institucionalização, enquanto que para as rádios comunitárias, a desobediência é apenas uma forma de protestar contra uma

institucionalização incompleta. Apesar da diferença essencial entre os objetivos das comunitárias e da Rádio Muda, este discurso acabou por provocar uma aproximação do diálogo entre esta emissora, tanto com o movimento de rádios comunitárias, quanto com o próprio Partido dos Trabalhadores. Este estando à frente da administração do município de Campinas procurou aproximar-se das rádios comunitárias da cidade. A fim de conseguir apoio para a criação de uma rádio comunitária no distrito de Barão Geraldo, a subprefeitura do PT procurou pela Rádio Muda e dessa pareceria, foi traçado um esboço do projeto que se pretendia criar.

A idéia de se criar uma rádio comunitária em Barão Geraldo através da parceria entre a administração do PT na prefeitura municipal de Campinas, a Rádio Muda e outras entidades sem fins lucrativos acabou não acontecendo, mas essa aproximação permitiu que os membros do coletivo observassem a criação e aplicação de um outro projeto, que a princípio trazia das rádios comunitárias o discurso democratizante, mas que acabou servindo como exemplo de que a estrutura de um meio de comunicação é o que lhe garante um perfil mais ou menos democrático.

Este projeto da administração do PT era o da criação de uma rádio municipal, cujo objetivo discursivo era o da democratização do meio. Porém o objetivo real da criação desta emissora municipal era veicular um contraponto à visão hegemônica – e antipetista-, dos dois maiores periódicos que circulam em Campinas, o *Correio Popular* e o *Diário Popular*. A criação da Rádio Educativa inicialmente se apoiou nas experiências das rádios comunitárias e da Rádio Muda. Esta emissora situada na Torre do Castelo, região central de Campinas seria a princípio uma rádio composta por programadores oriundos de rádios comunitárias do município. Além dos serviços de utilidade pública a Rádio Educativa cogitava a idéia de centralizar e retransmitir a produção das comunitárias da região. No entanto desde o princípio dos trabalhos da Rádio Educativa, a emissora esbarrou com os problemas burocráticos comuns às iniciativas estatais. O assassinato do prefeito de Campinas, Antônio da Costa Santos, o 'Toninho" no dia 10 de setembro de 2001, gerou uma crise interna na administração municipal que não seria superada em um curto período de tempo, repercutindo desfavoravelmente na

mídia local e induzindo definitivamente o projeto da Rádio Educativa para o seu posicionamento político em favor da administração do PT. A criação da Rádio Educativa abandonou o projeto de parceria com as emissoras comunitárias. Um exemplo disso foi a reunião do Orçamento Participativo que decidiu pela criação de um estúdio popular de gravação. A idéia desse estúdio era a de que projetos sociais, bem como pessoas oriundas de diversas comunidades, pudessem gravar e editar material sonoro gratuitamente. A compra dos equipamentos foi aprovada pela OP, mas na reunião seguinte, a decisão pela compra dos equipamentos foi apresentada pela diretora da Rádio Educativa, como sendo destinada para a utilização exclusiva da Rádio Educativa.[120] Do projeto inicial restaram apenas alguns programadores que antes faziam parte de rádios comunitárias e agora integravam no corpo desta emissora dentre eles o programa "Maluco Beleza", anteriormente um programa da Rádio Muda chamado "Programa do Candinho".

Um dos responsáveis pelo "Programa do Candinho" em entrevista concedida especialmente para este trabalho apontou para as principais mudanças no conceito do programa, quando este deixou de ser feito através da Rádio Muda para se integrar à Rádio Educativa. As mudanças apontadas por este programador estão todas relacionadas às diferenças estruturais entre as emissoras. Para confeccionar o programa na Rádio Muda, os internos do Hospital Psiquiátrico "Cândido Ferreira" se reuniam semanalmente para discutir sobre o conteúdo a ser produzido, organizavam o material e realizavam o programa "ao vivo", com a manipulação técnica de estúdio sendo efetuada pelo próprio grupo. Muitas vezes os internos improvisavam diante dos microfones e o programa era realizado num clima de informalidade e conexão direta com o ouvinte, que podia se manifestar imediatamente.

Relocado agora para a Rádio Educativa, o "Programa do Candinho" tornava-se mensal e já não era mais realizado "ao vivo". O material recolhido pelos internos do hospital era reunido e levado até a Rádio para a edição. Ali as locuções eram gravadas em separado das trilhas e a edição do programa ficava ao encargo do técnico de estúdio, que seguia em parte o roteiro sugerido pelo coordenador do

[120] Depoimento de Jerry da ABRAÇO de Campinas, nesta época envolvido com a criação da Rádio Educativa. Este fato resultou em seu pedido de demissão da emissora.

programa e em parte o seu próprio *feeling*. Não havia mais espaço para improvisações nem para a participação direta do ouvinte, na medida em que o programa era gravado. Essa transformação no conceito do programa representou por um lado, um aumento na qualidade do mesmo, por outro lado, um distanciamento entre os programadores e os ouvintes, bem como o distanciamento entre os programadores e a manipulação técnica do estúdio.

Para o coordenador do programa "Maluco Beleza" essa mudança não afetava, inicialmente, o seu principal objetivo, que era o da re-inserSão social dos "pacientes" desse hospital, no entanto, a formalidade exigida pelo padrão de qualidade da Rádio Educativa tirou do "Programa do Candinho" a característica de ser totalmente produzido pelos internos do hospital, através da inserção das figuras intermediárias do diretor de programação e do chefe de edição. Essas figuras intermediárias provocaram a primeira censura ao programa "Maluco Beleza".[121] Para a Rádio Muda a saída do "Programa do Candinho" de sua grade, representou a perda de um de seus programas mais importantes.

O diálogo entre a Rádio Muda e a administração municipal também trouxe a perspectiva para dentro do debate do coletivo, de que o PT era de fato o partido que se colocava como representante dos interesses das rádios comunitárias, contraditoriamente a essa perspectiva havia o projeto da Rádio Educativa, concluído de forma bastante diversa do original e sob o aspecto de uma emissora estatal, este muito condizente com o antigo projeto do partido, apresentado durante o início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, onde o discurso democratizante aparece na forma de um sistema estatal em contraposição ao sistema privado. Apesar dos anos terem transformado o discurso político deste partido com relação à democratização da mídia, entre outros aspectos, apesar também de este partido ter assumido a batalha pela legalização das rádios comunitárias e falar em favor destas sempre que é questionado, o resultado da Rádio Educativa aponta para um sentido político dentro do PT sobre

[121] Segundo Jerry da Abraço de Campinas, alguns internos do hospital estavam sentados às portas da torre da emissora descansando antes de iniciar a gravação do programa de junho de 2002. A diretora da rádio ao vê-los sentados às portas da emissora, tomou-os por um grupo de indigentes e com o auxílio de um segurança, exigiu que estes se retirassem do local. Toda a confusão foi gravada pelos internos do hospital, que imediatamente inseriram o incidente no que seria o programa daquele mês. Quando a diretora da emissora ficou sabendo que a sua atitude diante do grupo dos internos seria levada ao "ar" pelo programa, exigiu que esta gravação fosse cortada da edição final.

o tema das comunicações, bastante tradicional e muito pouco democrático. Cabe aqui a pergunta: o que será da Rádio Educativa quando mudar o partido que a administra?

Em outubro de 2001 chega ao conhecimento da Rádio Muda o boato de que a emissora está prestes a receber a primeira visita da Anatel e da Polícia Federal. Em nove anos de existência, essa é a primeira vez que a emissora se vê frente a frente com a possibilidade de sofrer com a repressão. Este boato mobilizou o coletivo que retirou dos estúdios da rádio todos os seus equipamentos, mantendo-a fora do ar por cerca de um mês. Após esse período, os membros do coletivo decidiram retornar às suas atividades normais, mesmo sob o risco de serem pegos pela polícia.

Em janeiro de 2002 a Rádio Muda parte para a segunda edição do Fórum Social Mundial em Porto Alegre/RS. Desta vez a Rádio vai com a intenção declarada de ministrar oficinas e dialogar com o movimento de rádios comunitárias. Ela também conta com um espaço reservado para a sua instalação no Acampamento da Juventude. Sua atuação no I Fórum garantiu a abertura desse espaço para a concentração dos representantes das rádios livres e comunitárias do Brasil e do mundo. As oficinas de rádio contam agora com a participação de inúmeros radiocomunitaristas e o diálogo estabelecido entre a Rádio Muda e as outras rádios, segue o resultado das experiências de aproximação entre esta e o movimento institucional. Novamente a rádio consegue servir de instrumento para as lideranças dos movimentos sociais ali representados e funcionar como veículo de comunicação do próprio acampamento.

A grande novidade ficou por conta de um contato que a Rádio esperava realizar com o CMI, o Centro de Mídia Independente. Ao longo de todo ano de 2001 alguns membros da Rádio Muda entraram em contato com essa rede mundial de informação e contra-informação, que funciona basicamente via Internet e possui sucursais em diversos países do globo.[122] Desse contato surge a idéia

[122] O CMI atua de forma descentralizada, seus membros são voluntários e formam coletivos regionais independentes. Esses coletivos regionais formam o coletivo nacional que decide sobre questões de interesse geral dos CMIs do país. As matérias são publicadas em suas páginas na Internet de duas formas: a coluna da esquerda é composta por matérias publicadas pelos membros dos coletivos regionais, enquanto que a coluna da direita é aberta para a publicação a qualquer pessoa.

de um encontro entre membros dos dois coletivos durante os trabalhos no II Fórum. A Rádio Muda logo se surpreende com a capacidade de organização do CMI, que lhe é familiar em muitos aspectos, embora este tenha uma estrutura muito maior. Neste II Fórum o CMI conta com um ponto de Internet no Acampamento, além de vários membros especializados na área de computação. O encontro entre os coletivos se dá de forma satisfatória num momento em que uma das principais pautas de discussão é a da convergência de tecnologias de comunicação, a chamada "convergência digital".

Para o CMI, que atua via Internet, o tema da convergência digital é uma realidade cotidiana. Para os integrantes da Rádio Muda este tema é uma novidade sobre a qual ninguém está suficientemente informado. Para o CMI a Rádio Muda é vista imediatamente como sendo um grupo de mídia independente com muitas afinidades que vão desde a estrutura coletiva descentralizada, até a ausência do mercado como mediador das relações comunicativas. Imediatamente surge uma parceira em torno de um projeto ambicioso: de retransmissão digital do sinal da Rádio Muda via Internet.

Ali mesmo no Acampamento da Juventude durante o II Fórum Social Mundial é realizada com sucesso a primeira experiência de transmissão do sinal da Rádio Muda via Internet. Para os integrantes do coletivo da rádio, essa experiência significou novas perspectivas de atuação num campo muito mais amplo de possibilidades:

> "A gente estava discutindo a lei de rádios comunitárias, o *dial* e de repente aparece um outro universo, a Internet que todo mundo parecia conhecer muito bem... assim se concretizou a união entre FM e Internet, Rádio Muda e CMI. Logo depois apareceu o R..., que a gente conheceu no II Fórum, logo depois ele entrou na Unicamp em Engenharia da Computação e ele falou que a missão dele em ir para a Unicamp era colocar a Muda na Internet definitivamente e em três meses ele fez isso". [123]

Apesar desse frutífero contato entre a Rádio Muda e o CMI, sua atuação no II Fórum, para alguns dos seus membros, parece ter sido menos bem sucedida do que no ano anterior. Havia se criado em torno do Fórum e da Rádio uma enorme expectativa de que esta segunda edição do evento seria ainda melhor do que a primeira. Porém problemas de última hora ameaçaram a atuação do coletivo. O transmissor da emissora móvel se queimou no primeiro minuto de transmissão, o que levou os

[123] Fala de Júlio Matos em entrevista concedida para este trabalho.

integrantes do coletivo a perderem dois dias de evento enquanto o equipamento era consertado. Outro problema surgiu através do próprio caráter aberto da emissora: sempre mantendo o microfone à disposição de quem quisesse expressar alguma idéia, a organização do acampamento acabou se sentindo “atacada” pelas críticas feitas por um grupo de *punks* que se apropriaram do microfone da emissora por alguns minutos. Curiosamente na chamada “Cidade das Cidades”, dentro de um evento marcado pela diversidade, as críticas à organização do Acampamento não foram bem recebidas e a rádio começou a ser coagida por estes, a criar um critério de seleção para impedir que discursos “impróprios” fossem proclamados. Isso levou alguns membros do coletivo a refletir sobre o subtítulo do Fórum Social Mundial: “*Um Mundo Novo é Possível*, desde que não haja oposição, ou que esta se mantenha calada...”

Apesar desses problemas, a rádio consegue cumprir com seus objetivos principais. Ministra várias oficinas durante o evento, dialoga com outras rádios e outros movimentos sociais e volta de Porto Alegre ainda mais conhecida do que no ano anterior. Esse reconhecimento provoca novas rádios e novos interessados em procurar pela Rádio Muda como forma de obter contatos e “conselhos”. No entanto o coletivo resiste em assumir a representação de um movimento que está marcado pela diversidade de opiniões e objetivos. A Rádio Muda não tem a resposta política adequada para todas as formas existentes de apropriação do rádio. Sua aproximação com o movimento de rádios comunitárias visava ampliar o horizonte de diálogo entre a emissora e outras rádios, mas sem a intenção de representar as reivindicações do movimento. Por outro lado, aumentam as rádios no país que procuram se afastar do modelo comunitário, aproximando-se do conceito de rádio livre. Para estas rádios, a Rádio Muda é um exemplo de organização e resistência e o diálogo entre elas se estabelece de forma menos complexa do que com as comunitárias.

Enquanto a Rádio Muda atua nos espaços abertos de diálogo, no Congresso Federal a questão das rádios comunitárias continua sendo discutida. Lideradas pela ABRAÇO, as rádios comunitárias reivindicam agilidade nos processo de outorga e concessão de canais. Há aproximadamente dez mil

pedidos acumulados e não contemplados pelo Minicom.[124] Dessas reivindicações, surgem projetos de lei problemáticos:

> "Agência Câmara: por Karla Wathier/PR 15/5/2001 15h03
> COMISSÃO É CONTRÁRIA A MP DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS
> Deputados da Comissão de Ciência e Tecnologia protestaram contra a Medida Provisória que transfere ao Ministério das Comunicações a concessão da licença provisória para o funcionamento de rádios comunitárias, antes de passar pelo Congresso. Hoje, para uma rádio comunitária começar a operar, precisa de aprovação do Ministério das Comunicações, da Câmara e do Senado. A autorização vale por três anos, podendo ser renovada uma única vez por igual período. Atualmente, tramitam no Congresso cerca de 700 pedidos de autorização.Os deputados da Comissão de Ciência e Tecnologia não aprovaram a atitude do Governo e prometem recorrer à Justiça se a Medida Provisória não for modificada.
> O deputado Dr. Hélio (PDT-SP) afirma que o ministro Ronaldo Sardenberg já foi notificado da insatisfação dos deputados. "Estamos dispostos a pedir a inconstitucionalidade dessa medida no Supremo".
> O deputado Luiz Moreira (PFL-BA) defende a agilidade no processo de autorização e admite que a MP causou mal-estar entre os parlamentares. Para ele, o caminho mais fácil seria a aprovação do projeto que permite o funcionamento provisório das rádios comunitárias antes da aprovação do Congresso. A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação".

Quase um ano após o início do debate sobre essa questão, outro projeto de lei que procura substituir a morosidade do Congresso nos processos de outorga de concessões para exploração *comercial*, propôs com base no precedente aberto as rádios comunitárias o seguinte (note que o relator do projeto é o mesmo que no texto acima defende a medida sobre as rádios comunitárias):

> "Agência Câmara, por Natalia Doederlein/LC 14/3/2002 12h12
> Aprovada autorização provisória para radiodifusão
> A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática aprovou ontem o parecer do relator, deputado Luiz Moreira (PFL-BA), ao Projeto de Lei 5042/01, de autoria do deputado Magno Malta (Pl-ES), que autoriza a operação, em caráter provisório, das outorgas de emissoras de radiodifusão. A proposição pretende dar mais celeridade ao processo de outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, cujo processamento envolve a manifestação conclusiva do Congresso Nacional, nos termos definidos no art. 223 da Constituição Federal.
> O autor da proposição argumenta que a demora no processamento das outorgas, tanto da parte do Poder Executivo, no processo de licitação, quanto da parte do Congresso Nacional, "que normalmente não obedece ao prazo de urgência constitucional de 45 dias para deliberação em cada Casa, além de penalizar os interessados na exploração dos serviços, retarda o ingresso nos cofres públicos das importâncias devidas pelos vencedores das licitações, considerando que o ato só produz efeitos após deliberação final do Congresso Nacional".
>
> RÁDIOS COMUNITÁRIAS
> O relator ressalta que a autorização em caráter provisório já ocorre com concessões de rádios comunitárias por força de medida provisória. "A decisão, com muito mais razão, pode ser estendida aos demais serviços outorgados pelo Executivo, que dependam de homologação desta Casa".
> Com o mesmo objetivo, de dar celeridade ao processo, o relator apresentou emenda fixando 30 dias de prazo para que o Poder Executivo remeta o processo para exame e apreciação do Congresso Nacional, após publicação do ato de outorga no Diário Oficial da União. "Isto se justifica pelo fato de haver um grande hiato temporal entre a publicação do ato competente do Executivo e a remessa da mensagem com os autos ao Congresso Nacional". O parecer do relator foi aprovado por unanimidade. A proposição, que tramita em

[124] O próprio Minicom não soube dizer ao certo quantos pedidos de concessão para rádios comunitárias estavam acumulados.

caráter conclusivo, será encaminhada para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação".

Este projeto que pretendia dar celeridade aos processos de outorga e concessão apresenta um grave problema. Como foi observado, a Constituição Federal de 1988 trouxe alguns avanços no capítulo sobre a Comunicação Social com relação às constituições anteriores. Um desses avanços foi à descentralização do Poder Executivo de outorgar e renovar concessões para as mãos do Poder Legislativo, ou seja, da Câmara Federal. Até então os pedidos de concessão de canais de rádio e Tv eram apreciados apenas pelo Ministério das Comunicações e pelo Presidente da República. Essa concentração de poder nas mãos do Executivo gerou inúmeras anomalias, como o "festival de concessões do Governo Sarney" entre outras já explicitadas no segundo capítulo deste trabalho.

O projeto constitucional inicial previa a apreciação dos pedidos de concessão pelo Congresso Federal e pelo Conselho de Comunicação Social. A Carta final manteve apenas a competência do Congresso Federal na apreciação dos pedidos. O projeto que pretendia acelerar os processos de concessão para as rádios comunitárias lançado em junho de 2001 retirava do Congresso Federal a competência de avaliar os pedidos e encaminhar os litigantes ao Minicom. Este projeto concebido como forma de "auxiliar" o processo de institucionalização das rádios comunitárias serviu como precedente para um projeto semelhante que pretendia igualmente retirar do Congresso Federal a competência de avaliar os pedidos de concessão para as rádios comerciais. Como resultado, a proposta representava um retrocesso aos parcos avanços conseguidos pela Constituição Federal de 1988, remetendo a política de comunicação às mesmas condições de concentração de poder no Executivo Federal existentes anteriormente.

Enquanto esse projeto tramita no Congresso a projeção da Rádio Muda no país, conseguida através do incentivo que esta promove para o surgimento de novas rádios livres, irá provocar uma reação representada pela segunda visita dos agentes da Anatel e da Polícia Federal no *campus* universitário.

A Polícia Federal só pode entrar num *campus* universitário com autorização da reitoria. Em outubro de 2002, um mandado judicial pressionou o reitor a permitir a entrada dos agentes da Anatel. Ao que tudo indica, os agentes são instruídos a não prender nem acusar nenhum dos estudantes. Os fiscais da agência tentam apenas apreender os equipamentos da rádio sem indiciar nenhum programador. Assim sendo, postam-se diante do estúdio esperando o momento em que este esteja vazio para a invasão e apreensão. No entanto um dos programadores da rádio percebe o movimento dos agentes e dá o alarme. Em poucos minutos, estudantes, professores, funcionários do campus se aglomeram em torno do estúdio da Rádio Muda, iniciando uma manifestação de resistência.

A reitoria é logo contatada pelos manifestantes e temendo uma reação violenta, envia um representante para intermediar o conflito que parece iminente. Enquanto a confusão acontece, alguns programadores da emissora retiram de dentro do estúdio o transmissor, que é levado às pressas para outro local. Há cerca de 150 manifestantes em frente à rádio e os agentes da Anatel e da Polícia Federal são convencidos a se retirar.

O caso chama a atenção da mídia que corre para o local a fim de colher informações. Uma das programadoras da rádio é entrevistada. Essa programadora não é aluna da universidade e não sabe ao certo como foi que os "mudeiros" souberam da invasão. Ela declara acreditar que a notícia tenha vindo da própria reitoria. No dia seguinte o jornal publica essa informação e a Polícia Federal abre um inquérito para investigar se a informação sobre a busca e apreensão dos equipamentos da Rádio Muda "vazou" da reitoria. Tanto a programadora em questão, quanto um representante da reitoria são chamados a prestar depoimento na Polícia Federal. Este fato marca a abertura de uma nova discussão dentro do coletivo: não foi esta a primeira que a rádio sofreu uma intervenção desfavorável da mídia. Como um projeto de comunicação alternativa, sem vínculos institucionais, mercadológicos, políticos ou religiosos, a Rádio Muda sabe como as informações nos meios de comunicação comerciais são produzidas. Ela sabe do risco que corre ao se expor para a mesma mídia que pretende combater, por outro lado, a experiência desta rádio livre universitária é tão *sui generis*, que a mídia cada vez mais se

interessa e procura por ela, mas o resultado deste interesse é a construção de uma imagem que se distancia da realidade da emissora chegando a ser muitas vezes desfavorável.

Quinze dias após essa intervenção a Rádio Muda recebe uma segunda visita dos agentes da Anatel e da Polícia Federal. Desta vez o coletivo é advertido por um telefonema anônimo e um dos programadores se dirige às pressas para o estúdio a fim de retirar os equipamentos antes da chegada dos agentes. Estes de algum modo são também advertidos de que a invasão será inútil, uma vez que o estúdio se encontra vazio e desistem da investida.

Estas tentativas de apreensão por parte da Anatel e da Polícia Federal pressionam a reitoria a procurar estabelecer um diálogo com a rádio. O reitor oferece aos "mudeiros" a oportunidade de reunir os documentos necessários e enviar ao Congresso o pedido de legalização. A Rádio Muda se nega a ser institucionalizada e procura explicar suas razões para se manter à margem da legislação. O reitor sabe que a Anatel e a Polícia Federal não irão desistir de fechar a rádio, por outro lado ele não pode obrigar os estudantes a regularizarem a emissora. Quanto mais a Muda se torna conhecida como uma rádio que viaja pelo país, atuando junto do movimento de rádios livres, incentivando de assessorando a criação de novas rádios, maior é o interesse da agência fiscalizadora e das rádios comerciais da região de Campinas em fechá-la.

Como resposta a essas duas tentativas frustradas de fechamento, o coletivo produz o vídeo *"Deus e o Diabo nas ondas do ar"*, que é exibido pela primeira vez no seminário de pesquisa da Associação dos Estudantes de Pós Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas em 2002. O vídeo retrata a invasão dos agentes da Anatel no estúdio da rádio e a "transferência" às pressas de seus equipamentos. Além disso, o vídeo também traz depoimentos do juiz federal Paulo Fernando Silveira, do reitor da Universidade Estadual de Campinas, da juíza federal Salete Macaloz, do ativista José Arbex, do professor de filosofia Armando Boito, entre outros nomes conhecidos da intelectualidade brasileira, todos falando em favor das rádios livres e comunitárias, em favor das experiências universitárias de rádio livre pela democratização dos meios de comunicação. Este vídeo passa a ser

exibido em todos os eventos e palestras para os quais a Rádio é convidada. Logo em seguida é produzido um quarto vídeo sobre o II Fórum Social Mundial que procura resumir a atuação da Rádio Muda nos dias do evento, com falas de lideranças de movimentos sociais sobre as rádios livres e comunitárias. Através de um patrocínio, o coletivo da emissora consegue produzir cópias desses vídeos, incluindo no pacote as duas primeiras produções feitas para a Tv Educativa do Rio de Janeiro. Estas cópias são enviadas para diversas regiões do país e são apresentadas no III Fórum Social Mundial e no evento Mídia Tática em março de 2003.

Colhendo elogios por onde passam, os vídeos são um manifesto em favor da livre manifestação do pensamento, das experiências de apropriação e uso dos meios de comunicação pelas comunidades e pelos movimentos sociais para o fim da repressão a essas experiências.

A resistência ao fechamento da Rádio Muda é vista como uma vitória parcial frente à repressão, o que contribui para aumentar os méritos da rádio junto da opinião pública. Ela é convocada a participar dos preparativos para a terceira edição do Fórum Social Mundial, que agora pretende incentivar a instalação de uma rádio que represente todo o movimento de rádios livres e comunitárias do país. Da mesma forma outras rádios são convocadas a participar dos fóruns regionais preparatórios: a Rádio Favela em Belo Horizonte, a Rádio Restinga de Porto Alegre, a Rádio Bicuda do Rio de Janeiro, a Rádio Grande Cruzeiro, também do Rio Grande de Sul, dentre outras.[125] O projeto se inicia, mas não há continuidade. A Rádio Muda se esforça para dialogar com a organização do Fórum Social Mundial, mas não consegue estabelecer a comunicação, ficando limitada a agir individualmente.

O coletivo da Rádio não quer mais uma ação individual no III Fórum. Nas outras duas edições do evento, a Muda conseguiu ampliar seus contatos com o movimento. Para a terceira edição, o coletivo planeja organizar um encontro de rádios livres e comunitárias de todo o país para lançar um projeto que foi sendo construído ao longo dos dois anos de participação da emissora no Fórum Social Mundial.

---

[125] A Rádio Bicuda do Rio de Janeiro era uma rádio especializada em educação ambiental, que também promovia um programa ligado à Rede Mulher, do projeto Cemina. Ela recebeu a visitação da Anatel e da Polícia Federal em outubro de 2002 e foi fechada, o que gerou protestos dos radiocomunistaristas de diversos pontos do país.

No II Fórum a Rádio Muda estabeleceu um frutífero contato com o Centro de Mídia Independente. Como já foi dito, o Centro de Mídia Independente funciona através da rede mundial de computadores. A experiência de rede do CMI incentiva a Rádio Muda a criar o projeto da Rede de Rádios Livres.

A idéia de criar uma rede de rádios livres e comunitárias não é nova. A RBC (Rede Brasil de Comunicação Social) é atualmente a rede de rádios comunitárias no país.[126]No entanto essa rede de rádios comunitárias atua de forma bastante diversa do projeto da Rádio Muda. Em parceria com o CMI, o projeto desenvolvido pretendia que as rádios transmitissem toda a sua programação via Internet, através de uma tecnologia de transmissão desenvolvida a partir de um *software livre*, conhecido como *streaming*. A transmissão de toda a programação das rádios livres do país via Internet, possibilitaria aos usuários da rede, conhecer e trocar os conteúdos produzidos por estas. Além da troca de informações, a idéia também visava possibilitar o caminho inverso da transmissão, ou seja, captar as rádios via Internet e retransmitir seus programas pelos transmissores convencionais de outras rádios livres do país e do mundo. Essa idéia acabava com as limitações geográficas da transmissão convencional, tornando possível, por exemplo, que uma rádio como a Rádio Magnífica de Goiânia, fosse ouvida na freqüência da Rádio Muda em Campinas.

Além da idéia de unir a tecnologia analógica do rádio convencional à tecnologia digital da Internet através de um *software livre,* o projeto da rede pretendia criar um fluxo contínuo de informações acerca das rádios livres do país.

Com a intenção de criar essa rede, a Rádio Muda inscreveu-se oficialmente no III Fórum Social Mundial e buscou formar parcerias com a AMARC, a Oboré e o CMI, para levar o maior número possível de rádios livres e comunitárias para as três oficinas da Rádio Muda no evento. Foi realizado um encontro entre a Rádio Muda, a presidente nacional da AMARC, Taís Ladeira, o diretor da Oboré, Sérgio Gomes, uma representante da Rádio Ralacoco de Brasília e uma representante da Federação das

[126] A RBC vem sofrendo duras críticas em virtude de seu apoio ao projeto da ONG Viva Rio, de retransmissão nas rádios comunitárias, do áudio dos programas de maior audiência da Tv Globo.

Rádios Comunitárias do Rio de Janeiro. Nesta reunião foram discutidas as propostas de criação de uma rede de rádios, cujo primeiro passo seria conseguir realizar no Fórum, um encontro que contasse com a presença de todas as rádios livres universitárias. A idéia era iniciar experimentalmente a rede, através das rádios livres universitárias, cujo perfil se assemelhava mais ao da Rádio Muda do que as rádios comunitárias.

Terminados os preparativos para o encontro, integrantes do coletivo partiram antecipadamente para Porto Alegre levando em sua bagagem os equipamentos reservas da emissora móvel.

A chegada em Porto Alegre se deu durante os últimos dias do Fórum de Educação, que precedeu o Fórum Social Mundial, porém essa terceira participação no evento, ao mesmo tempo em que seria a mais importante, seria também a mais problemática. Logo no primeiro dia a Rádio Muda encontrou uma resistência por parte dos radiocomunitaristas que haviam instalado a Rádio Comunitária Social Mundial no Acampamento da Juventude. Esta rádio era a concretização do projeto que foi anunciado à Rádio Muda no Fórum Social de São Paulo em outubro do ano anterior e pretendia concentrar em si todos os representantes das rádios livres e comunitárias do país.

A idéia da criação de uma emissora comunitária que representasse o movimento de rádios no Brasil e no mundo não era novidade, pois a Rádio Muda vinha participando do Fórum desde 2001, com o intuito de abrir no evento, um espaço para o debate do movimento. Apesar de pioneira no Fórum Social Mundial, a Rádio Muda foi colocada à margem da proposta de criação de uma rádio comunitária mundial no Acampamento da Juventude.

Assim que os integrantes do coletivo entraram em contato com os organizadores da Rádio Comunitária Social Mundial, receberam a proibição de instalar outra emissora no mesmo local. Os membros do coletivo da Rádio Muda invadiram a reunião da Rádio Comunitária Social Mundial para discutir a questão da proibição. Nesta reunião ficou claro que a Rádio Muda não era bem vista pela Rádio Comunitária Social Mundial, uma vez que defendia uma proposta de desobediência civil como forma de resistência às políticas de comunicação e à própria institucionalização do movimento. No

entender de alguns dos presentes, essa proposta era o equivalente a nenhuma proposta de ação, uma vez que a intenção de legalizar as rádios comunitárias prevalecia no movimento. Para estas lideranças, a Rádio Muda pregava um retrocesso aos avanços burocráticos de institucionalização das rádios comunitárias que vinham sendo propostos pela liderança nacional da ABRAÇO.

A Rádio Muda estava sendo compreendida como uma rádio divergente, que representava o perigo da desorganização do movimento. Foi oferecida a possibilidade aos membros do coletivo, de se integrarem ao grupo que compunha a Rádio Comunitária Social Mundial, porém essa integração atrapalhava os planos da Rádio Muda de transmitir via Internet para Campinas a "cobertura" do Fórum, também a impedia que as oficinas fossem realizadas da maneira tradicional: com liberdade de expressão através dos microfones abertos. Além disso, essa oferta não garantia que houvesse espaço dentro da rádio para as propostas políticas divergentes da Rádio Muda.

Os membros da Rádio Muda não aceitaram a proibição e exigiram o direito de participar daquele evento da mesma forma como haviam feito nas duas edições anteriores. Além disso, para o III Fórum Social Mundial a Rádio Muda organizara três oficinas oficiais, que contariam com a participação de diversas rádios do país. A idéia de criar uma rede via Internet seria demonstrada com a transmissão da emissora diretamente do Acampamento da Juventude, para o transmissor localizado em Campinas. Os membros da Rádio Comunitária Social Mundial protestaram alegando que a Rádio Muda havia se mantido ausente durante os preparativos do Fórum e que por isso, não tinha agora o direito de exigir um espaço de participação.

Os membros do coletivo derrubaram esse argumento anunciando que haviam participado dos encontros no Fórum Social de São Paulo, onde reafirmaram a sua participação na terceira edição do evento. Além disso, dois dos membros da Rádio Muda haviam procurado sem sucesso entrar em contato com os organizadores da Rádio Comunitária Social Mundial, numa clara insinuação de que estes haviam trabalhado em deliberado silêncio.

Diante da proposta de ação concreta, através da criação da rede de rádios livres universitárias, o argumento de que a Rádio Muda defendia o conceito ultrapassado de rádio livre foi vencido, mas os membros da Rádio Comunitária Social Mundial não se convenceram e partiram para um novo argumento, baseado agora no problema físico da falta de espaço para a instalação da emissora.

Essa emissora comunitária criada com o intuito de representar todo o movimento de rádios no Brasil e no mundo, ocupava um grande espaço físico no galpão de comunicações do Acampamento da Juventude. Este espaço era suficiente para abrigar duas emissoras, mas a resistência dos membros dessa rádio, fez com que a Rádio Muda procurasse por outro local para a sua instalação. A Rádio Comunitária Social Mundial decidiu que apoiaria a instalação da emissora em qualquer outro lugar, desde que fosse mantida a proibição dela transmitir via transmissor convencional para o Acampamento. Além dessa proibição um dos líderes da rádio comunitária, exigiu que a Rádio Muda não se instalasse enquanto tal, mas sim anonimamente, ou seja, como Rádio Livre apenas, marcando definitivamente a diferença entre esta emissora e suas propostas, com movimento de rádios comunitárias que a Rádio Social Mundial pretendia representar. Esta exigência também visava impedir a projeção da Rádio Muda. Uma vez instalada como Rádio Livre apenas, todos os contatos da emissora com os movimentos sociais e com a mídia se dariam de forma anônima. Ficou claro que a Rádio Comunitária Social Mundial pretendia ser a única emissora "democrática" do evento.

Os membros do coletivo protestaram. A Rádio Muda não estava no Fórum para representar o movimento de rádios livres. Ela não podia almejar a pretensão de se intitular como Rádio Livre e atrair para si a responsabilidade de falar em nome de todas as rádios livres do país e do mundo. Como rádio universitária que discutia a questão do movimento, tomando sempre o cuidado de observar que sua situação era privilegiada diante de outras experiências não servindo, portanto, como modelo de rádio livre para outras comunidades, esta emissora sempre rejeitara a posição de liderança desse movimento diversificado por natureza. Ao contrário, ela vinha tentando se aproximar também do movimento de rádios comunitárias por reconhecer que este modelo, para algumas situações específicas, era de fato a

melhor opção. Assim os membros do coletivo que participavam do evento perceberam que todos os esforços da emissora, feitos até então no sentido de uma reaproximação do movimento de rádios livres com as rádios comunitárias através do diálogo e da troca de experiências, não havia repercutido no interior do movimento de rádios comunitárias especialmente àquele ligado a ABRAÇO nacional, que continuava defendendo a postura de representação hegemônica do movimento de rádios, repudiando a posição política divergente da Rádio Muda e das rádios livres.

Finalmente ficou estabelecido que a instalação da Rádio Muda seria efetuada ao lado do galpão de comunicações, onde seria improvisada uma tenda para abrigar os equipamentos. Ela ergueria sua bandeira como "Rádio Muda" e não rádio livre e concordava em não transmitir via analógico para o Acampamento. Com isso, ela conseguiu finalmente o apoio da Rádio Comunitária Social Mundial e uma conexão com a Internet, que foi preparada pelos membros do CMI de Porto Alegre para a transmissão digital do sinal da emissora.

Os membros do coletivo, no entanto não se deram por vencidos. A transmissão analógica era tão importante quanto à transmissão digital. Para a Rádio Muda a intervenção no espectro eletromagnético durante o Fórum Social Mundial, era uma forma de reafirmar a idéia de que a comunicação livre não depende de autorização e que a intenção das rádios livres e comunitárias deveria ser a de incentivo às experiências de apropriação e não o monopólio. Nenhum lugar poderia servir melhor à idéia de que as rádios livres e comunitárias são instrumentos para libertar as "vozes" dos movimentos sociais, quanto o Fórum Social Mundial. A postura da Rádio Comunitária Social Mundial neste sentido deixava muito a desejar, afinal ela havia exigido para si a posição exclusiva de ser a única rádio a transmitir diretamente do Acampamento da Juventude, uma contradição dentro de um movimento que propõe a multiplicação de canais democráticos de comunicação. O fato de não permitir que a Rádio Muda fosse instalada e de não garantir a sua participação através dos microfones da RCSM pôde ser compreendido como uma tentativa de monopolizar a "comunicação livre" no Fórum. Em resposta a isso, a Rádio Muda decidiu

desobedecer à imposição. Alocou seu transmissor reserva na sede do CMI, localizada no centro de Porto Alegre, enviando para lá via Internet, o sinal da emissora montada no Acampamento:

> "A Rádio Muda não pede autorização para falar nem ao reitor da universidade, nem à ANATEL, nem ao Presidente da República, porque irá pedir a autorização do movimento?" [127]

Havia ainda uma outra contradição presente na atuação da Rádio Comunitária Social Mundial. Com a pretensão de falar em nome de todas as rádios comunitárias do mundo, essa emissora curiosamente optou por transmitir em baixa potência (50 Watts), alegando ser isto condizente com a idéia de que uma rádio comunitária não deveria ultrapassar os limites geográficos da comunidade que pretendesse atingir. Essa postura que havia sido sempre defendida pelo movimento de rádios comunitárias tornava-se agora o eixo principal do argumento em favor da municipalização da lei das comunitárias. Estes projetos que pretendiam transferir a competência de outorgar concessões para rádios de baixa potência aos governos municipais estavam fundamentados na idéia de que cada emissora deve ter uma potência suficiente para atingir sua comunidade geográfica, nem mais nem menos. Esta idéia era defendida como uma resposta ao argumento da interferência de sinais, usado pela Anatel para impedir que estas rádios surgissem por todo o país. De modo geral, os projetos de municipalização "compraram" da Anatel o argumento da interferência. Tanto o projeto de municipalização levado à câmara dos vereadores da cidade de São Paulo, quanto o de Campinas, impunham a si próprios regras rígidas de controle das emissões e da potência, como forma de convencer o poder público de que assim, elas não causariam qualquer tipo de dano – ou interferência- a outras comunicações via rádio.[128]

Apesar desse argumento procurar manter a coerência entre a experiência do Fórum e as diretrizes básicas para as Radcom, a Rádio Comunitária Social Mundial defendendo a baixa potência de seu transmissor, deixava passar uma oportunidade única de intervenção maciça no espectro

[127] Fala de um dos membros do coletivo, durante a reunião com a Rádio Comunitária Social Mundial.

[128] No I Capítulo o trabalho procurou demonstrar que a questão da interferência é apenas um argumento ainda não provado, utilizado para corroborar os processos de fechamento das rádios ilegais. De modo geral, apenas transmissões em freqüências já ocupadas, ou através de equipamentos mal regulados podem causar interferências. Da mesma forma, quanto maior a potência dos transmissores, maior a possibilidade deste interferir se estiver mal regulado, daí esse argumento ter sido incorporado pelos projetos de municipalização.

eletromagnético, perdendo assim, a chance almejada de repercutir internacionalmente como sendo a maior intervenção sem concessão na história mundial do rádio, afinal, se uma rádio comunitária não deve ultrapassar os limites da comunidade que pretende atingir, quais seriam os limites para uma rádio cuja comunidade é o mundo? A repercussão de uma intervenção que unisse os diversos transmissores, das diversas rádios presentes, teria sido muito mais eficiente junto da opinião pública, do que a concentração de todos os representantes presentes no Fórum, das rádios comunitárias do mundo, sob um transmissor que atingia apenas a região do Acampamento da Juventude.

A estreita visão estratégica dos organizadores da Rádio Comunitária Social Mundial levou alguns de seus membros a se afastar dos trabalhos na emissora como foi, por exemplo, o caso da Rádio Grande Cruzeiro/RS. Esta rádio que fazia parte de uma associação dos moradores do bairro Grande Cruzeiro na periferia de Porto Alegre havia sido adquirida pouco antes da segunda edição do Fórum Social Mundial. Apesar de possuir os equipamentos para a criação da emissora, a associação dos moradores optou por enviar o pedido de concessão ao Congresso Federal antes de colocar a rádio no ar. O pedido não foi contemplado e a emissora permaneceu desligada até janeiro de 2002, quando seus membros entraram em contato com a Rádio Muda. Esta incentivou a instalação da Rádio Grande Cruzeiro, ainda que sem concessão, de forma aberta à participação da comunidade. Alguns membros do coletivo se dirigiram até a comunidade de Grande Cruzeiro a fim de instalar os equipamentos numa instituição de reclusão de menores infratores, onde a associação do bairro realizava um projeto de re-inserção social. O estúdio foi montado com o apoio da Rádio Muda e assim a Rádio Grande Cruzeiro iniciou seus trabalhos. Ainda em 2002 ela recebe a primeira visita dos agentes da Anatel e da Polícia Federal, no entanto a rádio havia sido bem sucedida em seu objetivo de atender aos interesses da comunidade, pois esta se mobilizou diante das portas do estúdio, impedindo seu fechamento.

Durante o III Fórum Social Mundial a Rádio Grande Cruzeiro foi impedida de estender sua bandeira às portas do estúdio da Rádio Comunitária Social Mundial. O argumento utilizado foi o mesmo sugerido à Rádio Muda: a RCSM deveria ser a única representante do movimento. Isso gerou

descontentamento entre os membros da Grande Cruzeiro, que se somou ao fato da RCSM estar desperdiçando a oportunidade de invadir o espectro eletromagnético com uma potência compatível às suas preensões. Desabafando sobre isso junto aos membros da Rádio Muda, a Rádio Grande Cruzeiro acabou sendo dentro da RCSM a única a defender o direito legítimo da Rádio Muda também transmitir para o Acampamento da Juventude. No primeiro dia do III Fórum Social Mundial, o clima mudou e um temporal destruiu a tenda que havia sido erguida para abrigar o estúdio móvel da rádio de Campinas. Por causa disso, o coletivo teve que se mobilizar em busca de um outro local para a instalação do estúdio. Foi a rádio Grande Cruzeiro quem convenceu a RCSM a ceder um espaço dentro do Galpão de Comunicações, ao lado de seu estúdio, para que a Rádio Muda pudesse instalar adequadamente seus equipamentos e iniciar suas atividades.

Dividindo o mesmo espaço, os membros da RCSM puderam observar de perto o trabalho da Rádio Muda e constatar que apesar de toda a intenção "democrática", a Rádio Comunitária Social Mundial não conseguia se libertar da estrutura pouco flexível sobre a qual ela havia sido criada. Enquanto esta convidava lideranças para serem entrevistadas, a Rádio Muda recebia a visitação espontânea dos participantes do evento e entregava a estes os microfones para que pudessem falar livremente sobre o que quisessem. Os membros da RCSM puderam perceber que não era o fato de a Muda ter sido a única rádio nos dois primeiros fóruns que havia garantido sua projeção, mas sim, a forma libertária de incentivar a apropriação dos meios de comunicação sem intermediações. Estando ao lado da RCSM, a Rádio Muda recebia um volume maior de visitações e colhia elogios por parte das lideranças dos movimentos sociais e das imprensas alternativa e comercial, atraindo para si e novamente, a atenção da mídia.

Não tardou para que novas divergências entre as duas emissoras surgissem na forma de discussões acaloradas e censura. Antes da ocorrência dessas discussões, as oficinas oficialmente inscritas no Fórum se iniciaram. A RSCM foi convidada a participar do encontro, mas apenas alguns de seus membros, dentre eles a Rádio Grande Cruzeiro compareceram.

As oficinas contaram com a participação de diversas rádios livres e comunitárias do país, além da participação de palestrantes como o Delegado da Polícia Federal Armando Coelho Neto, o petista Gustavo Gindre e a presidente nacional da AMARC, Taís Ladeira. Participaram das três oficinas um total de mais de cinqüenta pessoas oriundas de todas as regiões de norte a sul do país. Nelas foram discutidos os principais problemas enfrentados pelas rádios comunitárias, com alguns minutos de fala aos palestrantes seguido de um debate aberto, onde cada participante expôs sua experiência. A Rádio Muda reafirmou sua posição em favor de um movimento de rádios livres, do diálogo com o movimento de rádios comunitárias, da desobediência civil e lançou a proposta da criação de uma rede de rádios livres universitárias através da tecnologia *streaming* via Internet.

O Delegado da Polícia Federal Armando Coelho Neto expôs o resultado de suas pesquisas sobre legislação, instruindo os radiocomunitaristas presentes a manterem suas rádios no ar, ainda que sob o risco de fechamento, baseando-se nos princípios já descritos da Constituição Federal e dos direitos internacionais. A presidente nacional da Amarc, Taís Ladeira, lançou o projeto "Soltem nossos Presos", incentivando os radiocomunitaristas presentes a exigir através de ações judiciais, o resgate dos equipamentos apreendidos pela Polícia Federal e Anatel, além de procurarem contabilizar regionalmente o número de rádios comunitárias e livres existentes.

A proposta de criação de uma rede de rádios livres universitárias não excluía a participação de rádios comunitárias existentes fora do âmbito estudantil, mas se fundamentava na idéia de que as rádios livres universitárias, por estarem abrigadas dentro de instituições autônomas, "laboratórios de práticas sociais", possuíam características semelhantes entre si que favoreciam uma ação conjunta. Esta rede de rádios estava prevista para ser criada no prazo de um ano, ao final do qual, um novo encontro entre estas emissoras seria marcado para a discussão de novas diretrizes, dentre elas, projetos de extensão universitária para ampliação da rede de rádios para as comunidades existentes no entorno das universidades. O horizonte do projeto ainda previa a possibilidade de parcerias com os diversos Centros de Mídia Independente existentes no país e a criação de CMIs nas regiões onde estes ainda não

estivessem estabelecidos. Além da troca de conteúdo de programas, a rede também pretendia expandir as rádios livres pelo país através de oficinas de rádio em eventos de comunicação, através da atuação política junto das comunidades do entorno das universidades e desta forma, conseguir pressionar as autoridades do poder público no sentido de recrudescer a repressão.

As oficinas de rádio conseguiram com sucesso reunir um total de nove rádios livres universitárias que se comprometeram a integrar à rede de rádios criada pela Rádio Muda. Paralelos a esse sucesso continuaram os esforços por parte da Rádio Comunitária Social Mundial e da organização do Acampamento da Juventude para censurar as atividades da Rádio Muda. Uma das tentativas se deu por parte de um membro da RCSM, conhecido por Corsário, que à meia noite do segundo dia oficial do evento, trancou a porta do estúdio alegando que pretendia dormir ali para garantir a segurança dos equipamentos. Isso aborreceu os membros da Rádio Muda que a esta altura, pretendiam realizar um programa coletivo com todos os participantes das oficinas, dentre eles, membros de rádios livres do México, que sabendo das oficinas da Rádio Muda, haviam vindo ao Fórum para conhecer e trocar informações acerca da situação das rádios na América Latina.

Apesar dos protestos, Corsário insistiu em manter os equipamentos trancados dentro do estúdio, impedindo que os trabalhos da Rádio Muda prosseguissem pela madrugada. No dia seguinte uma nova tentativa de censura foi realizada por parte desta vez, da própria organização do acampamento. Sob a discutível alegação de que uma pessoa teria utilizado os microfones da rádio para fazer "apologia às drogas", o ponto de Internet disponibilizado para a Rádio Muda foi desconectado e a emissora foi definitivamente silenciada. Os membros do coletivo procuraram o responsável pela ação de censura. A Rádio não se responsabilizava pelas idéias transmitidas no microfone aberto, mas esse argumento não foi suficiente para que o responsável pelo ato de censura se identificasse. Todos os organizadores do Galpão de Comunicações se abstiveram de qualquer declaração sobre a situação e o caso acabou sem solução. Mesmo fora do ar, o estúdio continuou a funcionar através de alto-falantes instalados do lado

de fora do Galpão. As oficinas práticas continuaram a acontecer e o fato de a rádio não estar transmitindo não impediu que o fluxo de curiosos, simpatizantes e radioamantes continuasse a ocorrer.

De volta a Campinas, a Rádio Muda trouxe novas reflexões para o debate em coletivo. A tentativa de dialogar com o movimento de rádios comunitárias se frustrara pelas sucessivas censuras sofridas durante o Fórum. A triste conclusão era a de que falando em nome das rádios comunitárias do país, a Rádio Muda reforçava esse movimento, que por sua vez, não reconhecia a legitimidade da continuidade do movimento de rádios livres. As divergências entre o movimento institucional o movimento contra-institucional surgidas no início da década de noventa, ainda prevaleciam e impediam, ainda que parcialmente, a "re-unificação" sob a forma de reivindicações comuns a ambas vertentes.

Conclusão.

Perspectivas para o movimento.

Ao não reconhecer as rádios livres como parte de um processo democrático de apropriação pública das tecnologias de comunicação, as rádios comunitárias, principalmente aquelas vinculadas às entidades supostamente representativas, marcam seu isolamento e sua intenção de liderar hegemonicamente o movimento popular pela democratização dos meios de comunicação através de um conceito fechado de rádio comunitária. Apesar do discurso da Rádio Muda girar em torno da não institucionalização como forma de resistência e de isso ser oposto às diretrizes das rádios comunitárias, essa emissora fez algumas tentativas para se aproximar do movimento institucional com o objetivo de fortalecer algumas das reivindicações comuns a todas as rádios livres e comunitárias do país, tais como, o fim da repressão e o incentivo a abertura de canais públicos. Algumas rádios comunitárias no Fórum Social Mundial, especialmente aquelas vinculadas à ABRAÇO, mantiveram a Rádio Muda à margem da criação da Rádio Comunitária Social Mundial, provocando outros atos de censura durante os dias do evento.

A experiência do Fórum demonstrou que seria impossível avançar o movimento de rádios comunitárias no sentido de uma maior tolerância à diversidade das formas de apropriação dos meios de comunicação. As rádios comunitárias ao defenderem a hegemonia do conceito e do modelo acabavam por formar um bloco de oposição ao modelo comercial, não muito diferente do caráter monopolístico deste, que por princípio, deveria ser combatido. Deste modo a Rádio Muda e a rede de rádios livres tornavam-se definitivamente, opositoras tanto do monopólio estatal das concessões, quanto também dos monopólios de apropriação privada e comunitária –no conceito de Radcom que vem sendo

discutido - dos meios de comunicação, uma contradição dolorosa, mas criada pelo desenrolar da história desse movimento.

A Rádio Muda reafirma a sua postura em defesa das rádios livres e se distancia ainda mais do discurso favorável às rádios comunitárias. Esta postura foi inaugurada em março do mesmo ano de 2003 no evento *Mídia Tática*, realizado em São Paulo, na "Casa das Rosas" situada na Avenida Paulista. Esta edição nacional do evento procurou desenvolver um encontro de mídias alternativas e independentes. Parte do evento foi destinado às questões políticas da mídia, enquanto outra parte foi elaborada como uma espécie de "vitrine", onde os novos profissionais da área puderam expor seus trabalhos. Ali novamente em parceria com o CMI, foi criada a rádio livre "Pega Eu" que funcionou apenas durante o evento, com os microfones abertos a qualquer um que quisesse deles se apropriar, além das tradicionais oficinas. Por iniciativa do CMI, uma carta foi enviada à ANATEL uma semana antes do evento, anunciando a criação da rádio livre "Pega Eu" e "convidando" os agentes e a Polícia Federal a invadir a "Casa das Rosas". A idéia era promover uma ação de resistência que fosse visível tanto para a mídia alternativa, tema do evento, quanto para a mídia oficial que também estava presente.

Apesar do III Fórum Social Mundial ter marcado o início de uma nova fase para a Rádio Muda, onde ficou evidente que o diálogo com o movimento de rádios comunitárias é mais problemático do que se supunha até então, esta não se encontra mais isolada do movimento. A Rede de Rádios Livres Universitárias se expandiu desde o seu lançamento e hoje dá mostras de ter ganhado independência diante da sua própria criadora, a Rádio Muda. Em julho desse ano a Rádio Magnífica de Goiânia consegue colocar seu sinal via Internet, a Rádio Ralacoco participa ativamente dos encontros do Conselho de Comunicação Social em Brasília e sofre represálias por parte da direção nacional da ABRAÇO, por não concordar com sua posição política. A Rádio Livre da USP é criada por incentivo da Rádio Muda, assim como a Rádio Livre da Universidade Federal de Santa Catarina. A Rádio Cega de Limeira também volta ao "ar" no mesmo ano inspirada pela sua "irmã" a Rádio Muda, bem como a Rádio Landel em São Paulo. A Rádio Interferência do Rio de Janeiro reabriu suas portas através do

incentivo da Rede de Rádios Livres, após uma obscura visitação de um policial à paisana e sem mandado judicial ao seu estúdio. Atualmente a Puc-Campinas tem realizado eventos a fim de arrecadar fundos para a criação da Rádio Nova no Campus de Barão Geraldo, contando com o apoio incondicional da Rádio Muda. Todas estas rádios têm características muito semelhantes à da Rádio Muda. Estas são pequenas vitórias diante do contexto nacional que aponta para a hegemonia das rádios comunitárias à frente do movimento, porém, são vitórias que renovam o movimento de rádios livres e reafirmam o fato de que a apropriação pública e popular dos meios de comunicação é um movimento social com características espontâneas, surgido a partir de um contexto onde o papel das tecnologias de comunicação dentro da sociedade passa a ser supervalorizado enquanto bem de consumo e instrumento de poder. A apropriação de meios de comunicação torna-se um direito universal, na mesma medida em que cresce sobre eles e sobre a sociedade, o controle do capital. O fato de que se apropriar de tecnologias de comunicação é hoje tão necessário quanto é a própria alfabetização, torna difícil haver diretrizes a partir de um movimento organizado centralizador e hegemônico, que estabeleçam regras bem definidas sobre como devem ocorrer essas apropriações e para quais finalidades. Elas surgem muitas vezes da própria necessidade de rompimento com as regras já estabelecidas. A institucionalização do movimento de rádios representa o surgimento de novas regras sobre a apropriação dos meios de comunicação, ao lado –e não contra-, as regras já existentes. Estas experiências de desobediência às velhas e novas formas de controle sobre os meio rádio, demonstram que a sociedade caminha lentamente, mas determinada a libertar cada vez mais, novos canais de expressão da cultura e do pensamento e para cada ação de censura, seja esta proveniente do poder público, do poder privado, ou do próprio movimento de rádios comunitárias, novas rádios livres continuam surgindo.

As perspectivas para o movimento de rádios livres não são as melhores. Na reunião do Conselho de Comunicação Social de agosto de 2003, a Ralacoco é ameaçada pela ABRAÇO de ser denunciada à ANATEL, caso insista em manter sua oposição à hegemonia desta entidade. Este incidente suscita

algumas reflexões. A ABRAÇO, assim como outras entidades que pretendem representar o movimento de rádios comunitárias, parecem querer se estabelecer diante do poder público, como instituições auto-reguladoras das Radcom. Para tal ela mantém uma postura semelhante a da própria ABERT, na medida em que reclama para si o direito de decidir sobre todas as questões relativas às rádios comunitárias antes que ocorra a intervenção federal. Para ela é imprescindível ser reconhecida como entidade representativa. Para se tornar efetivamente representante do movimento de rádios comunitárias, é necessário reduzir as vozes divergentes a meros sussurros, nem que para isso ela tenha que desempenhar o papel repressor.

Estas reflexões, entretanto, são calcadas em fatos muito recentes. Há discordância dentro da própria ABRAÇO, dividida em sucursais regionais que lançam projetos independentes da central nacional. Dessas discordâncias, somadas às rádios livres, que formam o todo da oposição à oposição por assim dizer, pode vir a surgir um novo movimento. Em breve teremos a inserção do rádio digital no Brasil e isso certamente provocará mudanças em todos os aspectos da comunicação. Se a oposição ao movimento institucional continuar a crescer, é possível que o aspecto político desse movimento sofra profundas transformações. Tudo o mais que se possa dizer no momento, são conjecturas ainda mais abstratas, mas uma coisa é certa: as batalhas pela democratização do meio rádio ainda não acabaram.

Bibliografia:

ADORNO, Theodor. "Conceito de Iluminismo." *In*: *Os Pensadores.* São Paulo. Ed. Nova Cultural, 1999.

__________. "O Fetichismo na Música e a Regressão na Audição" *In: Os Pensadores.* São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999.b

AMORIM, José Salomão David. "Políticas de Comunicação no Brasil: evolução e impasse". In: GOMES, Pedro Gilberto e PIVA, Márcia Cruz. *Políticas de Comunicação: Participação Popular.* UCBC - União Cristã Brasileira de Comunicação Social. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

ARATO, Andrew. COHEN, Jean. "Sociedade Civil e Teoria Social." In: AVRITZER, Leonardo. *Sociedade Civil e Democratização.* Belo Horizonte, MG: Livraria Del Rey Editora, 1994.

ARNS, Paulo Evaristo. *Discutindo o Papel da Igreja.* São Paulo, ed. Loyola, 1980.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos* .Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. *Além dos Meios e Mensagens. Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico.* Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A., 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos.* Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para se entrar e sair da modernidade.* São Paulo, Ed. USP. 2000.

CAPARELLI, Sérgio. "Meios de Comunicação e Constituinte." In: CASTRO, Antônio Escoteguy, *Política da Constituinte.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, pp. 33 - 38.

CARVALHO, Fátima Lampreia. "Continuidade e Inovação: conservadorismo e política do comunicação no Brasil." *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* V.15, nº 43, pp.147 - 162, 2000.

CITELLI, Adilson. *Comunicação e Educação. A linguagem em movimento.* São Paulo: SENAC, 2000.

CONTI, Mario Sérgio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COSTA, Sergio. "Movimentos Sociais, Democratização e a Construção de Esferas Públicas Locais". In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V. 12, nº 35, pp. 121 - 134, outubro/1997.

EVERS, Tilman. Os Movimentos Sociais Urbanos: O caso do “Movimento do Custo de Vida”. In: MOISÉS, José Álvaro. *Alternativas Populares da Democracia:* Brasil, anos 80. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, São Paulo: CEDEC, 1982, pp. 73 -98.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Comunicação e Resistência na Imprensa Proletária.* São Paulo, 1990. Tese (Livre Docência em “Cultura Brasileira”) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. *Idéias para a nova Constituição Brasileira.* São Paulo: Saraiva, 1987.

FILHO, José Paulo Cavalcanti. “E Lord Jones Morreu- Discurso por Controles Democráticos ao Poder dos Meios de Comunicação.” In: FILHO, José Paulo Cavalcanti. *Informação e Poder.* Rio de Janeiro: Record; Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. *O Direito de Antena em Face do Direito Ambiental no Brasil.* São Paulo: Saraiva. 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 8ª Ed., 1979.

__________________. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: RJ, 1987.

GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular: Pulsações políticas do desejo.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunitativa,* I: Racionalidade de la acción y racionalización social. Buenos Aires, Argentina: Taurus Humanidades 2ªed. 2001.

__________________. *Teoria de la acción comunitativa,* II: Crítica de la razón funcionalista. Buenos Aires, Argentina: Taurus Humanidades 2ªed. 2001.b

__________________ “Técnica e Ciência como Ideologia” *In:* BENJAMIN, HABERMAS, HORKHEIRMER, ADORNO. Coleção *Os Pensadores.* São Paulo. Ed. Abril, 1975.

HOLLANDA, Heloísa Buarque & GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e Participação nos Anos 60.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 8ª ed., 1990.

HORKHEIMER, Max. “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” *In: Benjamin, Horkheimer, Habermas, Adorno. Textos Escolhidos.* SP: Abril Cultural. 1987

INGRAM, David. *Habermas e a Dialética da Razão.* Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 2ª ed.1994.

JORGE, Fernando. *Cale a Boca, Jornalista! O ódio e a fúria dos mandões contra a imprensa brasileira.* São Paulo: ed. Vozes, 4ª ed., 1992.

KUNSH, Margarida Maria Krohling & FISCHMANN, Roseli. *Mídia e Tolerância: a ciência construíndo caminhos de liberdade.* São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002. (Seminários 7; Ciência, Cientistas e Tolerância III)

LIMA, Luís Gonzaga de Souza. "Notas sobre as Comunidades Eclesiais de Base e a Organização Política." In: MOISÉS, José Álvaro. *Alternativas populares da Democracia, Brasil Anos 80*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, São Paulo: CEDEC, 1982, pp. 41 - 72.

LIMA, Venício Artur. *Comunicação e Cultura, as idéias de Paulo Freire.* R.J: Paz e Terra, 1981.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe, estudos da dialética marxista.* R.J. Ed. Elfos. Porto, Portugal: Publicações Escorpião, 1989.

MACHADO, Arlindo. MAGRI, C., MASAGÃO, M. *Rádios Livres. A reforma agrária no ar.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

MARTIN-BARBERO, Jésus. *Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

MARTINS, Luciano. "A *Intelligentsia* em situação de mudança de referentes (da construção da Nação à crise do Estado-Nação". In: BETHELL, Leslie. *Brasil, fardo do passado, promessa do futuro.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la critica de la economia politica.* Vol I. Buenos Aires: Siglo Veinteuno. Argentina Editores, 1973

___________ *O capital.* São Paulo: Edições e Publicações Brasil Editora SA, 1ª ed.1962

MELO, José Marques. *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MISGELD, Dieter. "Education and Cultural Invasion: Critical Social Theory, Education as Instruction and the 'Pedagogy of the Oppressed'", In: *Critical Theory and Public Life*, John Forester (ed), Mit press, 1985, pp. 77-118.

MOREIRA, Sonia Virgínia Moreira. *O Rádio no Brasil.* Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.

MOTTER, Paulino. *A batalha invisível da Constituinte:* Interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil. Brasília, 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília.

NETO, Armando Coelho. *Rádio Comunitária Não é Crime. Direito de Antena: o espectro eletromagnético como um bem difuso.* São Paulo: Ícone Editora, 2002.

NUNES, Márcia Vidal. *Rádio e Política: do microfone ao palanque*: os radialistas políticos em Fortaleza (1982-1996). São Paulo: Annablume, 2000.

NUNES, Marisa Aparecida Meliani. *Rádios Livres:* O outro lado da voz do Brasil São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias. *Direito à Palavra: Comunicação Cultura e Mediações Políticas, a experiência das Rádios Comunitárias.* Dissertação (Mestrado em Sociologia), Fortaleza, Ceará. Universidade Federal do Ceará. 1994.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*: *Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

____________ *Mundialização e Cultura.* São Paulo: Brasiliense, 2000.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio:* os grupos de poder e as determinações dos conteúdos. São Paulo: Summus, 1985.

OTTMANN, Götz. "Movimentos Socias Urbanos e Democracia no Brasil, uma abordagem cognitiva". In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 41, pp. 186 -207, março/1995.

PAULINO, Roseli A. Fígaro. "Comunicação e Trabalho. Estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação". São Paulo: A. Garibaldi, 2001.

PEREIRA, Moacir. *A Democratização da Comunicação. O direito à informação na Constituinte.* São Paulo: ed. Global, 1987.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da Diferença*. São Paulo: Ed 34/ Edusp , 1999.

RODOTÁ, Stefano. *Tecnopolítica:* la democracia y las nuevas tecnologias de la comunicación. Buenos Aires, Argentina: Editorial Losado, 1997.

SAMPAIO, Ivanildo. "A Imprensa e o Poder Constituído - As difíceis Relações." In: FILHO, José Paulo Cavalcanti. *Informação e Poder.* Rio de Janeiro: Record; Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

SCHWARZ, Roberto. *O Pai de Família e outros estudos.* RJ: ed. Paz e Terra, 1978.

SILVA, Josué Pereira. " A Quem Fala a Teoria Crítica? Reflexões sobre o destinatário de um discurso" *In:Ensaios para Gabriel Cohn.* Londrina, Pr: ed. Universidade Estadual de Londrina, 1988.

SIMÕES, Inimá F. *Um País no Ar. História da Tv brasileira em três canais.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. "A lenta via brasileira para a democratização: 1974 - 1985." In: STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

________________. *Brasil: De Getúlio A Castelo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Sociedade da Informação ou da Comunicação?* São Paulo: Editora Cidade Nova, 1996.

SOUZA, Marcio Vieira. *As Vozes do Silêncio: O movimento pela democratização da comunicação no Brasil*. Paris, França: Fondation pour le progrès de l'homme; Florianópolis, PR: Dialogo, 1996.

TINHORÃO, José Ramos. *Música Popular - Do Gramofone ao Rádio e TV.* São Paulo: Ed. Ática, 1981.

Documentos:

BRASIL. *Constituição Federal; anteprojeto da Comissão Afonso Arinos; índice analítico comparativo.* Rio de Janeiro: Forense, 1987.

_______. *Projeto de Constituição Apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores à Assembléia Nacional Constituinte.* Brasília, 6 de maio de 1987.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA- Centro de Estudos e Pesquisas em Administração Municipal. *Breves Anotações à Constituição de 1988/* CEPAM. São Paulo: Atlas, 1990.

SENADO FEDERAL. **Senador** Geraldo Cândido. *Como Montar Rádios Comunitárias e Legislação Completa.* Brasília: Edição. Coletivo Nacional Petista de Rádios Comunitárias. 11/ 1999.

LEI FEDERAL Nº 9.612/98
LEI FEDERAL Nº 4.117/62
LEI FEDERAL Nº 9.472/97
COMISSÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS ou, PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA, 1968.
RELATÓRIO PARA A COMISSÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, Brasil, Governo Federal, 2001.

Periódicos:
Revista Lua Nova. *vol.2, nº4, 1986*
Revista do PMDB. *Partido do Movimento Democrático Brasileiro. AnoVII, nº 10, julho de 1987. FUNDAÇÃO PEDROSO HORTA.*
Revista Vozes. *nº10, dezembro de 1977. Nº3, março de 1983, p.p 51-54.*
Revista Visão. *18/07/1969.*
Revista Caros Amigos*. nº8, março de 2001*
O Estado de São Paulo. *17/03/2003.*
Folha de São Paulo. *10/10/2001, 02/11/2001.*

Seminários:

SILVEIRA, Paulo Fernando, Juiz Federal de Uberaba (aposentado). Seminário "Direito Constitucional e Rádios Comunitárias", realizado na Pontíficia Universidade Católica. São Paulo, 2000.

NUNES, Marisa Meliani. PIGATTI, Leo Tomaz. PEREIRA, Francisco. (et.al.). "I Seminário de Rádios Livres organizado pela Rádio Muda", realizado na Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1996.

"I Encontro Regional de Rádios Comunitárias", Prefeitura de Campinas. São Paulo, 2001.

Documentário para Televisão:

HARTOG, Simon. *Brazil, beyond the Citizen Kane.* Londres, Large Door/Channel Four, 1993. Aprox. 100 minutos.
ANDRIOTTI, C., GALLETA, T., MATOS, J. *Perdidos no Dial.* TVE-Rio, 2001. 6min.
____________________ *Pirata?* TVE-Rio, 2001. 6min.

Outras Fontes:

www.anatel.gov.br
www.camara.gov.br
www.midiaindependente.org.br
www.oboré.org.br
www.planalto.gov.br
www.radiomuda.hpg.net
www.radiolivre.org.br